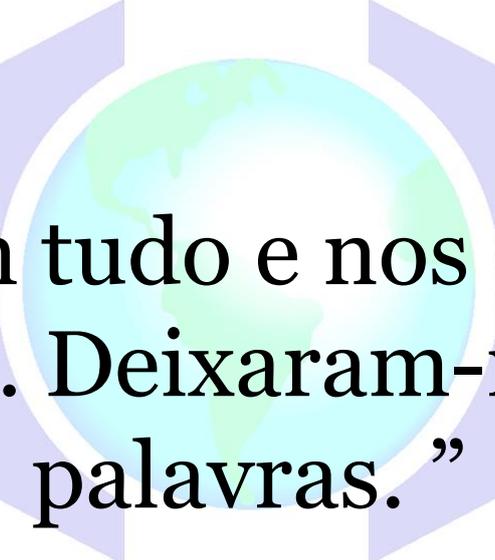


Revista Letrando



Centro Universitário Ages
Colegiado de Letras

Revista Letrando



“Levaram tudo e nos deixaram
tudo... Deixaram-nos as
palavras.”

(Pablo Neruda)

Volume IV

Paripiranga, jan./jun. 2016

INSTITUCIONAL

Centro Universitário Ages (UniAGES)

Prof. José Wilson dos Santos
Reitor

Prof. Rusel Marcos Batista Barroso
Vice-Reitor

Maria de Fátima Rabelo Andrade e Oliveira
Secretária Acadêmica

Colegiado de Letras

Prof.^a Gilza Andrade Cruz
Coordenadora do Curso de Letras

R e v i s t a
e t r a r d o

Contato:

Avenida Universitária, 23
Parque das Palmeiras
Paripiranga - BA
CEP 48430-000

E-mail: contato@faculdadeages.com.br

Telefone: (75) 3279-2210/3600



EXPEDIENTE

Comitê Editorial

Prof. Marcos Paulo Santa Rosa Matos
Editor-Chefe

Prof.^a M.^a Ivanete Freitas Cerqueira
Editora de Estudos Linguísticos

Prof.^a M.^a Gilza Andrade Cruz
Editora de Estudos Literários

Prof.^a Esp. Deborah Andrade Leal
Editora de Estudos Interdisciplinares

Conselho Editorial

Prof.^a M.^a Célia Marília Silva
Prof.^a M.^a Cibele Hechel Colares da Costa
Prof.^a Dr.^a Cristiane Fernandes Moreira
Prof. Pós-Dr. Daniel Delgado Queissada (*ad hoc*)
Prof. Esp. Edson Peixoto de Andrade
Prof. Esp. Elissandro dos Santos Santana
Prof. M. Fábio Alexandre Ferreira Gusmão
Prof.^a M.^a Jaqueline Santana Nascimento dos Santos
Prof. M. Jailson Almeida Conceição
Prof. M. Jean Paul d'Antony Costa Silva
Prof.^a Dr.^a Jeane de Cassia Nascimento Santos
Prof. Dr. José Mauro Souza Uchôa
Prof. Esp. Mateus Andrade Silva
Prof. M. Renan Augusto Ferreira Bolognin
Prof.^a M.^a Tanise Zago Thomasi

R e v i s t a
e t r a n d o

Contato:

E-mail: revistaetrando@hotmail.com

Facebook: facebook.com/revistaetrando



SUMÁRIO

EDITORIAL	6
Reletrando	6
<i>Marcos Paulo Santa Rosa Matos</i>	
ESTUDOS LINGUÍSTICOS	7
O problema da iconicidade na eliciação de sinais caseiros	8
<i>Elizabeth Reis Teixeira</i>	
<i>Ivanete de Freitas Cerqueira</i>	
O estudo da onomasiologia e da semasiologia aplicado às microestruturas onomasiológicas de pescador na comunidade de Baiacu-Vera Cruz-Bahia	22
<i>Cristiane Fernandes Moreira</i>	
Oralidade e escritura no <i>Ritual do Matrimônio</i>	41
<i>Marcos Paulo Santa Rosa Matos</i>	
A língua latina e as especificidades dos verbos irregulares na língua portuguesa	55
<i>Edjane Bispo dos Santos</i>	
<i>Ivanete de Freitas Cerqueira</i>	
Estudo comparativo do processo verbal do par linguístico Português Brasileiro-Inglês na história em quadrinhos da Turma da Mônica	64
<i>Alina Aparecida de Paula</i>	
<i>Luciene Alves</i>	
ESTUDOS LITERÁRIOS	80
Literatura e convergência: o caso Dostoiévski	81
<i>João Carlos de Carvalho</i>	
Derrida e a impossibilidade da justiça no Estado de Direito	89
<i>Edilamara Peixoto de Andrade</i>	
Estrelas na terra de <i>Vidas Secas</i>	113
<i>José Ricardo da Costa</i>	
Metaficção historiográfica e estudos pós-coloniais em <i>O outro pé da sereia</i> de Mia Couto	124
<i>Cibele Hechel Colares da Costa</i>	
O crítico e o romancista: dois lados de Machado de Assis	137
<i>Dayana Mendes Lopes</i>	

Focalizações do espaço em poemas de *Adaga lavrada*, de Lara de Lemos..... 148
Tamara dos Santos

“*Rosa de carne*” e a constituição da violência social e intrafamiliar 156
Enderson de Souza Sampaio
Maria Luiza Germano de Souza

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES..... 169

Sugestão de pesquisa em torno das ações insustentáveis e déficits socioambientais no turismo de Porto Seguro–Bahia 170
Elissandro dos Santos Santana

DIÁLOGOS 181

Poeticências VI 182
José Ricardo da Costa

Poeticências VII..... 184
Elissandro dos Santos Santana

Chamada para Publicação..... 187

Normas para Publicação..... 188

Créditos das imagens 192



RELETRANDO

Marcos Paulo Santa Rosa Matos*

A Revista Letrando chega ao seu Volume 4 com modificações significativas em sua proposta acadêmica, que visam adaptá-la aos novos contextos de produção e divulgação científica em que está inserida. Trata-se de um aprimoramento necessário, fruto do aprendizado construído durante as três primeiras edições e também das reflexões elaboradas pela Comissão Editorial durante os anos de 2014 e 2015, em que não foram lançados novos volumes. Neste breve editorial, não pretendemos, todavia, lançar mão de um discurso totalizante acerca dessas mudanças, apenas apresentar os aspectos mais práticos e salientes.

Foram extintas as seções Linguagens, Humanidades e Ciências Sociais, que correspondiam a três grandes áreas do CNPq, respectivamente: Linguística, Letras e Artes; Ciências Humanas; e Ciências Sociais Aplicadas. Em seu lugar, surgiram as seções Estudos Linguísticos, Estudos Literários e Estudos Interdisciplinares, que podem ser relacionadas às seguintes divisões do conhecimento do CNPq, respectivamente: i) área de Linguística e 1ª parte da área de Letras (Línguas); ii) 2ª parte da área de Letras (Teoria Literária e Literaturas) e área de Artes; iii) grande área de Ciências Humanas e divisões da grande área de Ciências Sociais Aplicadas que mantenham compatibilidade com o foco e o escopo da revista (Direito, Teoria da Comunicação etc.).

Além das submissões de temática livre, vinculadas a quaisquer dessas seções permanentes, serão propostos dossiês temáticos para a cada volume. Para o Volume 5, convidamos os autores a submeterem trabalhos relativos à temática “**Linguagem, Discurso e Política**”. O envio de trabalhos pode ser feito a qualquer tempo (em fluxo contínuo), mas cada volume terá um data-limite para inclusão no processo de avaliação e publicação (para o Volume 5 o limite é **03/09/2016**). Os arquivos devem ser enviados para o e-mail revistaletrando@hotmail.com ou através do link <http://submissao.revistaletrando.com>.

A gestão editorial, que antes era exercida diretamente pelo Diretório Acadêmico de Letras, passou a ser desempenhada pelo Colegiado de Letras do Centro Universitário Ages (Uniages). A revista também se mudou para um domínio próprio (<http://revistaletrando.com>), tendo em vista a desativação do *Portal de Revista eSalud* (<http://revistas.ojs.es>). Aproveitamos a oportunidade para agradecer o apoio da *Fundación para la eSalud*, instituição espanhola de fomento à pesquisa cujas atividades foram encerradas em 2013, que nos ofereceu o suporte técnico e o alojamento virtual necessários ao lançamento dos volumes iniciais.

Estendemos também nosso agradecimento aos pesquisadores que submeteram trabalhos para análise, e aos professores que se dispuseram a analisá-los. Contamos com a contribuição de vocês, assim como de nossos leitores, para as próximas edições. Boa leitura a todos!

* Editor-Chefe. Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Graduado em Letras (Português) e em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Ages), Graduado em Filosofia pela Faculdade João Calvino (FJC).

E-mail: mp.srmatos@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5024551859985987>





ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

O PROBLEMA DA ICONICIDADE NA ELICIAÇÃO DE SINAIS CASEIROS

Elizabeth Reis Teixeira*
Ivanete de Freitas Cerqueira**

Sumário: A técnica de nomeação espontânea consiste em fazer o sujeito evocar espontaneamente, porém de forma controlada, os sinais sugeridos por imagens que lhe serão apresentadas (YAVAS, 2001). Segundo Teixeira (1998, 2006), trata-se de uma forma lúdica de nomear situações e objetos, o que torna possível fazer um levantamento específico de enunciados. Essa técnica foi utilizada, em diferentes momentos, na eliciação de sujeitos surdos filhos de pais ouvintes, o que implicou em diferentes respostas e fomentou uma questão sobre o que seria mímica e/ou possíveis sinais de uma língua informal. Nesse sentido, nosso objetivo é mostrar como diferentes abordagens levam a diferentes objetos, contrapondo a Teoria de Sarah Taub (2000), Modelo de construção análogo, aos estudos de Cuxac (1993, 2003) e seu grupo (FUSELLIER-SOUZA, 2004; SALLANDRE, 2003). Para este, a iconicidade é uma noção operatória, i.e., um processo através do qual o sinalizador torna icônica a experiência, pois em termos de intenção semiótica, seu objetivo é construir o sentido para e com o outro. Já para aquela, a iconicidade é um processo cognitivo que permite ao indivíduo mapear a estrutura de um objeto, associando-a às possibilidades de formas fonéticas (sequência de sons e configuração/movimento de mão) de sua língua. O presente trabalho é parte de minha pesquisa de doutorado, orientado pelo Prof.^a Dr.^a Elizabeth Reis Teixeira, e visa descrever como os sinais implementados pelos surdos se inserem na comunicação com seus familiares ouvintes. Vale dizer que os surdos eliciados vivem ou já viveram em situação de isolamento e moram na parte ocidental da região amazônica, mais especificamente, no vale do Juruá, área que contempla cinco cidades acreanas e uma amazonense.

Palavras-chave: Surdos; Eliciação; Iconicidade; Língua de Sinais; Sinais Caseiros.

Abstract: The appointment spontaneous technique is to evoke, in a controlled manner, the signs suggested by images which are presented (YAVAS, 2001). According to Teixeira (1998, 2006), it is a playful way of naming situations and objects, which makes it possible to make a specific survey words. This technique has been used, at different times, in the elicitation of deaf children born in hearing families, what has resulted in different responses and fostered a question about what is a gesture and/or possible signs of an informal language. In this sense, our goal is to show how different approaches lead

* Pós-Doutora pela University of Texas System (UT System), Doutora e Mestra em Fonética e Linguística pela University of London (UL), Mestra em Linguística pela University of Kansas (KU), Graduada em Letras (Português e Inglês) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

E-mail: ereist.teixeira@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6177760381095851>

** Doutoranda em Língua e Cultura e Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Graduada em Letras (Português e Francês) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: ifreitas@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0066582836297725>



to different objects, opposing the theory of Sarah Taub (2000), building model similar to studies of Cuxac (1993, 2003) and his group (FUSELLIER-SOUZA, 2004; SALLANDRE, 2003). For her, the iconicidade is an operative notion, i.e., a process by which the flag makes it iconic experience, because in terms of intent semiotics, your goal is to build the sense for and with each other. For him, the iconicidade is a cognitive process that allows the individual maps the structure of an object, associating it for the possibilities of phonetic shapes (sequence of sounds and hand movement/configuration) of your language. This work is part of my doctoral research, supervised by Prof. Elizabeth Reis Teixeira (PhD.), and aims to describe how the signs implemented by deaf aid in communication with their hearing families. It is necessary to say that the deaf elicited by live or have lived in a situation of isolation and live in the western part of the Amazon region, more specifically, in the vale do Juruá, cities of Acre and Amazonas.

Keywords: Deaf; Elicitation; Iconicity; Homesigns; Sign Language.

1 Introdução

O abade Charles Michèl l'Épée, precursor na educação de surdos, quando diante das gêmeas surdas, compreendeu que os gestos utilizados, embora na sua concepção não fossem língua, davam conta do processo de comunicação e podiam ser usados na instrução dos surdos. William Stokoe, ao observar os estudantes surdos sinalizando, percebeu que os sinais implementados não eram palavras soltas, mas um modo tão complexo de comunicação quanto o inglês, i.e., uma língua (MAHER, 1996). Em relação aos sinais caseiros, alguns estudiosos os consideram linguagem (TERVOORT, 1981; KEGL; SENGHAS; COPPOLA, 1999); outros, a linguagem (GOLDIN-MEADOW, 1979; MAYBERRY; EICHEN, 1991; MAYBERRY, 1992; MORFORD, 1996).

Diante da situação linguística específica do surdo, a definição e a distinção entre língua e linguagem são imprescindíveis. E foi esta também a preocupação de Fernand de Saussure, quando procurava delimitar e definir a linguística. No entanto, o objeto desta ciência é plural, pode ser concebido como um feixe de fenômenos (BORGES NETO, 2004), o que significa que os pesquisadores poderão focar seus estudos em diferentes objetos, acarretando, desse modo, diferentes definições: língua, por exemplo, pode ser definida ou como “um sistema de signos vocais utilizado como meio de comunicação entre os membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística” (MARTELOTTA, 2009) ou como “[...] uma forma de comportamento social” (LABOV, 2008). Entretanto, definições como essas não bastam para identificar um fenômeno semiótico como a língua, ou seja, definições como essas não esclarecem se um sistema de comunicação é apenas uma linguagem ou um produto da linguagem, como diria Saussure.

O abade L'Épée, por exemplo, não acreditava que os surdos tivessem uma língua, mas um instrumento de comunicação que podia intercambiar conhecimento entre o mundo surdo e o mundo ouvinte. Para ele, os gestos dos surdos era linguagem em sentido *lato*. Por isso, resolveu criar, a partir dessa produção, os **sinais metódicos**, uma espécie de língua francesa sinalizada.

Stokoe nos primeiros contatos com a comunidade surda da Universidade de Gallaudet distingue dois tipos de sinalização: um utilizado no processo de ensino-aprendizagem, o qual seria uma tradução palavra por palavra do inglês, e outro cuja *performance* na comunicação extraclasse era bastante diferente e, por isso, podia ser considerado uma língua (MAHER, 1996). Desse modo, para sustentar a





afirmação de que essa forma de sinalização seria uma língua, Stokoe apoiou-se *a priori* no fator sociocultural, pois via naquela comunidade acadêmica um povo surdo que partilhava de uma cultura e, conseqüentemente, de uma língua, as quais eram distintas da língua e da cultura americana.

Tanto o abade como o professor tinha o mesmo objeto de observação: o modo espontâneo e natural com que os surdos se comunicavam. Posturas diferentes geraram “teorias” distintas para explicar um mesmo fato. Do mesmo modo, analisar dados a partir de diferentes teorias implica resultados outros.

Nessa perspectiva, este trabalho traz dois olhares distintos em relação à iconicidade: o de Taub (2000), para quem o termo alude a um processo cognitivo que permite ao indivíduo mapear a estrutura de um objeto; e o de Cuxac (1993, 2003), segundo o qual a iconicidade é uma operação capaz de tornar icônica dada experiência. Assim, ambas as visões quando aplicadas aos sinais caseiros podem denotar ora gestos - de acordo com Sarah Taub -, ora sinais - como assinala Christian Cuxac, i.e., no caso dos sinais caseiros, tanto pode ratificar um sistema geral de comunicação como um sistema linguístico, respectivamente.

O objetivo deste trabalho é, portanto, demonstrar como olhares distintos em relação a um mesmo objeto, nesse caso os sinais caseiros, podem alterar ou confirmar os resultados esperados em dada pesquisa. Dito desse modo, é mister salientar que, no que diz respeito aos sinais caseiros serem ou não considerados gestos, “o maior desafio está na iconicidade que as línguas de sinais apresentam”, pois os sinais caseiros são associados - por interlocutores que desconhecem as línguas de sinais - à gestualidade encontrada em línguas orais -, o que serve de pretexto para negar a natureza linguística das línguas de sinais emergentes (KUMADA, 2012, p. 36).

2 Sinais Caseiros

2.1 O objeto de estudo

No sudoeste da Amazônia, mais especificamente na região do vale do Juruá, quando alguém vê um surdo, denomina seu modo de comunicar como aceno: “Ah! Ele fala por aceno”. *Aceno*, na verdade, diz respeito a um sistema de comunicação baseado em gestos, e tem esse nome devido ao fato de os braços, segundo a percepção local, movimentarem-se de maneira semelhante ao gesto de acenar.

No entanto, vale dizer que esse sistema de comunicação gestual não é privilégio apenas dos surdos dessa região amazônica. Há vários relatos, em diferentes lugares e momentos, que descrevem esse modo peculiar de comunicar dos surdos. Alguns o chamaram **gestos** (L'ÉPÉE, 1879); outros o classificaram como **simbolismo esotérico e gestos naturais** (TERVOORT, 1981); outros ainda o conceberam como **sinais caseiros** (GOLDEN-MEADOW, 1979; MAYBERRY, 1992; MORFORD, 1996); e há os que o chamam de **línguas emergentes** (CUXAC, 1993, 2003; YAU, 1988; FUZILLIER-SOUZA, 2004).

O abade l'Épée, quando designado para continuar o trabalho de um confrade, conheceu duas irmãs surdas que se comunicavam por meio de gestos. Embora fosse perceptível o fato de as gêmeas comunicarem-se com desenvoltura, Charles M. L'Épée não acreditava que aquele modo de comunicação pudesse ser considerado língua, visto que para ele o sistema não comportava uma





gramática (regras), havia somente palavras (gestos) ditas aleatoriamente. Por isso, ele passa a aprender o sistema gestual, no intuito de “gramaticalizá-lo” e torná-lo similar à língua francesa.

Em meados do século XX, Tervoort (1981) denomina o código implementado por surdos inseridos no sistema escolar de **simbolismo esotérico**. Segundo o que descreve o autor, trata-se de uma mistura de recursos comunicativos, a saber, fala, datilologia, gestos, mímica, sinais, etc. Outro termo utilizado por Tervoort (1981) são os **gestos naturais**, empregado em oposição a **sinais formais**, signos linguísticos pertencentes a uma língua de sinais oficialmente reconhecida. Para ele, gestos naturais são símbolos utilizados para descrever, de modo imitativo, objetos em situações familiares, contexto de grande familiaridade para os surdos e seus interlocutores. De modo geral, os gestos naturais são subjetivos, porque sua produção está ligada à percepção do sujeito que os cria, além de presos ao contexto, o que pode implicar erro, quando implementados em contexto que não seja o familiar.

Por outro lado, há autores que chamam **sinais caseiros** (*homesigns*) os **gestos naturais** (MAYBERRY, 1992; MORFORD, 1996). Para esses, os sinais caseiros são similares às línguas de sinais, pois são, de alguma forma, estruturados independente da fala e exibem certa similaridade com a língua de sinais, embora seu uso não esteja diretamente relacionado a esta língua. Ao contrário, sua estrutura apresenta generalizações simples: gestos dêiticos, icônicos e referenciados pelo ambiente, os quais podem tornar-se linguisticamente mais estruturados a depender do grau de domínio do usuário (MAYBERRY; EICHEN, 1991; MAYBERRY, 1992; MORFORD, 1996).

Goldin-Meadow (1979), entretanto, acredita, sim, que o uso de sinais caseiros esteja diretamente relacionado à língua de sinais. Segundo a autora, trata-se de sinais com léxico e morfologia organizados por meio de regras sintáticas. Seus estudos mostram que esse sistema linguístico tem alguma semelhança com o da linguagem oral e é construído em contextos semelhantes aos das primeiras palavras no processo de aquisição da linguagem por ouvintes. Um fato interessante seria que os filhos surdos produzem gestos bem mais complexos que suas mães ouvintes, ou seja, os surdos colocam nas suas sentenças um número bem maior de proposições. A autora, ao pesquisar crianças surdas de diferentes culturas, chinesa e americana mais especificamente, descobriu que havia maior similaridade entre os sinais utilizados pelas crianças chinesas e americanas que aqueles produzidos pelas mães e seus respectivos filhos, o que demonstra que as crianças surdas não organizam seus sistemas com base em um *input* materno. Desse modo, tudo isso ratifica a capacidade inata do ser humano para a aquisição da linguagem.

“Na surdez, a criança é ‘forçada’ a criar símbolos” (SANTANA, 2007), mas esta só consegue organizá-los porque dispõe de um dispositivo biológico que lhe faculta desenvolver-se linguisticamente (CHOMSKY, 2008; PINKER, 2004; RAPOSO, 1992). Então, é certo que esses surdos conseguem desenvolver um tipo de linguagem que lhes dá oportunidade de participar de situações interativas com seus familiares e pessoas próximas. Esse meio de comunicação é desenvolvido sem que a criança possa ter acesso ao *input* daqueles com quem convive, ou melhor, seu *input* é construído a partir de dados retirados do ambiente, principalmente das interações face a face entre mãe e filho (STOKOE, 2001), ou melhor, entre familiares e crianças surdas.

Nesse momento, faz-se necessário chamar a atenção para dois aspectos nesse processo de construção de um sistema linguístico. Durante as pesquisas, percebeu-se que o status da criança na família é um fator decisivo no seu desenvolvimento linguístico. Isso significa que se a criança surda é colocada à margem do convívio familiar, seu repertório comunicativo será, de fato, baseado em gestos icônicos e dêiticos, motivados e referenciados pelo ambiente, respectivamente. Além disso, o conteúdo



das mensagens será referente às questões concretas do cotidiano familiar, pois a criança é requisitada apenas para comer, tomar banho, fazer isso ou aquilo.

Entretanto, quando a família não faz grandes distinções entre surdo e ouvintes, há uma tendência natural de esse surdo, no mínimo, desenvolver um repertório linguístico maior e mais complexo que os mencionados anteriormente. Sendo que essa complexidade linguística tende a se intensificar quando há, na família ou vizinhança, crianças ouvintes próximas às surdas. Nessa perspectiva, Yau (1988) aponta, no repertório lexical de surdos canadenses (índios) e chineses usuários da **língua gestual espontânea** – como ele denomina – uma diferença que varia entre 300 e 1200 gestos, a depender da mobilidade social desses surdos, isto é, personalidade, nível de atividade, além do grau e intensidade das relações estabelecidas no seu entorno imediato.

Fuzellier-Souza (2004), a qual considera os sinais caseiros **língua de sinais emergente** (LS ÉMG), corrobora Yau (1988) quando considera que no desenvolvimento ontogenético do indivíduo é possível perceber um processo contínuo e evolutivo na estruturação dos sinais caseiros, o que na idade adulta do surdo é revelado por meio de três fatores: desenvolvimento cognitivo do indivíduo, natureza do *input* e das trocas comunicativas, bem como integração social exitosa.

Nessa perspectiva, os estudos vêm mostrando que os sinais caseiros longe de serem algum tipo de linguagem em sentido *lato* – pantomima, mímica, gestos –, são, antes, produto da faculdade da linguagem, a qual permite ao homem construir seu próprio sistema linguístico. Isso significa que, mesmo com toda escassez de estímulo – considerado aqui do ponto de vista linguístico –, o surdo consegue construir sua língua, todavia quando tem possibilidade de interagir com o ambiente e com as pessoas ao seu redor.

2.2 A pesquisa e a metodologia

Neste trabalho, os dados coletados, em diferentes momentos, são provenientes de surdos filhos de pais ouvintes – acreanos e amazonenses que moram no vale do Juruá (Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter – no Acre – e Guajará – no Amazonas). São crianças e adolescentes, de ambos os sexos, que não têm contato com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou que apenas foram iniciados no processo de aprendizagem da Libras.

A priori, foi pensado para a pesquisa a técnica de nomeação espontânea, a qual consiste em fazer o sujeito evocar espontaneamente, porém de forma controlada, os sinais sugeridos por imagens que lhe serão apresentadas (YAVAS, 2001). Segundo Teixeira (1998), trata-se de uma forma lúdica de nomear situações e objetos, o que torna possível fazer um levantamento específico de enunciados.

O teste continha inicialmente 250 enunciados, que seriam evocados por meio de figuras dispostas em um álbum seriado confeccionado no *power point*. O objetivo era apresentar figuras que pudessem evocar sinais conhecidos e/ou utilizados cotidianamente pelos sujeitos da pesquisa. Tomando essa direção, acreditava-se que seria possível inventariar o léxico dos sinalizadores em questão e conhecer um pouco do seu universo biossocial através do vocabulário produzido. Por isso, a coleta de dados feita em um primeiro momento teve essa quantidade de figuras. No entanto, os sinais implementados por alguns sujeitos eram muito extensos, o que os tornava mais próximos da mímica que dos sinais propriamente ditos. Talvez porque, no anseio de se comunicar, o surdo quisesse tornar sua produção bastante transparente para a pesquisadora ou porque, quiçá, fosse a primeira vez que



tivesse de nomear alguns dos objetos apresentados. Tudo isso gerou um questionamento sobre o que seria um sinal e quais seriam as suas características.

O teste passou, pois, por uma reelaboração do álbum, em que foram mantidas 78 figuras, também relacionadas ao dia-a-dia dos sujeitos. Além disso, percebeu-se a necessidade de se trabalhar os enunciados de forma mais contextualizada, a fim de que os sujeitos não se concentrassem no sinal em si, mas no discurso. Assim, foram utilizados 10 cartões com cenas estáticas e 4 folhas que continham histórias contadas por meio de uma sequência de cenas. Nesse sentido, o objetivo era verificar se os sinais implementados isoladamente eram semelhantes aos produzidos em certos contextos.

No entanto, independente dos resultados a que se chegasse, era necessário ter um aporte teórico que permitisse analisar os dados coletados na sua essência, i.e., como signos que servem de instrumento de comunicação entre indivíduos surdos isolados que vivem em ambiente ouvinte. Para isso, era preciso, então, saber como a iconicidade poderia ser tratada.

2.3 O aporte teórico

2.3.1 A iconicidade

Impossível é iniciar uma discussão sobre iconicidade e não citar o precursor da Linguística moderna. Ferdinand de Saussure, quando se propôs a estabelecer os limites da ciência da linguagem, não se deixou ficar na superfície. Preocupado, segundo o julgamento de Benveniste (1976), com a classificação lógica dos fatos da linguagem, o mestre genebrino percebe que “é preciso ir aos fundamentos, aos dados elementares a fim de situar cada elemento na rede de relações que o determina”. Por isso, definiu língua, distinguindo-a de linguagem e fala, e estabeleceu outros conceitos que são até hoje essenciais para a linguística na compreensão de seu objeto de estudo.

Dentre as definições propostas por Saussure (1916), está a de signo linguístico. Segundo o mestre, o signo forma-se a partir da junção do significante com o significado. Esses dois elementos são considerados faces de uma mesma moeda: o significante é a imagem acústica e o significado, o conceito inerente ao signo. Saussure esclarece, porém, que a associação dessas partes é arbitrária, ou seja, não há motivo para que, por exemplo, o significante da palavra *ÁRVORE* [ahvori]¹ corresponda ao seu significado [planta de tronco alto com ramagem na parte superior]. Assim, quando toma tal direção, Saussure exclui qualquer possibilidade de que esse tipo de associação possa ser, de algum modo, icônico, exceto no que diz respeito às onomatopeias, as quais estão em número reduzido nas línguas.

Benveniste (1976), entretanto, lança uma crítica a Saussure, pois observa que o precursor da linguística moderna, ao pensar o princípio da arbitrariedade, embora declare tratar da relação significante/significado, define a natureza do signo com base, de acordo com seus exemplos, no significante e no objeto em si. “Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente e subreptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade”. (BENVENISTE, 2006, p. 54)

Nesta perspectiva, segundo Benveniste (2006), as partes constitutivas do signo não podem ser consideradas arbitrárias. Desse modo, ele retoma os exemplos dados por Saussure e esclarece que o

¹ Por causa da configuração dos computadores e presença/ausência da fonte IPAkiel, resolvi não usar na transcrição os símbolos apropriados.





significado (idéia) da palavra “*boi* é forçosamente idêntico na minha consciência ao conjunto fônico *boi*”. Logo, para esse linguista, pode haver arbitrariedade quando se considera a associação entre significante e coisa, mas não quando se leva em conta significante e significado, posto que, entre estes, há uma completa simbiose.

Diante do debate proposto por Benveniste (2006), convém salientar que, de certo modo, Saussure estava mesmo refletindo sobre a associação entre a imagem acústica e o conceito, muito embora não tenha se dado conta de que a ideia retirada da realidade pode, de algum modo, ter influenciado na construção do significante. Daí o fato de Benveniste afirmar que significante evoca significado e vice-versa.

Nos estudos da antropóloga Janis Nuckolls (1999), a matéria fônica tem um papel que vai além da comunicação de mensagens. Segundo a autora, o som é simbólico e, por isso, capaz de expressar nossos estados emocionais, percepção estética, relações que mantemos com outros indivíduos etc. Isso significa que pode haver, sim, uma associação motivada entre significado e significante.

Para ilustrar tal questão, tomemos o exemplo da palavra *mar*, que segundo Saussure (1916) “não está ligada por relação alguma interior à sequência *M-AR* (grifo nosso)”. Contudo, não seria o caso de essa palavra, na sua constituição fonética, nos remeter ao barulho das ondas que quebram na praia? O fonema [m], embora seja nasal no seu modo de articulação, tem uma configuração oclusiva que nos permite, acusticamente, supor a formação de uma onda marinha, enquanto os segmentos [a] e [h] podem ser associados ao desmanche da onda e ao chiado das espumas que seguem em direção à praia².

Provavelmente, Saussure e Benveniste não perceberam essa possibilidade nem mesmo o fato de que a palavra *boi*, em português e em francês³, por possuir uma vogal arredondada, poder ser associada à estrutura circular do corpo desse animal. Do mesmo modo, o vocábulo *gordo* possui esse mesmo fonema vocálico tanto em português como em francês (*gros*).

Esse é o modo de análise que postulam aqueles que estudam o simbolismo sonoro, “termo utilizado quando uma unidade de som vai além de sua função linguística contrastiva (tradução nossa)” (cf. NUCKOLLS, 1999). No entanto, como assinala Bolinger (1978 apud NUCKOLLS, 1999) esse tipo de análise não ajuda a resolver certos problemas, já que os chamados *phonestemes*⁴ não se prestam à formulação de regras, embora suscite questões importantes sobre os processos históricos que resultam de padrões *phonestemic*⁵. Se a vogal arredondada dos vocábulos em português e francês (*boi/boeuf* e *gordo/gros*) parece associar-se à forma mais ou menos esférica do seu referente, o mesmo não pode ser dito nem em relação ao feminino desses lexemas (*vaca/vache*) nem à tradução inglesa (*bull*), por exemplo.

Talvez, por isso, o mestre tenha sido categórico: “o signo linguístico é arbitrário”. E a prova que ele dá é a existência de línguas diferentes e a diferença entre elas. Ele afirma ainda que as consequências desse princípio são inúmeras e, realmente, foram. Essa visão foi, e talvez ainda seja, um dos termômetros definidores (ou delimitadores) do que é e do que não é língua, pois, segundo os postulados desse linguista, “os signos inteiramente arbitrários realizam melhor que outros o ideal do procedimento semiológico”. Isso significa que o princípio da arbitrariedade possibilita à língua uma maior

² É possível atribuir a mesma imagem ao vocábulo francês *mer*.

³ Boeuf.

⁴ Talvez o termo pudesse ser traduzido como “fonestema”, unidade sonora com significado.

⁵ Tradução: fonestêmico.



flexibilidade e produtividade. Por isso sublinha o inconveniente em se utilizar o termo *símbolo* (grifo nosso) em lugar de *signo* (grifo nosso), já que o primeiro revela um vínculo naturalmente metafórico com seu significado.

Nuckolls (1999), no entanto, apesar das colocações de Saussure (1916), reconhece a iconicidade como um fator significativo em muitos níveis da estrutura linguística, pois, de algum modo, a língua estrutura-se a partir da realidade. Nesse sentido, alguns estudos vêm mostrando que o fazer semiótico, diferente do que pensava o mestre, pauta-se no real, o que torna a língua “uma espécie de *instrumento* (grifo nosso) que, ao estruturar a experiência, estrutura o seu próprio fazer” (Chamarelli, 2005).

Nessa perspectiva, é interessante considerar o tratamento que Taub (2000) e Cuxac (2003) dão à iconicidade, visto que esse processo, de alguma forma, permite ao indivíduo traduzir a realidade em signos.

2.3.2 Iconicidade segundo o modelo de Sarah Taub (2000)

Segundo Taub (2000), o termo iconicidade remete à “semelhança entre a forma de um elemento linguístico e seu significado”. Nesse caso, semelhança implica comparação, pois, para autora, trata-se de um processo cognitivo que permite ao indivíduo mapear a estrutura de um objeto, por exemplo, associando-a às possibilidades de formas fonéticas (sequência de sons e configuração/movimento de mão) de sua língua. Trata-se do *modelo de construção-análogo*, o qual se constitui a partir de três etapas: *seleção de imagem, esquematização e codificação*.

Na *seleção de imagem*, podemos observar que um único objeto pode projetar várias imagens a partir de diferentes sentidos. Entretanto, selecionamos apenas uma imagem sensorial que possa ser diretamente representada, a fim de estendê-la a todas as possibilidades imagéticas do objeto. Esta seleção pode acontecer por meio de um processo cognitivo metonímico, já estudado por alguns linguistas cognitivos, Lakoff e Johnson (2002), por exemplo, como assegura Taub (2000); por uma associação mais ou menos direta entre imagem e conceito; ou pela extração de um traço saliente do objeto em questão.

Tendo selecionado a imagem, agora é preciso representá-la, adaptando-a aos recursos fonéticos apropriados. Trata-se do processo de *esquematização*. Nesse momento, extraem-se os detalhes mais salientes da imagem, deixando-se guiar pelo nível de complexidade que rege a fonotática da língua. Tudo leva a crer que seja esse processo que contribui para distanciar significante de significado, i.e., imprimir o traço [+arbitrário] no signo⁶.

O último passo é a *codificação*, quando a imagem esquematizada deve assumir a forma linguística. Logo, são escolhidos traços/parâmetros capazes de substituir cada parte, sempre tentando preservar a estrutura original da imagem. O resultado deste processo é uma forma linguística icônica.

De acordo com o processo descrito, é possível perceber que não se trata de uma simples questão de semelhança entre forma e sentido, porém de um processo no qual os recursos fonéticos de uma língua funcionam como analogia entre imagem e referente. Deste modo, pode-se inferir que na iconicidade não há uma relação objetiva entre imagem e referente, mas uma relação entre este último

⁶Este ponto é resultado da reflexão do Prof. Tarcísio Leite na aula da disciplina **Gestualidade e linguagem**, do dia 29 de abril de 2010.





e o modelo de imagens mentais, o qual é motivado por experiências humanas, vividas em dada comunidade e imersas em certa cultura (TAUB, 2001 apud SALLANDRE, 2003).

Tal concepção é interessante porque aponta para diferentes percepções em relação a um mesmo objeto, o que dá uma dinamicidade maior ao signo. Isto quer dizer que diferentes signos, ainda que icônicos, podem representar um mesmo referente, pois os modelos de imagens mentais são gerados a partir do sistema sensorial de um indivíduo que tem identidade e cultura particulares. Por exemplo: as onomatopeias que traduzem miado e latido, no caso das línguas orais, diferem de língua para língua, e também os sinais icônicos para ÁRVORE nas línguas de sinais brasileira e japonesa (TAUB, 2000). Saussure, inclusive, se apoia nesse tipo de situação para ressaltar o aspecto convencional da iconicidade. No entanto, as diferentes percepções não diminuem em nada o teor icônico desses signos, visto que a iconicidade está no esforço mental do ser humano para fazer associações conceituais, como assinala Sallandre (2003).

O sistema sensorial humano pode tornar cada objeto tanto único como plural. Primeiro, porque cada indivíduo pode apreender o objeto através de um sentido diferente e, segundo, porque percepções distintas podem gerar diferentes signos para um mesmo referente.

Outro aspecto relevante na visão de Taub (2000) é que essa proposta também consegue explicar porque, algumas vezes, o signo icônico não pode ser facilmente reconhecido, i.e., só nos damos conta da analogia com o real quando seu significado nos é revelado. Então, é preciso ter em mente que iconicidade não implica transparência e que talvez o signo esteja tão preso ao contexto que seja difícil a um interlocutor decifrar imediatamente o seu sentido.

2.3.3 Iconicidade segundo o modelo de Christian Cuxac (2003)

Diferente de Taub (2000), Cuxac (1993, 2003) não considera a iconicidade como uma característica da língua, pois, para ele, vista desse modo a iconicidade tende a tornar-se incompatível com um sistema que funciona em termos de diferença. Esse pesquisador acredita que a definição de iconicidade, quando colocada em termos de semelhança entre signos e referentes, pode reduzir a língua a um *sac des mots*⁷, como acontecia no período pré-estruturalista (Cuxac, 1993). Segundo ele, a iconicidade é uma noção operatória, i.e., um processo através do qual o sinalizador torna icônica a experiência, já que em termos de intenção semiótica, seu objetivo é construir o sentido para e com o outro. Assim, é por meio do processo de iconização que o sinalizador reconstitui, na língua, de modo imagético e sob forma de enunciado, qualquer experiência vivida ou imaginada. (Cuxac, 1996 apud SALLANDRE, 2003).

A fim de explicar o processo de iconização, Cuxac (1993, 2003) postula uma bifurcação de duas visões nas línguas de sinais, que até existem nas línguas orais embora não seja tão recorrente. Nesse caso, a língua divide-se entre o *dizer* conceitual e o *querer mostrar*. O primeiro é chamado de *visão não-ilustrada* e diz respeito aos signos do léxico padrão; já o segundo, a *visão ilustrada*, é um fenômeno que “*diz mostrando: ‘isso se passou assim e eu quero lhe mostrar’*” (grifo nosso). Nas línguas orais, quando tal fenômeno acontece, em geral, aparecem os gestos que são coordenados pela fala. Já nas línguas de sinais, a *visão ilustrada* é bastante frequente, pois as dimensões do mostrar e/ou imitar podem ser

⁷Saco de palavras



constantemente ativadas. Nesse sentido, a visão não-ilustrada corresponde aos sinais do léxico padrão e a visão ilustrada, aos *sinais de grande iconicidade*.

Os sinais de grande iconicidade resultam de um filtro cognitivo e, em termos de semelhança, são muito próximos quando comparados em diferentes línguas de sinais. Daí que surdos de nacionalidades diferentes podem levar menos tempo para se entenderem que os ouvintes. Também os sinais de grande iconicidade oferecem mais dificuldade para serem aprendidos pelos ouvintes que os sinais *standard*.

É possível perceber no modelo de Cuxac que a iconicidade é um traço inerente às línguas de sinais, o que significa que esse pesquisador deseja dar um tratamento específico a essas línguas, a partir da singularidade que as envolve. Por isso, deixa claro que a iconicidade não é uma característica das línguas naturais, de modo geral, como o faz Taub (2000) quando diz que, já no processo de esquematização, o indivíduo seleciona partes do objeto que podem ser representadas pelos traços/parâmetros fonológicos.

A proposta de Cuxac também deixa espaço para se pensar tanto a subjetividade como os aspectos culturais que podem ser mostrados no sinal por meio da iconicidade. Assim, comparando este modelo com o da Taub, é possível inferir que no modelo de Cuxac a preservação da estrutura da imagem tem prioridade maior, enquanto no modelo de Taub, embora se fale da tentativa de preservar a estrutura imagética, os recursos linguísticos também são levados bastante em consideração.

Contudo, não se pode esquecer de que os modelos dão uma nova dimensão à iconicidade, sendo ela característica ou não das línguas naturais como um todo. O fato é que a iconicidade está sendo pensada como um processo cognitivo que faculta ao sinalizador reconstituir sua realidade com base nas suas experiências individuais e culturais.

2.4 Análise dos dados

Durante a análise, ficou claro que o problema em relação à iconicidade não estava no modo como os dados haviam sido eliciados, mas como seriam tratados. Isso porque se verificou que os sinais evocados traduziam, de alguma forma, a realidade do sujeito. Algumas produções eram mais descritivas e outras, menos, o que variava ou de indivíduo para indivíduo ou nos sinais implementados por um mesmo sujeito.

Desse modo, resolveu-se analisar os dados a partir das abordagens acima mencionadas. De acordo com a visão de Taub (2000), verificou-se que o *modelo de construção análogo* não dá conta dos sinais mais descritivos, pois eles tendem a descrever a realidade e não adequar a imagem proveniente dessa realidade à estrutura da língua, ou melhor, de uma suposta língua. Isso significa que as etapas descritas por Taub (seleção de imagem, esquematização e codificação) inexistem nesse processo de iconização. Daí a possibilidade de tratar tais produções como mímicas ou gestos e não como sinais. Nesse caso, é preciso lembrar que, para Sarah Taub, a iconicidade é um processo inerente à língua, i.e., há um esforço do produtor no sentido de configurar a situação de acordo com as possibilidades existentes em dada língua.

No entanto, se as mesmas produções forem analisadas sob a perspectiva de Cuxac (2003), pode-se perceber que operar com a iconicidade é simplesmente traduzir o real. Por isso, para esse pesquisador, o caráter icônico das línguas sinais não é uma característica linguística, mas um processo semiótico, que



permite ao indivíduo construir seu sentido. Tal fato não significa, porém, que as produções mais descritivas sejam gestos. Na verdade, Cuxac consegue dar conta da gênese dos sinais, já que os *sinais de grande iconicidade* funcionam como um mecanismo que age por meio de um filtro cognitivo, para utentes de línguas de sinais institucionalizadas ou emergentes, com o objetivo iconicizar o evento/objeto.

Nessa perspectiva, é preciso salientar que tomar a iconicidade como uma operação, significa dizer que o indivíduo pode lançar mão desse mecanismo tanto no processo de construção do seu sistema linguístico como em momentos em que o processo de comunicação se torna precário. É o caso, já citado, de indivíduos que falam línguas de sinais diferentes e têm que estabelecer comunicação entre si.

Um outro exemplo, este já em relação às línguas orais, seria quando o indivíduo, por algum motivo, não consegue verbalizar exatamente sua intenção e acaba por lançar mão de gestos co-verbais (visão ilustrada/dizer mostrando). Nesse caso, convém lembrar que os gestos co-verbais não traduzem a fala, ao contrário, inserem informações novas à mensagem que está sendo transmitida (MCNEIL, 2000).

3 Considerações Finais

É certo que “o ponto de vista cria o objeto” (SAUSSURE, 1916). Sem dúvida, Saussure foi bastante claro, quando afirmou que na Linguística não existe um objeto pronto. Ao contrário, tudo vai sendo construído. Nesse sentido, o objetivo molda o olhar e a teoria delimita o objeto.

O objeto observacional é o mesmo: sinais implementados por indivíduos surdos oriundos de famílias ouvintes. Porém faz-se necessário perguntar sob que prisma o fato linguístico está sendo observado, já que os pesquisadores trabalham com concepções tão distintas, o que faz com que os gestos possam estar relacionados a simples movimentos corporais; consistir em movimentos, principalmente de mãos, que acompanham a fala; ser considerados elementos codificados no processo de comunicação; ou, ainda, ser vistos como unidades significativas dentro de um sistema linguístico.

Desse modo, a iconicidade inerente aos sinais caseiros pode ser considerada propriedade da língua quando a formação dos sinais se encaixa nas etapas descritas por Taub (2000) em seu *modelo de construção análogo* ou uma simples operação que permite ao indivíduo, em dado momento, inserir na língua informações que o auxiliam na construção de sentido por meio de *sinais de grande iconicidade* (CUXAC, 1993, 2003).

Vale salientar que a abordagem de Cuxac dada à iconicidade não resolve o problema das línguas de sinais em relação ao grande número de sinais icônicos e tão pouco em relação ao teor descritivo dos sinais caseiros ou línguas emergentes. Entretanto, chama a atenção para o fato de que as línguas de sinais, por serem de uma modalidade viso-espacial, merecem ser tratadas com certa singularidade e não serem conformadas aos mesmos moldes das línguas orais, como assinala Sallandre (2003).

Referências Bibliográficas

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.



BORGES NETO, J. De que trata a linguística afinal? In: BORGES NETO, J. (org.). **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola, 2004. p. 31-65.

CHAMARELLI FILHO, Milton. A dimensão experiencial da linguagem. **Muiraquitã**, Rio Branco, v. 1, p. 109-118, 2005.

CHOMSKY, N. **Arquitetura da linguagem**. Trad. Alexandre Morales e Rafael F. Coelho. Org. Nirmalangshu Mukherji, Bibudhendra N. Patnaik e Rama Kant. Bauru: Edusc, 2008. (Col. Signum).

CUXAC, C. Iconicité des Langues des Signes. **Faits de langues**, Paris, n. 1, p. 47-56, mar. 1993.

CUXAC, C. Langue et langage: un apport critique de la langue des signes française. **Langue française**, Paris, n. 137, v. 1, p. 12-31, vol. 137, fév. 2003.

FUSELLIER-SOUZA, I. **Sémiogenèse de langues des signes**: études des langues de signes émergentes (LS ÉMG) pratiqués par de sourds brésiliens. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) - Universidade de Paris, Paris, 2004.

GOLDIN-MEADOW, S. Structure in manual communication system development without a conventional language model: language without helping hand. In: WHITAKER, H.; (org.). **Neurolinguistics**, Nova York: Academic Press, v. 4, p. 125-209, 1979.

KEGL, J.; SENGHAS, A.; COPPOLA, M. Creation through contact: sign language emergence and sign language change in Nicaragua. In: DEGRAFF, M. (ed.). **Language creation and language change: creolization diachrony, and development**. Cambridge: Mit Press, 1999. p. 179-237.

KUMADA, K. M. O. “**No começo ele não tem língua nenhuma, ele não fala, ele não tem LIBRAS, né?**”: representações sobre as línguas de sinais caseiras. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008. (Col. Língua[gem]).

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Trad. Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

MAHER, J. **Seeing language in sign: the work of William C. Stokoe**. Washington: Gallaudet, 1996.

MARTELLOTA, M. E (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAYBERRY, R. The cognitive development of deaf children: recent insights. In: SEGALOWITZ, S. J.; RAPIN, I. (eds.). **Handbook of neuropsychology**, Nova York, v. 7, p. 51-68, 1992.



_____; EICHEN, E. B. The lost-lasting advantage of learning sign language in childhood: another look at the critical period for language acquisition. **Journal of memory and language**. v. 30, p. 486-512, 1991.

MCNEILL, D. (Org.). **Language and gesture**. Chicago: Cambridge, 2000.

MORFORD, J. P. Insights to language from the study of gesture: a review of research on the gestural communication of non-signing deaf people. **Language and communication**, Oxford, v. 16, pp. 165-78, 1996.

NUCKOLLS, J. The case for sound symbolism. **Annual Reviews of Anthropology**, Birmingham, v. 28, p. 225-52, 1999.

PINKER, S. **O instinto da linguagem**: como a mente cria linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992. (Série Lingüística).

SALLANDRE, Marie-Anne. **Les unités du discours en Langue des Signes Française**: tentative de catégorisation dans le cadre d'une grammaire de l'iconicité. 2003. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) - Universidade de Paris, Paris, 2003.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurológicas. São Paulo: Plexus, 2007.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1976 [1916].

STOKOE, William C. **Sign language structure**: an outline of the visual communication systems of the american deaf. Burtonsville (Maryland): Linskstok, 1993.

TAUB, S. Iconicity in American sign language: concrete and metaphorical applications. **Spacial cognition and computation**. Netherlands, 2000, 2: 31-50.

TEIXEIRA, E. R. **Exame Fonético-Fonológico ERT**. Salvador: [s.n.]. 2006.

TEIXEIRA, E. R. Palavras *versus* enunciados: eliciação de dados em fonologia em desenvolvimento. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, v. 21-22, p. 59-68, 1998.

TERVOORT, R.T. Esoteric symbolism in the communication of young deaf children. **American Annals of deaf**, n. 106, a. 5, p. 436-80, 1981.

YAVAS, M. et al. **Avaliação fonológica da criança**: reeducação e terapia. Porto Alegre: Artmed, 2001.





YAU, S.-C. Création de langues gestuelles chez des sourds isolés. In: **Cahiers de linguistique - Asie orientale**, v. 17, n. 1, p. 151-154, 1988. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/clao_01533320_1988_num_17_1_1268>. Acesso em: 16 nov. 2012.



O ESTUDO DA ONOMASIOLOGIA E DA SEMASIOLOGIA APLICADO ÀS MICROESTRUTURAS ONOMASIOLÓGICAS DE *PESCADOR* NA COMUNIDADE DE BAIACU-VERA CRUZ-BAHIA

*Cristiane Fernandes Moreira**

Resumo: Este artigo compreende um estudo de análise descritiva predominantemente semântico-lexical dos termos da língua de especialidade da atividade pesqueira na comunidade de Baiacu. Tem por base o referencial teórico-metodológico da Onomasiologia e da Semasiologia, pautado na proposta da Semântica Estrutural Europeia apresentada por K. Baldinger (1970), bem como no campo de debates da Lexicologia. A principal problemática refere-se à investigação em torno da estruturação dos campos conceituais e dos campos semasiológicos do vocabulário do grupo em apreço. A análise se realiza com base na pesquisa desenvolvida a partir da aplicação de inquéritos linguísticos com pessoas que trabalham na pesca e completada com dados de dicionários gerais e etimológicos.

Palavras-chave: Semântica; Onomasiologia; Semasiologia; Terminologia.

Abstract: The article represents a study as a descriptive analysis predominantly lexical-semantic, and should be interpreted as lexical units according to the ideas that represent. It is a subject that is presented based on theoretical and methodological reference of Onomasiology and Semasiology, based on the proposal from the European Structural Semantics by Baldinger (1970), and in the discussions of Lexicology. It is intended to conduct an onomasiology study. The main problem concerns in the investigation around in the question of how the conceptual and semasiology fields of fishing activity in Baiacu are structured. The analysis is based on research developed from the application of linguistic surveys with persons engaged in fishing and supplemented with data from general and etymological dictionaries.

Keywords: Semantics; Onomasiology; Semasiology; Lexicon.

1 Apresentação

Agradeço inicialmente a Revista Letrando e à professora Ivanete Freitas Cerqueira pela oportunidade de publicar parte da minha dissertação de mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. A ideia da publicação tomou forma mesmo em discussão com colegas do curso de Doutorado sobre a qualidade da Revista. Foi então que desenvolvi uma reflexão teórica

* Doutora e Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialista em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: svencris@hotmail.com

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9203404082524634>





sobre a temática que aparece em estudo completo na minha dissertação acerca de “As denominações para os pescadores e os apetrechos de pesca na comunidade de Baiacu-Vera Cruz - Bahia”. Procuo, com isso, fazer repercutir que teoria e empiria mantêm relações intermináveis, são bidirecionais. E também ratificar sobre a questão de que a língua constitui marca identitária da comunidade que a usa. Sendo assim, convido aos colegas familiarizados com os muitos projetos em andamento e ou em conclusão a que se dediquem a exercício semelhante. Para orientar este artigo, divido-o em algumas partes: breve resumo sobre o método; contextualização da comunidade que serve de base para a pesquisa; explanação dos recursos teóricos utilizados para fundamentar as ideias propostas, e a análise dos dados. Vale lembrar que as críticas serão muito bem aceitas.

2 O Método

A pesquisa constitui-se a partir da análise de um *corpus* sincrônico mais amplo, com base nas aplicações de inquéritos linguísticos com pessoas que trabalham na pesca da comunidade do Baiacu/Vera Cruz/Bahia, sendo trinta 34 (trinta e quatro) homens e uma 01 (uma) mulher, todos eles com idade compreendida entre 21 e 86 anos. A maioria estudou até a primeira série do primeiro grau, conhecido atualmente como segundo ciclo do Ensino Fundamental. Fez-se necessário da elaboração de perguntas que permitissem interpretar determinadas unidades lexicais dadas pelos informantes. O *corpus* investigado reúne também dados de dicionários gerais e etimológicos e da língua oral, resultante da consulta às respostas aos questionários e entrevistas de coleta de dados em que se elaborou e aplicou o Questionário Semântico-lexical (QSL), com 112 perguntas, subdivididas em: gerais, específicas e complementares, com base nos estudos do AliB (Atlas linguístico do Brasil); do APFB (Atlas Prévios dos Falares Baianos), e nos estudos de Serafim da Silva Neto.

O critério considerado foi a respostas de questões contemplando as relações de significação entre os campos, redes de significação. Tal relação é definida por sinônimo prototípico, posto que a definição consista em palavras separadas ou em série de sinônimos usualmente contendo um núcleo e suas especificações. O que define o campo de cada palavra é o mais prototípico porque torna explícito a informação semântica e implícita a definição dos elementos [Sterkenburg, 2006, denomina de ‘semagram’ porque define o campo de cada lexia e é instrumento da função onomasiológica]. O método é investigativo e empírico, pois se apresentam descrições de práticas linguísticas efetivas por meio de colocações de exemplos.

As unidades relacionadas ao campo dos *Pescadores* são definidas conforme a função que cada membro desempenha na cultura da pesca daquela comunidade. As definições foram elaboradas a partir das abonações dos pescadores e dos dicionários gerais e etimológicos. No que tange à transcrição dos inquéritos, alguns critérios foram obedecidos, a exemplo de: a transcrição é grafemática; todas as formas foram transcritas da mesma maneira que realizadas pelo falante, compreendendo os itens que são objetos da questão e o contexto em que estão inseridos; os nomes dos informantes são indicados apenas pelas iniciais maiúsculas; entre outros. A microestrutura onde se representa as informações referentes aos verbetes, assim se encontra: ordenação da lexia não alfabeticamente, mas de acordo com as ideias que eles expressam. Considera-se como microestrutura, a organização das unidades lexicais determinadas semanticamente pelas relações que elas mantêm entre si e pela relação com o conceito. O agrupamento é por ninho devido se servir de paralelismo semântico. As denominações não constam



em uma lista ordenada, mas de acordo com a classificação ideológica. Privilegia-se a significação documentada no contexto proferido pelos informantes.

3 A Comunidade

A comunidade que serve de base para essa pesquisa é a comunidade de pescadores artesanais de Baiacu - Vera Cruz - Bahia. A Vila de pescadores de Baiacu é uma comunidade pertencente ao município de Vera Cruz, situado na Ilha de Itaparica. Distante de Salvador 43 (quarenta e três) quilômetros, está localizada na contra costa da Ilha, possui variação vegetal pertencente à província atlântica: manguezal, restinga e mata secundária. A localidade de Baiacu é remanescente da primeira ocupação da Ilha, em 1560, sendo a mais antiga e importante colônia de pescadores que tem a Ilha. No início, século XVI (1560), Baiacu era a mais importante e tradicional das 27 (vinte e sete) comunidades existentes na Ilha de Itaparica, devido a ter sido o único vilarejo onde o jesuíta Luís da Grã e seus companheiros de catequese aportaram e edificaram a segunda igreja católica matriz, no Brasil, sob a invocação do Nosso Senhor da Vera Cruz.

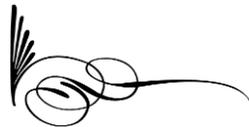
Baiacu tem como origem o termo *Mayacu*. Com base nos dicionários de Afonso de Freitas (1976) e Lemos Barbosa (1951), o termo [maya'ku] é um termo tupi, caiu em desuso na época pós-clássica, devido a motivos fonéticos. A diferenciação pode se dever a causas histórico-linguísticas. O termo *Baiacu* deve ter surgido por influência do substrato no campo da fonética. Na conjuntura atual, o que se tem percebido na comunidade é que o topônimo *Baiacu* está em processo de mudança em curso ou variação entre os termos [Ba'jaku] e [Baja'ku].

O pequeno povoado de Baiacu é composto por marisqueiras e pescadores artesanais que buscam na pesca de peixes e mariscos sua subsistência e única fonte de renda. Dados e informações contidos na história da Ilha remetem, especificamente, à pesca, por exemplo, à questão da introdução a caçadas de baleias em 1603, na Ponta das Baleias, onde hoje é a cidade de Itaparica. Lá foi construída a primeira armação de caça a esses mamíferos. Esse fato sobre a pesca das baleias é o centro da história da pesca em Baiacu.

4 Os Contributos da Onomasiologia e da Semasiologia, da Lexicologia e da Terminologia em uma Pesquisa com Dados Empíricos

As microestruturas onomasiológicas (campos de denominações) e semasiológicas (campos de significações) apresentam a ciência do significado enquanto relação entre as unidades lexicais (plano da expressão) e o conteúdo (plano conceitual). Conforme assegura Baldinger (1970), autor que serviu de base para este estudo, a Onomasiologia e a Semasiologia são perspectivas tanto histórico-evolutivas, como pedagógicas. O autor aponta a Semasiologia- a que hoje chamaria a Semântica- como uma introdução histórico-evolutiva para a compreensão do estudo da língua. E informa que a sua posição é apenas um exemplo de estudo sobre a Semântica dentre vários outros possíveis. Desse modo, depara-se com uma preocupação estrutural em torno do plano das *denominações* linguísticas, e ressalta o fato de que a investigação da Semântica, que estuda todo o lado do conteúdo da linguagem, ter feito progressos revolucionários nos últimos dez ou quinze anos. Diante disso, ele assume ideias de Heger, Coseriu,





Pottier, e do próprio Saussure e outras próprias a respeito da investigação do significado, tarefa da nova linguística que apresenta o estado atual e perspectivas da Semântica estrutural. Na teoria de Baldinger, postula-se que os conceitos são independentes de qualquer língua e se organizam em sistemas linguísticos, o que contribui para demonstrar que um único conceito pode ser expresso por *denominações* linguísticas. Essa teoria semântica tem como base o sistema racional de conceitos e de denominações, e estuda um sistema de significações ou sememas, segundo este conjunto de significações esteja ligado a um conceito ou a um significado. A Onomasiologia e a Semasiologia favorecem tanto a lexicologia histórica como a visão estrutural dos fenômenos linguísticos, e atingem a reconstituição histórica, assim como o registro e a riqueza dos falares. Ambas estabelecem estruturas, sendo que a Onomasiologia corresponde à sinonímia, enquanto a Semasiologia se baseia na polissemia.

Os estudos onomasiológicos tiveram, segundo Babini (2006), grande desenvolvimento no domínio das línguas românicas. O ponto de partida para a descrição dos conceitos foi o latim, uma vez que permitia, para alguns grupos de ideias, resgatar mais de dois mil anos de história lexical. Prossegue o autor afirmando que dentre os trabalhos que tiveram como ponto de partida a língua latina destaca-se a obra monumental de Wartburg, *Französisches Etymologisches Wörterbuch-FEW*, de 1928, que apresenta uma minuciosa descrição histórica do vocabulário galo-românico. Mas é em 1952 que Wartburg, juntamente com Hallig, redige a obra que é considerada um marco nos estudos da Onomasiologia: o *Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie* (Sistema Racional de Conceitos). Ao citar Baldinger, por exemplo, Babini (2006) explica que o *Dictionnaire onomasiologique de l'ancien occitan*, de Kurt Baldinger contribuiu de modo significativo para os estudos onomasiológicos e para continuar a tradição dos estudos de Onomasiologia nas línguas românicas.

Assim, traduz Baldinger (1970) a representação conceitual com o significante:

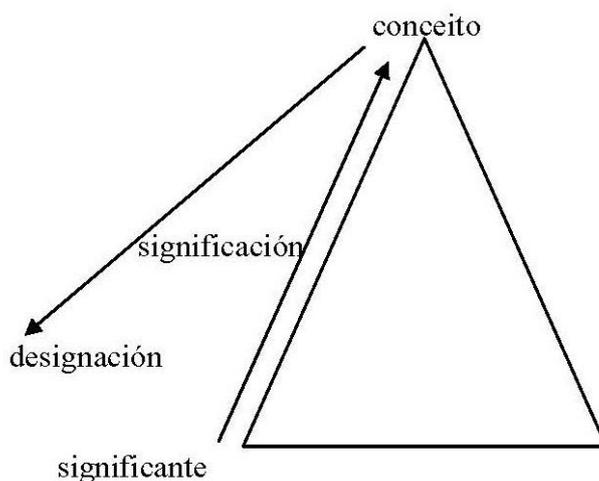


Figura 1: Modelo de Baldinger

Baldinger (1970) chama a atenção para a relação de representatividade entre conceito e significante. A significação parte de um significante para chegar a um conceito, a um objeto mental. Nesse sentido, cabe a Semasiologia desempenhar determinada tarefa. A denominação conduz-se de um conceito para chegar a um significante, sendo, portanto, considerada como estrutura onomasiológica.

Em estudos, Silva (2005) apresenta as duas estruturas em referência a um mapa conceitual da semântica histórica que pode ser representado como se segue:



	QUALIDADE: entidades e relações	QUANTIDADE: diferenças de saliência
SEMASIOLOGIA	Novos sentidos e mecanismos de mudança (metáfora, metonímia, etc.)	Características prototípicas da mudança
ONOMASIOLOGIA	Novas palavras/nomeações e mecanismos de mudança (formação de palavras, neologismo, empréstimo, etc)	Mecanismos preferenciais (metáforas dominantes, etc.)

Figura 2: Mapa conceptual da semântica histórica (SILVA, 2005, p. 310).

Silva (1999; 2005) revela que as estruturas onomasiológicas e semasiológicas podem ser analisadas a partir da perspectiva da mudança semântica, tendo como base os elementos metafóricos e metonímicos, assim como os estudos cognitivos e conceptuais.

Esse modelo proposto conduz a uma espécie de orientação atual da linguística em direção às teorias e procedimentos de análise da Lexicologia e da Terminologia. Seus objetivos são, portanto, semânticos e lexicológicos.

A Lexicologia que, no sentido lato, tem por objeto de estudo as ‘palavras’, as unidades lexicais, é descrita na obra de Tamba-Mecz (2006) a partir de três correntes teóricas que representam direções opostas para o estudo da compreensão do sentido das palavras. A primeira é a Lingüística Comparada que se caracteriza em um período evolucionista, 1883-1931, da história das palavras. Dentre os representantes mais expoentes, citam-se, nesse caso, Bréal e Trier, este último especialmente destacado pelo seu estudo dos campos léxicos, e influenciado pelas ideias da língua, como sistema, e da articulação, como característica essencial de toda língua, teoriza acerca da organização de palavras em campos, e concebe em seus estudos o vocabulário de um estado lingüístico sincrônico como uma totalidade semanticamente estruturada em campos léxicos. Tais campos estabelecem uma relação de coordenação ou hierarquia, e representam um todo articulado, uma estrutura em que a modificação de uma expressão implica em mudança nos elementos próximos, assim como das palavras que expressam tais conceitos. A segunda corrente é considerada como período misto-1931-1963: história das palavras e estruturação do léxico, em que coexistirão dois pontos de vista: o evolucionista e o sincrônico tendo como representante maior Saussure. A terceira corrente teórica refere-se ao período das teorias linguísticas de tratamento computacional, e tem como marco referencial os anos 1960 a 1990 e é definido pela autora como período em que se preocupa em explicar o impacto das situações de comunicação sobre a interpretação dos enunciados. Os principais representantes são Chomsky, com a Gramática gerativa, e Lakoff e J. MacCawley, com a Semântica gerativa. Ao abordar tais correntes, Tamba-Mecz (2006) demonstra os limites e as modalidades possíveis de uma análise do sentido e das unidades da língua, ao mesmo tempo em que relaciona o significante à complexidade das estruturas semânticas.

Sobre a Terminologia¹, sabe-se que as línguas de especialidade seguem os princípios estabelecidos por essa ciência. A Terminologia, outrora, preocupava-se com a visão estática e normalizadora dos termos, com o objetivo de sistematizar os discursos especializados nas áreas do saber

¹ Para Oliveira, Isabelle (2009), Eugênio Wüster é o fundador da Terminologia, e de acordo com a concepção wüsterienna, o termo não pode ser considerado como uma unidade que abarca à teoria lexicológica, a Terminologia se apóia sob a prescrição em detrimento da descrição. O objetivo da Terminologia é estabelecer os sistemas de noções para a base da normalização (cf. OLIVEIRA, Isabelle, 2009, p. 28).



ou de atividade. Atualmente, entende-se o funcionamento das terminologias em um contexto mais amplo, levando-se em consideração os avanços da Ciência linguística e da Socioterminologia, em detrimento dos propósitos normalizadores. Situa-se a Terminologia no espaço da interação social, com o objetivo de descrever e analisar as variantes terminológicas. Autores, a exemplo de Alves (1996), Krieger (2000), Oliveira e Isquerdo (2001), Faultstich (1984), Aragão (2007), definem a Terminologia, no sentido mais estrito, como a sistematização de termos e conceitos. De acordo com Alves (1996), a Terminologia é um conjunto organizado de unidades léxicas de uma língua que são utilizadas numa mesma sincronia. Para os especialistas, a Terminologia é o reflexo formal da organização conceptual de uma especialidade, é um meio inevitável de expressão e de comunicação profissional, e adquiriu uma identidade própria e independente em relação à Lexicologia e à Lexicografia. A origem das reflexões sobre o nome e a denominação, base da Terminologia, encontra-se toda a reflexão sobre a linguagem e o sentido. É no nível da ordenação do pensamento e da conceitualização que se representa a dimensão cognitiva da Terminologia, isto é, a base da comunicação entre profissionais. E por ter transportado a esse campo, há certo consenso com os percursos onomasiológicos e semasiológicos que são próprios da comunicação em língua de especialidade, como em língua geral.

5 A Análise dos Dados

O termo 'denominação'² é proveniente de uma relação referencial constante e codificada entre uma coisa (objeto extralingüístico) e um signo, fazendo com que esse signo passe a constituir uma característica inalienável do objeto, o seu nome. Nesse sentido, as *microestruturas onomasiológicas* partem dos conceitos para relacionar as unidades lexicais, e são consideradas realizações linguísticas em função dos conceitos por elas representados. Essa definição se encontra nos estudos postulados por Baldinger (1970), em que apresenta a Onomasiologia como estudo das denominações, dos vários nomes atribuídos a um objeto, animal, planta, individualmente ou em grupo, dentro de um ou vários domínios linguísticos. Para a análise, dos 16 (dezesesseis) campos³ encontrados na pesquisa foram analisados apenas dois, com um total de 11 (onze) microestruturas⁴, sendo que 9 (nove) microestruturas onomasiológicas correspondem aos **APETRECHOS**, e constam de um total equivalente a 93 (noventa e três) unidades lexicais, e 2 (duas) microestruturas pertencem à categoria de **PESCADOR**. Essa última se constitui de um total de 35 (trinta e cinco) lexias. Nas microestruturas em que se encontram os verbetes/e ou termos, os contextos revelam os fatores sociais, psicológicos e referenciais. Dessa forma, 11 (onze) categorias centrais e 128 (cento e vinte e oito) itens lexicais são submetidos à análise. Entretanto, para este artigo

² Para Siblot (2007), a problemática da nomenclatura torna-se ambígua na terminologia linguística, pois apresenta várias formas de nomeação em que a *designação* e a *denominação* são consideradas no mesmo paradigma de sinônimos. Para o autor, a *designação* é um termo mais genérico, e comum a unidades diferentes, é a forma final, a materialização do discurso em posição de hiperônimos. São expressões linguísticas lexicalizadas ou não. Por sua vez, a *denominação* é definida como formas estabilizadas na língua. Caso se adotasse a concepção aristotélica para a denominação, dizem-se os que, tendo a terminação diferente, têm, contudo, as atribuições que esse nome designa, idênticas.

³ Chamo de campo grupo de palavras frequentemente reunidas sob um termo genérico.

⁴ Apresento para a microestrutura o conceito de organização das unidades lexicais determinadas semanticamente pelas relações que elas mantêm entre si e pela relação com o conceito.



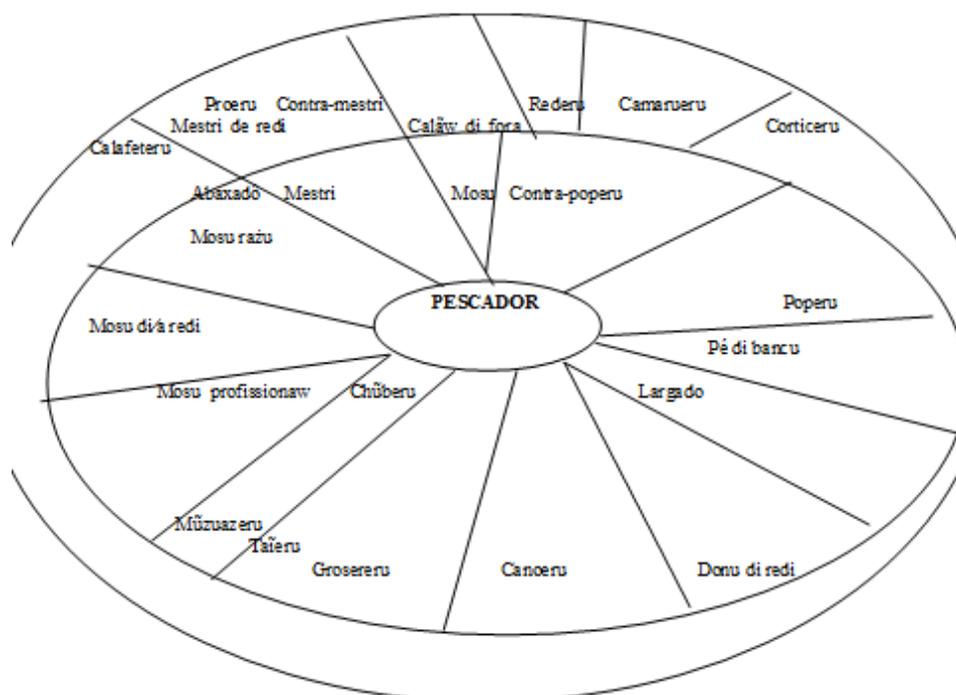
apenas algumas unidades lexicais referentes ao domínio de **Pescador** serão representadas, devido respeitar-se o número de páginas para a publicação.

5.1 Microestrutura onomasiológica de PESCADOR

Em Baiacu, as *denominações* que se atribuem ao homem trabalhador da pesca referem-se a um conceito estendido, motivado tanto por série, como por uma categoria semanticamente estruturada, a exemplo de *moço abaixador*, *moço pé de banco*, *moço popeiro*, *moço* ou, simplesmente, *pescador*. De fato, encontra-se, aqui, o esclarecimento das relações e do valor semântico atribuídos a certas unidades lexicais, que se especializam nas denominações para **PESCADOR**, à luz do que foi pesquisado em dicionários etimológicos e gerais, nas abonações dos próprios pescadores e nos estudos léxico-semânticos. Observe o campo:



Figura 1: Pescadores artesanais da comunidade de Baiacu-Vera Cruz-Ba (MOREIRA, 2010).





A microestrutura onomasiológica de **PESCADOR** corresponde às questões 13- Para pescar de que se necessita?; 46- Quem é que sai para pescar?; 47- O (a) senhor (a) é ____; 51- A pescaria é um trabalho para quem?; 52- Como o pescador planeja a pescaria?; 53- Quem trabalha na pesca?; 54- Aquela pessoa que pesca como é que se chama?; 55- De que é formada a pescaria?; 57- Como se chama o pescador que sabe manusear os instrumentos de trabalho?; 60-... o homem que é contratado para trabalhar na pesca?; 62-... a pessoa que cuida de toda a pesca?; 64- Como é designada a pessoa que sai para pescar? Trata-se de lexias simples, compostas e complexas. Foram encontradas vinte e cinco denominações incluídas nesse campo: *calafateiro, camaroeiro, canoeiro, corticeiro, dono de rede, grosereiro, manzuazeiro, redeiro, mestre de rede ou proeiro ou contra-mestre, moço e tainheiro*, entre outras. *Mestre de rede* ou *proeiro* é o que melhor representa essa microestrutura de **Pescador**, é o elemento mais saliente seguido de *moço*.

Aquele que tem como labor diário a pescaria alguns chamam *pescador*, outros *aquele que vai à pesca*, e outros ainda o chamam de *homem do mar*. É a vivência linguística ou, especificamente, cadeias paralelas como a do conceito e da imagem acústica, que revelam que uma mesma função pode ser expressa por formas diferentes e uma única forma pode representar diferentes funções. De acordo com Cunha (1999), o termo *pescador* encontra-se documentado a partir do século XIII, e tem sua origem no latim *pīscātor-ōris*. Entretanto, para o mestre pescador J.S.P., 86 anos “*pescadô é lê o ma, é um misteru*”.

PESCADOR s.m.

Transc. Graf. **Pescadô** “A profissãw é **pescadô** e tamém tem as pessoa que marisca, as muleres, por exemplo, são marisqueras. Mas que trabała na pescaria é mosu, mosu ahenti chama de mosu a profissãw de **pescadô**. Mas, a caderneta vem é de **pescadô**. Mas, aqui em Baia’ku é mosu de redi, tem o mestre e tem os mosu é a maneira de empregá o termo pra falá proeru, mas a finalidade é **pescadô**, o nome apropiado é **pescadô**, que ele pesque a rede, que ele vá de mosu, ele diz é **pescadô** porque den’ da pescaria cada um tem sua funsão, né [...]” (O.C., 72 anos)

‘Trabalhador da pesca’.

PESCADOR é o conceito central e ao redor dele encontram-se as demais denominações, todas dependentes do serviço que o trabalhador da pesca desempenha e o lugar que ele ocupa no conjunto do labor pesqueiro, o que demonstra que o *Pescador* pode fazer mais do que lançar a rede ao mar. *Pescador* é uma das lexias de maior ocorrência entre os trabalhadores do mar, seguida de *moço* e *mestre*, mesmo porque a comunidade de Baiacu é tipicamente constituída de pescadores e conhecida como “a única comunidade da Ilha de Itaparica composta de pescadores artesanais”. Mas a idéia que advém do termo *Pescador* perpassa o campo das relações profissionais, abarca um campo maior, o simbólico, porque metaforiza um conceito amplamente estendido da categoria. Essa metaforização expressa não a transposição do nome de uma coisa para outra, como propagavam os clássicos, mas revela ação e pensamento entre dois domínios para representar uma só imagem, uma associação de ideias representadas na memória singular do indivíduo, essencialmente uma maneira de pensar revestida de uma prática social, mediante expressão de um novo conceito, conforme proposta dos cognitivistas e de adeptos das metáforas conceptual e terminológica. Somente quem vivencia sabe entender o valor do signo presente ali.



**MOÇO** s.m.

Transcr. Graf. **mosu** “[...] *que trabala na pescaria é, é mosu, mosu ahenti chama di mosu a profissão de pescadô [...].*” (O.S., 72 anos); *A equipe é essa merma se foi di cinc’, seis mosu aquilo ali é uma equipe di mosu daquela redi, digo, pesca direto naquela redi, o mosu tem essa obrigasãw.*” (C.P. N, 66 anos)
‘Moço responsável pela atividade da pesca’.

A lexia simples *moço* encontra-se no campo nuclear do conceito **PESCADOR**. Quanto às definições citadas nos dicionários gerais e etimológicos, não correspondem à significação com que a lexia é empregada na comunidade de Baiacu. As denominações mais frequentes para esse conceito no *corpus* em apreço apresentam-se, também, como lexias compostas e complexas. Nesse sentido, os traços que unem o conceito **MOÇO** às outras denominações são os traços ‘masculino’ e as ‘funções laborais da pesca’.

Assim, por exemplo, para a denominação *moço*, a idéia que se apresenta, geralmente, evoca apenas a categoria. Diz-se: “conheci o *moço* que trabalha na rede de Moreno”, já se sabe quem é, e o que se expressa na realidade é ‘pescador’. Entretanto, para o interlocutor apenas a categoria é evocada. Nesse sentido, *moço* é um signo linguístico para quem partilha daquela mesma experiência, mas não, para outra pessoa em cuja comunidade não se associe a essa lexia uma determinada representação que corresponda, precisamente, ao significado ‘pescador’. Observa-se, do mesmo modo, que a relação entre o significante e a realidade nem sempre é uma relação direta, se assim fosse, não seria possível designar a mesma coisa em línguas diferentes com imagens acústicas distintas. Caso contrário haveria apenas uma língua (BALDINGER, 1970). Convém observar, nesse sentido, que só o que fala e conhece nada mais que seu próprio idioma tende a identificar palavra e coisa. Para o autor, não se pode limitar o conceito à realidade. O conceito é apreensível somente com a ajuda de um significante e os sistemas designativos servem para realizar os conceitos.

Moço, frequentemente, corresponde à pergunta a respeito de quem é a pessoa que sai para pescar. Seguido do termo *Mestre*, é uma das unidades de maior ocorrência utilizada pelos pescadores na comunidade de Baiacu. *Moço* ocupa uma posição que durante muito tempo pertenceu ao *mestre*, o que é uma consideração de ordem diacrônica. Comprova-se, desse modo, que o sentido de *moço* pode estar ligado à significação dada para cada posição de uma série daquelas denominações. A depender da função que cada lexia desempenha, há uma relação hierárquica e motivada por série associativa. Neste campo, nem sempre a cada diferente tipo de unidade linguística corresponde um nível de unidade estrutural. No que tange à classificação dessa microestrutura, a categoria básica é o substantivo que, às vezes, acompanhado de adjetivo, forma um sintagma nominal. Há uma série de termos derivados.

MOÇO RASO sintagma nominal

Transc. Graf. **Mosu razu** “[...] *Tem mosu que ahenti leva ainda não sabe pescá, mas ahenti leva pra desafoná, não sabi fazé a cort (?= cortiça) a, esses é mosu razu, como diz. [...]*” (O.S., 72 anos); “*O mosu razu é o que mais gãa. O mosu razu é na bruta, faz qualqué trabaio.*” (Z.N. , 40 anos)
‘Moço considerado aprendiz, e também aquele disponível a qualquer serviço na pesca’.





A denominação *moço raso* é uma lexia não dicionarizada, apresentando relação metafórica. Trata-se de uma metáfora conceptual⁵.

MOÇO DE/A REDE sintagma nominal

Transc. Graf. **Mosu di'a redi** “[...]Mas que trabala na pescaria é mosu, mosu ahenti chama de mosu, a profissão de pescadô, omi que trabala na pescaria [...]. Aqui em Baiacu é **mosu di redi**, tem o mestri e tem os mosu, é a manera de empregá o, o termu [...]” (O.S., 72 anos); “São os **mosu da redi** que trabala na pesca [...]” (M.D., 68 anos)
'Moço que trabalha na pesca'.

Lexia complexa não dicionarizada. A lexia simples *moço* passa à complexa *moço de rede*. No dizer de Piel (1989, p. 132), passa a ser bitemática, mas o seu significado é preservado se comparado ao monotemático.

PÉ DE BANCO sintagma nominal

Transc. Graf. **Pé di bancu** [...] o **pé di bancu** é que rema a canoa. E quando ele acaba di remá a canoa, ele vai puxá aquele chũbu, o largadô puxa uma parti e ele puxa otra até chegá em cima. [...]As veiz pega **pé di bancu** pra ajudá o abaxadô[...] . (C.P. N. , 66 anos)
'Moço que desempenha a função tanto de remar a embarcação, quanto a de realizar outros serviços do ramo da pesca'.

Lexia não dicionarizada. Outra denominação metonímica. Há quatro significações para esse termo, em Baiacu, o que revela relação de polissemia. A primeira se refere a uma das partes da canoa, lugar específico reservado para colocar a *vela de pena*; a segunda, como recipiente para colocar o pescado. Outra diz respeito ao assento do *moço pé de banco*. E uma quarta, relaciona-se à denominação para o 'pescador cuja função, nessa microestrutura, é a de remar'.

POPEIRO s.m.

Transc. Graf. **Poperu** “[...] cada qual tem seu trabalo [...] o **poperu** é quem equilibra a canoa é quem vai pra onde ahenti qué, vamo pra tal lugá, quem governa a canoa ele, sabe?” (L.A.S, 34 anos); “Agora esses rapaz que pesca se chama mosu di redi, cada qual tem sua posição dentro da canoa. Por exemplo... e tem o **poperu** [...] rema pra governá certão pra num, num saí do ritmo, né, do nível, porque se saí, perdi o lãsu.” (J.A.G, 59 anos)
'Moço que desempenha a função de remar a embarcação'.

Popeiro serve também como extensão semântica para o conceito **MOÇO**. Trata-se de um derivado de *popa*, uma das subdivisões da embarcação *canoa*.

⁵ A metáfora passa a ser considerada como uma comparação, em que há uma identificação de semelhanças e transferência dessas semelhanças de um conceito para o outro. Para Lakoff e Johnson (2002; LAKOFF, 2003), sobretudo, o sistema conceptual dessa teoria é metaforicamente estruturado, isto é, os conceitos, na sua maioria, são parcialmente compreendidos em termos de outros conceitos.





Observa-se que o pescador atribui ao ser humano características pertencentes ao seu objeto. Apesar de o termo *popeiro* expressar o conceito de ‘governar’, o pescador expressa uma relação, por analogia, com uma das partes da embarcação. Lexia não dicionarizada.

CONTRA-POPEIRO s.m.

Transc. Graf. **Contra-poperu** “*Qué dizé, aqui é o seguinte, desde quando a pessoa vai trabalá, as veiz não sabe trabalá. Aí chega o mestri e diz assim: vambora, vambora pescá? Aí leva aquele mosu, aquela pessoa. Aí pega e bota no **contra-poperu** pra largá a cortisa. Então, por ali é que a pessoa, o mosu comesa [...]. Mas ondi comesa é no **contra-poperu**. Qué dizé, no **contra-poperu** comesa, e mûỹtas veiz no **contra-poperu** termina, porque quando vai chegano de uma certa idade se vortá a pescá, vorta de novo prû **contra-poperu**, porque as fosa vai, vai perdeno. Intão, ele vorta pra’quela pozisão.*” (C.P.N., 66 anos)

‘Moço responsável por largar a cortiça e auxiliar o moço *popeiro*. Refere-se, também, ao ‘primeiro posto daquele que inicia a carreira na pesca’.

A lexia composta *contra-popeiro* não se encontra dicionarizada. *Contra-popeiro* revela a relação de hierarquia existente na categoria de moço, quanto às fases por que passa o profissional da pesca.

ABAIXADOR s.m.

Transc. Graf. **Abaxadô** “*A pessoa que só levanta a redi é o **abaxadô**.*” (M.D., 68 anos).

‘Moço pescador que fica sob a água e dentro da rede, supervisionando a captura do pescado cuja função mais saliente é abaixar e cercar a rede’.

Apenas dois dos dicionários pesquisados registram a lexia composta *abaixador*: os de Ferreira (1999) e de Cunha (1999) que apresentam para a lexia *abaixador* a datação do século XIV, como proveniente de *baixo* < lat. **bassus**.

Possui duas categorias básicas a de adjetivo e a de substantivo. Passa a ter o mesmo valor do termo central *moço*, quando se constrói do mesmo modo que a referência ‘ser pescador’. O sentido de base é de origem latina **bassus**.

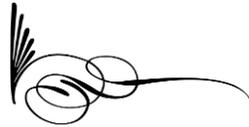
CALÃO DE FORA sintagma nominal

Transc. Graf. **Calãw di fora** “[...] e daí ahenti comecemu na maré, e aprendemu que **calãw di fora** é os mosu que fica co’ a água nos peitu. É dois, um na frente, puxa; otro, segura o calãw. Calãw di terra, o mosu que a água fica no jueļu ou abaxo do jueļu.” (C.P. N. , 66 anos); “Os que vão por terra é calãw di terra, é redi di camarãw; os que vão por lá, vão mais pelo fundo, chama **calãw di fora** porque tá lá na parte di fora, e o que tá mais cá em terra é calãw di terra . Os de lá vai, vai com água na cintura, nas caxa dos peitus, e os daqui vai pelo razu, é calãw di terra. O calãw di terra não se moła.” (O.C., 72 anos)

“Moço que pesca na área menos superficial do mar”.

Forma não dicionarizada. *Calão de fora* é uma expressão referente à coisa, sendo usada, também, por metonímia, para designar seres humanos. Esta lexia complexa *calão de fora* indica o tipo de rede utilizado e o local onde o moço pesca, com referência à profundidade do mar.



**CALÃO DE DENTRO/ CALÃO DE TERRA** sintagma nominal

Transc. Graf. **Calãw di dentu/ Calãw di terra** “[...] *calãw é a redi que pesca quatro pessoa, mosu, é a redi di arrastu, é camarueru, chamada camarueru, são duas pessoa, mosu pescanu fora, no **calãw di fora** e uma pessoa pescano no **calãw di terra**, di dentu e fica um mosu na canoa catano o camarãw, separano o camarãw di pexi, do siri, e da bagacera que é o limo, água-ma, esses negosu” (M.O., 22 anos); “Os que vão por terra é **calãw di terra**, é redi di camarãw; os que vão por lá, vão mais pelo fundo, chama **calãw di fora** porque tá lá na parte di fora, e o que tá mais cá em terra é **calãw di terra**. Os de lá vai, vai cum água na cintura, nas caxa dos peitus, e os daqui vai pelo razu, é **calãw di terra**. O **calãw di terra** não se moła.” (O.C., 72 anos)
‘Moço pescador de rede de camarão cuja função é associada à posição em que se encontra no mar e no tipo de rede em que se pesca’.*

Forma não dicionarizada. As variantes lexicais *calão de dentro* ou *calão de terra* apresentam a mesma significação: ‘moço que não pesca nas profundezas do mar’.

LARGADOR s.m.

Transc. Graf. **Largadô** “[...] *o que larga a redi, aqueles bolo no meio da redi, os bolo que marra na redi, chama di **largadô**, largadô levanta a redi para jogá pra o má.*” (J.A., 49 anos)
‘Moço trabalhador de pesca que desempenha a tarefa de lançar a rede ao mar’.

Lexia não dicionarizada.

Se forem aproximadas todas as denominações do conceito PESCADOR: *mestre de rede*, *proeiro*, *moço raso*, *moço profissional*, *moço de rede*, *canoeiro*, *pé de banco*, *popeiro*, *contra-popeiro*, *abaixador*, *calão de fora*, *calão de dentro*, *chumbeiro*, *largador*, *camaroeiro*, *tainheiro*, *grosereiro*, *munzuazeiro*, nota-se que tais unidades linguísticas têm em comum os traços <pescador>, <homem>, <trabalhador de pesca>, <tripulante>, <não é mestre>, <serviçal>, <aprendiz>, <profissional>. Os semas que diferenciam cada uma dessas lexias referem-se à <-dono de rede> <-mestre>, <+trabalhador>.

Moço é a denominação correspondente à noção de ‘pescador’. Apenas a lexia *chumbeiro* apresenta sentido de base derivado de uma lexia de origem latina, as demais não se encontram dicionarizadas. Outras, como a lexia *moço*, embora dicionarizadas, não correspondem às definições registradas. Do mesmo modo, é possível perceber que as relações que ocorrem são de ordem também de associações por um elemento comum a todos os termos, pela duplicidade de sentido e de forma, pelos elementos de derivação e composição, e pela função que desempenham na pesca. O que une as denominações desse campo é, geralmente, a hierarquia ou as funções específicas que se verificam durante o processo da pescaria. A sua motivação se dá através de séries associativas, a exemplo de *larga-dor*, *abaixa-dor*, e de categorias, a exemplo de *moço popeiro*, *moço profissional*, entre outras.

Das denominações acima consideradas, nove não se encontram dicionarizadas, são elas: *calão de fora*, *calão de dentro ou de terra*, *contra-popeiro*, *popeiro*, *largador*, *moço raso*, *pé de banco*, *moço de rede* e *moço profissional*. As dicionarizadas são: *abaixador*, *moço* e *chumbeiro*.

A análise onomasiológica de PESCADOR demonstra que as relações que nela estão presentes ocorrem, a exemplo de: *calafateiro*, *camaroeiro*, *canoeiro*, por um elemento comum a alguns termos, no caso, o sufixo *-eiro*. Detectou-se apenas o sentido de base da origem de dois termos: *mestre*, oriundo do latim, e *calafateiro*, do árabe. Das demais denominações, encontram-se dicionarizadas cinco: *calafateiro*,

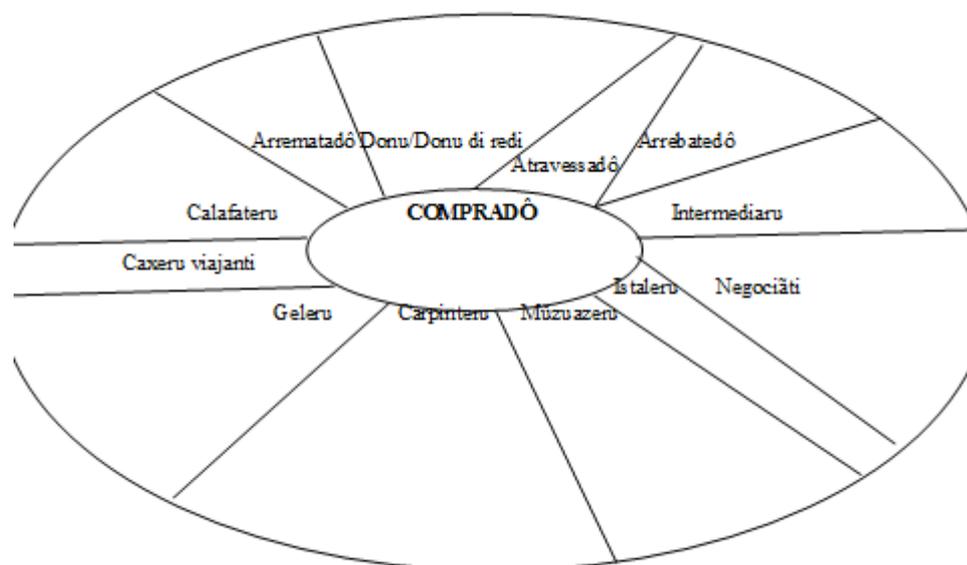


camaroeiro, canoeiro, mestre e moço. As não dicionarizadas são: corticeiro, dono de rede, grosereiro, proeiro e tainheiro.

5.2 Microestrutura onomasiológica de PROFISSÃO



Figura 2: Pescadores e apetrechos (MOREIRA, 2010).



A microestrutura onomasiológica de profissão constitui-se de lexias simples, compostas e complexas, compreendendo doze denominações: arrematador, arrebatador, atravessador, calafateiro, caixeiro viajante, carpinteiro, comprador, dono de rede, estaleiro, geleiro, intermediário, negociante. O sentido de base da maioria das denominações é oriundo do latim, assim como a categoria básica é o substantivo.

DONO DE REDE sintagma nominal

Transc. Graf. **Dono di redi** “*Quem pode tem a redi, é o donu di redi, e tamém pode sé o mestri[...]*No caso Barãw tem duas redi é o donu, mas uma Naldo mestra e a, o filho de Naldo mestra otra. Qué dizé, são dois mestri pra duas redi. Baum é mestri da redi de Betão, Betão que é o donu. Romi é donu e é o mestri. Naldão é



donu di redi é o mestri, den' do mesmo tempo. Qualqué pessoa não pode sé mestri, não. Tem que cūecê porque não é todo mundo que sabe." (J.A., 49 anos)

'Pessoa que tem poder de compra, e como dono de rede passa a gerenciar a equipe. Geralmente é um comerciante da própria localidade'.

De acordo com Diegues (1983), entre os donos de rede e os pescadores existe uma oposição não-antagônica, na medida em que ainda dominam alguns segredos da profissão e são aparentados ou vizinhos. O diferencial de renda entre ambos é visível. Daí situarem-se os pescadores entre os grupos mais pobres, com altos índices de analfabetismo, péssimas condições de moradia. Na comunidade de Baiacu, é raro encontrar um pescador que seja dono de seu material de trabalho. Apenas quatro pescadores, aproximadamente, são donos de rede, possuem rede. Os demais ficam à mercê do comerciante que, geralmente, além de ser *dono de rede* é também de canoas e alguns outros apetrechos. Existe um vínculo de parentesco ou de amizade ou apadrinhamento entre o *dono de rede* e o pescador.

Em Baiacu, a possibilidade de ser 'mestre', ao mesmo tempo em que se é *dono de rede*, só acontece para aquele que já vive do ramo da pesca, mas não para o comerciante. Um exemplo disso é o do jovem pescador, o INF.20, E.L.A., 29 anos, que, além de "mestrar" a rede de um dos comerciantes, comprou a sua própria rede, recentemente. Os pescadores fazem questão de falar sobre ele com alegria e satisfação.

A lexia complexa *dono de rede* é uma forma não dicionarizada. Encontra-se registro nos dicionários apenas para os termos *dono* e *rede*.

REDEIRO s.m.

Transc. Graf. **Rederu** "Os pexi tem as pessoa que compra qué dizé que, antigamente, ahenti chamava **rederu**, *arrebatedô*, *atravessadô*. Oje, não tem, oje as pessoa mermo vai pra bera da canoa e compra aquele pescado, o intermediaru, negociāti, mulé, omi." (C.P. N. , 66 anos)

'Pescador que desempenhava a função de comprar e vender os pescados e os mariscos'.

Lexia não dicionarizada.

ARREBATADOR s.m.

Transc. Graf. **Arrebatedô** "Os pexi tem as pessoa que compra, qué dizé que, antigamente, ahenti chamava *rederu*, **arrebatedô**, *atravessadô*. Oje, não tem, oje as pessoa mermo vai pra bera da canoa e compra aquele pescado, o intermediaru, negociāti, mulé, omi." (C.P. N. , 66 anos)

'Pescador que compra e revende o pescado'.

A unidade lexical *arrebator* provém do étimo < *ar-ribāt*, de origem árabe, conforme Cunha (1999). Lexia em desuso na comunidade em apreço, e substituída por *comprador*, *comerciante* e *negociante*.

ARREMATADOR s.m.

Transc. Graf. **Arrematadô** "[...] tem que agradecê a Deus por té dado uma pescaria meló pra henti e que é pescadô que pesca cuida da mercadoria pra não ficá ruim. Levá pra casa, logo. No meu caso, eu pesco mesmo pra mim, não saio vendeno assim não. É camarãw, e você tem que té mūỹto cuidado, chegá em casa, lava ele,





bota uma água gelada pra conservá. Eu vendo aqui na porta mermo. Tem henti, os **arrematadoris** que compra na nossa mão e vai levá pra Salvadô pra revendê.” (J.A., 49 anos)
‘Pessoa que compra e revende o pescado’.

Arrematador é um termo não dicionarizado. Lexia em desuso, na comunidade, sendo substituída por *negociante*, *comerciante* e *comprador*.

CAIXEIRO VIAJANTE sintagma nominal

Transc. Graf. **Caxeru viajanti** “[...] quem comprava o pexi e levava pra cidade ((Salvador)), pra Nazaré, pra Marogogijpõ, de primero, era **caxeru viajanti**, era o **caxeru viajanti**.” (J.S.P, 86 anos)
‘Pessoa que comprava e revendia o pescado em Salvador e em outras localidades da Ilha’.

De acordo com Houaiss (2004, p. 123) *caixeiro viajante* recebe a acepção de “vendedor que exerce sua atividade viajando”.

Na comunidade, o conceito relacionado ao termo *caixeiro viajante* deriva da idéia de pessoa que viaja para revender peixes e mariscos.

As relações da microestrutura onomasiológica de *Profissão* revelam-se, a partir de associações verificadas nos elementos formados por composição, derivação, associadas por um elemento comum a alguns termos, prefixos e sufixos, a exemplo das séries associativas *pescador*, *arreatador*, *comprador*, *comprador*, *abaixador*. O sentido de base de algumas lexias, como por exemplo: *atravessador*, *carpinteiro*, *comprador*, *negociante* é oriundo do latim; enquanto que *arreatador* e *calafateiro* advêm do árabe; e *caixeiro*, do catalão. As lexias que não se encontram dicionarizadas são: *arreatador* e *geleiro*. A categoria de base é o substantivo.

Das denominações, 09 (nove) se encontram dicionarizadas: *arreatador*, *atravessador*, *caixeiro viajante*, *calafateiro*, *carpinteiro*, *comprador*, *estaleiro*, *intermediário*, *negociante*. As consideradas em desuso são: *arreatador*, *atravessador*, *caixeiro viajante*, *geleiro*. A maioria é motivada por série associativa de compostos análogos, por exemplo, as lexias *ar-rebate-dor*, *ar-remata-dor*, *a-travessa-dor*, em que há intersecção de duas séries as de *arrebate*, *arremate*, *atravesse* e a de *rebatedor*, *rematador* e *atravessador*.

A título de ilustração, apresentam-se o quadro e seu respectivo gráfico em que se resume a análise da pesquisa:

Formas dicionarizadas e não dicionarizadas	PESCADORES	APETRECHOS	Número de dados/Total	%
DICIONARIZADAS	18 (14,51%)	64 (51,61%)	82/ 124	66,12%
NÃO DICIONARIZADAS	18 (14,51%)	33 (26, 61%)	51/ 124	41,12%
TOTAL			124	

Tabela 1: Distribuição das denominações quanto às formas dicionarizadas e não dicionarizadas (MOREIRA, 2010)



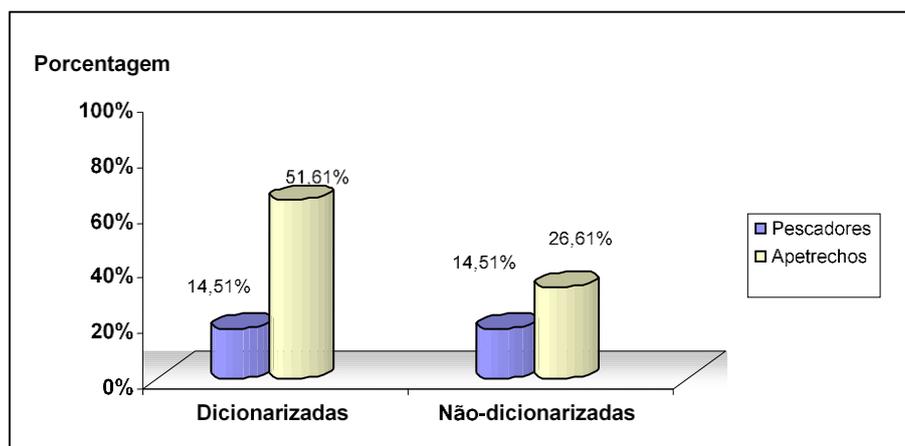


Gráfico 1: Distribuição das denominações quanto às formas dicionarizadas e não-dicionarizadas (MOREIRA, 2010)

De acordo com o que apresenta o gráfico 1, o número maior de denominações que se encontram dicionarizadas faz parte do campo onomasiológico de **APETRECHOS**, 51,61%, assim como o das não dicionarizadas, 26,61%. O total geral das dicionarizadas equivale à 66,12%, e das não dicionarizadas, 41,12%.

6 Considerações Finais

O importante em uma pesquisa é saber que está sempre incompleta, e que os dados apresentados podem ser averiguados, criticados e reformulados. Nesse sentido, é possível observar, com base no estudo sobre as *microestruturas onomasiológicas de Pescador e de Apetrechos de pesca*, que os dicionários gerais e etimológicos apresentam apenas definições, sem uma estrutura ideológica. A maioria das lexias expressa relação com o significado primitivo, apesar de haver modificações. Há presença de formas já consagradas no uso geral da língua, assim como relação de semelhança e de dessemelhança entre os signos, a exemplo de *mestre*, *calão de fora*, *calão de terra*, *moço*, *pé de banco*, e outras. Algumas formas não se encontram registradas ou, mesmo, quando registradas nos dicionários exigem interpretações, a partir do grupo de pesca, a exemplo de *calão de dentro*, *calão de fora*, *pé de banco*, *moço raso*, *moço profissional*, entre outras. Embora o vocabulário dos pescadores seja restrito, de acordo com a simplicidade de vida e a necessidade de expressão dos que falam, não significa dizer que sejam elementos menos conceituais, pois as significações são abstratas e concretas.

Os resultados deste estudo indicam, ainda, ser possível verificar a origem de algumas denominações com base na investigação de textos antigos. Por exemplo, *moço* tem sua origem no século XIII, aproximadamente; *abaixador*, no século XIV; *chumbeiro*, no século XVI. Há um número expressivo de unidades dicionarizadas, porém, nem sempre o significado corresponde ao da língua de especialidade em uso, na comunidade de Baiacu. Em relação ao sentido de base, o campo onomasiológico de PESCADOR demonstra que, a maioria das denominações encontradas dicionarizadas têm a sua origem no latim.

Algumas das denominações são formadas com base no que já pertence na língua, os pescadores fazem associação a objetos conhecidos. Fato que retoma ao que foi ressaltado por Coseriu (1980), quanto às linguagens técnicas profissionais, onde os significados coincidem com as denominações e



pertencem à tradição. Referem-se ao conhecimento das coisas e isso não vale apenas para as linguagens das ciências e das técnicas constituídas, mas também para o léxico da ciência e técnica populares, porque extrapolam o saber linguístico como tal e implicam um saber relativo às próprias coisas. Essas lexias não são suficientemente familiares a todos os falantes de uma comunidade linguística, mas tão somente a certos grupos e, por outro lado, é perfeitamente possível conhecer bem uma língua e desconhecer as denominações de flores ou de peixes. Depreende-se, desse modo, que as denominações de pesca encontram-se relacionadas às necessidades, ao exercício da profissão. A língua, como um sistema adaptável ao homem social que se reúne em grupos e esses grupos utilizam a língua em diferentes categorias a partir da organização e divisão de trabalho.

Santos (2004), ao citar D'Onofrio, afirma que é no nível da ação laborativa que se dá a correspondência mais significativa entre o sistema da língua e o sistema da cultura material, em razão de que as ações se atualizam graças a um conjunto de convenções que uma dada época histórica julgou necessário observar, graças a uma valoração coletiva que lhe atribuiu um sentido. Segundo Coseriu (1979, p. 117-8), na língua não há campos autônomos e não comunicantes, mas uma íntima solidariedade entre o que é fônico, o que é gramatical e o que é lexical. Na perspectiva diacrônica, significa dizer que uma mudança em qualquer um dos aspectos repercute em todo o sistema. Há interdependência dos elementos num sistema lingüístico.

Observa-se que a língua do grupo social da pesca apresenta características distintas, ligadas à cultura, aos modos de vida, à atividade econômica e técnica do grupo. Pode-se perceber que há “estratificações sociais” relacionadas com a língua.

O que se oferece a partir deste artigo é apenas uma pequena amostra da vasta rede do fenômeno lingüístico e experiencial que o vocabulário de pesca oferece aos estudiosos da língua. É um trabalho inconcluso, mas que sugere novas perspectivas de investigação.

Referências

ALVES, Iêda Maria. (Org.). A constituição da normalização terminológica no Brasil. **Cadernos de Terminologia**, São Paulo, n. 1, FFLCH/CITRAT, 1996.

ARAGÃO PEREIRA, Adevaldo de. **O vocabulário do poema “Sangue-mau” de Arthur de Salles segundo o sistema racional de conceitos de Hallig e Wartburg**. 2001. 254 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

BABINI, Maurizio. Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, abr./jun. 2006. Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n2/a15v58n2.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2008.

BALDINGER, Kurt. L'objet de la linguistique: essai d'un modele de linguistique general. **Travaux de Linguistique et de Littérature**. Strasbourg, v. 15, n. 1, p. 379-83, 1977.



_____. **Dictionnaire onomasiologique de l'ancien occitan:** DAO. Tübingen: MAX Niemeyer Verlag, fasc. 1, 1977.

_____. **Dictionnaire onomasiologique de l'ancien gascon:** DAG. Tübingen: MAX Niemeyer Verlag, fasc. 1, 1975.

_____. **Teoría semántica:** hacia una semántica moderna. Trad. Emilio Lledó; L. Molina; José Mondéjar; José Luis Rivarola. Madrid: Alcalá, 1970.

BARBOSA LEMOS, Antônio. **Pequeno vocabulário tupi-português.** Rio de Janeiro: São José, 1951.

COROMINAS, Joan. **Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana.** Madrid: Gredos, 1954-1981. 4 v.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FAULSTICH, E. **A função social da terminologia.** São Paulo: Humanitas. FFLCH, USP, 1984. p. 9-12.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Dicionário de língua portuguesa:** século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Carlota, MOTA, Jacyra, FREITAS, Judith et.al. **Atlas lingüístico de Sergipe.** Salvador. UFBA/Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

FREITAS, Affonso Antônio. **Vocabulário nheengatu:** (vernaculizado pelo português falado em São Paulo): língua tupi-guarani: 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia revisitada. **DELTA**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2007.

MECZ-TAMBA, Irene. **A semântica.** Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.

MOREIRA, Cristiane Fernandes. *Corpus* constituído pelo léxico dos pescadores artesanais da comunidade de Baiacu-Ilha de Itaparica-Vera Cruz-Bahia. 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria P. de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: UFMS. 2001.

OLIVEIRA, Isabelle. Métaphore et Terminologie. In: _____. **Nature et fonctions de la métaphore en science:** l'exemple de la cardiologie. Paris: L' Harmattan, 2009, p. 27-56.



OSÓRIO, Ubaldo. **A ilha de Itaparica: história e tradição**. 7. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

SANTOS, Denise Gomes Dias. **O léxico da casa de farinha**. 1996. 148 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

_____. **Segredos da arte: os carpinteiros navais do Baixo Sul da Bahia sob um olhar etnolinguístico**. 2004. 182 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004, p. 46-95.

SIBLOT, Paul. Problématique de la nomination: du répertoire des sens a l'analyse de leur production. **Neologica**, Paris, n. 1, p. 33-48, LLI/Université Paris XIII- CNRS, 2007.

SILVA, Augusto Soares da. **A semântica do deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em Semântica lexical**. Portugal: Calouste Gulbenkian, 1999.

SILVA, Augusto Soares da. **Semântica histórica e cognição**. Portugal: Calouste Gulbenkian, 2005.

STERKENBURG, Piet van (ed.). Onomasiological specifications and a concise history of onomasiological dictionaries. In: _____. **A practical guide to lexicography**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 127-143.



ORALIDADE E ESCRITURA NO *RITUAL DO MATRIMÔNIO*

Marcos Paulo Santa Rosa Matos*

Resumo: No presente trabalho, analisam-se as marcas de oralidade no *Ritual do Matrimônio*, roteiro litúrgico empregado pela Igreja Católica na celebração de casamentos, que possui uma edição típica, publicada pela Santa Sé, o OCM – *Ordo Celebrandi Matrimonium* (PAULI VI; IOANNES PAULI II, 1991) –, e edições traduzidas e adaptadas pelas conferências episcopais. Para isso, em um primeiro momento, apresenta-se a evolução histórica da liturgia nupcial, enfatizando a passagem do oral para o escrito, e a reescrita das versões oficializadas para o roteiro litúrgico a ser observado. Em seguida, discute-se, sobretudo, a partir das reflexões de Marcuschi (2001), a relação entre o domínio do oral e o domínio do escrito, explorando os conceitos de fala, escrita, oralidade e letramento/escritura. Por fim, identificam-se e comentam-se os elementos típicos de oralidade presentes em sequências discursivas do *Rito Adaptado do Matrimônio dentro da Celebração Eucarística*, forma litúrgica elaborada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e publicada na edição brasileira do OCM (CNBB, 2011).

Palavras-chave: Oralidade; Escritura; Retextualização; Igreja Católica; Matrimônio.

Resumen: En este trabajo, se analizan las marcas de oralidade en el *Ritual do Matrimônio*, guión litúrgico utilizado por la Iglesia Católica en la celebración de casamiento, que cuenta con una edición típica, publicada por la Santa Sede, el OCM – *Ordo Celebrandi Matrimonium* (PAULI VI; IOANNES PAULI II, 1991) –, y ediciones traducidas y adaptadas por las conferencias episcopales. Para ello, en un primer momento, se presenta la evolución histórica de la liturgia nupcial, haciendo hincapié en la pasaje del oral al escrito, y la reescrita de las versiones oficializadas para el guión litúrgico que se debe observar. A continuación, se discute, principalmente a partir de las reflexiones de Marcuschi (2001), la relación entre el dominio oral y el dominio escrito, explorando los conceptos de habla, escrita, oralidad y letramento escritura. Por último, se identifican y comentar son los elementos típicos de la oralidad presentes en las secuencias discursivas del *Rito Adaptado do Matrimônio dentro da Celebração Eucarística*, forma litúrgica preparada por la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil y publicada en la edición brasileña del OCM (CNBB 2011).

Palabras-clave: Oralidad; Escritura; Retextualization; Iglesia Católica; Matrimonio.

1 Introdução

O *Ritual do Matrimônio*, roteiro litúrgico empregado pela Igreja Católica na celebração de casamentos, é *sui generis* porque diz respeito ao único sacramento que não é conferido por um sacerdote,

* Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Graduado em Letras (Português) e em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Ages), Graduado em Filosofia pela Faculdade João Calvino (FJC).

E-mail: mp.srmatos@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5024551859985987>





mas pelos próprios indivíduos que o recebem (CCE 1623)¹, e cuja forma celebrativa pode ser amplamente alterada pelas conferências episcopais (OCM 39-44), que possuem competência para criar formulários próprios a partir do rito romano, como os *Ritos Adaptados do Matrimônio* estabelecido para o Brasil (CNBB, 2011), ou inserir no rito romano elementos litúrgicos ou culturais particulares, como o *Formulario hispano-mozárabe* na Espanha (CEE, 1996) e o *Pagdiriwang ng Pag-iisang Dibdib* nas Filipinas (CBCP, 1983).

Além disso, trata-se de uma celebração litúrgica consolidada muito tardiamente no mundo cristão, somente a partir do século XII, sendo, por isso, o mais recente dos sacramentos, e originada não de tradições judaicas ou perícopes bíblicas, mas de costumes romanos e bárbaros, notadamente germânicos (SCHILLEBEECKX, 1969). Esse caráter laico e pagão está até hoje presente no ritual, tendo em vista que ele não é apenas um ofício religioso, mas também um negócio jurídico, com efeitos legais reconhecidos em muitos ordenamentos civis, a exemplo do brasileiro, consoante as Leis n^{os} 1.110 e 10.406, especialmente os arts. 1.515-1.516 (BRASIL, 1950; 2002).

Se por um lado, o *Ritual do Matrimônio* possui uma trajetória específica, em razão da cristianização de suas formas, por outro, compartilha com as demais celebrações cristãs a estrutura do culto divino e da disciplina sacramental, regulados pelos chamados “roteiros litúrgicos”, manuais estabelecidos pela Santa Sé e traduzidos pelas Conferências Episcopais, que determinam: i) normas gerais para preparar e realizar a celebração; ii) textos eucológicos, bíblicos, admonitórios etc. a serem empregados; iii) gestos corporais, procissões, incensações a serem realizados; iv) atribuições para os sujeitos participantes, denominados de “ministérios”, como o de presidente, leitor, salmista etc.; v) normas específicas para a seleção e para a execução de determinados textos ou atos litúrgicos.

No presente trabalho, estuda-se o *Ritual do Matrimônio* a partir da tradução brasileira do texto litúrgico “típico”, isto é, publicado pela Santa Sé, denominado de *Ordo Celebrandi Matrimonium* (OCM), problematizando a relação entre escritura e oralidade, primeiro em um viés histórico, analisando a passagem da tradição oral para a prescrição escrita, depois em um viés estrutural, enfatizando as marcas de oralidade na escritura e a oralização do texto escrito. Quanto à relação entre essas duas modalidades de realização linguística, parte-se da pressuposição de um *continuum* tipológico entre gêneros discursivos, que vai do texto mais formal, pólo da escrita ideal, ao mais informal, pólo da fala ideal (MARCUSCHI, 2001).

2 Do Oral ao Escrito: a Liturgia Nupcial

A evolução do *Ritual do Matrimônio* se caracteriza pela existência de cinco períodos bastante distintos (ASSOCIAÇÃO PRESBÍTEROS, s.d.): i) tolerância e assimilação dos ritos nupciais pagãos (séc. I-III); ii) ingerência eclesiástica nas questões formais do contrato nupcial e surgimento de formas rituais cristãs (séc. IV-VIII); iii) estabelecimento da jurisdição eclesiástica sobre os assuntos matrimoniais

¹ As obras bíblicas, patrísticas e pontificias não serão referenciadas pelo sistema autor-data, mas pela designação latina (ou latinizada) em itálico e pelo parágrafo em que foi encontrada a informação citada. São aqui denominados por siglas os seguintes livros: CCE – *Catechismus Catholicae Ecclesiae* (IOANNES PAULI II, 1997), DH – *Denzinger-Hünermann* (DENZIGER; HÜNERMANN, 1991), IGMR – *Institutio Generalis Missalis Romani* (CCDDS, 2002) e OCM – *Ordo Celebrandi Matrimonium* (PAULI VI; IOANNES PAULI II, 1991).





e sistematização da teologia sacramental e canônica do Matrimônio (séc. IX-XVI); iv) determinação de uma forma canônica para a celebração contratual e sacramental (1614-1962); v) reforma da liturgia e da teologia matrimoniais para adequá-las à Modernidade (a partir de 1962).

No primeiro momento, prevalece o entendimento de que o cristão é livre para casar-se com quem quiser, contato que seja “no Senhor” (1Cor 7, 39). Assim, os cristãos viviam e casavam-se como todos os outros homens e mulheres do seu tempo, inclusive utilizando as mesmas cerimônias sociais, reguladas por tradições orais milenares dos povos romanos e bárbaros, exceto naquilo que contradizia sua fé:

Os cristãos, de fato, não se distinguem do resto da humanidade nem na localidade, nem na fala, nem nos costumes. [...] Mas conquanto residem em cidades de gregos e bárbaros, segundo dispôs a sorte de cada um, e seguem os costumes nativos quanto a alimento, vestido e outros arranjos da vida, pese a tudo, a constituição de sua própria cidadania, que eles nos mostram, é maravilhosa e evidentemente desmente o que poderia esperar-se. [...] Todo país estrangeiro lhes é pátria, e toda pátria lhes é estranha. *Casam-se como todos e geram filhos, mas não abandonam os recém-nascidos. Põe a mesa em comum, mas não o leito. Acham-se na carne, e, contudo, não vivem segundo a carne. Sua existência está na terra, mas sua cidadania está no céu. Obedecem às leis estabelecidas, e ultrapassam as leis com suas próprias vidas.* (*Epistola ad Diognetum* V, 1-10, tradução de Luiz Fernando Karps Pasquotto, grifo nosso)

Embora o cristianismo ultrapassasse as fronteiras dos Império Romano, foi a cultura romana, sua língua, suas instituições e hierarquias, seu direito, que a Igreja reconheceu como legítima, desde que (re)orientada pelos seus princípios. Assim, embora tolerasse as tradições judaicas e bárbaras, foi no matrimônio romano que a Igreja encontrou a forma em que infundiu o sentido paulino do *Nubere in Domino*. Isso, todavia, não representava um valor espiritual elevado, porque havia a crença generalizada de que a vida sexual do casal afetava o autodomínio necessário à salvação (1Cor 7, 32-34), assim o matrimônio era uma opção para aqueles que não conseguiam viver uma vida celibatária (1Cor 7, 9), isto é, um remédio para o pecado da luxúria, um *minus malum* (FIGUEIREDO, 1975, pp. 21-22).

Somente com a queda do Império Romano, quando o clero eclesiástico herdou o poder temporal, começou a surgir uma ingerência da Igreja em questões matrimoniais, combatendo parcialmente a hostilidade cristã ao sexo e ao casamento (mas apenas para garantir reprodução social), influenciando os ordenamentos civis para proibir a bigamia e dificultar o divórcio, exigindo a publicidade da cerimônia matrimonial, antes realizada de modo muito particular na casa do pai da noiva e do noivo, para garantia de sua validade jurídica. Surgiu, assim o *Nubere in facie Ecclesie*: os sacerdotes, principalmente o Bispo, que eram funcionários do Estado, passaram a assistir e registrar os casamentos, realizados inicialmente em frente à igreja, e depois ao pé do altar (SCHILLEBEECKX, 1969).

A essa função pública foi sendo adicionada com o tempo ofícios religiosos, notadamente como formas de bênçãos nupciais, como a *velatio nuptialis* de Roma e de Milão, imposição de um véu à noiva (ou, mais raramente, aos noivos), e a *benedictio in thalamo* da Gália, da Espanha e das Ilhas Britânicas, oração sobre a noiva na câmara nupcial. O primeiro tipo de bênção foi o que mais se expandiu pela





Europa Ocidental, possuindo três principais formas rituais: a *incipit velatio nuptialis* do Sacramentário Leonino, a *incipit actio nuptialis* do Sacramentário Gelasiano e a *oratio ad sponsas benedicendas* do Sacramentário Gregoriano (SCHILLEBEECKX, 1969). Esses sacramentários, respectivamente atribuídos aos papas Leão I (440-461), Gelásio (492-496) e Gregório I (590-604), transcreviam cerimônias estabelecidas na tradição litúrgica das principais dioceses católicas.

Pouco a pouco a liturgia nupcial, fundada na tradição, transformou-se em uma exigência legal, e a competência para decidir sobre questões jurídicas matrimoniais deslocou-se da jurisdição do Estado para a da Igreja. A emergência da Reforma Protestante, no século XVI, contudo, pôs em cheque a autoridade da Igreja, que, como reação, procurou ainda mais realçar o seu poder. O Concílio de Trento (1545-1563), estabeleceu os *Canones de Sacramentum Matrimonii* e os *Canones super reformatione circa matrimonium* (DH 1801-1815), que reafirmaram os pontos fundamentais da doutrina católica, a competência jurídica da Igreja e a obrigatoriedade da celebração litúrgica; os costumes locais foram relegados a um papel secundário e facultativo, e o rito litúrgico, antes definido por cada diocese, foi unificado e oficializado pelo *Rituale Romanum* de Paulo V (1605-1621), publicado em 1614, com base no Sacramentário Gregoriano, sendo denominado de *Ritus Celebrandi Matrimonii Sacramentum*, que podia ser seguido, facultativamente, pela celebração da Missa *Pro Sponso et Sponsa*, e cuja dinâmica é assim descrita por Martín-Moreno:

Ajoelhados os noivos diante do sacerdote, respondiam à pergunta se aceitavam-se mutuamente como marido e mulher segundo o rito da nossa Santa Mãe a Igreja, e respondiam: “Sim, quero”. Uniam as mãos e o sacerdote proclamava que estavam casados.. *Ego vos coniungo in matrimonio in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti*. Em seguida, eles foram aspergidos com água benta e em silêncio trocavam os anéis abençoados pelo sacerdote. Finalmente, o sacerdote dava a bênção nupcial. (MARTÍN-MORENO, s.d., p. 182, tradução nossa, grifo do autor)

Do século XVII ao início do século XX praticamente não houve alterações na forma litúrgica do matrimônio, inobstante tenham havido diversas reformas das normas canônicas que o regulam. O Concílio Vaticano II (1962-1965), todavia, à semelhança do que fizera o Concílio de Trento, determinou, através da Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*, uma revisão completa de toda a liturgia católica, e o papa Paulo VI, executando essa disposição, publicou em 1969 o OCM, que alterou substancialmente o rito tridentino, de modo que a celebração matrimonial passou a poder ser feita tanto na missa quanto fora dela, conservando-se em ambos os casos a bênção nupcial; no caso da celebração na missa, cujo esquema básico (o *Ordo Missae*) foi radicalmente alterado, o rito sacramental foi posicionado após a homilia; os textos eucológicos e escrituríticos foram consideravelmente diversificados (CPL, 2001).

O OCM foi composto de uma parte doutrinária (*Praenotanda*), que explica as diretrizes sacramentais básicas, tendo por referência os ensinamentos conciliares instituídos no §11 da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e o §48 da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (AUGÉ et al., 1977), e de uma parte litúrgica, em que estão previstos três tipos de celebrações: i) entre batizados, dentro da missa; ii) entre batizados, fora da missa; iii) entre uma parte católica e outra não-batizada. Em 1991, João Paulo II publicou uma segunda edição, adaptando as formas litúrgicas às novas disposições



do Código de Direito Canônico de 1983 e à Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, editada para atender às deliberações da VI Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos (1980), dedicada à família (CPL, 2001). Houve também o acréscimo de algumas fórmulas eucológicas e de um quarto tipo de celebração: o matrimônio assistido por um ministro leigo.

3 O Oral no Escrito: o Roteiro Litúrgico

O *Ritual do Matrimônio* é fruto de um longo processo de retextualização, no sentido proposto por Marcuschi (2001), isto é, passagem de um texto da modalidade oral para a modalidade escrita e refacção do texto em uma mesma modalidade, que parte das tradições orais romanas e bárbaras, passa pelas diversas fórmulas dos sacramentários medievais e pela forma unificada do *Rituale Romanum*, e chega às duas edições do OCM. Em cada um desses momentos, os textos litúrgicos foram reproduzidos de modo a atender determinados propósitos institucionais, como a oficialização, a uniformização e, mais recentemente, a flexibilização e a diversificação; mas em todos eles um elemento permaneceu constante: os ritos nupciais são escritos para serem oralizados, isto é, a escritura é um roteiro (*script*) a ser seguido na encenação oral.

A forma escrita do roteiro da liturgia nupcial representa o domínio da Igreja sobre a vida cotidiana do homem, especialmente na Idade Média, quando exercia a jurisdição sobre as questões conjugais, tanto do ponto de vista civil quanto religioso. Isso porque a formação de uma “tradição escrita” está associada a um poder hierárquico profundamente arraigado e a “transmissão escrita” confere à mensagem um caráter universalizante (AUROUX, 1998). O roteiro escrito controla a performance oral, ao fixar-lhe uma configuração padrão, divisando entre uma execução conformada e outra deformada. Por isso, faz-se necessário distinguir dois termos que até agora estão sendo tomados sem muita precisão conceitual: ritual e celebração; aquele correspondendo ao programa cerimonial prescrito no roteiro litúrgico, e esta, à prática cerimonial, à realização do ritual, sendo que ambos se alicerçam em um projeto litúrgico, teológico e pastoral de enlace nupcial concebido pela Igreja (ou seja, o propósito), conforme propõem Augé et al.:

O programa do “ritual” deve, por sua vez, dar formulação concreta ao “projeto” eclesial para o acontecimento nupcial dos cristãos, em relação ao qual tanto a história quanto a teologia mostram alguns elementos constantes e múltiplas variações. O “programa” já é uma restrição em comparação ao “projeto” [...]: a execução puramente aplicativa, para além de ser seletiva do material disponível, é susceptível de empobrecer, senão trair, o “projeto”. A celebração de que falo não é apenas a simples realização prática do “ritual”, mas a efetivação concreta do “projeto” em um caso individual, através das informações e propostas do “programa” oficial. (1977, pp. 263-264, tradução nossa)

Do ponto de vista das modalidades da língua, o ritual está para a modalidade escrita e a celebração está para a oral. Essas distinções e correspondências, contudo, são apenas ideais e conceituais: o ritual, enquanto objeto empírico (livro), é um elemento da celebração – portado por um ajudante específico do sacerdote (o acólito librífero), manuseado em momentos particulares etc. – e



embora seja marcado pela realização gráfica da língua, típica do texto escrito, possui elementos próprios do texto oral. Assim procura-se no presente estudo identificar marcas de oralidade no *Ritual do Matrimônio*, o que implica em uma revisão teórica acerca da relação entre o oral e o escrito, e em uma análise do texto desse ritual, empreendimentos que são apresentados a seguir.

3.1 Oral e escrito: aspectos teóricos

A diferenciação e a relação entre língua falada e língua escrita é objeto de uma longa discussão linguística que ainda está longe de ser solucionada definitivamente. Debruçando-se sobre essa questão, Marcuschi (2001) procurou diferenciar as modalidades de uso da língua, por ele denominadas de “fala” e “escrita”, das práticas sociais em que são empregadas, chamadas de “oralidade” e “letramento”, elaborando os seguintes conceitos:

A oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora [...].

O *letramento*, por sua vez, envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade [...].

A *fala* seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano. Caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, bem como os aspectos prosódicos, envolvendo, ainda, uma série de recursos expressivos de outra ordem, tal como a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica.

A *escrita* seria um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracterizaria por sua constituição gráfica, embora envolva também recursos de ordem pictórica e outros (situa-se no plano dos letramentos). [...] (MARCUSCHI, 2001, pp. 25-26, grifos do autor)

A oralidade e a fala situam-se, portanto, em um domínio do oral, a escritura² e a escrita, em um domínio do escrito, sendo que esses domínios podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva dicotômica, radical ou mitigada, ou como um *continuum* tipológico. No primeiro caso, a fala e a escrita são compreendidas como polos opostos, com características antagônicas: aquela é contextualizada, dependente, implícita, redundante, não-planejada, imprecisa, não-normatizada e fragmentária, relacionando-se ao pensamento concreto, ao raciocínio prático, à atividade artesanal, ao cultivo da tradição, ao ritualismo, e realizando-se através da língua culta, da variedade e da norma padrão; enquanto esta é descontextualizada, autônoma, explícita, condensada, planejada, precisa, normatizada

² Neste trabalho, preferiu-se adotar o termo “escritura” a “letramento”, consoante o emprego àquele dado por Zumthor (1993). Outra possibilidade seria “escrituralidade” (CALVET, 2011).



e completa, relacionando-se ao pensamento abstrato, ao raciocínio lógico, à atividade tecnológica, à inovação constante, à analiticidade, e realizando-se através da língua coloquial, das variedades e normas não-padrão.

Por outro lado, há características comuns a ambas as modalidades, que as distingue apenas em termos de grau, como a dialogicidade, os usos estratégicos, as funções interacionais, o envolvimento, a negociação, a situacionalidade, a coerência, a dinamicidade. Assim, entre os tipos ideais de fala e escrita, que correspondem aos polos opostos da perspectiva dicotômica, há uma série de práticas sociais baseadas em estruturas textual-discursivas relativamente estáveis, isto é, os “gêneros textuais” (BAKHTIN, 1997), que mesclam essas características prototípicas, de modo que os gêneros de cada domínio sempre se aproximam em menor ou maior medida daqueles do outro domínio, isto é, há uma imbricação entre eles.

Essa relação de hibridismo fundante, de heterogeneidade constitutiva das práticas sociais, de tal modo que não há nem oralidade nem escritura puras. Marcuschi (2001) representa essas relações mistas a partir da distribuição dos gêneros textuais em campos³ demarcados pelo “meio de produção”, que pode ser sonoro/gestual ou gráfico/pictórico, e pela “concepção discursiva”, oral ou escrita:

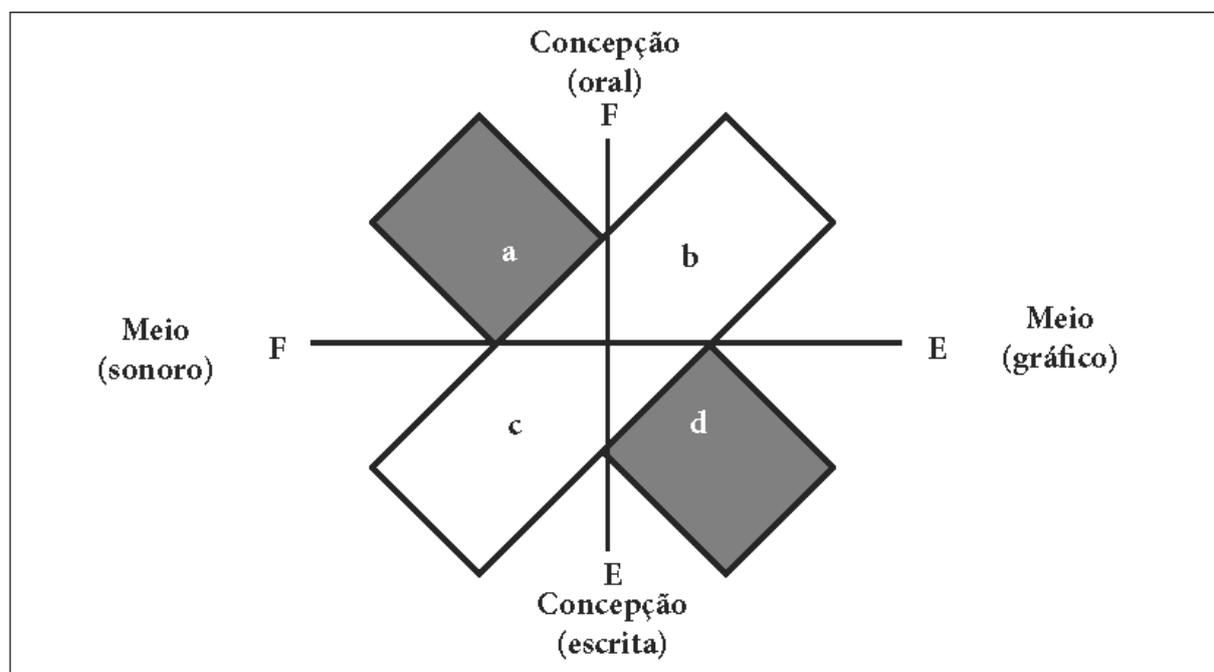


Figura 1: Representação da oralidade e da escrita pelo meio de produção e pela concepção discursiva (MARCUSCHI, 2001, p. 39)

Há, portanto, quatro campos que demarcam os usos linguísticos: “a” – textos formulados oralmente e realizados sonoramente (fala prototípica, “fala vocalizada”), “b” – textos formulados oralmente e realizados graficamente (“fala grafada”), “c” – textos formulados escrituralmente e realizados sonoramente (“escrita vocalizada”), “d” – textos formulados escrituralmente e realizados

³ Marcuschi (2001) emprega o termo “domínio”, entretanto, como ele há designa o território linguístico da fala ou da escrita, aqui se preferiu utilizar “campo” em seu lugar.





graficamente (escrita prototípica, “escrita grafada”). Como exemplos de gêneros textuais distribuídos entre esses quatro campos, o autor apresenta os seguintes: conversação espontânea (“a”), entrevista publicada em jornal impresso (“b”), notícia divulgada na TV (“c”) – via de regra lida a partir de um teleprompter –, artigo científico (“d”).

3.2 Oral e ritual: alguns apontamentos

O *Ritual do Matrimônio* historicamente transitou entre esses diversos campos do contínuo oral-escrito. Num primeiro momento, foi marcado pela “tradição oral” e de “transmissão oral” (CALVET, 2011; ZUMTHOR, 1993), ou seja, pela concepção oral e pelo meio sonoro (campo “a”). Com a retextualização promovida pelos primeiros sacramentários, que surgiram mais como inventários das tradições litúrgicas de cada diocese do que como instrumentos cerimoniais, há uma passagem para o campo “b”. As comissões litúrgicas encarregadas de promover as reformas determinadas pelos papas, pelos concílios e pelas conferências episcopais, por sua vez, elaboraram as edições oficiais a partir de registros documentais das tradições litúrgicas, especialmente do *Sacramentário Gregoriano*, o que configura uma retextualização própria do campo “d”. Por fim, o uso litúrgico das edições oficiais caracteriza-se como uma oralização de fórmulas escritas previamente estabelecidas, isto é, uma retextualização do campo “c”.

Do ponto de vista sincrônico, interessa-nos um texto que foi formulado escrituralmente para ser realizado oralmente. A oralidade, entretanto, não se limita ao âmbito da vocalização do roteiro escrito, ela é constitutiva da própria escritura: a formulação gráfica e pictórica do ritual procura adaptar-se à realidade sonora e gestual da celebração, de modo que a estrutura textual-discursiva é marcada pelo domínio do oral. Para que seja observada essa sobreposição do oral e do escrito, analisar-se-ão algumas sequências discursivas (SD) do *Rito Adaptado do Matrimônio dentro da Celebração Eucarística* (CNBB, 2011), elaborado a partir do *Ordo Celebrandi Matrimonium intra Missam* (OCM 45-78):

SD1	<p>Oração dos fiéis 29. O sacerdote convida a assembléia par a Oração dos fiéis, com estas palavras ou outras semelhantes. As preces são feitas por membros da assembléia. As fórmulas seguintes podem servir de modelo.</p> <p>Caríssimos irmãos e queridas irmãs, rezemos a Deus, nosso Pai, fonte de todo amor, da união e da paz.</p> <p>1. Por este novo casal: (pausa) Para que o Senhor conserve e aumente nele o amor e a união, a compreensão e a dedicação no serviço a todos, roguemos.</p> <p>℟. Senhor, escutai a nossa prece! [...] (CNBB, 2011, p. 157)</p>
SD2	<p style="text-align: center;">LITURGIA EUCARÍSTICA</p> <p>30. Segue-se a Liturgia eucarística como de costume, segundo o Missal Romano.</p>



SD2	<p>Na preparação das oferendas, os recém-casados ou pessoas ligadas a eles poderão levar os dons para o altar. Durante a procissão dos dons entoar-se um canto adequado.</p> <p>Oração sobre as oferendas 31. O sacerdote, de braços abertos, reza a Oração sobre as oferendas: Acolhei, ó Deus, estas oferendas que vos apresentamos com alegria. e guardai com paternal carinho os que unistes em Matrimônio. Por Cristo, nosso Senhor. R. Amém. [...] (CNBB, 2011, p. 160)</p>
SD3	<p>Bênção nupcial 34. Após o Pai-nosso e omitido o Livrai-nos, o sacerdote profere sobre os recém-casados a oração que segue. O sacerdote, com as mãos juntas, diz: Irmãos e irmãs em Cristo, peçamos a Deus por N. e N. , que iniciam a vida matrimonial (e que se aproximam desse altar para participar do Corpo e do Sangue de Cristo), a fim de que permaneçam unidos no seu amor. E todos rezam algum tempo em silêncio. O pai e a mãe dos neo-esposos, se for oportuno, podem impor as mãos sobre os filhos, em sinal de bênção. [...] (CNBB, 2011, pp. 160-164)</p>
SD4	<p style="text-align: center;">CONCLUSÃO DA CELEBRAÇÃO</p> <p>38. Em seguida, o sacerdote abençoa o novo casal e o povo, dizendo: V. O Senhor esteja convosco. R. Ele está no meio de nós.</p> <p>Jesus Cristo, que participou das bodas de Caná, derrame suas bênçãos sobre vocês, seus amigos e parentes. R. Amém. [...]</p> <p>E a todos vocês, aqui reunidos, abençoe o Deus todo-poderoso, Pai e Filho ✠ e Espírito Santo. R. Amém. [...] (CNBB, 2011, p. 167)</p>



SD5	<p>39. Depois, o diácono ou o próprio sacerdote acrescenta: Vão em paz, e o Senhor os acompanhe. O povo responde: Graças a Deus. (CNBB, 2011, p. 168)</p>
-----	---

Quadro 1: Sequências discursivas do Rito *Adaptado do Matrimônio dentro da Celebração Eucarística*

Uma primeira característica dessas sequências, que salta aos olhos, é o fato de que há enunciados oralizáveis (orações, bênçãos, monições, exclamações, intercessões etc.) e não-oralizáveis (rubricas, títulos e índices) na celebração, sendo que os primeiros têm uma função encenativa, na condição de fórmula obrigatória, facultativa ou modelar, enquanto os últimos têm apenas uma função instrutiva. Essa diferenciação é fundamental, porque a leitura de rubricas, por exemplo, prejudicaria a dinâmica celebrativa, a concentração dos participantes, a formalidade dos atos litúrgicos etc. Em razão disso, há um grande investimento na distinção gráfica dos enunciados não-oralizáveis: as rubricas são identificadas pela cor vermelha, os títulos seccionais são destacados com negrito (SD1, SD2, SD3)⁴, versalete e centralização horizontal (SD2, SD4) etc., e os índices são grafados como números indo-arábicos.

Além disso, enquanto os enunciados instrutivos são organizados em parágrafos, unidades de construção típicas do texto oral (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2000), os encenativos são agrupados em versos e estrofes, como se fossem trechos de poemas, tipo de texto tipicamente oral (ZUMTHOR, 1993). Essa disposição textual dá-se pelo fato de que quase totalidade dos textos litúrgicos podem ser recitados ou cantados, especialmente no estilo gregoriano, de modo que a versificação facilita a harmonização rítmica entre a letra, que é fixada pelo ritual, e a música, bastante variável. Outros aspectos vocais são designados nas rubricas, como as abreviaturas V. e R. (SD1, SD2, SD4), grafadas em caracteres especiais, que assinalam, respectivamente, o *Versiculum* e *Responsum* do canto gregoriano (COSTA, s.d.), e as instruções para realização de pausa (SD1) e de silêncio (SD3). Essa preocupação com a dimensão prosódica do texto é, por excelência, uma marca de oralidade, conforme observa Calvet (2011), assim como Dolz et al.:

Não se pode pensar o oral como funcionamento da fala sem a prosódia, isto é, a entonação, a acentuação e o ritmo. Já que os fatos da prosódia são fatos sonoros, podemos analisá-los em termos quantificáveis de altura, intensidade e duração. Dimensões essenciais de toda produção oral, seu domínio consciente ganha particular importância quando a voz está colocada a serviço de textos escritos. (2004, p. 130)

Os textos litúrgicos são introduzidos por rubricas que identificam o participante responsável por sua vocalização. A troca de turnos de fala, isto é, a alternância entre interlocutores, elemento básico da comunicação oral (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2000), é marcada através de uma série de signos gráficos: as abreviaturas V. e R. (SD1, SD2, SD4) – que identificam, respectivamente, o sacerdote e a assembleia –, o itálico (SD1), o espaçamento entre estrofes (SD1, SD4) e as rubricas (SD5). A

⁴ A indicação das sequências discursivas será realizada apenas quando a característica observada não for comum a todas elas, mas observada apenas em alguma(s) delas.





encenação, enquanto sucessão de turnos, é marcada pelo dueto, e os respostas da assembleia caracterizam-se pela simplicidade e pela curteza, compondo-se, quase sempre, de um único e reiterado verso, como a aclamação “amém”, o que facilita a memorização e a participação, necessidades básicas do estilo oral (CALVET, 2011). Essas tomadas de palavra são muitas vezes acompanhadas de prescrições quanto a posições corporais adequadas, o que também revela do domínio da oralidade, porque

Tomar a palavra está em relação íntima com o corpo. O organismo pode trair o mal-estar e o medo do locutor quando este deixa escapar índices involuntários de uma emoção (aceleração do ritmo cardíaco, críspação dos músculos, sangue que alui ao rosto, estrangulamento da voz), sejam eles perceptíveis ou não, lingüística e prosodicamente. O organismo pode também jogar com suas possibilidades (posição do corpo, respiração, atitude corporal) a serviço da colocação da voz e da comunicação oral. (DOLZ et al., 2004, pp. 133-134)

Assim, as rubricas determinam posições corporais diversas, como estar de braços abertos (SD2) ou de mãos dadas (SD3). Quanto a esse aspecto, a “cruz de Malta” (SD5) indica o momento em que o sacerdote deve persignar a assembleia, isto é, realizar sobre ela o sinal da cruz com a mão direita, enquanto a mão esquerda deve ser posta sobre o peito (IGMR 167). Além das atitudes corporais, os gestos envolvem ações e procissões (IGMR 44), como a imposição das mãos (SD3) e a procissão dos dons (SD2). Há ainda os gestos de leitura do ritual: as rubricas regulam o modo como ele deve ser lido, indicando o que pode ser alterado (SD1), como as partes da celebração se concatenam (SD3), como o livro do *Ritual do Matrimônio* deve ser integrado a outros livros litúrgicos (SD2) etc. Assim, há também uma preocupação de adaptação dos gestos de leitura às condições encenativa, como os parênteses insertos na bênção nupcial (SD3), que indicam um trecho a ser suprimido caso pelo menos um dos noivos não possa receber a comunhão (OCM 36).

4 Conclusão

A modalidade oral e a modalidade escrita são possibilidades de realização da língua que se entremeiam, não apenas através dos processos de retextualização, mas também na própria tessitura textual: o oral está no escrito, e vice-versa. Essa condição heterogênea da palavra, a um só tempo letra e voz (ZUMTHOR, 1993), pode ser melhor compreendida a partir da proposta de Marcuschi (2001) que distingue os gêneros textuais em campos prototípicos (fala vocalizada, escrita grafada) e em campos híbridos (fala grafada, escrita vocalizada), que recobrem territórios linguísticos marcados não pela divisão e pela separação, mas pela continuidade e pela gradação.

Os campos híbridos, contudo, ainda permanecem pouco compreendidos, tendo em vista que a articulação entre oralidade e escritura é própria de cada gênero textual, não havendo regras universais a eles aplicáveis. Por outro lado, a elucidação do funcionamento textual-discursivo das formas típicas de fala e escrita, como a conversação espontânea e a redação planejada, lançam luzes sobre as modalidades de um modo geral: o conhecimento sobre as especificidades (marcas) de cada uma delas, isto é, aquilo que as diferenciam, permite que se compreenda melhor o modo como elas articulam suas estruturas e propriedades, conjugando-se em um mesmo gênero textual.



Nas sequências discursivas analisadas, que, no que diz respeito ao seu uso social, pertencem ao campo da escrita vocalizada, as marcas de oralidade que puderam ser observadas referem-se à dimensão da realização sonora do texto, como troca de turnos, prosódia, gestualidade etc. As marcas relacionadas à formulação oral, tipicamente espontânea e simultânea à realização sonora, como hesitação, paráfrase, repetição, correção, digressão, parênteses etc. (CASTILHO, 2011; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2000) não foram observadas, justamente porque não se coadunam à concepção escrita do texto estudado. Essa pode, justamente, ser uma possível abordagem para a problemática do hibridismo: diferenciar em cada modalidade as propriedades e marcas relacionadas à concepção discursiva e ao meio de produção.

Além da distinção entre formulação (ou concepção discursiva) e execução (ou meio de produção), o estudo da retextualização pode contribuir para um maior entendimento da “oralização” e da “escritualização”, processos que alicerçam os campos híbridos: aquele torna vocalizada a escrita, e este, grafada a fala. A análise aqui empreendida mostra que a oralização é mais do que um procedimento de leitura ou de vocalização, ela diz respeito a uma performance oral, que envolve tanto o dizer em voz alta (DOLZ et al., 2004), quanto o assumir determinadas posturas corporais, realizar certos gestos, interagir através dos sentidos com o interlocutor etc.

Os elementos de oralidade desvelados pela análise aqui empreendida, todavia, não são nem pretendiam ser exaustivos, seja em relação à escrita grafada, seja no tocante ao *Ritual do Matrimônio*. Quanto a este último, uma análise diacrônica das versões dos textos escritos que compõem o roteiro litúrgico poderia ser muito útil para a compreensão dos processos de retextualização, já que ele historicamente transitou do campo “a” para o “b”, deste para o “d”, e, por fim, para o “c”, perfazendo um círculo quase completo em sentido horário no diagrama de Marcuschi (figura 1). O que se almejou aqui, entretanto, foi, em uma perspectiva sincrônica, fazer um levantamento propedêutico das marcas de oralidade presentes no ritual, enquanto programa (concepção discursiva) da celebração do matrimônio.

Referências

ASSOCIAÇÃO PRESBITEROS. *Apostila sobre o Sacramento do Matrimônio*. [s.n.t.]. Disponível em: <<http://www.presbiteros.com.br/site/apostila-sobre-o-sacramento-do-matrimonio/>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

AUGÉ, Matias et al. *La celebrazione del matrimonio cristiano*. Bologna: Edizione Dehoniane Bologna, 1977.

AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BÍBLIA. Latim. *Nova Vulgata*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1979.



BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Lei nº 1.110, de 23 de maio de 1950. Regula o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso. Brasília, 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1110.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CALVET, Louis-Jean. **Tradição oral & tradição escrita**. São Paulo: Parábola, 2011.

CARTA a Diogneto. In: **Padres Apologistas**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Patrística, v. 2).

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CATHOLIC BISHOPS' CONFERENCE OF THE PHILIPPINES (CBCP). **Ang Pagdiriwang ng Pag-iisang Dibdib**. The Celebration of Marriage. Manila: CBCP Regional Committee for Tagalog in the Liturgy, 1983.

CENTRE DE PASTORAL LITÚRGICA (CPL). **Matrimonio**: preparación y celebración. Barcelona: CPL, 2001.

CONFERENCIA EPISCOPAL ESPAÑOLA (CEE). **Ritual del matrimonio**. Barcelona: Editorial Regina, 1996.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Ritual do Matrimônio**. 11. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

CONGREGATIONIS DE CULTU DIVINO ET DISCIPLINA SACRAMENTORUM (CCDDS). Institutio Generalis Missalis Romani. In: PAULI VI; IOANNES PAULI II. **Missale Romanum**. 3. ed. Civitate Vaticana: Typis Vaticanis, 2002. p. 11-82.

COSTA, Altair de Almeida. **Partituras e vídeos - Scores and videos**. Belo Horizonte: [s.n., s.d.]. Disponível em: <<http://gregoriano.org.br/gregoriano/partituras1.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

DENZIGER, Heinrich Joseph Dominicus; HÜNERMANN, Peter. **Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum**. 37. ed. Freiburg: Herder, 1991. Disponível em: <<http://catho.org/9.php?d=g1>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

DOLZ, Joaquim et al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

EPISTOLA ad Diognetum. 2. ed. Lipsiae: T.O. Weigel, 1852.



FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. **Oralidade e escrita**: perspectiva para o ensino de língua materna. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **Dialética do sexo e do amor**. Rio de Janeiro: José Alvaro, 1975.

IOANNES PAULI II. **Catechismum Catholicae Ecclesiae**. Roma: [s.n.], 1997. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/catechism_lt/index_lt.htm>. Acesso em 20 out. 2015.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTÍN-MORENO, Juan Manuel. **Edición completa de los apuntes de liturgia**. Madrid: Universidad Comillas, [s.d.]. Disponível em: <http://mercaba.org/ARTICULOS/A/apuntes_liturgia_comillas.doc>. Acesso em: 16 jan. 2014.

PAULI VI; IOANNES PAULI II. **Ordo Celebrandi Matrimonium**. 2. ed. Civitate Vaticana: Typis Vaticanis, 1991.

SCHILLEBEECKX, Edward. **O matrimônio**. Petrópolis: Vozes, 1969.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**: a “literatura” medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



A LÍNGUA LATINA E AS ESPECIFICIDADES DOS VERBOS IRREGULARES NA LÍNGUA PORTUGUESA

Edjane Bispo dos Santos¹
*Ivanete de Freitas Cerqueira^{**}*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal evidenciar a importância do estudo do latim para a compreensão das irregularidades que permeiam o sistema verbal português. Para tanto, são feitas algumas reflexões a partir das teorias de autores, como Almeida (1968), Bortolanza (2011), Gonçalves (2007), Ilari (1999) e Viaro (1999). Tal investigação é de cunho quantitativo e se valeu das seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica e de campo, com a aplicação de um questionário misto em um grupo de vinte e cinco alunos do nono ano do Ensino Fundamental, na escola Genésio Chagas. A partir das análises dos resultados, observou-se que é essencial estudar a língua mediante uma visão diacrônica, a fim de que os problemas encontrados no presente sejam compreendidos através da busca ao passado, isto é, trabalhar a flexão dos verbos irregulares com os alunos sob o olhar da evolução do português a partir do latim. Com isso, pôde-se concluir também que as dificuldades apresentadas pelos discentes, em relação ao estudo dessas irregularidades, podem ser sanadas se estas não forem estudadas mecanicamente, mas mediante reflexões sobre a sua própria língua.

Palavras-chave: Latim; Língua Portuguesa; Verbos Irregulares.

Abstract: This work aims to highlight the importance of Latin study to understand the irregularities that permeate the Portuguese verbal system. In relation to it, some reflections from the theories of authors such as Almeida (1968), Bortolanza (2011), Gonçalves (2007), Ilari (1999) and Viaro (1999) were made. This research is a quantitative nature and made use of the following techniques: literature and field research with the application of a mixed questionnaire in a group of twenty-five students from the ninth grade of elementary school at Genésio Chagas school. From the analysis of results, it was found that it is essential to study the language by a diachronic vision, so that the problems encountered in the present are understood through the search in the past, i.e., work the bending of the irregular verbs with students, from the perspective of the evolution of Portuguese from Latin. With this, it can also be concluded that the difficulties presented by the students, concerning the study of these irregularities can be remedied if they are not studied mechanically, but by reflections on their own language.

Keywords: Latin; Portuguese Language; Irregular Verbs.

¹ Graduanda em Letras (Português) pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Ages).

E-mail: edjannebispo@hotmail.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8023701526944683>

^{**} Doutoranda em Língua e Cultura e Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Graduada em Letras (Português e Francês) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: ifreitas@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0066582836297725>



1 Introdução

O estudo do latim, língua que deu origem ao português, é essencial para a compreensão das peculiaridades dos verbos irregulares na língua portuguesa, já que estes apresentam mudanças em seu radical quando flexionados e, por esse motivo, precisam ser bastante discutidos em sala de aula, a fim de que os estudantes saibam utilizá-los tanto na escrita quanto na fala e de forma correta.

Nessa perspectiva, é importante conhecer as particularidades que permeiam a antiga língua dos romanos, pois ela ajuda a desvendar situações linguísticas inerentes ao português e que só podem ser solucionadas se as transformações ocorridas durante o seu processo evolutivo forem evidenciadas. Além disso, faz-se necessário considerar que o conhecimento sobre o latim, via história da língua portuguesa, desenvolve novas habilidades nos indivíduos que mantêm contato com esse idioma, como por exemplo o raciocínio lógico e a capacidade de pensar com mais facilidade e coerência, benefícios de extrema importância para os sujeitos. Com isso, vê-se que o educador tem papel fundamental nesse sentido, porque precisa compreender as especificidades relativas à língua latina, a fim de facilitar a aprendizagem do uso dos verbos pelos educandos.

Este trabalho objetiva, por meio da análise dos verbos irregulares presentes no teste respondido pelos alunos do nono ano da Escola Municipal Genésio Chagas, situada em Simão Dias / SE, evidenciar a importância do estudo do latim para a compreensão das irregularidades que permeiam o sistema verbal português. Os discentes tiveram que flexionar dez verbos irregulares nas pessoas, tempos e modos exigidos em cada sentença/oração apresentada.

O primeiro capítulo, *A importância do latim para o estudo do português*, expõe os posicionamentos de alguns autores que possuem estudos relacionados à temática, além explicitar a importância de conhecer essa língua, para melhor compreender o português. Em seguida, há a descrição dos instrumentos metodológicos, da população e de como foi feita esta pesquisa, em *Metodologia*. No capítulo seguinte, ocorre a *Análise e discussão dos dados*, seguida de algumas sugestões para a melhoria do ensino da Língua Portuguesa nas escolas.

2 A Importância do Latim para o Estudo do Português

De acordo com Ilari (1999), as línguas românicas derivam do latim vulgar, ou seja, daquele falado pelas camadas mais populares da sociedade romana, e não do clássico, venerado pelos aristocratas. O português, então, possui diferenças e semelhanças – mais estas que aquelas – no que diz respeito a sua língua originária. Ao analisar o antigo idioma dos romanos, vê-se que ele pode explicar situações linguísticas presentes na língua portuguesa. Esta precisa, pois, ser observada diacronicamente para que seja melhor entendida pelos falantes.

Nessa perspectiva, para os que afirmam que o latim está morto, o vocabulário português mostra justamente o contrário, pois possui inúmeros termos que ainda conservam a estrutura latina e são bastante utilizados pelos usuários do idioma oficial do Brasil, tais como, *curriculum vitae*, *in memoriam*, *fiat lux*, *lacta*, *in vitro*, entre outros. Essas situações demonstram a necessidade de conhecê-lo, já que está tão presente e vivo, seja modificado, seja conservando suas características inerentes.

A estrutura morfosintática da língua latina e a da língua portuguesa são muito diferentes, apesar de a primeira ter dado origem à segunda. O modo de estabelecer as conexões entre as palavras



em ambas é a principal característica que as difere. De acordo com Gonçalves (2007), no latim, as funções sintáticas se dão por meio das marcas morfológicas ou desinências de caso e não pela ordem sequencial das palavras como acontece no português. Logo, a ordem destas, na língua latina, é menos rígida que na portuguesa, pois é o sistema de casos que gera a compreensão dos textos latinos. Além disso, naquela não existem nem artigos nem preposições e os nomes são agrupados em diferentes declinações, conforme o comportamento que cada grupo evidencia.

Sobre a necessidade de os usuários do português conhecerem a língua latina, Viaro (1999) diz que ela proporciona um melhor entendimento da língua portuguesa e seus mistérios, bem como gera uma melhor compreensão do mundo, além de ser um eficaz exercício para a memória dos indivíduos.

Almeida (1968) concorda com Viaro quando afirma que o latim aguça o raciocínio do estudante e o obriga a pensar, a ser mais observador, concentrado, atencioso e calmo, qualidades essenciais ao ser humano, além de ajudar a entender melhor o português.

(...) aprender ou não o latim não é a questão. Ele já convive conosco, pois é a alma de nossa língua e bastaria reconhecê-la. Com o latim, vemos que as irregularidades e as temíveis exceções das gramáticas não são nem irregulares, tão pouco exceções. Tudo passa a ter uma lógica mais clara e previsível (VIARO, 1999, p. 9).

Sob esse prisma, Bortolanza (2011) afirma que o português é ainda o latim, em tempo e espaço diferentes, modificado e transformado em outra língua, mas permanecendo essencialmente latim. Para ele, há mais semelhanças do que diferenças entre essas duas línguas, já que se trata de um sistema que se manteve, ou seja, as terminologias gramaticais são quase as mesmas, apenas ganharam um caráter mais analítico e isso acentua ainda mais a importância do estudo dele, mesmo já transformado em outros idiomas, os neolatinos.

Para Bortolanza: “Verbo não pode ser considerado uma questão morfológica, por se configurar de funcionamento morfossintático” (2011, p. 422). Ele faz críticas severas ao modo como o ensino dos verbos é colocado para os usuários do português e enfatiza a urgência de incorporar o aspecto à conjugação, já que o Perfeito e o Imperfeito na língua portuguesa só estão associados ao Pretérito e isso pode gerar confusão no entendimento das categorias de Tempo e de Aspecto.

Sobre isso, Castilho (1968) define: “O *aspecto* é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento. É pois, a representação espacial do processo” (p. 14). Para tal autor, o aspecto verbal é uma categoria léxico-sintática, já que em sua caracterização interagem o sentido do radical verbal e elementos sintáticos como os adjuntos adverbiais, o complemento e o tipo oracional. Vê-se que as discussões a respeito disso, nas gramáticas e no ensino da língua portuguesa, são insuficientes para o devido entendimento dessa categoria.

Bortolanza (2011) diz que o analitismo do latim vulgar presente no sistema verbal latino frente ao sintetismo do clássico é uma das características marcantes na evolução do primeiro. Isso explica, então, o fato de a língua portuguesa também possuir esse analitismo em seu sistema verbal. Dessa forma, observa-se que as variantes sincrônicas do português precisam ser compreendidas mediante a compreensão das diacrônicas.

É importante conhecer, em suma, os mecanismos estruturais que regem a língua latina, visto que o professor de português precisa desse conhecimento para desvendar algumas peculiaridades



referentes ao idioma oficial do Brasil e sanar as necessidades de aprendizagem dos educandos, além de desfrutar das habilidades que esse estudo proporciona ao sujeito.

3 Metodologia

Esta pesquisa foi realizada com vinte e cinco alunos do nono ano da Escola Municipal Genésio Chagas, situada no Povoado Cumbe, Simão Dias / SE, por meio da aplicação de um questionário misto, contendo perguntas elaboradas de modo a fazer com que as possíveis respostas mostrassem até que ponto os alunos reconhecem as palavras de origem latina em seu dia a dia. Na primeira questão, que se tratava desse reconhecimento, havia palavras bastante utilizadas no português, nas quais a forma latina foi conservada, bem como vocábulos dessa mesma origem que se modificaram, adquirindo outra forma ao longo do tempo. Já a segunda se referia ao emprego dos verbos irregulares na língua portuguesa e ao modo como o radical de alguns adjetivos se modificam quando passados para o grau aumentativo sintético ou para o diminutivo, o que pode provocar confusões quanto ao significado deles.

A aplicação desse instrumento durou cerca de uma hora, cedida pela professora de Língua Portuguesa e não houve nenhum tipo de consulta a materiais ou até mesmo aos colegas de classe, o que é essencial para a lisura deste trabalho, pois cada um fez o que realmente sabia, sem pedir ajuda a terceiros para dar suas respostas.

Nesse sentido, a pesquisa quanto aos objetivos, caracterizou-se como quantitativa e exploratória, uma vez que possibilita uma aproximação da realidade observada e dos dados que serão discutidos na sequência. A investigação também se valeu das seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica sobre as principais obras que abordam o assunto e pesquisa de campo, já que foi necessário visitar o espaço onde a pesquisa foi feita.

Sob esse prisma, neste trabalho foi analisada somente a segunda questão do questionário, que se refere ao emprego dos verbos irregulares, na qual foi pedido que os educandos conjugassem os verbos **medir, caber, trazer, crer, tossir, valer, pôr, perder e ler**, em sua maioria, na primeira pessoa do singular no presente do indicativo e alguns poucos na terceira pessoa do plural no presente do indicativo e na terceira pessoa do singular no futuro do subjuntivo.

4 Análise e Discussão dos Dados

De acordo com Almeida (2003), há alternâncias nos radicais de alguns verbos irregulares que opõem a primeira pessoa do singular do presente do indicativo, assim como as do presente do subjuntivo à segunda e à terceira do singular e plural do indicativo. Na maior parte dos casos, se a alternância se der em decorrência da consoante final do radical, a oposição ocorrerá, pois, entre a primeira pessoa do singular do presente do indicativo e todo o subjuntivo ao restante da flexão.

Nesse sentido, essa consoante diferente encontrada na primeira pessoa do presente do indicativo é consequência de uma evolução originada da existência de uma semivogal, resultante do processo evolutivo de uma vogal seguida de outra vogal. Dessa forma, o que acontece com os verbos **Medir e Valer** é o seguinte: a semivogal provocou a palatalização da consoante anterior. Essa elevação



da língua em direção ao palato duro se perdeu no primeiro verbo e deu origem ao fonema /ts/ e depois /s/. Esperou-se que a consoante -l-, presente no radical do segundo, tivesse sido suprimida entre as vogais, mas ela se manteve ao longo da flexão, como ocorre no infinitivo. Tal evolução pode ser observada logo abaixo, segundo Almeida (2003):

MEDIR: metio > me/tj/o > me/ts/o > me/s/o: meço
VALER: ualeo > va/lj/o > va/Y/o: valho

Os alunos que participaram da coleta de dados e responderam ao questionário tiveram dificuldades ao conjugar as formas verbais supracitadas. Na letra A do item relacionado ao emprego dos verbos, foi pedido que os discentes conjugassem o verbo MEDIR na primeira pessoa do singular do presente do indicativo: *Você mede a largura e eu MEÇO o comprimento*. Somente cinco alunos conseguiram fazer o exercício corretamente, dos vinte e cinco participantes. As outras formas foram MIDO (5), MERÇO (3), MESO (2), MEDÓ (1), MERSSO (1), MERSOR (1), MESSO (5) e MEDIREI (2).

Com VALER, em *Essas pessoas podem não valer nada, mas eu VALHO muito*, apenas dois educandos conseguiram obter êxito. A maior parte deles utilizou a forma verbal VALO (12). Houve a utilização de outros verbos como VALORIZO (1) e GASTO (1). O restante variou entre VALEREI (4), VALE, VALEREM, VALEU, VALOR e VALORISO, com uma menção, respectivamente. Vê-se que para tentar conservar o radical, os discentes recorreram ao verbo VALORIZAR e fizeram também uma associação semântica entre VALER e GASTAR. Essas dificuldades que os alunos apresentaram ficaram ainda mais acentuadas quando foi pedido que conjugassem **Pôr** e **Trazer** na terceira pessoa do singular no futuro subjuntivo, como será mostrado a seguir.

A forma verbal PUSER, do verbo PÔR, em *Só ponho meu almoço se você PUSER o seu*, foi utilizada por somente um educando. Os demais se limitaram a deixar o verbo no infinitivo, quinze deles, ou colocá-lo sem o acento POR (3), ou usar o PÔ, PÔNHE, POREM, POIR, PUSER. Um aluno optou por deixar em branco e outro por trocar a palavra pedida por um sinônimo, COLOCO (1), o que não é errado em uma produção textual seja escrita ou falada. Contudo, esse não foi o caso, já que o objetivo é ver como os discentes conseguem flexionar justamente os verbos que são pedidos no questionário.

Já com TRAZER, na frase *Só trago meus CDs, quando Marcos TROUXER os dele*, apenas dois alunos conseguiram cumprir corretamente o que foi proposto, enquanto que seis deles utilizaram o verbo novamente no infinitivo. O restante se dividiu entre as formas TRAGO (2), TRAZ (4), TRAZE, TROUSSER, TROUSER, TRAS, TRASEREI, TRAZEREM, TROSSER, TROUCER, TROSCER, TRÁS, com uma menção por um educando, respectivamente. Um aluno não conseguiu fazer a proposta e deixou em branco o espaço destinado à resposta.

Vê-se até aqui que a maioria dos alunos não consegue responder de modo a seguir a pessoa, o tempo e o modo pedidos nas orações. Alguns deles até conseguem, mas deslizam na ortografia, como foi visto em TROUCER, TROUSSER e TROUSER. Nesse caso, é preciso afirmar que todos tinham o intuito de escrever TROUXER. Os que assim o fizeram desconhecem que, nesse caso, a letra X representa o fonema /s/.

Há verbos nos quais, segundo Almeida (2003), há a alternância de uma semivogal anti-hiática e sua ausência no final do radical, como acontece com **Crer** e **Ler**. São formas verbais nas quais uma consoante foi suprimida na primeira e na segunda pessoa do presente do indicativo.



CRER: credo > creio > cre/j/o: creio
 credis > crees > crês
 LER: lego > leo > le/j/o: leio
 legis: > lees > lês

Como as vogais da segunda pessoa eram semelhantes, ocorreu uma crase, mas isso não aconteceu na terceira pessoa do plural, visto que as duas foram conservadas quando flexionados os verbos com a característica acima descrita. Isso consegue explicar, portanto, o fenômeno que ocorre com **Crer** e **Ler**, na terceira pessoa do plural do presente do indicativo, descrito na sequência.

O verbo CRER em *Eu creio no que meus pais CREEM* gerou várias formas verbais como respostas. Houve apenas quatro acertos, embora a forma mais utilizada por eles tenha sido CRER (6). Alguns até souberam flexionar tal palavra, mas não conseguiram escrevê-la corretamente: CREM (4). Outros utilizaram o acento circunflexo que caiu com a chegada do Novo Acordo Ortográfico: CRÊEM (2). Os demais fizeram CREREM (3) e CREIREM (1).

Algo semelhante aconteceu com **Ler** em *Eu leio o mesmo livro que eles LEEM*. Apenas quatro alunos fizeram corretamente e os demais se limitaram a responder LEIO (1), LEM (5), LER (3), LEIM (1), LERAM (4), LE (1), LEREM (2), LEO (1) e LÊEM (2). Um aluno não conseguiu responder ao quesito.

De acordo com Almeida (2003), há ainda verbos que apresentam uma oscilação entre um ditongo e uma vogal na sílaba tônica originária da atração entre a vogal tônica e uma semivogal que existia na última sílaba. “Note-se que do português actual fazem parte verbos que numa fase antiga apresentavam essa alternância, tendo a semivogal acabado por desaparecer” (ALMEIDA, 2003, p. 103). É o que acontece com **Caber**:

CABER: capio > cab/j/o > ca/j/bo: caibo

O verbo CABER deveria ser conjugado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo: *Se Maria cabe nesse cubículo, eu não CAIBO*. Dos vinte e cinco, somente três alunos conseguiram acertar e o restante se dividiu entre CABEREI (10), CABO (5), COUBE (2), CABE(2), CABEREM, COBE E CABER. Isso demonstra que os discentes procuram conservar o radical ao flexionar os verbos na primeira pessoa do singular no presente do indicativo assim como é feito com os regulares e isso gera confusão. A forma CABO é um bom exemplo, visto que isso é observado no processo de aquisição da linguagem pelas crianças as quais tentam conservar a raiz de verbos como CABO/CAIBO, SABO/SEI, MIDO/MEÇO, e como será exposto na sequência, TECO/TEÇO, TOSSO/TUSSO e PERDO/PERCO.

Com TECER houve realmente muita confusão. O enunciado *Enquanto ele tece o chapéu, eu TEÇO a esteira* pede a primeira pessoa do singular no presente do indicativo, mas somente seis educandos obtiveram êxito. O restante ficou limitado a TECO (3), TOUÇO (1), TERÇO (2), TECEREI (4), TECIR (2), TORCIREI (1), TERCEREI (2), TROÇO (1) e TECE (1).

Situação semelhante ocorreu com TOSSIR em *Engraçado! Quando você tosse, eu também TUSSO*. Pede-se a primeira pessoa do singular do presente do modo indicativo. Cinco alunos conseguiram acertar, embora boa parte tenha respondido TOSSO (9), como descrito anteriormente. Esse verbo



obteve a maior variação entre as respostas: TURSSO (2), TOSSI (1), TOUSSIR (1), TOSSIR (1), TORSSEREM (1), TOSSER (1), TORÇO (1), TOSSIREI (1) e TORSSOR (1).

Segundo Almeida (2003), no sistema morfológico do português há verbos que possuem todas as formas irregulares no subjuntivo e na primeira pessoa do presente do indicativo, no tocante à diacronia e por influência analógica. Isso pode ser explicado ao observar a evolução de **Medir** e **Perder** na primeira pessoa, respectivamente:

MEDIR: môtio > me/tj/o > me/ts/o > me/s/o: **meço**

PERDER: pěrdeo > per/dj/o > per/ts/o > per/s/o: **perço > perco**

O verbo PERDER deu margem a diversas possibilidades, como PERDO (8), PERDI (4), PERSO (2), PERDEREI (3), PESSO (2) e PERSOR (1), quando foi requisitada a primeira pessoa do singular do presente do indicativo, PERCO, a qual foi mencionada por apenas três discentes, no enunciado *Joana perde dinheiro e eu PERCO muito mais*. Um aluno optou por não responder e um outro, pelo antônimo GANHO. Esta forma não é muito apropriada, pois inverte o significado da oração.

5 Considerações Finais

Observa-se que verbos como Medir, Valer e Caber são irregulares se forem observadas somente as mudanças em seu radical. As irregularidades que se fazem presentes na primeira pessoa do presente do indicativo e em todo modo subjuntivo são regulares de acordo com o ponto de vista da diacronia, ou seja, a evolução deles aconteceu de forma natural e regular. Faz-se necessário, então, olhar a língua por uma visão diacrônica, a fim de que os problemas encontrados no presente sejam compreendidos através da busca ao passado.

Formas como MERÇO, MESO, MERSSO, MERSOR e MESSO podem ser vistas como variantes ortográficas de MEÇO, bem como TROUSSER, TROUSER, TROSSER, TROUCER e TROSCER, pois são variantes de TROUXER. O mesmo acontece com CRÊEM e CREM, de CREEM; LEM, LEIM e LÊEM, de LEEM; TERÇO, de TEÇO; e TURSSO, de TUSSO. Essas formas implementadas se diferem somente na ortografia, daquelas aceitas como corretas, porque a pronúncia destas em relação às produzidas pelos alunos são muito parecidas. Os estudantes sabiam conjugar tais verbos, mas não souberam escrevê-los de acordo com a norma padrão.

Já com VALO, produzida por vários discentes para representar a primeira pessoa do singular do presente indicativo de VALER, ou seja, VALHO, conclui-se que tal forma segue a regularidade do próprio verbo, pois apresenta uma alteração no radical, quando conjugado em situações que evidenciam justamente a primeira pessoa do singular do presente indicativo, bem como no presente do subjuntivo e imperativo afirmativo e negativo. Nesses casos, o -l- do radical passa a ser -lh-, quando seguido das letras a e o.

É importante ressaltar que a situação acima descrita pode ser melhorada com a intensificação das leituras, análises textuais e produções de texto, como também pelo exercício de conjugação dos verbos irregulares, de modo a fazer com que os discentes consigam refletir sobre a língua e não somente como exercício de memorização das desinências verbais, porque aquilo que é decorado será esquecido



em um dado momento. Mas, quando a aprendizagem é significativa, o conhecimento adquirido tende a ser ampliado dentro e fora da sala de aula.

De acordo com os resultados obtidos no teste, observa-se que houve falhas no processo de ensino/aprendizagem desses educandos, pois são formas verbais utilizadas com frequência por quaisquer falantes da língua portuguesa, e devido às irregularidades presentes nos radicais, são implementadas com dificuldades por boa parte dos falantes do português que não conhecem as especificidades de cada um dos verbos apresentados.

O sistema de ensino prima pela quantidade e não pela qualidade, ou seja, pela aprovação da maioria dos educandos, mesmo que estes não tenham desenvolvido os requisitos exigidos para serem aprovados. Isso se dá pelo fato de que as verdadeiras dificuldades dos alunos não são detectadas e sanadas já no início da vida educacional ou até a conclusão da Educação Básica. Dá-se prioridade à aplicação dos conteúdos, enquanto que alguns estudantes não conseguem ler, interpretar e escrever bem os textos.

É necessário fazer com que os discentes consigam refletir sobre a sua língua, pois esta possui singularidades que somente poderão ser entendidas após a observação de como se deu a evolução do latim. Precisa-se trabalhar a flexão dos verbos irregulares com os alunos e sempre se voltar para a evolução do português a partir da língua latina.

Referências

ALMEIDA, Maria Luisa A. F. de. Regularidade e irregularidade nos paradigmas flexionais. **Máthesis**, Jandaia do Sul, v. 12, n. 1 e 2, p. 89-112, 2003. Disponível em: <http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat12/Mathesis12_89.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2016.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.

BORTOLANZA, João. O latim e o ensino de verbos. I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1., 2011. Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 418-425. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_1_artigo_046.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2016.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. 1966. 133f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Marília, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **Língua latina**. Curitiba: IESD Brasil, 2007.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.



VIARO, Mário Eduardo. A importância do latim na atualidade. **Revista de ciências humanas e sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-12, 1999. Disponível em: <http://www.unilago.com.br/download/arquivos/20996/artigo_Mario_Viaro.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2016.



ESTUDO COMPARATIVO DO PROCESSO VERBAL DO PAR LINGUÍSTICO PORTUGUÊS BRASILEIRO-INGLÊS NA HISTÓRIA EM QUADRINHOS DA TURMA DA MÔNICA

Alina Aparecida de Paula*
Luciene Alves**

Resumo: O presente trabalho realiza um estudo comparativo num *corpus* paralelo bilingue constituído por histórias em quadrinhos da Turma da Mônica. Com o propósito de examinar em que medida ocorre as relações de Equivalências nas instâncias dos Processos Verbais a partir da vertente do português brasileiro (PB) para o inglês e vice-versa. Os quadrinhos da Turma da Mônica selecionados foram analisados segundo o Sistema de Transitividade, componente da Metafunção Ideacional da linguagem. As unidades de comparação foram extraídas de uma única rede do sistema (*System network*) e empregadas em ambas as línguas e, assim, foi possível medir a Equivalência Textual, a Correspondência Formal e a Mudança (*Shift*) entre elas, pois permitiu: (i) identificar os casos de Correspondentes Formais das 118 ocorrências analisadas no *subcorpus* em PBLF para ILA e das 108 ocorrências analisadas no *subcorpus* em ILA para PBLF e (ii) identificar os casos em que ocorreram Mudanças. Os resultados apontaram que as relações de Equivalência se dão de forma probabilística em relação às categorias formais da teoria de base e, que embora em menor número de ocorrências, as mudanças apresentaram resultados relevantes para os estudos da tradução, em alguns casos os verbos foram traduzidos como um verbo distinto, em outro, o verbo foi traduzido como expressão, como substantivo e casos de omissão.

Palavras-chave: Transitividade; Processo Verbal; Correspondência Formal; Equivalência Textual; Mudança.

Abstract: This paper makes a comparative study in a bilingual parallel *corpus* for comics Monica's Gang. In order to examine to what extent the relations occur Equivalence in instances of Verbal Processes from the Brazilian Portuguese side (PB) into English and vice versa. The comics Monica selected were analyzed according to the Transitivity System, Ideational Metafunction component of language. The comparison units were extracted from a single system network and used in both languages and thus it was possible to measure Textual Equivalence, Formal Correspondence and Shift between them as possible: (i) identify cases of formal Correspondence of 118 occurrences examined in *subcorpus* in PBLF

* Mestranda em Letras (Estudos da Linguagem) e Graduada em Letras (Tradução) pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

E-mail: alina.depaula@yahoo.com.br

Curriculo Lattes: <http://Lattes.cnpq.br/0250525111135258>

** Mestranda em Letras (Estudos da Linguagem) e Graduada em Letras (Tradução) pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

E-mail: nacionalgirlop@hotmail.com

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5642249449703775>



to ILA and 108 occurrences examined in *subcorpus* in ILA to PBLF and (ii) identify where Shifts have occurred. The results showed that the Equivalence relationships are in a probabilistic manner in relation to the formal categories of basic theory and that, although in fewer instances, the shifts showed significant results for translation studies, in some cases the verbs were translated as a separate verb, on the other, the word was translated as an expression, as a noun and cases of omission.

Keywords: Transitivity; Verbal Process; Formal Correspondence; Textual Equivalence; Shift.

1 Introdução

Embasado nos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) este artigo examina em que medidas ocorrem as relações de Equivalências nas instâncias dos Processos Verbais num *corpus* paralelo bilíngue. Os Processos Verbais de acordo com Halliday e Matthiessen (2004) são verbos de ação verbal e tem relação com fatos da ordem do “dizer”. O *corpus* compilado é constituído por uma seleção de 11 histórias em quadrinhos da Turma da Mônica e suas traduções para o inglês, nas quais temos a encenação de diálogos e narrativas majoritariamente entre crianças, as quais, de certa forma, buscam representar a linguagem da oralidade que são importantes em vários tipos de discursos. As historinhas foram submetidas a um tratamento computacional possibilitado pela Linguística de Corpus (LC), que se faz presente metodologicamente, nesta pesquisa, através do programa *ParaConc* (Barlow, 1996-2001) e do programa *UamCorpus Tool* (O’Donnell, 2008).

Além desta breve introdução, a organização do artigo se dá em dois capítulos. O capítulo 1 consiste em apresentar o alicerce teórico do presente estudo que se sustenta nos estudos sistêmico-funcionais da língua inglesa conduzidos por Michael Halliday e Christian Matthiessen e descritos no livro *An Introduction to Functional Grammar* (2004) mais especificamente falando a Metafunção Ideacional e o Sistema da Transitividade, limitando-se aos Processos Verbais. Seguindo por uma abordagem dos estudos contrastivos orientado para o produto proposto por Krzeszowski (1990) e usando os conceitos de Equivalência Textual, Correspondência Formal e Mudança (*shift*) apresentados por Catford (1965; 1980) e Matthiessen (2001), a fim de identificar os equivalentes nos Processos Verbais para a realização das análises.

No capítulo 2 serão abordados os procedimentos metodológicos apresentando como a linguística sistêmico-funcional é aplicada na análise contrastiva de um *corpus* paralelo. Analisando como resultado em que instância a transitividade (limitando-se ao Processo Verbal, HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) pode corroborar a relação de equivalência (CATFORD, 1965; 1980) a partir dos estudos contrastivos entre duas ou mais línguas permitindo que estas sejam comparadas (Krzeszowski, 1990) mostrando dados que justificaram as ocorrências encontradas nos *subcorpora*, seguido das considerações finais e referências bibliográficas.

2 A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e o Sistema da Transitividade

A Linguística Sistêmico-Funcional que nos permite tanto descrever gramaticalmente um texto, como oferecer análises detalhadas para as abordagens textuais da tradução tem seu potencial



incrementado por contar com uma teoria linguística o suficiente abrangente para direcionar a extração, análise dos dados e a interpretação dos achados (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A LSF tem seu potencial bastante desenvolvido por ser uma teoria linguística funcional e multidimensional, isto é, nos oferece subsídios tanto para descrever gramaticalmente um texto como nos possibilita análises linguísticas abrangentes integrando forma e significado (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Ela dedica-se a compreender e descrever a linguagem em contexto de uso como um sistema de comunicação humana, conseqüentemente, as escolhas linguísticas feitas se realizam em termos de sistemas, que se conectam às metafunções e, ao mesmo tempo, às variáveis de registros correspondentes a elas e, a oração tem sua finalidade comunicativa condicionada por três tipos de significados interdependentes, as metafunções: ideacional, interpessoal e textual (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 24).

Para os propósitos do presente estudo, a metafunção ideacional foi escolhida como recurso de investigação. De acordo com Halliday e Matthiessen, (2004), a metafunção ideacional descreve a oração como representação. Em sua dimensão experiencial, a metafunção ideacional é responsável pela forma na qual o falante organiza sua experiência do mundo exterior e sua vivência interior, ou seja, os Processos de sua consciência. O sistema gramatical responsável por esta metafunção é o sistema da Transitividade, por meio do qual organizamos e classificamos o mundo das vivências por meio de Processos. Como podemos observar na figura 1, abaixo, os Processos, de acordo com os autores se constituem pelo próprio Processo, os Participantes envolvidos no Processo e as Circunstâncias associadas a ele.

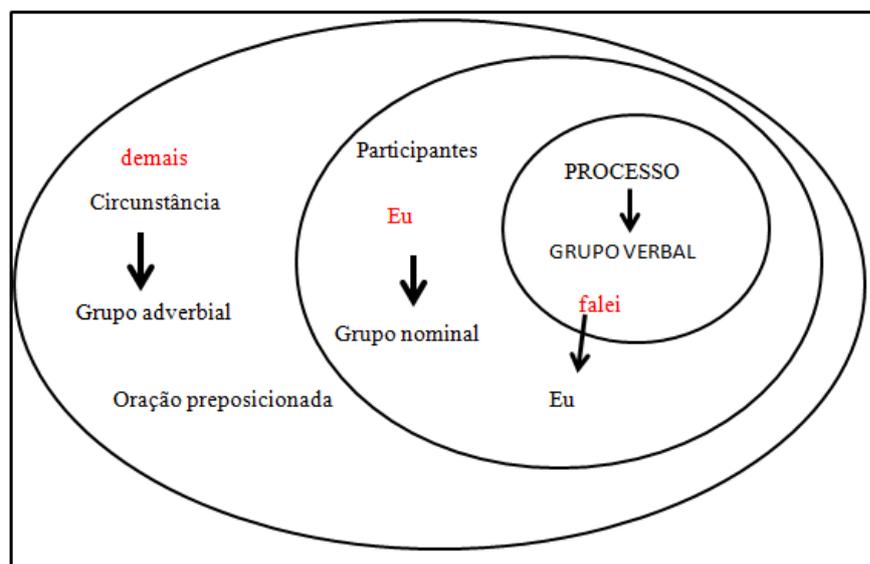


Figura 1: Elementos centrais e periféricos na estrutura experiencial da oração, adaptada de Halliday e Matthiessen (2004, p. 176).

Halliday e Matthiessen (2004, p. 170) apontam que o sistema de Transitividade organiza a experiência em seis tipos de Processo: Material, Mental, Comportamental, Verbal, Relacional e Existencial e, cada um deles apresenta seu próprio modelo de organização do domínio da experiência humana. A figura 2, a seguir, ilustra a tipologia dos Processos e a localização do eixo desse estudo.



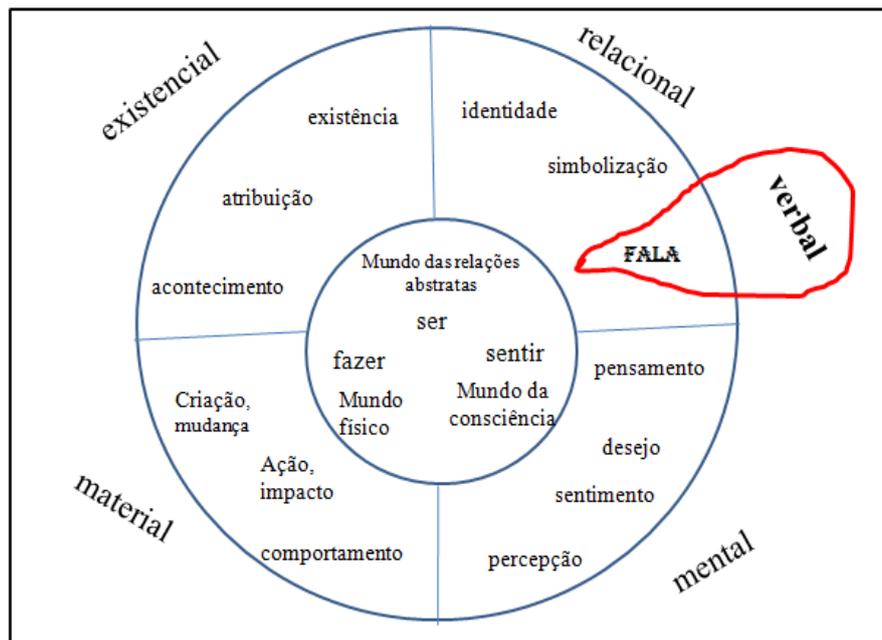


Figura 2: A gramática da experiência: tipos de Processos e localização da pesquisa, adaptada de Halliday e Matthiessen (2004, p. 172) para a língua portuguesa.

Como demonstrado na figura 2, o eixo desse estudo se concentra no Processo Verbal. Esses Processos, por sua vez, situam-se entre os Mentais e os Relacionais, são Processos do Dizer, ou, como salientam os autores, são Processos relacionados à enunciação, correspondem-se aos fenômenos de primeira ordem, ou melhor, às representações linguísticas da realidade, isto é, eles englobam qualquer espécie de troca simbólica de constituição de significados construídos na consciência humana e realizados por meio da linguagem, por isto, será indispensável na estrutura da oração verbal, o Participante, Dizente (*Sayer*) - que é quem/ou o que diz alguma coisa, como mostra o exemplo¹ compilado da história coelhada nas estrelas e sua tradução (1):

(1)

Puxa vida, eu	falei demais.
Participante: Dizente	Processo: Verbal

Tendo em vista a ocupação do Dizente, ele, não necessariamente, tem que ser consciente e sim, verbalizar, através de signos, alguma informação ou significado. Na LSF há dois tipos principais de Processo Verbal: o de Atividade, que se subdivide em Alvo e Fala e, o de Semiose, que se divide em Projetante (Relato e Citação) e Não-Projetante (Verbiagem). O Processo Verbal projeta fenômenos de segunda ordem, no caso, projetam fenômenos que existem somente no nível da linguagem, quer dizer, a projeção ocorre quando a linguagem projeta fenômenos que existem apenas no plano semiótico da linguagem. Além do Dizente, o Processo Verbal agrupa mais três funções de participantes:

¹ Os exemplos expostos foram extraídos do *corpus* analisado.



1) Receptor (*Receive*) - representa o destinatário de um discurso, aquele a quem a palavra é dirigida e denota um ser consciente, um falante potencial, como exposto no exemplo (2) extraído da história Superparque.

(2)

Podem me	dizer	Onde fica o brincando no computador?
Receptor	Processo: Verbal	Verbiagem

2) Verbiagem (*Verbiage*) - corresponde ao que foi dito como um Ente (*Thing*) que aparece como um constituinte da oração e não como outra oração, conforme é demonstrado no exemplo (2), acima.

3) Alvo (*Target*) - um indivíduo que “sofre” o Processo Verbal, conforme exibido no exemplo (3), a figura 3 mostra o trecho compilado da história Horacic park.



Figura 3: Página da história Horacic Park evidenciando o exemplo analisado

(3)

Tá me	chamando de gorda é?
Participante: Alvo	Processo: Verbal

A oração verbal pode ainda, apresentar o elemento, Locução (*Saying*) - que representa o que foi dito, podendo ocorrer na forma de Citação (discurso direto) ou Relato (discurso indireto), além de outras formas híbridas como citação parcial ou discurso direto livre. A Locução constitui-se em uma oração à parte, formando um complexo oracional com a oração verbal. Note que, apesar de estarem ocultos, o Dizente e o Receptor estão presentes, como expresso no exemplo (4), ilustrado pela figura 4 compilada da história Romeu e Julieta.



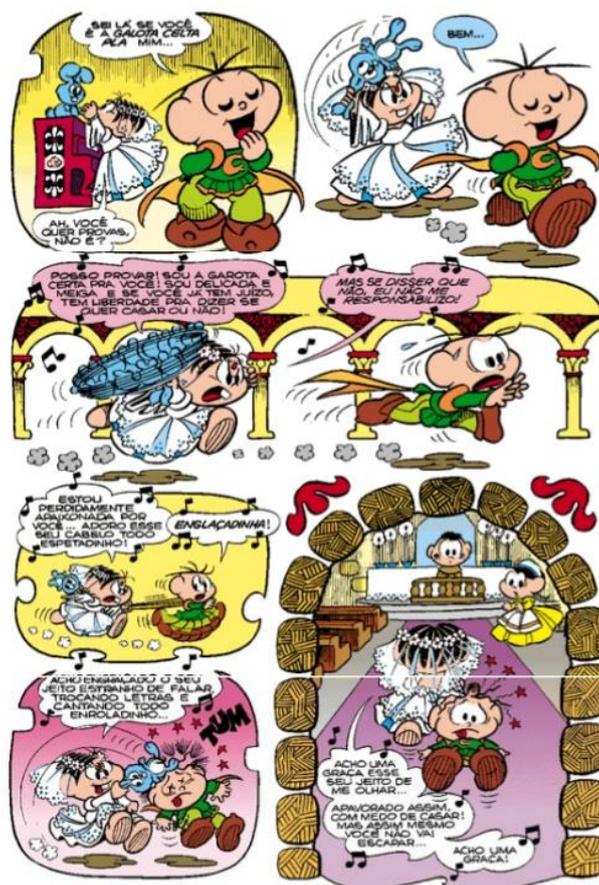


Figura 4: Trecho cantado da história Romeu e Julieta evidenciando locução e o Processo Verbal

(4)

Mas se disser que não,	eu não me responsabilizo!
Processo: Verbal	Locução: Relato

Halliday e Matthiessen (2004) apontam que a linguagem é um sistema de recursos que possibilitam a representação da experiência de mundo sob a visão e perspectiva de cada indivíduo através da gramática e, nesse sentido restrito, a linguística contrastiva tem o importante papel de referir-se ao produto de estudos contrastivos, como uma gramática bilíngue destacando as diferenças entre as línguas, isto é, a linguística contrastiva concentrar-se nos casos em que a metodologia de comparações entra em jogo.

Krzeszowski (1990) afirma que a linguística contrastiva tem como característica principal observar e descrever as semelhanças e as diferenças entre uma língua fonte (LF) e uma língua alvo (LA), em vez de agrupá-las genética ou tipologicamente. Complementando o ponto de vista do autor, para a realização das análises relativas às relações das Equivalências nas instâncias dos Processos Verbais na



vertente do PO para o IT e vice-versa foram usados os conceitos de Equivalência Textual, Correspondência Formal e Mudança (*Shift*) propostos por Catford (1965, 1980) e Matthiessen (2001).

Em seu estudo, Catford (1980, p. 22) afirma que a Equivalência trata-se de uma “substituição de material textual numa LF por material textual equivalente na LA”. O autor esclarece que a escolha lexical “material textual refere-se à porção de texto da LA que se modifica quando e somente quando se modifica determinada porção do texto da LF”. Quanto à Correspondência Formal, é definida por ele como um pressuposto analítico que ocorre através de um Correspondente Formal e é “qualquer categoria da LA que se possa dizer, tão aproximadamente, quanto possível, ocupa na economia da LA o ‘mesmo’ lugar que a categoria considerada da LF ocupa na LF” (CATFORD, 1980, p. 35). Ainda, de acordo com o autor, quando não se verifica a Correspondência Formal nos equivalentes tem-se uma Mudança (*shift*).

As Mudanças, por sua vez, segundo Matthiessen (2001), podem ocorrer na escala de ordens, no sistema inteiro ou em partes da sua delicadeza. São divididas em dois tipos: (i) Mudança de Nível e (ii) Mudança de Categoria, que se subdivide em quatro. A tipologia de Mudança é representada no quadro 1.

TIPOS DE MUDANÇA		PARTICULARIDADES
Mudança de nível		Modificação de um termo gramatical para um termo lexical de uma língua para outra.
Mudança de categoria	Mudança estrutural	A língua fonte, ao ser traduzido, sofre uma modificação na estrutura gramatical da oração.
	Mudança de classe	Mudança de classe gramatical da língua fonte para a língua alvo.
	Mudança de unidade	Modificações ocorridas nas unidades linguísticas, tais como, sentença, oração, grupo, palavra e morfema.
	Mudança intrassistema	A língua fonte, apesar de possuir um sistema parecido com o da língua alvo, terá seu sistema modificado na tradução, como, por exemplo, o uso de artigo definido em uma, indefinido em outra.

Quadro 1: Tipologia de Mudanças na tradução proposta por Catford (1980), adaptado das leituras de (Catford, 1980)

3 O *Corpus* Linguístico

Normalmente, os estudos ancorados na LSF são feitos com base em uma coleção de textos conhecida como *corpus* linguístico. O que permite analisar diversos textos (orais ou escritos) e, devido ao grande número desses textos, permite também que a pesquisa tenha representatividade probabilística, isto é, que seus resultados possam ser generalizados de forma a explicarem uma língua ou mesmo a linguagem humana de uma maneira geral.

De acordo com Kenning (2010), o *corpus* paralelo consiste num grupo de textos na língua A e suas traduções para a língua B, nesse estudo, possui como língua A o PBLF, e como língua B o ILA. Para este estudo foram selecionadas onze histórias seriadas escritas em PB e traduzidas para o inglês, compiladas do site Comics² no período de julho a setembro de 2012, por membros do grupo de

² Elas podem ser acessadas no site: <http://www.monica.com.br/comics/seriadas.htm>.



pesquisa da Faculdade de Letras - FALE da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG à época, como é apresentado no quadro 2, a seguir:

HISTÓRIAS SERIADAS DA TURMA DA MÔNICA		NÚMERO DE TOKENS	
PBLF	ILA	PBLF	ILA
Batmenino? Eternamente	Batboy? Forever	1.840	1.819
Coelhada nas Estrelas	Star Warp	2.725	2.890
Comandante Gancho	Captain Crook	1.438	1.488
Horacic Park	Horacic Park	1.537	1.533
Mônica e os Bárbaros	Monica and the barbarians	1.664	1.627
O Unicórnio	The unicorn	895	928
Os Doze Trabalhos da Mônica	The twelve labors of Monica part 1.	3.102	3.165
Ou nós acabamos com as formigas	It's either us or the cutter ants.	565	589
Que Furada de Reportagem!	Makin's news!	1.098	1.056
Romeu e Julieta	Romeo & Juliet	3.187	3.060
Superpark	Superpark	716	741
TOTAL		18.767	18.896
TOTAL DE TOKENS NO CORPUS DA PESQUISA: 37.663			

Quadro 2: Constituição do *corpus* da pesquisa

Nesse estudo foram realizados os seguintes procedimentos para o tratamento do *corpus*, a saber:

I) Primeiramente, o *corpus* foi alinhado com o auxílio do programa *ParaConc* (*Concordance Software for Multilingual Corpora*) desenvolvido por Michael Barlow (1996-2001), o qual permitiu extrair as linhas de concordância para as análises.

II) Após o alinhamento, ainda com o auxílio do programa *ParaConc* foram feitas as buscas pelos verbos realizadores de Processo Verbal. A partir da extração, o *corpus* foi separado e organizado para ser analisado. A seguir, o quadro 3 apresenta a constituição do *corpus*, a partir do número total de linhas válidas.

HISTÓRIAS SERIADAS DA TURMA DA MÔNICA	Nº DE LINHAS DE CONCORDÂNCIA
PBLF	118
ILA	108
TOTAL	226

Quadro 3: Constituição do *corpus* para a realização das análises

III) Após a coleta das linhas de concordância, o estudo passou para os procedimentos analíticos que foram feitos de forma semiautomáticas com a assistência do programa *Uam corpus tool* (*Text Annotation made Easy*) desenvolvido por Mick O'Donnell.

No que se refere às unidades de análises, tanto para identificação do Processo Verbal como para a verificação das relações de Equivalências foram extraídas do sistema de Processo Verbal através de uma única rede do sistema (*System Network*) empregada para ambas as línguas. Previamente, uma vez



que, há verbos que podem realizar mais de um tipo de Processo, testes foram aplicados para que fosse possível concluir que eles realizavam Processo Verbal. No que diz respeito à maneira de diferenciá-los dos demais tipos de Processos, constatou-se o seguinte teste conforme apresentado no quadro 4, abaixo:

PROCESSOS	ADMITE RECEPTOR	CAPACIDADE DE PROJETAR
VERBAL	X	X
MATERIAL		
MENTAL		X
RELACIONAL		
COMPORTAMENTAL		X

Quadro 4: Testes para a diferenciação entre os tipos de Processos, adaptado das leituras de Halliday e Matthiessen (2004) e Martin *et al.* (1997)

Como se observa no quadro 4, os Processos (Verbal, Mental e Comportamental) possuem capacidade de projetar. No entanto, o Processo Verbal projeta tanto o discurso direto como o indireto, isto é, projeta a Locução na forma de Relato ou de Citação; o Mental possui projeção de ideia e o Comportamental, somente por meio da narrativa escrita. A forma mais simples de diferenciá-los é observando a presença do Receptor. Somente o Processo Verbal possui este Participante. No tocante aos tipos e subtipos de Processo Verbal, também são necessários testes para identificá-los. Os testes são apresentados no quadro 5.

1-Tipos de Processos		Atividade		Semiose		
		Alvo	Fala	Locução		Verbiagem
2-Projeção			X	Direta	Indireta	
				Citação	Relato	
3- Recepção			X	X	X	X
4-Equivalência	4.1 Correspondência Formal	X	X	X	X	X
	4.2 Mudança	Fala	Alvo	Fala	Fala	Alvo
		Locução	Locução	Alvo	Alvo	Fala
		Verbiagem	Verbiagem	Locução	Verbiagem	Locução

Quadro 5: Testes para a diferenciação dos tipos e subtipos de Processo Verbal, adaptado das leituras de Halliday e Matthiessen (2004) e Martin *et al.* (1997).

Como se observou no quadro 5, o modo de diferenciá-los concentra-se em torno da Projeção e do Receptor. Estas listas de testes foram construídas e adaptadas, a partir das leituras de Halliday e Matthiessen (2004, p. 255) e Martin *et al.* (1997, p. 67).

Após a realização das listas de testes para a diferenciação entre os Processos, bem como para identificá-los, o estudo passa para a análise dos dados, tendo em vista os embasamentos teóricos e os procedimentos metodológicos informados. Todavia, ao discorrer sobre o *corpus*, serão adotadas as nomenclaturas: *subcorpus* 1 para PBLF e, *subcorpus* 2, para ILA. Vale ressaltar que as análises foram



realizadas de forma semiautomática com o auxílio do *software Uam Corpus Tool*. A figura 5 abaixo ilustra a rede do sistema (*System network*) utilizado.

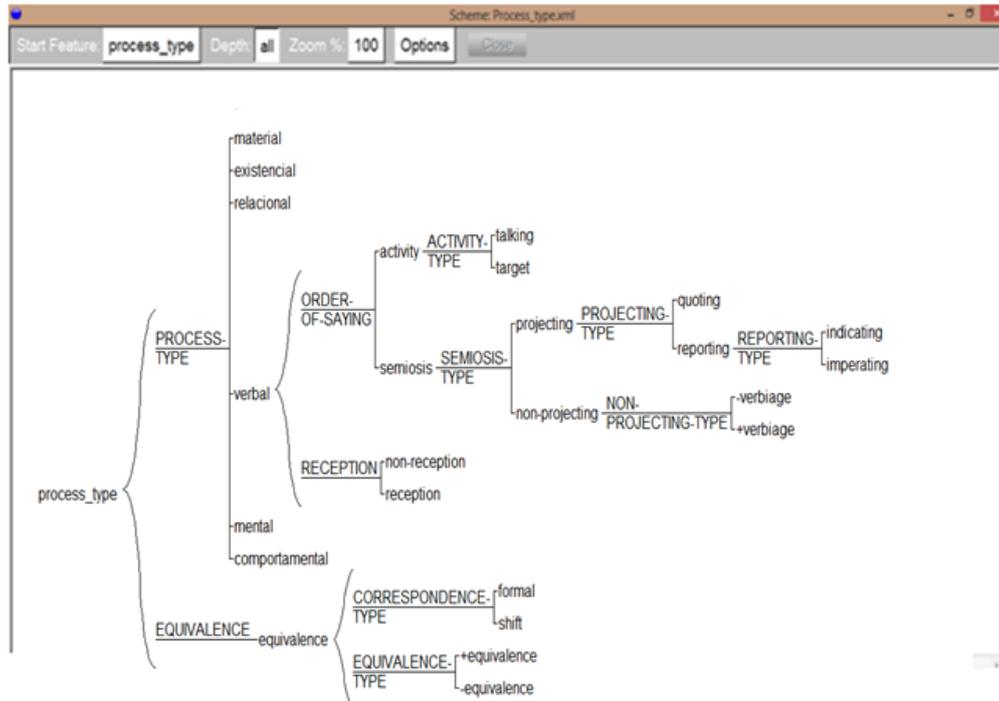


Figura 5: Sistema de delicadeza do Processo Verbal (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 302)

A análise dos dados se inicia com a apresentação dos verbos que realizaram Processos Verbais nos dois *subcorpora*. No quadro 6 estão detalhadas as ocorrências dos verbos encontrados no *subcorpus* 1 com seus respectivos números de ocorrências e de frequência relativa. Foram encontradas 43 ocorrências de formas verbais. Os verbos que estão em **negrito** (dizer, disse, falar e falando) apresentaram maior número de ocorrências.

	VERBO LEXICAL	FORMA VERBAL	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
1	Dizer	Dizer	13	11,01%
		Disse	15	12,71%
		Diz	06	5,08%
		Diga	03	2,54%
		Dizê	02	1,69%
		Dizendo	02	1,69%
		Dilá	01	0,84%
		Digo	01	0,84%
		Disser	01	0,84%
		Direi	01	0,84%
		Dizem	01	0,84%



2	Falar	Falar	13	11,01%
		Falando	09	7,62%
		Fale	04	3,38%
		Falou	04	3,38%
		Falei	03	2,54%
		Falá	01	0,84%
		Falamos	01	0,84%
		Falem	01	0,84%
		Falaria	01	0,84%
		Falaram	01	0,84%
3	Contar	Contar	02	1,69%
		Conta	03	2,54%
		Conto	02	1,69%
		Contou	02	1,69%
4	Apresentar	Apresentar	01	0,84%
5	Pedir	Pedir	01	0,84%
		Pede	01	0,84%
		Pedi	01	0,84%
		Pedindo	01	0,84%
		Pediu	01	0,84%
6	Mostrar	Mostrar	01	0,84%
7	Avisar	Avisá	02	1,69%
		Avisado	02	1,69%
8	Conversa	Conversa	01	0,84%
9	Acusa	Acusa	01	0,84%
10	Chamando	Chamando	01	1,69%
11	Ordenar	Ordeno	01	0,84%
12	Mandar	Mandou	01	1,69%
Total	12	43	118	100%

Quadro 6: Distribuição dos verbos realizadores de Processo Verbal no *subcorpus* 1

Quanto ao *subcorpus* 2, conforme exposto no quadro 7 abaixo foram encontradas 17 ocorrências de formas verbais. Os verbos que tiveram maior número de ocorrências estão destacados em negrito.

NÚMERO	VERBO LEXICAL	FORMA VERBAL	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	%
1	To say	Say	17	15,74%
		Said	12	11,11%
		Says	08	7,40%
		Saying	03	2,77%
2	To tell	Tell	15	13,88%
		Told	12	11,11%
		Telling	03	2,77%



3	To talk	Talk	11	10,18%
		Talking	05	4,62%
		Talked	01	0,92%
4	To mean	Mean	06	5,55%
5	To ask	Ask	05	4,62%
		Asking	01	0,92%
		Asked	01	0,92%
6	To criticize	Cwriticize	01	0,92%
7	To order	Order	01	0,92%
8	To speak	Ordered	01	0,92%
TOTAL	8	17	108	100%

Quadro 7: Distribuição dos verbos realizadores de Processo Verbal no *subcorpus 2*

Conforme se observa nos quadros 6 e 7 acima, a maioria dos verbos em destaque estão no indicativo e, como apontam Halliday e Matthiessen (2004, p. 252), por se tratar de discurso narrado apresentando passagens dialógicas, os números de ocorrências de tipo indicativo são mais frequentes. A identificação dos verbos permitiu analisar o contraste entre as instâncias de Processos Verbais. O alistamento das ocorrências dos tipos de Equivalências e de Correspondências nos *subcorpora* estão listadas no quadro 8.

		<i>Subcorpus 1 para Subcorpus 2</i>	<i>Subcorpus 2 para Subcorpus 1</i>
Tipo de Correspondência		N= 118	N= 108
	Formal	102	104
	Mudança	16	04
Tipo de Equivalência		N=118	N=108
	Equivalente	102	104
	Não equivalente	16	04

Quadro 8: Distribuição das ocorrências dos tipos de Correspondência e de Equivalência

Os resultados apontados no quadro 8 revelaram que as relações de Equivalência observadas nos *subcorpora* apresentaram resultados que corresponderam aos objetivos propostos, ou seja, de um total de 118 ocorrências analisadas no *subcorpus 1*, 102 foram de Correspondência Formal equivalentes e no *subcorpus 2*, do total de 108 ocorrências, 104 apresentaram Correspondência Formal, confirmando, pois, que são equivalentes.

Durante a realização das análises das relações de Equivalência nas instâncias do Processo Verbal foi possível perceber os verbos: disse, dizer, falar e falando, foram os que mais apresentaram Equivalência e Correspondências Formais, pois foram traduzidos como verbos correspondentes (*say, said, tell e talk*), isto é, “os verbos da língua fonte ocuparam o ‘mesmo lugar’ de economia da língua alvo como determinada categoria da língua fonte ocupa na língua fonte”, (CATFOTD, 1980). A seguir são apresentados alguns exemplos ilustrando os tipos de Correspondência Formal:



A figura 6 abaixo mostra trecho da história O unicórnio e sua tradução *The unicorn* evidenciando o tipo de ocorrência que diz respeito à semiose que são importantes em vários tipos de discursos e contribuem para a criação da narrativa tornando possível a construção de passagens dialógicas, como apontaram Martin *et al.* (1997, p. 67).



Figura 6: Trecho da história *O unicórnio* e sua tradução *The unicorn*.

(5) Correspondência Formal Equivalente:

<i>SUBCORPUS 1</i>	<i>SUBCORPUS 2</i>
PZn: Diz a lenda que os unicórnios tem uma visão aguda! Perfeita!	PZn: The legend says that the unicorn have perfect eyesight!
Semiose, projetante, relato, indicativo, não receptor	Semiose, projetante, relato, indicativo, não receptor

O exemplo (5) evidencia a ocorrência de projeção apresentando o verbo ‘dizer’ que realizou Processo Verbal do tipo Semiose na forma de Relato. Como verificado em ILA, ele foi traduzido pelo verbo *says*, um correspondente equivalente. Também se observa a Equivalência nos demais constituintes da oração.

O exemplo 6 abaixo ilustra o trecho analisado compilado da história *Batmenino? Eternamente* e sua tradução.

(6) Correspondência Formal não equivalente:

<i>SUBCORPUS 1</i>	<i>SUBCORPUS 2</i>
Jot: Para falar a verdade acho que sentei em cima dela outra vez!	Jot: To tell you the truth, I think just Sat on her again!
Atividade, Fala, não Receptor,	Semiose, Projetante, Relato, Indicativo, Receptor,

Conforme apresentado no exemplo (6), quando a equivalência é mantida na metafunção e na escala de ordens, pode ocorrer uma mudança de sistema, sendo que a extensão da mudança depende



de onde está localizado na escala da delicadeza. Podendo ser uma mudança pequena, constituindo-se, assim, em uma mudança de léxico (MATTHIESSEN, 2001). Por isso, o verbo ‘falar’, que compreende uma atividade de fala em PBLF para ILA se deu por um correspondente do tipo semiose em ILA para PBLF representado pelo verbo ‘tell’ caracterizando uma oração projetada. No entanto, no que diz respeito à constituição da oração verbal observa-se que apesar de ser correspondentes, não são equivalentes.

No tocante aos casos em que não houve nem Correspondência Formal e nem Equivalência, quer dizer, Mudanças (*shift*), os resultados apresentados no quadro 8 acima mostraram que de um total de 118 ocorrências analisadas de tipo de correspondência e equivalência em PBLF, 16 ocorrências se caracterizaram como mudança e não equivalentes com ILA e do total de 108 ocorrências analisadas de tipo de correspondência e equivalência em ILA para PBLF, apenas 4 ocorrências se caracterizaram como de Mudança e não equivalentes.

Retomando a revisão teórica, Catford (1965,1980), aponta que as Mudanças que ocorrem na tradução podem ser Mudanças de Nível ou de Categoria. No entanto, Matthiessen (2001, P. 105) complementa esta perspectiva ao retomar Catford, expandindo suas categorias sob a perspectiva metafuncional da LSF e afirma que, pode haver Mudanças de metafunção, ordem, sistema e estrutura. Mesmo se apresentando em menor número, as ocorrências analisadas como mudança proporcionaram análises interessantes, como podem ser observadas nos exemplos (7), (8) e (9), a seguir.

(7) Mudança de Estrutura. Esse exemplo foi extraído da história Coelhada nas estrelas:

<i>SUBCORPUS 1</i>	<i>SUBCORPUS 2</i>
Fran: Por isso mesmo! Use a força! Use a força!	Fran: So do what I said! Use the force! Use the force!
Frase preposicional	Oração: Semiose, projetante, relato, indicativo, não receptor,

O exemplo (7) apresenta o tipo de Mudança de Estrutura. Como se observa, em PO tem uma frase preposicional, onde não há a presença de um verbo realizando Processo Verbal, já em IT, esta frase preposicional foi traduzida como uma oração verbal, com a presença do Participante Dizente e o verbo *said* realizando o Processo Verbal do tipo Semiose reforçando o que foi dito em forma de relato. O exemplo 8 que se segue evidencia a mudança de classe na história Romeu e Julieta e sua tradução.

(8) Mudança de Classe:

<i>SUBCORPUS 1</i>	<i>SUBCORPUS 2</i>
Mon: Mas se disser que não, eu não me responsabilizo!	Mon: Use good sense, or I can't guarantee the consequence!
Semiose, projeção, relato, indicativo, não receptor, não equivalente, mudança.	Processo Material

O exemplo (8) apresenta Mudança de Classe, pois, em PBLF para ILA, o Processo Verbal se caracteriza pela projeção do tipo Semiose, subtipo Projetante na forma de Relato Indicativo e, por sua vez, não Receptor e em ILA para PBLF se caracteriza por uma oração não projetante com realização de



Processo Material, caracterizando a mudança de classe. O exemplo abaixo ilustra a análise compilada da história Que furada de reportagem.

(9) Omissão:

<i>SUBCORPUS 1</i>	<i>SUBCORPUS 2</i>
Pze: Você não estava falando sério estava?	Pze: You weren't serious were you?
Atividade, fala, receptor	Ø

O exemplo (9), em PBLF para ILA há realização de Processo Verbal marcado pelo tipo atividade, que apesar de não projetar, a categoria *Fala* diz respeito ao gênero discurso e em ILA para PBLF, a ausência de um verbo principal marcado por um Processo Verbal é explicado por um tipo de Mudança caracterizado como omissão como se observa em ILA.

4 Considerações Finais

Neste artigo, o estudo comparativo mostra como a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) pode auxiliar na comparação e no contraste entre línguas. Os quadrinhos da Turma da Mônica selecionados foram analisados segundo o sistema de Transitividade, componente da metafunção ideacional da linguagem, com o propósito de examinar em que medidas ocorrem as relações de Equivalências nas instâncias dos Processos Verbais a partir da vertente do português brasileiro (PB) para o inglês e vice-versa. As unidades de comparação foram extraídas do sistema de Processo Verbal da seguinte maneira: uma única rede do sistema (system network) foi empregada para ambas as línguas e, assim, foi possível medir a Equivalência Textual, a Correspondência e a Mudança (Shift) entre elas, pois permitiu: (i) identificar os casos de Correspondentes Formais e, (ii) identificar os casos em que ocorreram Mudanças. Uma vez que os objetivos propostos neste estudo foram cumpridos, os resultados apontam que, as relações de Equivalência se dão de forma probabilística em relação às categorias formais da teoria base para os Processos Verbais nas orações em PBLF e aqueles traduzidos para ILA em se tratando de diálogo oral escrito.

Os casos em que ocorreu Mudança, embora em menor número, apresentaram resultados relevantes para os estudos da tradução. Houve casos em que os verbos foram traduzidos como um verbo distinto; casos em que o verbo foi traduzido como expressão, como substantivo e também, casos de omissão. É importante ressaltar que o presente trabalho traz contribuições relevantes para os estudos que têm por base a LSF, assim como, pode contribuir com pesquisas futuras na área da LSF voltados para a Tradução.

O estudo apresenta resultados pertinentes e abrangentes com relação à Equivalência tradutória observada em PBLF e em ILA, ressaltando que vários aspectos da análise empreendida poderão ser ampliados e mais desenvolvidos em outros trabalhos. Ademais, espera-se que o presente estudo possa contribuir com as descrições linguísticas do PB e com pesquisas futuras sobre outras regiões da gramática no ambiente multilíngue tanto de tradução, quanto de comparação e no ensino de línguas.



Referências bibliográficas

BARLOW, M. **ParaConc**: A concordancer for parallel text. *Software ParaConc* 2001, 2003.

CATFORD, J. **A linguistic theory of translation: an essay in applied linguistics**. London: Oxford Univ., 1965.

CATFORD, J. C. **Uma teoria Linguística da Tradução**. São Paulo. Cultrix, 1980.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. 3. ed., London: Edward Arnold, 2004.

KRZESZOWSKI, T. P. **Contrasting Languages: The Scope of Contrastive Linguistics**. Mouton de Gruyter Berlin New York 1990.

MARTIN et al. **Working With Functional Grammar**. London: Arnold, 1997.

MATTHIESSEN, C. The environments of translation. In: STEINER, E. YALLOP, C. (Eds.). **Exploring translation and multilingual text production, beyond content**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2001. p. 41-124.

MAURÍCIO DE SOUSA PRODUÇÕES. **Quadrinhos - História Seriada**. Portal da Turma da Mônica, 1996. Disponível em: <<http://www.monica.com.br/comics/seriadas.htm>>. Acessos em: abr.-ago. 2012 e jun.-ago. 2013.

O'DONNELL, M. The UAM *Corpus* Tool: *software* for *corpus* annotation and exploration. In: BRETONES CALLEJAS, C. M. et al. (Eds.). **Applied linguistics now: understanding language and mind**. Almería: Universidad de Almería, 2008. p. 1433-1447.





ESTUDOS LITERÁRIOS



LITERATURA E CONVERGÊNCIA: O CASO DOSTOIÉVSKI

João Carlos de Carvalho*

Resumo: O presente ensaio pretende discutir alguns aspectos da herança crítica deixada pelo multiculturalismo (*cultural studies*) e as questões que envolvem, particularmente, ainda a valorização do autor russo Fiódor Dostoiévski contemporaneamente. Para tanto, tomaremos mão da alentada biografia de Joseph Frank, em cinco volumes, que intenta relacionar vida e obra do famoso escritor numa inflexão bastante ambiciosa. A grande questão levantada por este ensaio se dará em torno dos pontos que nos levam a debruçar avidamente sobre essa obra biográfica.

Palavras-chave: Multiculturalismo; Dostoiévski; Joseph Frank.

Resumen: El presente ensayo pretende discutir algunos aspectos del patrimonio crítico dejado por el multiculturalismo (*cultural studies*) y las cuestiones que envuelven, particularmente, aun la valorización del autor ruso Fiódor Dostoiévski contemporáneamente. Para esto, tomaremos mano de la voluminosa biografía de Joseph Frank, en cinco volúmenes, que intenta relacionar vida y obra del famoso escritor en una inflexión bastante ambiciosa. La gran pregunta levantada por este ensayo se dará en vuelta de los puntos que nos llevan a inclinar ávidamente sobre esa obra biográfica.

Palabras-clave: Multiculturalismo; Dostoiévski; Joseph Frank.

No final do século XX, os *cultural studies* invadiram o cenário acadêmico brasileiro de maneira avassaladora. As questões canônicas que envolviam as escolhas de critério e gosto pareciam definitivamente sepultadas por um grupo que defendia ardentemente o deslocamento do “objeto sagrado” para um mundo habitado por minorias étnicas ou sexuais. Duas décadas depois, o que antes se mostrava como uma reação ao monopólio elitista do gosto literário, veio a se firmar de tal maneira hegemônica a ponto de tornar *demodé*, sob um certo ângulo, algumas articulações críticas que não contemplassem um cenário de exaustão do Ocidente.

Ao terminar de ler a alentada e extraordinária biografia de Fiódor Dostoiévski, de Joseph Frank, onde sobretudo se ressalta a história cultural de uma época e de um país, tento entender, à luz das discussões atuais, qual valor teria, para os tempos de hoje, investigar um autor que, apesar de ser um fantástico narrador e criador de enredos, foi um xenófobo e antisemita declarado. Apesar deste último aspecto, não podemos esquecer que esse mesmo autor terminou a vida completamente consagrado na Rússia. Há sem dúvida aí um ponto de apoio às nossas reflexões que não pode faltar: a partir do momento que eu lido com uma expressão literária consagrada, o que eu teria mais a dizer, sob o fluxo de tempos acadêmicos tão carregados de sociologias?

* Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Mestre em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Graduado em Letras (Português) pela Universidade Veiga de Almeida (UVA).

E-mail: jccfogo@bol.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5793733673909650>





Acho importante começarmos a discussão por nossas próprias experiências pessoais. Convidado para participar de uma mesa redonda sobre a obra de Euclides da Cunha, autor que para mim foi bastante caro na redescoberta da Amazônia literária, deparo-me com um professor de História que considerava sua obra preconceituosa em relação aos habitantes da grande planície. Outros autores foram citados, entre eles Shakespeare, que, para o historiador, não passava de um racista e imperialista. Carlos Drummond de Andrade, apesar da beleza dos seus versos, teria sua obra invalidada porque, quando jovem, declarou o desejo de ter nascido em Paris. Enfim, fiquei espantado com o rosário de pérolas descartáveis pelo debatedor àquela altura. Estávamos no primeiro semestre de 2014 e isso evidentemente significaria, para mim, que certas questões talvez já não fossem nem mais interessantes discutir porque nos estudos literários alguns aspectos já estão extremamente repisados para quem é da área. Acreditava que certos extremos e arestas tivessem sido aparados ao longo das últimas duas décadas e que tanto estudiosos da literatura ou historiadores tivessem aprendido de lado a lado. Mas eis que batia, ainda, à porta da academia universitária, questões que surgiam como grandes novidades urgentes a serem divididas com um público praticamente leigo no assunto. Não sei bem se os participantes entenderam a diferença de posições adotadas pelos contendores, mas no final das contas achei aquele encontro um tanto improfícuo para ambos, pois evidentemente não aprenderam grandes coisas um ou com outro e talvez nenhum de nós tenha sabido levar suas mensagens às pessoas que estavam ali assistindo, com uma certa reverência, a dois supostos “especialistas”.

O debate em torno dos *cultural studies*, de origem saxônica, chegou ao Brasil nos anos 90 como um míssil para desenredar as questões políticas, procurando incorporar as representações periféricas num universo dominado pelo capitalismo global.:

Os atrativos dessa nova moda para o nosso caso de país periférico são muitos e vão além do fato óbvio de que alterada a relação da valorização no binômio centro-periferia, abre-se um espaço mais amplo para que se coloque nossa voz. Já que nosso destino é importar ideias, pelo menos esta novidade nos obriga a situá-las e a examinar em uma só visada cultura, sociedade e produção teórica. No mínimo, com os *cultural studies*, ao menos na formulação rigorosa de um Raymond Williams fica mais difícil deixar as ideias “fora de lugar”. (CEVASCO, 1996, p. 47)

É interessante notar, nessa fala, uma certa insistência em colocar o Brasil ainda como receptor de ideias importadas. Seria até surpreendente que num país como nosso, de origem colonial, com uma grande massa descendente de índios e negros, noventa e dois anos depois da Semana de Arte Moderna, ainda nos debruçássemos ávidos por descobrir qual a nossa localização no mundo ocidental. Mas é exatamente isso que o artigo coloca, entusiasmado com as novas contribuições advindas dos centros universitários norte-americanos, passando antes pela Grã-Bretanha. É claro que o debate é complexo e houve também reações a um tipo de procedimento que procurava dirimir um sistema para colocar outro em seu lugar, onde o cânone abriria espaço para novas vozes “fora do padrão”. Mas vida que se segue, e os programas de pós continuaram a trabalhar com autores canônicos e não canônicos, com muita naturalidade entre o final dos anos 90 e início do século XXI. O que era moda indicava algumas alternativas interessantes para se redescobrir novos valores, sem dúvida; entretanto, idem, isso poderia apertar ainda mais o nó.





Mas a questão fulcral dizia respeito a que tipo de valorização foi-se construindo em torno dessas novas propostas. Autores seriam elevados a um certo patamar simplesmente porque se diagnosticavam neles traços que se coadunavam aos princípios ideológicos defendidos pelos programas ou sua arte realmente revelava princípios estéticos capazes de iluminar determinados pontos contraditórios de nosso diálogo com a herança colonial?

Há muito, engajamento político ou engajamento estético eram aspectos já superados na história da literatura latino-americana, principalmente pelo número de grandes romancistas, de uma qualidade extraordinária, surgidos em nosso continente no século XX (Fuentes, Cortázar, García Márquez, Vargas Llosa, Donoso, Del Paso, Rosa etc.). Essa turma mostrou que a questão política não estava distante do engajamento estético, mesmo pertencendo à periferia ocidental. Tonaram-se verdadeiros mestres. Diante da crise inelutável, dos anos 90 para cá, Leyla Perrone-Moisés já advertia: “Autores de outros países, que refletiram longa e proveitosamente sobre as mesmas questões (como um Octavio Paz, por exemplo) são ignorados. Os *chicanos* só interessam como ‘minoría’ e não quando grandes intelectuais.” (MOISÉS, 1998, p. 195) É, sem dúvida, uma situação limite apontada pela crítica paulistana, acostumada com um certo padrão de qualidade artística, via o seu mundo se esboroar diante de uma situação pós-tudo. O latino-americano continuaria sendo rotulado de acordo com os interesses em voga da nossa academia, como também pelos interesses comerciais para ainda se vender uma certa imagem lá fora.

Por outro lado, não podemos deixar de enxergar muitos méritos em toda essa discussão. Onde se vê a destruição de um cânone, podemos perceber, por outro lado, uma ampliação desse conceito com o surgimento de novos valores. Onde se vê terra arrasada por conta das ressacas pós-estruturalistas, vemos um potencial sendo gestado lentamente por vozes que se levantarão em busca de alguma coisa a mais do que os rótulos. Sem dúvida, não poderemos lidar por muito tempo com a mediocridade como se não fôssemos pagar um certo preço pela falta de leitores preparados para enfrentar textos mais desafiadores.

As grandes produções literárias seguem os vértices de tempos nebulosos. São momentos de descrença na própria voz literária ou, contraditoriamente, um outro tipo de superestimação de novos autores? Mas poderíamos pensar que diante da sensação de decadência pode vir também a renovação. Pensemos em um Roberto Bolaño, sucesso de público e crítica onde o pós-tudo parecia dominar, ou talvez por isso mesmo, sua obra tenha refletido todo um estado agônico de fatores. Sua obra, parece-me, ter se alimentado desses impasses. Há continuamente uma Convergência no ponto onde vozes isoladas serão aglutinadas por autores prontos para novos desafios. Ser maior, ou representante de uma geração, não é mais a questão: dos anos 90 para cá, ou até há algum tempo antes, em meio à fragmentação, autores com muita qualidade continuaram surgindo, representando ou não as chamadas minorias. Há um outro tipo de minoria que urge entender e estudar: os dos que não falam daquilo que a academia ou o mercado quer ouvir.

Flora Süssekind, num ensaio recente, centrado na produção contemporânea, nos fala de “experiência corais” na cultura literária brasileira. É um fenômeno pouco estudado, já que vai contra as poéticas tradicionais ou não se encaixa nas leis do mercado editorial, segundo ela mesma. Mostranos que não é um fenômeno recente, e que autores como Sousândrade ou Oswald de Andrade já usavam vozes polimorfos que acabam desestabilizando os parâmetros de gosto (SÜSSEKIND, 2013, p. 2). Para mim, não é propriamente uma condição pós-tudo a responsável pela falta de perspectivas. Na verdade, a própria temperatura elevada dos estímulos conduzem as expectativas, constituindo dialéticas





de gosto e desgosto, divergência e convergência. Uma voz literária não necessariamente está pronta a representar o *Zeitgeist*. O estético não é um embrulho que se encomenda na mercearia das “preferências necessárias” a que um certo academicismo universitário estabelece ou que o mercado venha a ansiar, como é fácil perceber. Os fenômenos se sucedem aleatórios às camisas de força, seja lá de onde venham. A literatura registra as temperaturas e as contaminações de todas as épocas através da Convergência. No entanto, não podemos simplesmente aguardar que nossas ideias se transfiram para um determinado período passado na pressuposição de que os autores a correspondam inevitavelmente. Isso vale, claro, também para os autores presentes que tenham que representar as “ideias progressistas” de um *establishment* político. Já que não se vê mais sentido em saber qual autor permanecerá, que nos preocupemos com o entrecruzamento de vozes ou tendências, ou de encruzilhadas onde a maioria acaba se perdendo e, às vezes, se achando. Um suposto Shakespeare imperialista, por exemplo, pode vir a ser retrabalhado na atualidade, explorando os impasses e ambiguidades de sua riqueza linguística e cultural, como vem sendo feito há séculos. Consigo enxergar um Shakespeare inglês e amazônico ao mesmo tempo. Consigo enxergar um Dostoiévski russo e suburbano carioca.

Joseph Frank escreveu cinco volumes, eivados de detalhes, sobre a vida e a obra de Fiódor Dostoiévski. No último volume, diante da tarefa monstruosa empregada, ele desabafa:

...o talento de Dostoiévski elevava os problemas que dramatizava e culminâncias morais e filosóficas que envolviam as questões mais fundamentais do pensamento e da experiência judaico-cristã. Minha clara intenção não era removê-las desse reino empíreo; mas essas questões lhe tinham sido colocadas nos termos russos de seu tempo e lugar e, se tínhamos de seguir o caminho pelo qual foram alçadas a um nível que emulava o de grande tragédia poética, pareceu-me necessário compreender seu ponto de origem da forma mais precisa possível. (FRANK, 2007, p. 15)

Colado ao processo de formação do escritor – não qualquer escritor – o biógrafo mergulha em sua época pronto a arrancar dela os motivos que proporcionaram o surgimento de uma figura tão malabarística. A “tragédia poética” é justamente o que justifica a relação com as ideologias da época. Questionado por devotar tantos volumes a um só escritor, Frank responde que se fosse apenas sobre o autor em pauta, bastaria, sem dúvida, um volume condensado, mas como, no final de contas, o que corria paralelo à vida dele era a vida cultural russa do século XIX, acabou tornando-se inevitável que sua escrita biográfica se estendesse (p. 15). De fato, percebe-se uma fascinação muito profunda do biógrafo com os acontecimentos da época e a relação que o biografado estabelece com os estímulos contextuais que o cercam. A sociedade russa vivia uma ebulição de polêmicas em várias frentes, literárias ou políticas naquele século, como nunca antes. Seria quase natural que se estabelecesse um vínculo entre o autor estudado e os eventos. Mas um detalhe desconfigura qualquer tese determinista: esse autor, apesar de preso aos acontecimentos de sua época e acidentes de sua vida, conseguiu uma alquimia muito própria para representar tudo que experimentou. O fenômeno estético torna-se a refração de suas próprias experiências, mas que sobrevivem na Convergência de tudo que ele poderia ser. Seu talento não é um mero reflexo das suas neuroses, portanto, mas sobretudo a capacidade de retrabalhar os estímulos em nome de alguma dignidade de expressão. E isso torna sua figura e obra ainda mais complexas. O tempo tratou de enterrar sua xenofobia ou seu antissemitismo, mas o tempo não





conseguiu destruir o encanto que a qualidade e empatia de seus textos imprimiu. Não estou falando em um nível inquestionável de sua escrita. Um grande autor pode ser um prodígio para uns, e não ter nenhum valor para outros críticos. Isso só torna a obra um produto mais humano e ambíguo. O que permanece é a capacidade de gerar controvérsias. O plano estético jamais se fecha, sabemos. O fascinante em ler uma alentada biografia de Dostoiévski está em ver justamente as relações que são costuradas entre a obra e o seu tempo.

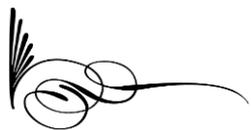
A seguir, faço, a partir do próprio Joseph Frank, um pequeno resumo da leitura dos cinco volumes biográficos, e que basicamente se encontra nas primeiras e últimas páginas de *O manto do profeta*. Uso deliberadamente muitas expressões do próprio Frank. Fiódor Dostoiévski ocupava uma posição ambígua na hierarquia russa. Legalmente era descendente da pequena nobreza, mas socialmente nunca se enquadrava como tal. Ele e seus irmãos tiveram uma educação esmerada, estudando em bons colégios particulares. Graças à mãe, uma mulher devota, aprendeu a cultuar a tradição religiosa de seu país. Desde o dia em que aprendeu a ler, tornou-se apaixonado pela literatura. Depois das mortes da mãe e do pai (este suspeito de ter sido assassinado pelos seus servos), pôde abandonar a carreira militar para se dedicar às letras, graças a uma pequena renda da propriedade rural de sua família. Abraçou a um movimento literário da época que louvava um tipo de expressão que denunciava as injustiças da sociedade russa. Seu primeiro romance, *Pobre gente*, apesar de estar longe dos seus grandes romances de maturidade, já se dá a perceber a preferência do autor por uma poética da subjetividade, na qual suas personagens expressam seus pensamentos e sentimentos mais íntimos. Esse romance foi bastante elogiado pela crítica dominante de seu grupo literário. Entre 1845 e 1849, outras histórias se seguiram sem que se repetisse a mesma recepção.

Influenciado pelo pensamento socialista e pelas revoluções europeias a partir de 1848, contrário à servidão em seu país, acabou preso, acusado de subversão e de tramar o assassinato de Nicolau I. Mandado a Sibéria, para um campo de trabalhos forçados, conviveu ao lado de camponeses condenados, muitos deles presos por assassinato. Sua sentença de fuzilamento foi suspensa quando já se encontrava no paredão. Da crença de que a classe alta pudesse liderar uma revolução social, descobriu que o entendimento era impossível entre os vários segmentos da sociedade, após amarga experiência de dez anos de reclusão e serviço militar forçado. Nascia em si uma fé profunda nas virtudes cristãs inatas nos camponeses russos. De forma pacífica, em 1861, o Czar abole a servidão. Isso lhe causa profunda impressão. Começa a defender uma Rússia voltada pra si, que não precisasse mais se espelhar na Europa.

Volta à vida literária no início de 1860, como editor de duas revistas. Defende uma espécie de conversão dos intelectuais russos europeizados. Logo a seguir, escreveu a novela *Memórias do subsolo*, hoje considerada uma criação altamente original. Seu talento começa a despontar quando consegue descrever todas as sutis complicações de envolvimento entre ideologia e psicologia de sua época, o que abrirá caminho para os seus grandes feitos romancísticos. É consenso de que criações como *Crime e castigo*, *O idiota*, *O jogador*, *O eterno marido*, *Os demônios* e *Os irmãos Karamazóvi* não teriam existido, não fosse a experiência do autor nos anos de reclusão e o convívio mais íntimo com pessoas de classes menos favorecidas (FRANK, 2007, P. 25-37).

Morre em 1881, aos cinquenta e nove anos, consagrado por todos aqueles que representavam a vida política e cultural em seu país. Morreu acreditando numa expansão imperial da Rússia e da superioridade da ortodoxia cristã sobre todas as demais (FRANK, 2007, p. 905-927). Sua juventude socialista se converteu numa espécie de esperança messiânica às portas do envelhecimento. Em diversos





textos do *Diário de um escritor*, deixou registrado um detestável e irracional antissemitismo. Enfim, tratou-se de uma vida conturbada, pois estava inserida numa época igualmente nervosa.

O fascinante na leitura dos cinco volumes de Joseph Frank está na capacidade de reunir os fatos às obras, mostrando as controvertidas saídas encontradas pelo genial criador para os impasses surgidos. Além de termos uma radiografia precisa da formação de um escritor de talento, os acontecimentos da vida cultural e política russa alimentam um campo extraordinário de contínuas especulações que leva à Revolução Bolchevique em outubro de 1917. Poderíamos dizer, baseado nessa leitura, que Dostoiévski antecipa muitas das grandes discussões do século XX e que são válidas ainda hoje. Seu romance *Os demônios* é um rico painel das tendências utópicas e extremistas que acabaram definindo um modo de ver o nosso mundo, onde se testou as divergências que redundariam nos movimentos totalitários que nos assombram desde então. Com ele, aprendemos o quão fugazes são os ideais, baseados ou não em pressupostos científicos. O quão frágeis são as metas do homem para uma suposta sociedade sem classes. O quão frágeis são as condições para se projetar os próprios ideais, sem repetir os velhos ranços. Percebemos também o quão debilitadas se tornam as utopias, não por serem irrealizáveis, mas porque escavam profundezas desconhecidas, liberando a violência e a irracionalidade muitas vezes. Em Dostoiévski, a leitura de sua biografia nos permite perceber isso e muito mais, pois lidamos com consciências em construção por meio dos restos ideológicos que a sua sociedade e seu tempo lhe legaram. Harold Bloom nos alerta que jamais saberemos a verdadeira crença de Shakespeare, ao passo que Dostoiévski se torna um reacionário do clericalismo, a um ponto inconcebível (BLOOM, 2001, p. 160). Com isso, Dostoiévski se transformou num feroz inimigo do niilismo, criando até mesmo um paradoxo, já que, de um radicalismo a outro, podemos perceber as muitas variáveis que envolvem a fundamentação da consciência ou do humano num nível dificilmente repetido depois.

Nenhuma importância teriam as ideias e o pensamento de Dostoiévski se isso não desse estofo para as suas grandes criações. Nada disso estaria em discussão se ele não tivesse o poder de aglutinar e transformar toda aquela constelação “coral” de vozes e ideias em uma solução estética. A convergência que a sua obra adquire só é medida ao longo de gerações que se debruçam ainda ávidos de respostas em torno do escritor russo. A consagração de sua obra não é necessariamente uma aposta num certo cânone ocidental, mas uma maneira de ver, altamente original, as contradições de seu mundo. Poucos artistas conseguem isso. Diria que, na literatura, a relação entre Convergência e Permanência teria a ver exatamente com esse aspecto, já que se lida com a matéria verbal, matéria esta propícia a todas as identificações imediatas. O ficcionista ainda mais, pois além da matéria verbal, temos a matéria histórica como base explícita. Dostoiévski, dialeticamente, é e não é o espírito de seu tempo. O tempo em sua obra é outro, descompassado, do tempo do autor-homem. Este tem direito a todos os equívocos e condenações. Sua obra não necessariamente. Seus equívocos podem ser acertos estéticos em meio a estímulos contraditórios. Os estímulos só podem ter dado certo como Convergência, como realização artística. A Permanência da Obra, ou as controvérsias geradas em torno de suas posições políticas ou religiosas, são apenas o ingrediente para outros alcances. Lembremos Hemingway, fascinado pelas suas primeiras leituras do autor russo, ainda em Paris: “Como é possível alguém escrever tão mal, incrivelmente mal, e ainda assim comunicar tanta emoção a quem o lê?” (HEMINGWAY, 2012, p. 155-6) Sabe-se hoje que o autor norte-americano sempre foi fascinado por Dostoiévski e que talvez tenha se esmerado muito para tentar superá-lo. No entanto, viver à sombra de um gigante não deve ter sido fácil. Mas como explicar o fascínio que ele exercia? Talvez uma coragem, misturada ao gênio e ao talento, para dar forma “à multiplicidade de consciências equipolentes” (BAKHTIN, 1981, p. 2).





Enfim, nada seria muito definitivo para dar conta das grandes realizações estéticas que Dostoiévski promoveu. Jung talvez venha em nosso auxílio quando diz que pensamentos inteiramente novos ou ideias criadoras podem surgir das escuras profundezas da mente sem nunca antes terem se tornado conscientes. Exemplos disso estão em muitos artistas, filósofos ou cientistas que transformam um veio particularmente rico desse material em descobertas de alta envergadura (JUNG, 2008, P. 41-2). A genialidade não é uma mera abstração a que possamos tomar mão para justificar a nossa profunda identificação com um determinado sujeito criador, mas uma capacidade de trazer para si a responsabilidade para dar uma resposta aos estímulos por meio da Convergência. O inconsciente é um patrimônio da humanidade. Quando os fenômenos estão em ebulição, o gênio pode nos ajudar a entender melhor a nossa precária condição.

Sendo assim, estudar um autor como Dostoiévski se justificaria sempre pelo que ele conseguiu realizar como escritor, porque as contradições de sua época espelham e refratam a Rússia do seu tempo, mas também do passado e do futuro, revelando a universalidade e riqueza de suas personagens. Mesmo que suas ideias nos pareçam detestáveis com o passar do tempo, e que até ele saia um pouco de moda, ou mesmo seja desprezado por algumas patrulhas multiculturalistas (o que necessariamente não precisaria acontecer por essa vertente da crítica contemporânea), ainda teremos muito a aprender com ele, com a sua vida, mas principalmente com a sua obra. Pelo que fascina, pelo que nos constrange até. Sentir-me-ia sempre muito à vontade em debater ideias sobre ele, sobre sua obra, com críticos ou pensadores que vissem apenas nele um autor favorecido pelo cânone ocidental; ou um sexista, ou um imperialista, ou um racista, dominado pelo falocentrismo ou o que fosse. O que ele escreveu foi resultado de uma trama que redundou em nós, como somos, como seremos, redundando num esforço de aperfeiçoamento que sabemos que mais cedo ou mais tarde irá fracassar. Sua obra, sua vida, são testemunho disso. E para os apaixonados por literatura, isso basta.

Referências

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

BLOOM, H. **Como e por que ler**. Trad. José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CEVASCO, M. E. Situando os *cultural studies*. **Itinerários**, Araraquara, n. 9, p. 43-52, 1996.

FRANK, J. **Dostoiévski: as sementes da revolta (1821 a 1849)**. Trad. Vera Pereira. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Dostoiévski: os anos de provação (1850 a 1859)**. Trad. Vera Pereira. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Dostoiévski: os efeitos da libertação (1860 a 1865)**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2002.





_____. **Dostoiévski: Os anos milagrosos (1865 a 1871).** Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Dostoiévski: o manto do profeta (1871 a 1881).** Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2007.

HEMINGWAY, E. **Paris é uma festa.** Trad. Ênio Silveira. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

JUNG, C. G. Chegando ao inconsciente. In: _____. **O homem e seus símbolos.** Trad. Maria Lúcia Pinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 15-131

MOISÉS, L. P. **Altas literaturas:** escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SÜSSEKIND, F. Objetos verbais não identificados: experimentos literários de difícil classificação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 set. 2013. Prosa e Verso, p. 1-3.





DERRIDA E A IMPOSSIBILIDADE DA JUSTIÇA NO ESTADO DE DIREITO

Edilamara Peixoto de Andrade*

Resumo: Jacques Derrida, filósofo francoargelino que iniciou sua obra a partir da década de 60, é tido como um dos principais nomes da desconstrução, e tem na sua obra *Força de Lei*, publicada no Brasil em 2012, na tradução de Leyla Perrone-Moisés um marco da crítica ao Direito e à Justiça, enquanto violência justificada no bojo da sociedade. Em meio a um cenário de injustiça instituída pelo Ordenamento Jurídico, no qual as concepções de Justiça, Direito e Lei, servem apenas como respaldo para a manutenção do *status quo*, a desconstrução, emerge como possibilidade de ressignificação do modo de pensar os fundamentos da autoridade, possibilitando o desenvolvimento de novos olhares acerca dos pilares do Direito e da Justiça no bojo da sociedade contemporânea. Uma das principais ideias defendidas por Derrida, diz respeito à violência fundadora, aquele que instaura a lei, provocando o leitor a pensar o Direito como uma violência autorizada em meio à organização social. A autorização da violência torna-se, portanto, um carro-chefe da obra, que discute, entre outros temas, quem autoriza a violência, quem a ela se autoriza, como se institui o justo e o justo implícito na noção de justiça? Outro ponto importante a ser trabalhado pelo autor diz respeito às ficções legítimas nas quais são fundadas as leis. Como bem coloca o autor, nenhuma lei é justa ou injusta em seu momento fundador, o justo da justiça não está implícito na criação da lei, que necessita da força, segundo Derrida interior, para se estabelecer, obter aplicabilidade e se instaurar. É importante destacar também que a obra faz uma importante referência à linguagem como principal mecanismo de instauração da violência, sendo a injustiça iniciada no momento em que o que é pronunciado, enquanto lei, não é compreendido por aqueles que a ela se submetem, deixando uma margem para que possa ser pensada a prolixidade da linguagem jurídica, como um dos principais componentes da instauração da injustiça. Corroborando com as ideias de Derrida, o presente trabalho também desenvolve uma leitura da obra de Franz Kafka, *O Processo*, demonstrando a necessidade de se desconstruir o Direito em nome da construção da justiça, o que é o tema central de todo o texto.

Palavras-Chave: Derrida; Força de Lei; Justiça; Violência; Direito; *O Processo*.

Abstract: Jacques Derrida, French philosopher who began his work from the 60's, is considered one of the top names in the deconstruction, and has in his Force work of Law, published in Brazil in 2012, the Translation Leila Perrone-Moisés a milestone the criticism of the Law and Justice while violence justified in the midst of society. Amid an unjust scenario established by the legal system, in which the concepts of Justice, Law and Law, only serve as support for maintaining the status quo, deconstruction,

* Mestranda em Filosofia e Especialista em Direito infanto-juvenil e em Filosofia (Ética e Teoria do Conhecimento) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e da Língua Inglesa pela Faculdade Redentor (FACREDENTOR), Graduada em Letras pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Ages).

E-mail: dila.andrade@live.com

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8562269699766685>





emerges as a possible redefinition of the way of thinking the fundamentals of authority, enabling the development of new insights about the pillars of law and justice in the midst of contemporary society. One of the main ideas advocated by Derrida concerns the founding violence, the person bringing the law, causing the reader to think of the law as an authorized violence in the midst of social organization. The authorization of violence becomes, therefore, a flagship of the work, which discusses, among other things, who authorizes violence, whom it authorizes, as if establishing a just and fair implicit in the notion of justice? Another important point to be worked out by the author with regard to the legitimate fictions in which laws are founded. As well put the author, no law is just or unjust in its founding moment, the fair justice is not implicit in the creation of the law, which requires strength, according to Derrida interior, to settle down, get applicability and establish. It is also important to note that the work makes an important reference to the language as the main mechanism to initiate violence, and injustice initiated at the time which is pronounced as law, it is not understood by those who did undergo, leaving a margin that can be considered the prolixity of legal language, as a major component of the establishment of injustice. Corroborating with Derrida's ideas, this paper also develops a reading of the work of Franz Kafka, *The Trial*, demonstrating the need to deconstruct the law on behalf of the construction of justice, which is the central theme of the entire text.

Keywords: Derrida; Power Law; Justice; Violence; Right; *The Trial*.

1 Introdução

Jacques Derrida, filósofo francoargelino que iniciou sua obra a partir da década de 60, é tido como um dos principais nomes da desconstrução¹, e tem na sua obra *Força de Lei*, publicada no Brasil em 2012, na tradução de Leyla Perrone-Moisés, um marco da crítica ao Direito e à Justiça, enquanto violência justificada no bojo da sociedade.

O livro em questão está dividido em duas partes, sendo a primeira intitulada *Do direito à justiça*, que se subdivide em primeira, segunda e terceira aporia², conforme listadas a seguir, e a segunda intitulada “prenome de Benjamim”. A obra possui ainda um *Post-scriptum* com discussão complementar à desenvolvida em sua segunda parte.

O presente trabalho pretende debruçar-se sobre a obra de Jacques Derrida, na tentativa de compreender as concepções do autor acerca do Direito e da Justiça, bem como das suas manifestações na sociedade, com o objetivo de formular um novo entendimento para a temática, gerando crescimento acadêmico e possibilitando a ampliação da visão até então construída para o direito positivado e a aplicação das leis em detrimento das vontades individuais.

¹ “A desconstrução é convencionalmente reconhecida como uma escola de método ou criticismo, do mesmo modo que convencionalmente, que em alguns casos significa sem pensar ou evitar pensamentos – quando considerada como uma escola, método ou programa crítico, a desconstrução é (mal) compreendida como tento sido desenvolvida por Derrida.” (WOLFRES, 2009, p. 44)

² Compreendida como um impasse, um paradoxo que impede que o sentido de um texto possa se fixar, para Derrida, o termo significa que o sentido impresso em um texto, independente de qualquer esforço do autor no momento da sua formulação, atingirá um nível de indeterminação ou indecidibilidade.





Para o desenvolvimento da discussão aqui estabelecida, o texto está dividido em três partes, na primeira delas, intitulada *Força de Lei: a violência autorizada do Direito*, são introduzidos os principais pontos do pensamento de Derrida acerca da desconstrução da possibilidade de justiça, mostrando o Direito como a violência autorizada no bojo da sociedade.

A segunda parte do trabalho, *A Experiência da Linguagem* traça um panorama da importância da linguagem na constituição da noção de justiça, e da injustiça que a não compreensão dos termos linguísticos utilizados pelo Direito provoca nos cidadãos, sobretudo no leigo e hipossuficiente.

A terceira parte, intitulada *A Ressignificação da Justiça* partindo de uma associação entre o pensamento de Derrida e o romance *O Processo* de Kafka, demonstra a necessidade de se desconstruir o direito em nome da construção da justiça, que é impossível em um contexto de regulamentação legal.

2 Força de Lei: A Violência Autorizada do Direito

A obra *Força de lei* é iniciada por uma fala do autor, proferida em um colóquio que reuniu filósofos, teóricos da literatura e juristas em 1989, na Cardozo Law School. Logo em suas primeiras linhas, Jacques Derrida apresenta aquele que será o problema central de sua discussão: “a desconstrução e a possibilidade da justiça” (DERRIDA, 2010, p. 3). Tema sobre o qual o texto se debruça, investigando sua carga conceitual, bem como a sua aplicabilidade em meio à seara jurídica, na tentativa de problematizar as estruturas moderadoras da sociedade.

Ainda discorrendo sobre aquele que será o tema central da sua fala, o autor propõe-se a falar, detalhadamente sobre cada uma das categorias presentes em seu discurso: “desconstrução”, “possibilidade” e “justiça”, bem como dos seus sincategoremas³ “e”, “a”, “de”, mostrando que a carga semântica das palavras, vai além do sentido que elas assumem no texto, pois cada uma traz consigo um sentido e uma ideologia⁴ capaz de, separadamente, gerar significação para o texto como uma unidade significativa, formada por diversas unidades de sentido.

Torna-se necessária, nesse contexto, uma reflexão maior acerca da conceituação do que é o sentido e o que é o significado de um texto, para que, dessa forma, possamos compreender com maior clareza o objetivo de Derrida ao empregar os termos que compõem sua obra.

Para Vigotski (1988), o sentido está relacionado à capacidade de autocriação do sujeito. É uma capacidade humana que permite a reconstrução daquilo que é observado a partir das experiências do indivíduo, suas emoções e suas sensações do mundo exterior. O sentido não é estático ou autodeterminado, mas, enquanto capacidade humana é indefinidamente variável, pois serão construídos tantos sentidos a partir de uma obra, quantos forem os olhares que se voltarem para ela.

No tocante ao significado, Vigotski (1988) afirma que ele (o significado) é a palavra vista do seu interior, ou seja, é a unidade que permite estabelecer uma relação entre pensamento e linguagem, sendo a ponte entre o que é pensado e aquilo que está representado por meio das palavras. Embora a relação

³ Palavras que isoladamente não possuem sentido, salvo se colocadas em conjunto, funcionando, assim como um acessório de um categorema (que possui caráter taxonômico).

⁴ “As ideologias são ideias situacionalmente transcendentais que nunca conseguem de fato atualizar os projetos nelas implícitos. Apesar de frequentemente se apresentarem como justas aspirações da conduta pessoal do indivíduo, quando levadas à prática, seu significado muitas vezes é deformado”. (ABBAGNANO, 2012, p. 615)





entre pensamento e linguagem não seja precisa e absoluta, pois a compreensão do pensamento do autor, pelo leitor, passará inevitavelmente pelo crivo do sentido, que é pessoal e individual.

Ainda nessa perspectiva, Michel Foucault (2010) afirma que o que se vê não é o que se diz e o que se diz jamais se abriga naquilo que se vê. Dessa forma, sua afirmação corrobora com a problemática dos sentidos, pois demonstra que as palavras são insuficientes para representar o mundo real em sua totalidade, por isso, todas as reflexões que a literatura e a ciência descrevem por meio de textos, são, na verdade, tentativas de representar a realidade que, por mais claras que pareçam, serão imprecisas quanto à compreensão dos leitores, pois essa (a compreensão) jamais será predeterminada pelo autor ou pelo texto.

Quanto à obra de Derrida (2010, p. 4) a partir da apresentação do seu tema central, o autor levanta o seguinte questionamento: “será que a desconstrução assegura, permite, autoriza a possibilidade da justiça?” e a partir desse, que é o principal, novos questionamentos são propostos acerca da desconstrução: “Será que ela torna possível a justiça ou um discurso consequente sobre a justiça e sobre as condições da possibilidade da justiça? [...] os “desconstrucionistas têm algo a dizer sobre a justiça? Porque no fundo, eles falam dela tão pouco? Isso lhes interessa afinal?” (Ibidem).

Tais interrogações são fundamentais para a compreensão do pensamento do autor acerca do que vem a ser a desconstrução, e de que forma as três categorias listadas, *desconstrução*, *possibilidade* e *justiça*, assumem uma importante carga semântica dentro do contexto geral da corrente filosófica em questão.

É importante destacar que, embora o termo desconstrução tradicionalmente seja atribuído a Derrida como símbolo de um método de pensamento construído por ele, esse não é um neologismo, pois, essa é uma palavra muito antiga na língua francesa e na inglesa, ambas com conotações jurídicas. Conforme a análise de WolFreys, (2009) desconstrução é um termo que simboliza a reforma das bases do estado, uma atividade jurídica de transformação. Dessa forma, é possível perceber que a desconstrução não só se interessa pela justiça, como etimologicamente a justiça está contida na desconstrução. Logo, uma leitura atenta da obra de Derrida torna perceptível que o seu interesse pelo direito e pela justiça não se restringe ao texto *Força de Lei*, mas é inerente às raízes da sua forma de pensamento.

Passados os questionamentos acerca da temática da sua obra, Derrida (2010, p. 5) expõe pela primeira vez no texto, sua concepção acerca da desconstrução e do seu objeto de interesse:

O sofrimento da desconstrução, aquilo de que ela sofre e de que sofrem os que ela faz sofrer, é talvez a ausência de regra, de norma e de critério seguro para distinguir, de modo inequívoco, direito e justiça. Trata-se pois destes conceitos (normativos ou não) de norma, de regra ou critério. Trata-se de julgar aquilo que permite julgar, aquilo que se autoriza o julgamento.

A diferenciação entre direito e justiça, é uma importante marca dessa obra de Derrida. Tal diferenciação vai além da mera conceituação semântica de um termo e de outro, pois traz consigo o poder de produzir inúmeras reflexões acerca de ambos. Para atingir o objetivo da sua discussão, o autor se dispõe a compreender e problematizar, cada um deles, de modo particular, investigando o fundamento constitutivo das duas forças normativas da sociedade.





É importante destacar que a diferenciação entre Direito e justiça é imprescindível à compreensão do pensamento de Derrida acerca das forças moderadoras da sociedade. Para o autor, os termos que erroneamente são compreendidos como sinônimos. Na verdade possuem cargas semânticas distintas, uma vez que a justiça não é uma condição do Direito, que apesar de pretender-se fazer representação da primeira, abrange apenas o conjunto de normas e procedimentos destinados a constranger o indivíduo a agir ao abster-se da ação em nome dos interesses de manutenção do estado.

A justiça, por sua vez, não pode restringir-se ao direito. Ela é uma força maior, um princípio inalienável que não existe sem a possibilidade da decisão. É limitado o pensamento que reduz a justiça à condição da existência da lei, pois não podemos observar leis justas ou injustas, assim, o que é passível de julgamento são as decisões. Pensar a justiça, portanto, implica ir além do positivismo jurídico⁵, pois exige a compreensão da dimensão filosófica que esse termo abriga. Pensar a justiça como mera adequação ou eficiência de uma norma é não compreender que para ser justa, uma lei necessita da condição de decidibilidade, o que não é observado pela obrigatoriedade da aplicação de uma lei no sistema jurídico⁶. Nas palavras do autor:

Em suma, para que uma decisão seja justa e responsável, é preciso que, em seu momento próprio, se houver um, ela seja ao mesmo tempo regrada e sem regra, conservadora da lei e suficientemente destruidora ou suspensiva da lei para poder reinventá-la, pelo menos na reafirmação e na confirmação nova e livre de seu princípio. Cada caso é um caso, cada decisão é diferente e requer uma interpretação absolutamente única. (DERRIDA, 2010, p. 44)

A condição que determina a existência da justiça é a decidibilidade. Não há justiça sem a liberdade de escolha, sem que seja possível uma ação deliberada com relação ao modo de agir de e de pensar o Direito. A simples aplicação da lei, mesmo que seja refletida, não dá ao magistrado o direito de decisão, de optar por aplicar a pena que considera justa, pois suas sentenças estão determinadas pela lei, e como tal, não se permitem o espaço livre da decisão.

A confusão entre justiça e direito é uma tendência da sociedade que, na tentativa de justificar suas ações moderadoras, força a aproximação entre os dois conceitos com o objetivo de conseguir uma resposta social satisfatória ao equilíbrio entre os diferentes interesses dentro do estado. A esse respeito, Hans Kelsen (2005, p. 8) formula a seguinte ideia:

Libertar o conceito de Direito da ideia de justiça é difícil porque ambos são constantemente confundidos no pensamento jurídico não científico, assim como na linguagem comum, e porque essa confusão corresponde à tendência ideológica de dar aparência ideológica de dar aparência de justiça ao direito positivo.

⁵ Termo cunhado por Hans Kelsen para definir sua doutrina do direito e do estado. Podemos empregá-lo para designar a forma de pensar o direito como uma estrutura que esta acima de qualquer julgamento, não estando a lei predisposta a aceitar nenhuma avaliação ou julgamento.

⁶ Conjunto de leis e normas individuais, que se unificam em um dado ordenamento jurídico, com o objetivo de nortear as condutas humanas na sociedade. Logo, é um sistema disciplinar, constituído pela prescrição de normas a serem cumpridas pela sociedade.





Algumas observações importantes podem ser retiradas do pensamento de Kelsen: a primeira delas diz respeito à tendência de identificação entre direito e justiça, como se fossem conceitos indistintos. A segunda observação que pode ser feita a partir do texto citado é a conclusão a qual o jurista apresenta acerca da carga ideológica que leva à associação entre direito e justiça em prol do equilíbrio da sociedade.

Hans Kelsen afirma que é a ideia de justiça que faz com que o direito seja aplicado e é em nome da justiça que a sociedade se articula em torno de um ordenamento jurídico que deve ser seguido independentemente da sua necessidade. Não é arbitrária a confusão entre o conceito de Direito e de justiça, pois tal confusão se dá a partir de um objetivo oculto que tenta garantir o equilíbrio social por meio da aplicação das leis. Há uma força moderadora que constrói a aproximação entre os dois conceitos, fazendo do Direito um bem que necessita ser tutelado em nome da saúde e felicidade da sociedade.

Ainda no contexto da análise da justiça e do Direito como institutos distintos no meio social, o autor apresenta o motivo pelo qual endereça sua fala em inglês, língua falada pelos seus interlocutores, embora diversa da sua língua materna, mostrando o ato de falar a língua estrangeira como um dever, pois tal ato se torna justo, uma vez que, ao falar a o idioma da maioria dos ouvintes o filósofo garante adequação entre aquilo que é dito e aquilo que é compreendido por eles.

2.1 Entre o dever e a adequação

Em uma abordagem inicial sobre a língua utilizada para proferir sua fala no colóquio, Derrida expõe a linguagem como dever⁷. Não é desejo próprio endereçar-se ao público em língua diversa da sua de origem, mas, como ele mesmo afirma, a decisão de falar a língua da maioria dos ouvintes é uma espécie de lei, ou forma simbólica que age sobre ele no memento em que se coloca a participar dessa determinada situação. Essa lei é algo incontornável, foge ao padrão da vontade individual do orador, como uma espécie de obrigação que ele aceita e permite-se a imposição.

Derrida, embora considerando a tradução uma cópia imperfeita do texto original, independentemente da sua qualidade técnica, coloca como um dever, ler seu texto traduzido, no contexto do colóquio, uma vez que esse ato é justo. Ao afirmar que o ato de proferir a sua fala em inglês é justo, o filósofo introduz um importante pensamento em sua obra: o significado da palavra justiça em um sentido ético-filosófico. Sentido que extrapola a mera significação da justeza ou adequação semântica, trazendo à tónica da discussão, o sentido da democracia que motivou a escolha do idioma em que seria proferido o texto.

O justo, para o autor, abrange duas importantes conotações: a adequação entre o que é lido pelo locutor e o que é compreendido pelo interlocutor e a justiça no endereçamento da fala na língua dominada pela maioria dos ouvintes. O “dever” presente nas linhas iniciais do discurso torna-se um

⁷ Nesse momento o autor introduz uma importante problemática em sua obra. O dever constitui-se como uma obrigação que o locutor aceita por iniciativa própria. Um pacto que ele assume a partir do momento em que aceita proferir a fala nesse colóquio. Nesse momento, é perceptível o contratualismo, defendido por Rousseau, presente no pensamento de Derrida. Pensamento esse que é a base para a compreensão da justiça enquanto violência autorizada pelo sujeito.



mecanismo indispensável para a compreensão do pensamento do filósofo e dos seus objetivos ao produzir o texto que posteriormente vem a proferir no colóquio em questão.

A adequação entre o que é dito e o que é compreendido é fundamental para que o texto possa produzir, no interlocutor, o efeito desejado pelo seu autor, uma vez que ao proferir um discurso, o locutor, possui um objetivo de persuasão do interlocutor, pois nenhum discurso é destituído desse caráter persuasivo que lhe é intrínseco e natural. Quem fala pretende convencer o ouvinte do caráter verdadeiro que a sua fala possui. O discurso, enquanto mecanismo linguístico especificamente constituído para a persuasão só atinge seus objetivos se estiver acompanhado de uma linguagem clara e acessível aos ouvintes, caso contrário, será uma mera produção de linguagem sem força ou sentido, pois quem ouve só será convencido se compreender o texto a partir da visão que o locutor pretendeu passar no momento da fala.

Outro ponto importante a ser ressaltado na obra, diz respeito à justiça enquanto ideal democrático. O filósofo afirma que é justo falar a língua da maioria, mas o que constitui essa justiça? Para uma melhor compreensão dessa ideia, nos voltaremos ao sentido do termo democracia, fundamental para a compreensão da justiça expressa nesse discurso e tema recorrente em toda a obra analisada.

A democracia, que etimologicamente significa poder do povo, na contemporaneidade ultrapassa essa definição clássica para assumir um sentido de política humana. Na visão de Norberto Bobbio, (1992) ela pode ser definida como uma política que tem em vista o homem, em detrimento daquelas que visam interesses individuais ou de uma minoria. Assim, um ato democrático é aquele que valoriza a pessoa humana, respeitando suas condições e suas vontades gerais, independentemente dos objetivos, interesses e vontades das minorias. A justiça, nesse sentido democrático, emerge como mecanismo de respeito à pessoa humana enquanto homem, não como ato figurativo para justificar atos de vontade de um poder dominante.

No contexto da apresentação da língua empregada no texto, Derrida apresenta a expressão inglesa *to enforce the Law* que no inglês, diferentemente do francês, traz uma alusão à força que vem do interior, com isso, o filósofo introduz no texto uma das suas principais ideias: O Direito é a força autorizada: “O direito é sempre uma força autorizada, uma força que se justifica ou que tem aplicação justificada” (DERRIDA, 2010, p. 7) O autor continua na página seguinte afirmando que: “Não há direito sem força” (DERRIDA, 2010, p. 8).

O direito, nesse sentido, não é uma estrutura natural, presente na sociedade como fator inerente às relações humanas, mas é uma força e, como tal, uma violência a que os homens se impõem no momento em que aceitam pactuar⁸ da estrutura e organização da sociedade. Nesse sentido, a valoração do Direito como justo ou injusto, não deve ser feita pelos mesmos critérios que definem o comportamento moral do homem enquanto ser social. As regras morais que definem o bom comportamento do mau comportamento, não dão conta de definir a justiça enquanto Direito, pois ela se caracteriza por estar ou não, prevista como regra a ser seguida pelo grupo no qual o indivíduo está inserido. Dessa forma, as noções de justiça e moralidade compreendem estruturas diversas, que não cabem ao contexto da obra em análise.

⁸ Mais uma vez o texto de Derrida se volta para a questão do pacto social. A sociedade, dessa forma, constitui-se como um conjunto de indivíduos que racionalmente decidem conviver e, para equilibrar as diferenças preexistentes ente eles, torna-se necessário um pacto que terá a finalidade de controlar as tensões e garantir a possibilidade de sobrevivência do conjunto social.



O Direito, como conjunto de regras às quais os indivíduos aceitam se submeter e que, a partir do momento que pactuam, não conseguem se desligar dele devido à força que ele exerce sobre a sociedade, só consegue exercer essa força devido a sua aplicabilidade. Como diz Derrida (2010, p. 8):

A aplicabilidade, a “enforceability” não é uma possibilidade exterior ou secundária que viria ou não juntar-se, de modo suplementar ao direito. Ela é a força implicada no próprio conceito de *justiça enquanto direito*, da justiça na medida em que ela se torna lei, da lei enquanto direito.

Justiça e direito são, pressupostos distintos e, ao mesmo tempo, complementares. A força implicada no conceito de justiça enquanto direito, compreende-se pela diferenciação entre aquilo que o indivíduo se permite fazer e aquilo que ele se autoriza a ser impedido. A aplicabilidade da lei nasce da abdicação do direito de agir do indivíduo, que é suprimido pela aceitação da vontade coletiva que garante a manutenção da ordem social.

Nessa perspectiva, para pensar o direito iremos nos remeter ao conceito de deliberação, que compreende o conjunto de alternativas que são apresentadas aos indivíduos em determinada situação, impondo-lhe a obrigatoriedade de optar por aquela que mais lhe agrada. Ou seja, deliberar consiste em uma escolha que não é livre, não pode ser feita arbitrariamente, mas parte de prerrogativas previamente definidas pelas situações concretas. A deliberação não proporciona ao sujeito o direito de decisão, ele é obrigado a agir, o que é passível de escolha é o modo como ele irá articular essa ação.

2.2 Decidibilidade da Justiça e indecidibilidade do Direito

Para Derrida, o importante é a decisão, o homem deve ser livre para escolher qual o caminho a seguir, independentemente das suas consequências. A decisão não pode estar atrelada a nenhuma condicionalidade, ela acontece segundo a consciência daquele que faz a escolha. Dessa forma, a justiça se encontra na liberdade da decisão, que, por sua vez se constitui em sua condição essencial da manifestação.

Derrida (2010, p. 9) deixa claro que “não há lei sem aplicabilidade” e essa não existe sem força. Com isso, ele levanta um problema conceitual que é distinguir a força da lei, que é considerada justa, da violência, que é considerada injusta. Como ele mesmo diz: “Como distinguir entre a força da lei de um poder legítimo e a violência pretensamente originária que precisou instaurar essa autoridade?”. (DERRIDA, 2010, p. 10)

Esse é o mais importante ponto da discussão do filósofo acerca da força contida na aplicabilidade das leis. Para tanto, ele aborda a questão da força originária, ou seja, o poder constituinte que instaura o ordenamento. Para uma lei nascer, é necessário que haja uma força violenta que a formulará, assim, a problemática levantada por Derrida consiste justamente em analisar até que ponto essa violência é justa, no sentido já atribuído a justiça anteriormente, e até que ponto essa força é injusta, resultante da imposição da vontade de uma minoria injustificada sobre a totalidade da população.

Para Derrida nenhuma lei, no momento do seu nascimento é justa ou injusta, pois não há, no momento do seu nascimento um poder que ateste uma legitimidade anterior. No momento da sua





constituição a lei é fruto da força, não da justiça, em seu sentido ético-político-democrático. A injustiça se encontraria no momento em que a lei é imposta e os sujeitos se obrigam a cumpri-la mediante uma violência intrínseca à sua própria constituição

No tocante à violência da lei, se faz necessário destacar que essa é uma consequência da privação da liberdade do homem diante de um dado ordenamento jurídico. Essa violência encontra justificção na necessidade de manutenção da ordem e do bem-estar na sociedade. Impor uma lei é, nesse contexto, constituir um mecanismo que impede o homem de agir livremente, segundo a própria vontade, mas que ao mesmo tempo, lhe proporciona a capacidade de coabitar o mesmo espaço social com indivíduos que lhes são completamente diferentes.

Corroborando com essa concepção de defesa da violência pretensamente justa da lei, Hans Kelsen, ao pensar o Direito como uma ordem coativa, constrói seu raciocínio justificando a violência do ordenamento jurídico em nome daquilo que ele vem chamar de bem⁹, ou estado de ordem e felicidade social, conforme se verifica na passagem transcrita a seguir:

Uma outra característica comum às ordens sociais a que chamamos Direito é que elas são ordens coativas, no sentido que reagem contra as situações consideradas indesejáveis, por serem socialmente perniciosas – particularmente contra condutas humanas indesejáveis – com um ato de coação, isto é, com um mal – como a privação da vida, a saúde, a liberdade, de bens econômicos e outros –, um mal que é aplicado ao destinatário mesmo contra a sua vontade, se necessário empregando até a força física – coativamente, portanto. (KELSEN, 2006, p. 35)

Observando o pensamento de Kelsen, compreendemos que o direito é visto pelos juristas como um mal necessário, que visa extirpar a violência da sociedade. O crime é tido como um mal, uma doença que ceifa a felicidade humana, causando desequilíbrio na relação homem-sociedade. A lei, nesse contexto, emerge como uma necessidade de manter o crime afastado dos espaços civilizados, com o objetivo de mantê-los harmônicos e saudáveis.

A justificção da lei que se pretende representação da justiça, conforme a proposta de Kelsen, não é suficiente para lhe destituir o caráter violento. Entendendo violência no sentido físico de coação, repressão, emprego da força, como também no sentido de imposição da disposição de um preceito legal sobre o indivíduo que não se encontra em condição de defender-se dele ou de confrontá-lo. A violência está contida na força que impõe a aplicabilidade da lei, na regra que autoriza a sua execução. Dessa forma, o critério de necessidade não lhe exime da carga violenta que ela carrega.

Ainda no tocante à violência pretensamente justa da lei, é importante compreender que ela se constrói a partir de uma força que obriga a sua imposição. Dessa forma, torna-se perceptível que o termo força exige uma reflexão muito ampla. Derrida, ao problematizar o sentido de tal termo, faz a seguinte colocação:

[...] em numerosos textos ditos “desconstrucionistas” e em particular alguns daqueles que eu mesmo publiquei, o recurso à palavra “força” é ao mesmo

⁹ Bem, nesse contexto, pode ser compreendido como um valor moral insubstituível, a configuração da sociedade perfeita e desejável.





tempo muito frequente, eu ousaria mesmo dizer decisivo em lugares estratégicos, mas sempre ou quase sempre, acompanhado de uma reserva explícita, de um alerta. (DERRIDA, 2010, p. 10-11)

Derrida faz essa ressalva para problematizar acerca do sentido que deve ser atribuído à palavra força em seu texto, uma vez que, como esse é um termo recorrente entre os autores da desconstrução, surge um risco iminente de que seja gerado uma explicação errônea acerca do que se pretende dizer quando ela é empregada.

Como o autor diz, não se trata de uma força irascível, injusta, violenta, sem nenhuma justificação, mas de um caráter diferencial da força. Nas palavras do filósofo: “trata-se sempre de uma força “performativa”, força ilocucionária¹⁰ ou perlocutória¹¹, força persuasiva e de retórica.” (DERRIDA, p. 11) O autor traz uma importante explicação para o sentido que deve ser atribuído à força no momento da leitura de seus textos. Não deixando margem à interpretações equivocadas que coloquem a força em um campo semântico distinto daquele em que ela deve estar prioritariamente.

A força emerge como instrumento indispensável para a existência e a aplicação do direito como conjunto de normas nascidas no interior da sociedade e que servem para controlar as ações humanas, mantendo os sujeitos pacíficos, o que possibilita a existência das comunidades humanas. O direito nasce da força que está contida no memento em que a lei é instaurada. O direito que se pretende justo depende da preexistência de uma força violenta que o formule e o instaure. No momento da sua criação, a norma não será nem justa nem injusta, ela será a representação das necessidades da manutenção de uma ordem social capaz de manter os homens em um estado de equilíbrio para a convivência.

A violência do direito consiste no fato de que, no momento da sua criação, já existe uma força que ordena os homens e essa força não é nem justa nem injusta, mas, a representação da dominação e manutenção da ordem social que modera e ordena a sociedade. O direito é a representação da força, ou seja, da violência fundadora que constitui as leis para que elas deixem de ser violentas e se tornem justas, no sentido de justiça como cumprimento das regras previstas no ordenamento que se impõem aos sujeitos que, por sua vez autorizam tal imposição.

Derrida prossegue sua explanação sobre o sentido da força, destacando que não se sente à vontade nem com a palavra força nem com a palavra justiça, explicando, que esse é um dos principais motivos que torna, a grosso modo, a palavra justiça distante dos principais problemas dos desconstrucionistas, embora ela esteja intrínseca em inúmeras obras citadas no texto e listadas a seguir:

(Citarei somente aqueles) numerosos textos consagrados a Levinas e às relações entre “violência e metafísica”, a filosofia do direito, a de Hegel com toda a sua posteridade em *Glas*, em que é o motivo principal, ou de textos consagrados à pulsão de poder e aos paradoxos do poder em *Spéculer - sur Freud, a lei em devant La loi* (sobre *Vor dem Gesetz*, de Kafka), ou em *déclaration d'indépendance*, em *admiration de Nelson Mandela ou lês lois de la reflexion*. (DERRIDA, 2010, p. 12)

¹⁰ Uma palavra ou enunciado terá uma força ilocucionária, quando a partir dela o autor (texto) pretende realizar uma ação.

¹¹ Termo linguístico que diz respeito ao efeito que o texto produz no interlocutor a partir do enunciado.





Os exemplos apresentados por Derrida, demonstram a importância da problemática da justiça e da força para os autores ditos desconstrucionistas, a diversidade de autores e de obras que abordam o tema, refutam a ideia de que a desconstrução não se interessa por essa problemática, embora, esse não seja o tema mais importante desse pensamento filosófico, pois, como o próprio Derrida afirma, não se sente muito a vontade com essas duas palavras. O fato de não se sentir confortável ao pensar sobre justiça e força, revela a compreensão do autor da complexidade e capacidade de questionamento que o tema possui. Justiça e força, dessa forma, é passível que problematização e desconstrução, tal qual todos os outros temas recorrentes ao pensamento desses autores.

Problematizar a noção de justiça vai além de uma simples fala em um colóquio, exige de Derrida uma análise minuciosa das estruturas sociais e dos mecanismos que possibilitam a aplicação do direito como forma autorizada de violência. O autor se propõe a julgar a estrutura que julga o comportamento dos sujeitos. Julgar aquilo que julga é uma tarefa árdua, que exige pensar a justiça não enquanto manifestação individual, mas como mecanismo complexo de manutenção das estruturas da sociedade.

Ainda no contexto da justiça, o filósofo prossegue citando algumas expressões idiomáticas que considera fundamentais para a compreensão do significado da justiça no contexto da desconstrução. Assim, nas palavras do autor:

Uma era “*to enforce the Law*”, que nos lembra sempre que, se a justiça não é necessariamente o direito ou a lei, ela só pode tornar-se justiça, por direito ou em direito, quando detém a força, ou antes, quando recorre à força desde o seu primeiro instante, sua primeira palavra[...] (DERRIDA, 2010, p. 17)

Essa relação incomensurável entre justiça e força é, ao mesmo tempo, de complementação e interdependência. A justiça não se resume à força, mas dela necessita para se autoafirmar enquanto estrutura social. A lei, que constitui a justiça só consegue integrá-la no momento em que recorre à força para sua imposição. Sem a lei a força se torna vazia e sem aplicabilidade, um discurso morto, inerte, sem valoração pertinente.

2.3 Entre a força da lei e a violência autorizada

Citando Pascal, Derrida traz a seguinte relação entre justiça e força: “A justiça sem força é impotente [por outras palavras: a justiça não é justa, ela não é feita se não tiver força de ser ‘*enforced*’ uma justiça impotente não é uma justiça no sentido do direito], a força sem justiça é tirânica” (DERRIDA, 2010, p. 19). Ao citar Pascal, o texto retoma a diferenciação anterior feita entre a força, no sentido tirânico, irracional e força justa, questionando o pensamento desse autor no tocante ao que seria essa força sem justiça e a justiça sem força, uma vez que, no momento fundador a força não é nem justa nem injusta, mas uma estrutura que permite a criação do direito enquanto violência autorizada.

A compreensão que Pascal estabelece acerca de uma força justa ou tirânica é desconstruída por Derrida pois o filósofo da desconstrução afirma que o Direito não é um ideal ou um valor moral, mas uma estrutura reguladora das ações individuais e coletivas no âmbito da sociedade. A força que institui direito, nesse sentido, não pode nem ser justa nem injusta, assim como a lei no momento da criação também não o pode ser. Somente no momento da decisão é que a justiça ou a injustiça se revela. Falar



de um Direito que é representação da justiça em detrimento de um Direito que é personificação da tirania é desconhecer o seu real papel no espaço social e recobri-lo com uma carga ideológica que não lhe é própria.

Ainda nesse contexto, Derrida continua: “A necessidade da força está, pois, implicada no justo da justiça” (DERRIDA, 2010, p. 19). O filósofo ainda afirma que não obedecemos às leis porque são justas, mas porque tem autoridade. (Ibidem, p. 21) e que “[...] nosso próprio direito tem, ao que dizem, ficções legítimas sobre as quais ele funda a verdade de sua justiça.” (Ibidem, p. 22) corroborando com essa ideia, o autor afirma que “[...] a força é um predicado essencial da justiça” (Ibidem, p. 22).

É muito forte em toda a obra *Força de Lei* a concepção da força implicada na aplicação da lei. Derrida destitui o ordenamento jurídico do seu caráter romântico ideológico de que a lei deve ser cumprida por ser justa, defendendo que a obediência aos preceitos legais só ocorre mediante a ação de uma força que lhe é interior, uma força que gera o ordenamento e obriga o seu cumprimento. A problemática levantada pelo filósofo atinge diretamente às concepções ideológicas que formulam as noções de lei justa e descumprimento injusto, pois constrói um pensamento no qual a justiça não esteja contida na lei que a pretende representar. Pois, por mais compatível com os ideais sociais representa, uma lei é sempre uma norma instituída por uma força e a justiça não pode ser restrita a uma prescrição violenta de uma previsão legal.

A separação entre Direito e justiça é problemática e gera desconforto aos positivistas¹², que vêm na lei uma espécie de manual para ser justo ou agir com justiça. Derrida é categórico ao afirmar que não obedecemos à lei porque ela é justa, mas porque ela tem força, ou seja, o que torna o Direito inquestionável é a força que ele abriga, não a ideia de justiça que supostamente o acompanharia. Dessa forma, percebemos que há um discurso persuasivo que acompanha a aplicação da lei, discurso que convence aos indivíduos que é justo agir em conformidade com tal ordenamento e em nome dele.

Inúmeros juristas afirmam que as leis e os procedimentos que a acompanham devem ser respeitados exclusivamente porque são leis, e a sua não-aplicação ou a sua flexibilização, daria margem ao surgimento da injustiça que, a todo custo, deve ser banida do estado. Ao formular esse pensamento, tais juristas esquecem-se que lei não é sinônimo de justiça, como também não compreendem que há algumas ficções legítimas que as instituem, restringindo o seu pensamento a uma prescritibilidade normativa, sem reflexão da ação, tal qual acontece com uma receita de um prato que exige apenas que sejam respeitadas as quantidades de ingredientes para que se obtenha o resultado satisfatório.

O que Derrida coloca em sua obra é, para que a justiça se manifeste, a necessidade da decisão. Não há justiça sem a reflexão acerca do caso concreto. Assim como os homens se distinguem entre si, suas ações também são peculiares, o que exige do julgador um olhar para as particularidades do caso, não uma generalização que se assemelha a uma fórmula matemática, ignorando a individualidade do ser humano a quem se impõe o julgamento.

Outro ponto importante a ser observado na leitura do texto em análise diz respeito à parcialidade do Direito, que é construído com o objetivo de preservar os interesses da classe econômica dominante, como também defender os interesses políticos dos grupos que detêm o poder de administração do estado. Essa visão, fortalece a problematização anteriormente desenvolvida no tocante à justiça da lei: como pode ser justa uma lei que não é universal, mas que é formulada com o objetivo

¹² Referência aos Juristas e pensadores que compreendem o direito como uma estrutura acima de qualquer questionamento ou desconstrução.





de regulamentar as diferenças existentes entre dominantes e dominados em um estado de direito¹³, preservando a condição de exploração que surge de tais diferenças?

Um dos mais importantes conceitos da obra analisada diz respeito à desconstrutibilidade do direito e indesconstrutibilidade da justiça. Derrida coloca a desconstrução como uma condição à existência da justiça e ao mesmo tempo, a própria justiça, que por não ser uma estrutura estática e imóvel, não pode ser desconstruída. A justiça existe em consequência da decisão, por isso só é permitido, ao homem, observar a sua manifestação no caso concreto, daí o caráter de indesconstrutibilidade que ela assume.

Assim como a desconstrução ela mesma, se algo como tal existe. A *desconstrução é a justiça*. É talvez porque o direito (que tentarei, portanto, distinguir regularmente da justiça) é construível num sentido que ultrapassa a oposição da convenção à natureza, é talvez na medida em que ultrapassa essa oposição que ele é construível. (DERRIDA, 2010, p. 27)

Ao contrário do direito, que é construído pela sociedade para regulamentar as ações dos homens que compartilham um mesmo espaço civilizado, a justiça não existe em abstrato. Ela está presente nas ações humanas e jamais existiria fora delas. Uma análise da justiça é, na verdade, uma análise das suas manifestações nas escolhas dos indivíduos que pretendem estabelecê-la. Ser justo ou injusto, dessa forma, não diz respeito a cumprir ou não uma norma pré-estabelecida, mas depende diretamente das características da decisão tomada em uma situação concreta. Logo, uma ação será justa à medida que adequar-se às necessidades dos sujeitos e da comunidade à qual ela se aplica.

No tocante à possibilidade de desconstrução do Direito, Derrida esquematiza três proposições:

1 - a desconstrutibilidade do direito torna a desconstrução possível;

2 - a indesconstrutibilidade da justiça torna a desconstrução possível;

3 - consequência: a desconstrução ocorre no intervalo que separa a indesconstrutibilidade da justiça e a desconstrutibilidade do Direito.

A possibilidade da desconstrução, parte da diferenciação necessária entre direito e justiça. Como sabemos a justiça não é construída, ela acontece apenas no momento em que se manifesta. Tal qual uma força que não pode ser analisada fora do exato momento em que acontece, a justiça só pode ser observada no ato da decisão. Antes dela não há ação justa ou injusta, e nem depois dela. Dessa forma, percebemos a impossibilidade da desconstrução da noção de justiça, pois não poderemos desconstruir uma estrutura que não é construída. O Direito, por sua vez, é construído para atender aos objetivos de manutenção de uma determinada ordem social, por isso se permite à desconstrução, que possibilita uma nova forma de compreensão da importância da sua aplicação para a manutenção da ordem em uma sociedade marcada por sujeitos e objetivos diferentes entre si.

¹³ Estado organizado segundo as regras de um ordenamento jurídico que limita as ações do homem e dos governantes em seu território.





3 A Experiência da Linguagem

Falar, gritar, rir, chorar, escrever, pintar, dançar. Todas essas ações têm em comum a capacidade de expressar o que está guardado no interior do ser humano e necessita ser colocado para fora. A linguagem é uma dimensão do ser que exerce um papel determinante na manutenção da vida e das relações sociais, por meio dela são criadas realidades paralelas e monstros inimagináveis. Por ela crenças são firmadas e guerras são declaradas. O sopro soberano da vida é a expressão de linguagem do Criador¹⁴.

O homem, desde o momento do seu nascimento utiliza-se da linguagem para dominar o mundo: o seu mundo. A criança encontra na expressão do choro o mecanismo que necessita para alcançar seus desejos, e por meio dele suas necessidades são atendidas. No choro do bebê estão contidas suas primeiras expressões linguísticas e a partir delas o indivíduo desenvolve uma infinidade de outras expressões que o auxiliarão a decifrar o mundo e nele sobreviver.

O poder da palavra é muito maior que o simples ato de convencer alguém sobre algo. Ela é parte constituinte do mundo e está presente no interior das coisas e das pessoas, nutrindo os sonhos e desejos humanos e sendo, ao mesmo tempo, sua serva e ferramenta para a edificação ou destruição. Um dos principais diferenciais entre o homem e os demais animais é a sua capacidade de usar a linguagem não apenas para a comunicação de suas necessidades ou instintos, mas como recurso extremamente útil para transformar a realidade.

A lei, enquanto ato de linguagem, se constitui como importante instrumento de dominação entre os indivíduos, sobretudo quando se trata da compreensão daquilo que está prescrito em seus textos. A injustiça da lei se apresenta no momento em que seu texto não é compreendido por aqueles a que ela se destina, pois o sujeito é vítima de uma repressão sem ao menos compreender os termos daquela que o reprime. Nesse sentido, Jacques Derrida (2010, p. 33) faz a seguinte colocação:

É injusto julgar alguém que não compreende seus direitos nem a língua em que a lei está escrita, ou o julgamento pronunciado etc. [...] a violência de uma injustiça começa quando todos os parceiros de uma comunidade não compartilham totalmente o mesmo idioma.

A compreensão do texto legal implica a adequação entre aquilo que é escrito e aquilo que é assimilado pelo seu leitor. Para Derrida, é impossível haver justiça em uma sociedade em que os indivíduos não compreendem os termos do ordenamento que regulamenta suas ações. A linguagem, nesse contexto, se apresenta como o principal mecanismo que impossibilita a existência de uma lei justa, pois o que se verifica através de uma análise, geral da linguagem empregada nos textos e nos procedimentos jurídicos é uma série de construções linguísticas altamente excludentes, o que assegura a dominação exercida pelo Direito sobre a população que não está apta a operá-lo.

Corroborando com a ideia de Derrida, podemos trazer Kafka, no que diz respeito à violência gerada sobre o indivíduo pela ausência de compreensão dos próprios direitos. Ao analisar a estrutura do sistema jurídico esse autor constrói em *O processo*, uma importante crítica às estruturas de poder do Estado no tocante ao modo como elas exercem o poder que lhes é conferido pelos próprios sujeitos

¹⁴ Alusão à narrativa bíblica no Gênesis, na qual o criador, por meio de um ato de linguagem, ordena que existam todas as coisas que existem.





que a elas se submetem. Kafka revela as obscuridades da justiça¹⁵, enquanto direito, no decorrer do processo sofrido pela sua personagem principal, demonstrando o quanto o Poder Judiciário pode ser inoperante e injusto se seus termos e procedimentos não forem dominados pelos sujeitos que a ele se submetem.

A linguagem é de suma importância para compreender o processo de desconstrução proposto por Derrida. Ela é o próprio objeto da desconstrução e, ao mesmo tempo, a ferramenta que torna a desconstrução possível. A lei é um ato de linguagem, e como tal, utiliza-se de um discurso e de um método que garante a sua dominação sobre os sujeitos que lhes são vulneráveis. A injustiça da lei se inicia no exato momento em que aquilo que está estabelecido no texto legal não é dominado por aqueles a quem ele se destina. Julgar alguém que não compreende as estruturas que o julga é uma violência, e como tal, deve ser desconstruída.

A linguagem jurídica se constitui em um mecanismo minuciosamente pensado para efetivar as diferenças existentes entre os sujeitos na sociedade. As terminologias empregadas pelos operadores do Direito e a forma rebuscada como compõem seus discursos, lhes garante uma posição superior no ambiente social, condição essa que se estabelece, não devido ao seu conteúdo, mas à forma que o texto assume. A linguagem não compreendida parece ao interlocutor inalcançável e é devido a tal inalcançabilidade, que a norma jurídica parece superior ao homem, que deve submeter-se a ela irrestritamente.

Franz Kafka evidencia as peculiaridades da linguagem jurídica, no seguinte trecho da narrativa de *O Processo*, no qual um dos acusados relata a experiência da leitura do seu processo graças à complacência de um funcionário da justiça:

Além do mais, no que se refere àqueles escritos do meu processo, mais tarde vim a saber que careciam de qualquer valor. Até consegui ler um deles por complacência de um funcionário da justiça. É certo que era um documento cheio de erudição, mas a dizer verdade, carecia de substância. Antes de tudo, havia nele muito latinório, que eu não compreendo. (KAFKA, 2009, p. 204).

A não compreensão dos termos do Direito impossibilita existência da justiça. Não há justiça se a linguagem empregada pelos órgãos jurisdicionais não é dominada por todos aqueles a quem a lei determina a forma de agir, pois é impossível ao sujeito defender-se de uma lei sem que compreenda a matéria que nela está contida. A crítica de Kafka diz respeito ao excesso de formalismos no discurso empregado pelo direito, que embora pareça importante, é substancialmente vago, não sendo claro quanto ao real objetivo da questão que leva à sua construção, funcionando como um jogo de interesses e uma teatralização que se multiplica nos mais diferentes graus do poder judiciário.

A forma do texto jurídico analisado por Kafka se sobrepõe ao seu conteúdo, fator extremamente prejudicial ao ideal de justiça que o Direito pretende representar. A leitura narrada pela personagem kafkiana¹⁶ levanta uma importante problematização em toda a obra, pois permite ao leitor questionar até que ponto a linguagem funciona como instrumento para a formulação da lei, e quando ela se torna mecanismo de manipulação dos efeitos provocados por essa mesma lei sobre o sujeito. Questão que

¹⁵ Justiça, nesse contexto está sendo empregada como sinônimo de poder judiciário.

¹⁶ Referente ao Escritor Franz Kafka. No trecho em análise a personagem que narra a experiência é o comerciante Block, cujo encontro com K., personagem principal da obra, se dá na casa do advogado dos dois acusados.





para ser respondida necessita de uma maior investigação sobre o poder da linguagem na efetivação do Direito enquanto representação do ideal de Justiça.

3.1 A linguagem e o Direito

A linguagem não deve ser compreendida apenas como um mecanismo de comunicação e exteriorização do pensamento, ela é muito mais que isso, pois tem a capacidade de transformar a realidade e alterar a compreensão da ordem natural das coisas¹⁷. Estando depositada no mundo ela torna-se parte integrante dele e, por isso, não há relação estabelecida em todo o universo que não se estabeleça por meio da ordem da linguagem. Desde o alinhamento dos planetas à ordem das estrelas, tudo é linguagem. Por isso, Foucault (2010) narra o conselho que um dia foi dado pelo velho Pachero¹⁸ a um aluno que o observava enquanto pintava em seu ateliê: “A imagem deve sair da moldura”, assim também as palavras devem sair do interior das coisas, pois ela já foi depositada na natureza.

Os atos linguísticos não são formados no nada absoluto, eles são motivados por mecanismos presentes na estrutura da realidade na qual se fundamenta e, com isso, podemos afirmar que o discurso é motivado socialmente e possui um objetivo próprio. A atividade discursiva se fundamenta a partir das necessidades daqueles que a formula. A partir do momento que um indivíduo se propõe a compor um ato discursivo ele está pretendendo levar seus interlocutores a optar por um posicionamento que lhe agrade, para isso ele usará todos os recursos possíveis para induzir o seu interlocutor a aceitar como certo o que é oferecido como discurso.

Nessa perspectiva, as leis emergem como fruto de um discurso pretensamente justo, mas que na verdade servem para mascarar os interesses daqueles sujeitos que as formularam. Não há pureza na construção da lei, assim como não há isonomia em sua aplicação. As estruturas do Direito são construídas com o claro objetivo de manter a sociedade organizada de acordo com os interesses dos seus legisladores, que por sua vez, atendem, no momento da realização das suas ações, aos interesses daqueles que lhes interessa defender.

Contribuindo com essa ideia, Miguel Reale afirma que “A norma jurídica, no entanto, não preceitua determinada conduta por considerá-la boa, mas apenas comina uma sanção (pena ou execução) no caso de proferir conduta contrária à juridicamente devida” (REALE 2002 p. 461). Compreender a lei como a instituição de uma sanção para dada conduta na sociedade, implica destituí-la do ideal de justiça que ela tende a carregar consigo, o que requer a compreensão do ordenamento jurídico como um instrumento constituído para manter a sociedade organizada segundo o interesse daqueles que compõem as leis, daí o caráter impositivo que o Direito assume ao pretender fazer-se representação da Justiça.

A leitura de Kafka demonstra que as decisões judiciais são constituídas por questões que estão além da materialidade dos fatos que levaram à instauração do processo judicial, pois as sentenças que são proferidas pelos juízes de constituem, prioritariamente, por questões que prescindem à lei, uma vez

¹⁷ Ideia defendida por Michel Foucault em seu livro *as palavras e as coisas*, ao defender que a linguagem não é arbitrária. Existe nela uma ordem, tal qual existe essa ordem nas coisas. e a ordem da linguagem se faz verdadeira à medida que representar a ordem natural das coisas.

¹⁸ Personagem que aparece no capítulo *Las Meninas* do livro *As palavras e as coisas*, referindo-se ao pintor que aconselha seu aluno acerca do modo como a pintura deve ser formulada.





que há um jogo de interesses e bajulações entre juizes, advogados, funcionários dos tribunais e partes processuais, e tal jogo determina qual a parte vitoriosa no momento da sentença.

A personalidade da Justiça é uma constante nas entrelinhas de *O processo*, a narrativa demonstra que a formalidade das fases processuais, a inacessibilidade da linguagem empregada e a burocratização das esferas judiciais na verdade são mecanismos que existem apenas para mascarar a corrupção e o sucateamento dos órgãos constituídos para efetivar o Direito. O autor revela que quanto mais favorável aos funcionários da Justiça for a decisão, mais facilmente ela será proferida. A lei é substituída pela vontade pessoal do juiz, que recebe favores dos advogados e das partes envolvidas no processo, para que consigam celeridade e sucesso na sentença.

Ainda no que diz respeito à linguagem utilizada pelas estruturas da justiça, é possível perceber que ela não expressa a realidade da comunidade à qual o Direito é aplicado. Sendo incompreensível aos indivíduos que não estão aptos a operar tal Direito, ela não respeita a identidade nem tampouco a necessidade dos sujeitos, apenas se aplica enquanto argumento de autoridade, se encerrando em si mesma. Jacques Derrida, traz uma importante contribuição a esse respeito, em seu livro *Torres de Babel*, ao tratar do caráter contratual das línguas, afirmando que existe um contrato de língua entre diversas línguas que é singular:

Em primeiro lugar, ele não é o que se chama em geral contrato de língua: o que garante a instituição de uma língua, a unidade de seu sistema e o contrato social que liga uma comunidade a esse respeito. Por outro lado, supõe-se em geral que para ser válido ou instituir o que quer que seja, todo contrato deve referir-se (por exemplo, no caso dos tratados diplomáticos ou comerciais) a uma tradutibilidade já dada e sem sobra: a multiplicidade das línguas deve ser absolutamente dominada (DERRIDA, 2006, p. 41-42)

A relação contratual assumida pela linguagem, torna evidente a existência, entre os indivíduos que compartilham uma mesma língua, uma relação de interdependência, que garante a compreensão das ideias formuladas e transmitidas entre os seus usuários. As diversas manifestações linguísticas possíveis no interior de uma língua devem ser passíveis de interpretação por todos os seus falantes, para que a mensagem seja transmitida de forma justa, no sentido que Derrida chama de *Justeza*, a qual é a adequação entre o que é dito pelo locutor e o que é compreendido pelos interlocutores do discurso.

O problema da linguagem jurídica, é que devido à obscuridade dos seus termos, essa adequação nem sempre é possível, gerado uma situação de dependência e dominação entre operadores do Direitos e pessoas leigas, pois os primeiros, determinam os caminhos que os demais devem trilhar, sem ao menos dar-lhes a oportunidade de refutar tais indicações, uma vez que para que isso fosse possível, seria necessária uma releitura do texto legal, o que não é possível sem uma formação específica na área do Direito, que possibilite a compreensão daquilo que está obscuro devido ao desconhecimento do significado dos termos utilizados para indicar os procedimentos ligados à justiça.





4 A Ressignificação da Justiça

A leitura de Derrida demonstra que há uma necessidade de desconstrução dessas estruturas obscuras do Direito, não há como ser pensada a justiça se as estruturas que lhe representam não são passíveis de serem acessadas por todos os membros da sociedade que ela constitui. A obscuridade do sistema judiciário é a principal ferramenta que possibilita a injustiça e a sua dominação sobre os sujeitos, que por não a compreenderem ou conhecerem lhe são vulneráveis, não compreendendo sequer como defender-se dela.

Uma das principais possibilidades de efetivação de um ideal de justiça capaz de ser aplicado ao ambiente social se daria, por meio da construção de uma proposta de formação de operadores do Direito que compreendam a sua importância para a aplicação das leis de forma para minorar as situações de injustiça que se verificam na tentativa de construção de uma sociedade justa. O profissional do Direito deve trabalhar em nome da diminuição das desigualdades de oportunidades que se verifica no interior dos órgãos jurisdicionais. O seu papel na sociedade se torna relevante à medida que lhe é concedida a oportunidade de militar em nome da Justiça e não apenas do Direito enquanto Ordenamento Jurídico.

Para que os profissionais do direito compreendam a importância do seu papel na construção de uma sociedade justa, é imprescindível que em sua formação, estejam presentes ideais sociais que lhes garantam o desenvolvimento de concepções de mundo que os levem a uma atuação em nome da Justiça. E para que tal formação aconteça, é necessário que, também os saberes universitários sejam desconstruídos. Não basta a um operador do Direito dominar as leis, as estratégias de linguagem, os mecanismos processuais para a aplicação das normas legais, pois lhe é fundamental o desenvolvimento de uma concepção de mundo capaz de fazê-lo compreender-se como agente de transformação social. O profissional do direito não deve ser reconhecido como um ser superior na sociedade, como demonstra Kafka em *O Processo*, mas deve ser alguém que trabalha a serviço da sociedade e da Justiça social¹⁹.

Derrida Problematiza a transmissão dos saberes universitários dentro das ciências humanas, mostrando a necessidade de desconstruí-los para que dessa forma, surjam profissionais capazes de desenvolverem uma atuação que gere um novo processo de desconstrução das estruturas que aprisionam a sociedade e das quais somente um novo processo educacional seria capaz de libertar os homens. Nas palavras do autor:

Esse princípio de resistência incondicional é um direito que a própria universidade deveria ao mesmo tempo *refletir, investigar e dispor*, por meio ou não das Faculdades de Direito, ou em novas humanidades capazes de trabalhar essas questões de direito – ou seja, por não dizê-lo mais uma vez sem rodeios, Humanidades capazes de se encarregar das tarefas de desconstrução, a começar pela de sua própria história e de seus próprios axiomas. (DERRIDA, 2003, p. 17-17)

A necessidade de desconstruir os saberes universitários é complementada pela necessidade de desconstrução do Direito em nome da Justiça. Para que surjam profissionais dispostos a ressignificar suas práticas em nome da construção de um ambiente juridicamente justo, é necessário que esses

¹⁹ Justiça social foi empregado nesse texto como sendo um contraponto à injustiça provocada pela lei que é imposta ao cidadão sem lhe conferir sequer o direito mínimo à defesa.





profissionais aprendam a quebrar as regras que aprisionam suas ações, absorvendo novas maneiras de agir e pensar a Justiça, sem enxergá-la como uma estrutura estática e presa aos ditames das leis. Compreendendo-a como uma força dinâmica, cuja existência depende da decisão no caso concreto a que se aplica.

Assim, é perceptível que a violência da lei que se efetiva pela inalcançabilidade da linguagem jurídica, está respaldada no encarceramento dos saberes universitários, principalmente nos cursos de Direito, que formam os seus operadores para que estes mantenham a condição de injustiça que lhes é preexistente e assim, geração a geração, a condição de injustiça pretensamente justa se mantenha inalterada.

4.1 Kafka e Derrida: porque a lei parece tão distante?

Ser justo, ético, democrático, sujeito de direitos devem ser os objetivos maiores dos sujeitos que vivem em sociedade e se empenham pela manutenção da ordem social. Para viver em sociedade o homem necessita estar de acordo com as leis que regem o contrato²⁰, cumprindo-as e exigindo o seu cumprimento.

Não obstante à necessidade de cumprimento da lei, a sociedade constitui mecanismos de sanção para aqueles que não a cumprem. Não basta ao homem a vontade de ser justo, mas ele necessita das condições que gerem a Justiça, a saber, instituição da lei, conhecimento da lei, e punição para seus infratores.

Um problema, entretanto, emerge dessa relação: o que torna a lei justa e o que torna o ato humano injusto? Para responder a esse questionamento, passaremos a discorrer acerca dos pressupostos legais da violência injusta que torna a lei justa, observando a Justiça enquanto aplicação da lei.

4.2 As estruturas do Estado de Direito

Quais os limites do poder do Estado sobre o cidadão? Esse é um questionamento que cresce a cada página do livro de Franz Kafka, *O Processo*. A obra, como é característico no autor, traz detalhes minuciosos do desenvolvimento de um processo sofrido por Josef K., um jovem bancário que ao acordar, certa manhã, descobre que está detido e processado por um crime cuja materialidade lhe é totalmente desconhecida. A partir desse momento, todas as estruturas do jovem são desfeitas. Ele é humilhado, desprezado e levado à morte, sem ao menos conhecer quem lhe acusa, quem lhe julga e porque é acusado.

A importância da obra não está na história narrada, mas nos temas levantados em meio à narrativa. É possível, a partir da leitura do romance, compreender a relação existente entre o cidadão, a Justiça e o poder judiciário, bem como as condições particulares de degradação que a lei impõe ao infrator.

A leitura de Kafka possibilita a compreensão das ideias defendidas por Jacques Derrida acerca da violência autorizada do direito, pois a cada situação levantada na narrativa, são criadas condições

²⁰ Alusão as ideias defendidas por Jean-Jacques Rousseau em sua obra do contrato social.





para que sejam pensadas as configurações do Direito que se pretende Justiça, enquanto desconstrutível no bojo da sociedade.

Essa noção da violência do Direito está presente logo no início do romance, como pode ser exemplificado pela passagem destacada a seguir, na qual, o jovem K. pergunta aos guardas o motivo da sua detenção e obtém a seguinte resposta:

Não nos cabe explicar isso. Volte para seu quarto e espere ali. O inquérito está em curso, de modo que se inteirará de tudo em seu devido tempo. Saiba que exorbito de minhas atribuições ao falar-lhe tão amistosamente. Confio, porém, em que apenas me ouça Franz, o qual, igualmente, infringindo todas as regras, mostra-se-lhe muito cordial. Se você continua tendo tanta sorte como na designação de seus guardas pode alimentar esperanças. (KAFKA, 2009, p. 41)

O amistosamente e o cordial, contidos na fala dos guardas, nos levam a crer que em outro momento eles poderiam lançar mão da violência frente ao acusado, destituindo-o de sua dignidade, impondo-lhe uma carga de humilhações proporcionais, ou não ao crime que origina o processo. A atitude dos guardas, como é evidente em suas falas, é uma atitude de superioridade, o acusado, antes mesmo do curso do devido processo legal²¹ é considerado culpado e obrigado a submeter-se às condições da Justiça, embora essa não se apresente de forma digna para ele.

A leitura de *O Processo* provoca inquietação no tocante à legitimidade dos guardas para desempenhar suas ações de maneira hostil. Sendo K. um alto funcionário de um banco, símbolo do poder econômico, bem como era um jovem de conduta ilibada, cumpridor de seus deveres profissionais, porque os guardas poderiam ser tão truculentos em relação a ele? Com essa inquietação, passamos a compreender que Kafka pretende demonstrar com a ação dos guardas, que os direitos individuais do acusado serão suprimidos em nome da Justiça.

A violência que Kafka denuncia em seu romance não consiste apenas em atos físicos, mas em uma violência simbólica²² com consequências muito mais sérias para o acusado que a mera tortura física.

A violência autorizada de Jacques Derrida, não consiste na violência dos guardas, nos atos praticados, mas na violência da própria lei²³. O indivíduo aceita a lei, mesmo que essa lhes seja incômoda e inoportuna. A lei suprime a liberdade de agir do indivíduo que lhes confere legitimidade para tal supressão.

²¹ Princípio jurídico que impede que um cidadão seja punido por uma determinada consulta antes que lhes seja assegurado o curso do devido processo legal. No Brasil, esse princípio começou a vigorar com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LIV, no qual se lê: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

²² Alusão ao termo criado pelo pensador francês Pierre Bourdieu, que se refere à imposição da cultura pela classe dominante à classe dominada. No caso em questão, refiro-me à violência simbólica como imposição de uma lei sobre o sujeito, mesmo que esse não se encontre em condições de defender-se dela. A única alternativa que o cidadão tem é a de aceitar a lei e as suas consequências.

²³ “Uma regra dotada de necessidade, ou uma força que garanta a realização da regra” (ABBAGNANO, 2012, p. 601).





Retomando o texto de Kafka, é possível perceber que K. não pode fugir da Justiça, nem tampouco sabe como enfrentá-la. Ele é um ser imóvel e impotente diante de uma estrutura desconhecida e apavorante. Ele não consegue compreender que Justiça é essa da qual os guardas são porta-voz, nem tampouco porque sua individualidade vale tão pouco diante dela. A polícia se lhe apresenta como a guardiã da justiça, como se a justiça fosse uma instituição genérica, na qual as respostas são sempre as mesmas para as diferentes situações do mudo fático. Para K. a justiça é a força que ceifará a sua liberdade e lhe suprimirá todos os direitos.

A situação degradante vivida por K. durante o curso do seu processo, permite pensar a inalienabilidade dos Direitos Humanos. Embora a personagem de Kafka seja fictícia, é possível formular, a partir das suas experiências, um pensamento coerente, no tocante ao direito e sua relação com a liberdade do cidadão. A princípio, vamos nos reportar ao que diz Norberto Bobbio em seu livro *A era dos direitos*, acerca dos direitos do homem e do cidadão:

Direitos do homem são os que cabem ao homem enquanto homem [...] são aqueles que pertencem ou deveriam pertencer, a todos os homens, ou dos quais nenhum homem pode ser despojado. [...] São aqueles cujo reconhecimento é condição necessária para o aperfeiçoamento da pessoa humana, ou para o desenvolvimento da civilização. (BOBBIO, 1992, p. 17)

Na visão de Bobbio, nenhum Direito Fundamental pode ser negado ao indivíduo, pois um direito pode ser classificado como fundamental ao passo que estabelece mecanismos eficazes para a manutenção da ordem social, respeitando aquilo que é estabelecido como direito do homem e da humanidade de modo universal.

Todo direito emana de um fato social, de uma necessidade do homem de satisfazer seus anseios, sendo assim, também os direitos e garantias fundamentais nascem da necessidade da sociedade em estabelecer mecanismos capazes de favorecer uma convivência saudável no espaço da civilização respeitando o princípio maior da dignidade da pessoa humana.

Observando o contexto da obra de Kafka, notamos que ao ter sua residência invadida, sua refeição furtada, sua honra ameaçada e sua liberdade ceifada, K. tem seus direitos individuais negados. Ele deixa de ser respeitado enquanto indivíduo, sua personalidade é convertida em parte de um processo obscuro e indefinido. Essa situação é antagônica à defendida por Bobbio ao se referir aos direitos do homem enquanto homem, pois o mesmo ordenamento que garante ao sujeito que ele não será despojado de seus direitos, cria uma estrutura voltada para a sua repressão. A defesa dos Direitos Fundamentais se converte em palavras vazias quando a própria justiça está fundamentada na violência que gera obediência e adequação.

A noção de Direitos Fundamentais perde sua aplicabilidade à medida que, em nome da lei, o cidadão pode ser desprovido da sua dignidade enquanto pessoa humana²⁴, sendo exposto a diversas humilhações, sem que seja respeitada ao menos sua condição de ser humano. Um fator que corrobora com esse pensamento é a superlotação das penitenciárias brasileiras. Em nome da aplicação da lei,

²⁴ Princípio do Direito que visa proteger a integridade do ser humano, independentemente de critérios subjetivos que distingam os homens entre si. Esse princípio resume em si os direitos fundamentais, como mecanismo unificador de todos eles.





inúmeras pessoas são agrupadas em locais inadequados, sem as condições mínimas de subsistência, expostas à violação das suas garantias individuais, tudo em nome da lei e da justiça.

Diante da precariedade das condições do julgamento e da aplicação da lei, é possível compreender que a injustiça do delito equipara-se à injustiça da lei que o puni a ação delituosa. O homem que por ser injusto torna-se alvo de injustiça integra um sistema de violência institucionalizada do direito, que na tentativa de justificar a injustiça das suas ações, gradativamente cria e modifica suas leis, o que contribui cada vez mais para a implementação da injustiça.

O direito, que se pretende representação da justiça, emerge na sociedade como a mais pura representação da injustiça, pois ao constituir um ordenamento jurídico composto por leis dotadas de aplicabilidade, mas totalmente destituídas da possibilidade de decisão, impedem que o homem seja julgado pela ação que pratica, pois o poder judiciário apenas é qualificado para estabelecer a tipificação de uma conduta, sem levar em consideração as particularidades da ação que a gerou.

Não há possibilidade de justiça sem a possibilidade da decisão, pois a justiça não é uma instituição, como nos diz Jacques Derrida, ela só existe no momento concreto em que se apresenta. Logo, a lei pura é injusta pois não leva em consideração as particularidades da ação que pretende estabelecer um julgamento.

4.3 Os problemas da justiça: a violência da lei

A justiça nasce da decisão autônoma do sujeito em agir ou abster-se de ação tendo em vista o caso concreto. Sem liberdade e autonomia é impossível falar de justiça ou escolha justa, pois estas só são possíveis em um contexto de autonomia da vontade em detrimento da obrigatoriedade das prescrições legais. Nessa perspectiva, a injustiça da lei se faz evidente, uma vez que a prescrição legal não concede ou magistrado qualquer possibilidade de escolha. A aplicação da lei pelo Poder Judiciário já está determinada desde o momento fundador da própria lei, cabendo ao julgador apenas aplicar aquilo que já estava decidido antes mesmo da ação ser praticada.

Uma decisão justa requer responsabilidade e liberdade: “uma decisão que não enfrentasse a prova do indecível não seria uma decisão livre, seria apenas a aplicação programável ou o desenvolvimento contínuo de um processo calculável.” (DERRIDA, 2010, p. 47) com isso, percebemos que na aplicação do direito inexistente a justiça pois falta o espaço da livre escolha, que não deve estar atrelada a nenhuma regra previamente determinada. A indecidibilidade da lei exclui qualquer possibilidade de existência da ação justa do Direito, tornando-o uma violência contra a liberdade humana que é preexistente a ele.

A aproximação que constantemente é feita entre Direito e justiça é, na verdade uma tentativa de mascarar o caráter violento e impositivo da lei sobre o sujeito. No momento em que uma dada conduta é aceita como justa na sociedade, a sua aplicação se torna menos sofrida, pois a dor que ela causa é uma dor aceitável e até mesmo necessária para que seja mantido um Estado de Direito necessário à continuidade da espécie.

Segundo Derrida (2010, p. 74) “O conceito de violência (Gewalt) só permite uma crítica avaliadora na esfera do direito e da justiça [...] não há violência natural ou física”. Derrida aponta que Benjamim dá alguns exemplos dessa naturalização da violência pelo jusnaturalismo: a/o estado fundado sobre o direito natural de que fala Espinosa no tratado teológico político.





A justificação da violência acontece diante da imposição do Direito que se justifica como primeira necessidade de manutenção do estado. Assim como o direito positivo é violento, no sentido de destituição da liberdade do homem, A lei positivada também o é e dessa violência resulta a injustiça que está contida na lei desde o seu exato momento fundador, pois para fazer-se obedecida, necessita da força que parte do seu interior e se obriga ao estrito cumprimente em detrimento de qualquer razão individual.

5 Conclusão

Inúmeras discussões são travadas por juristas, filósofos, políticos e sociedade civil na tentativa de compreender o papel do Direito na organização da vida social e constituição de um estado democrático. É comum o pensamento que compreende o Direito e o Ordenamento Jurídico como as ferramentas de garantia das liberdades individuais e dos Direitos Fundamentais, que sem uma instituição que os assegurem, poderiam ser suprimidos ou destituídos do caráter necessário que possuem para a sobrevivência humana em virtude da complexidade da sociedade.

Jacques Derrida, entretanto, compreende o Direito como o principal mecanismo gerador da injustiça na sociedade, dada a impossibilidade de uma lei abstrata dar conta das particularidades das ações a que se dispõe a julgar. O ideal de justiça que justifica o Direito é, na visão do filósofo, separado do Ordenamento Jurídico, que por sua vez, não se constitui por ser bom ou justo, mas por que há um interesse em sua formulação, de que os indivíduos ajam ou deixem de agir segundo as condutas tipificadas por leis e códigos que se autodenominam justos, mesmo que a justiça não seja uma instituição constituinte o Direito.

É possível perceber, a partir da leitura desenvolvida da obra de Jacques Derrida, que a existência da justiça é impossível, pois para que haja a justiça é necessário que exista a liberdade de decisão, que deve ser livre de qualquer determinação preexistente à sentença que será proferida. Em um Estado de Direito, o espaço para a decisão é suprimido pela obrigatoriedade da adequação, sendo ao magistrado, conferido apenas o papel de cumular penas aos condenados, mas tanto a condenação quanto as penas já estão determinados pelo texto legal, que não está aberto à escolha livre daquele que se coloca como julgador.

Dada a impossibilidade da justiça, vemos que o Direito nasce não por ser bom, mas por ter força, e é dessa força que nasce a violência pretensamente justa da lei, que mesmo na tentativa de representar a justiça é violenta e como toda violência, é injusta e injustificável. Entretanto, o ideal de justiça que a lei carrega consigo torna a violência da lei justificável e essa justificação ocorre devido à ideia de justiça que essa lei assume junto aos cidadãos que se protegem uns dos outros por meio da lei que o oprime.

Referências





ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Elsevier 1992.

DERRIDA, Jacques. **Força de Lei: O fundamento místico da autoridade**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Torres de Babel**. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **A Universidade sem Condição**. Trad. Evandro Nascimento. São Paulo: Estação da liberdade, 2003.

KAFKA, Franz. **O Processo**. Trad. Torrieri Guimarães. 3. ed. São Paulo: Martim Claret, 2009.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Teoria Pura do Direito**. Trad. João Batista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

WOLFREYS, Julian. **Compreender Derrida**. Trad. Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2009.



ESTRELAS NA TERRA DE *VIDAS SECAS*

José Ricardo da Costa*

Resumo: Neste trabalho buscaremos refletir sobre a estratégia narrativa de Graciliano Ramos em sua obra *Vidas Secas*, lançada em 1938. Desta maneira, tentaremos localizar a posição do autor perante a sociedade, definindo a visão de mundo que emerge de sua mimese da condição infantil. Tendo em vista que da representação de mundo somos capazes de avaliar sua seleção para os fatos da realidade, focalizaremos os capítulos “O Menino Mais Novo” e “O Menino Mais Velho”, estabelecendo relações entre dois fatos centrais – a imitação e a aquisição da linguagem – e os reflexos desta representação no restante da obra, com especial atenção para a mimese psicológica construída por Ramos.

Palavras-chave: Imitação; Aquisição da Linguagem; Mimese em *Vidas Secas*.

Abstract: In this paper we will reflect on the narrative strategy of Graciliano Ramos in his book *Vidas Secas*, released in 1938. This way, we will try to find the author’s position in society, setting his world view emerging from his mimesis of infantile condition. This way, we will show the way of the selection of the reality, with a focus on the chapters “O Menino Mais Novo” and “O Menino Mais Velho”, connecting two central facts - imitation and language acquisition - and the reflections of its representation in the rest of the work, with a special attention by the psychological mimesis built by Ramos.

Keywords: Imitation; Language Acquisition; Mimesis in *Vidas Secas*.

*Tu pisavas nos astros distraída
Sem saber que a ventura desta vida,
É a cabrocha,
O luar
E o violão...
(Sílvia Caldas e Orestes Barbosa, Chão de Estrelas)*

1 Introdução

O estudo dos recursos de representação utilizados por um escritor transcende a ordem da indagação estética, estendendo-se à reflexão sobre o contexto que propiciou o texto literário. Lukács lembra que “compreender a necessidade social de um dado estilo é algo bem diferente de fornecer uma avaliação estética dos efeitos artísticos desse estilo” (LUKÁCS, 1965, p. 58). Neste trabalho, buscaremos

* Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Especialista em Linguagem e Docência e Graduado em Letras (Português e Inglês) pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

E-mail: jricardocostabg@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6741668966253131>





um olhar sobre a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, publicada originalmente em 1938, estabelecendo reflexões sobre os efeitos estéticos de dois capítulos da obra em um contexto interdiegético (associando estes efeitos a outros momentos do romance), bem como sobre a circunstância social que culmina na mimese de Graciliano Ramos. Focalizaremos, assim, os possíveis objetivos de Ramos com estes capítulos, dentro do macrocontexto da obra, bem como a maneira como o autor alcança (ou não) seu intento, e, para nosso objetivo, enfatizaremos a perspectiva infantil de reconhecimento de mundo de “O Menino Mais Novo” e “O Menino Mais Velho”.

Para esta reflexão, buscaremos na teoria de Lukács o principal suporte teórico para a compreensão do trabalho de representação em *Vidas Secas*. Em sua Introdução *a uma estética marxista* (1968), Lukács nos diz que “na determinação de qualquer particularidade concreta (seja ela a de um agrupamento ou de uma lei particular), a problemática aparece grávida de conseqüências” (1968, p. 15). Desta forma, o foco metodológico que norteará este trabalho será o da reflexão sobre duas particularidades, contingências da condição humana, que nascem na infância: a necessidade da imitação e a aquisição da linguagem. A partir destes dois momentos particulares no desenvolvimento dos infantes representados na obra, tentaremos compreender a maneira como o autor constrói sua trama ficcional e a converte em uma expressão de sua visão de mundo. O recorte teórico eleito para este trabalho nos permite uma pequena ironia: Na mesma medida em que a teoria suscita uma compreensão de *Vidas Secas*; a densidade existencial e filosófica de Graciliano Ramos enseja um alargamento da compreensão de conceitos tais como a imitação, a linguagem e a representação de mundo.

Vidas Secas, último romance da carreira de Graciliano Ramos, possui características únicas dentro de sua trajetória, como nos lembra Cândido:

Olhando no conjunto os seus quatro romances, sentimos que, se cada um deles representa uma experiência nova, *Vidas secas* talvez seja o mais diferente. É o único escrito na terceira pessoa e o único a não ser organizado em torno de um protagonista absorvente, como João Valério em *Caetés*, Paulo Honório em *São Bernardo*, Luís da Silva em *Angústia*. É também o único cuja composição não é contínua, mas feita de pedaços que poderiam ser lidos isoladamente. Muitos deles foram publicados antes como peças autônomas, e talvez a idéia inicial não tenha sido a de um “romance” (CÂNDIDO, 2012, p. 142).

Há, na maneira como Ramos concatena os sentimentos de cada personagem em *Vidas Secas*, um profundo sentimento de insolubilidade para a existência. Cada capítulo corresponde a um episódio central na vida de uma das personagens, e, a cada fato que se segue, é dada ao leitor uma visão paulatina da situação dramática da família de sertanejos, ao passo em que cresce um sentimento de fatalidade e estagnação da realidade. Nenhuma das personagens é profundamente transformada no decorrer da narrativa. O desfecho da obra, que culmina com o abandono da terra em que vivem, ainda que acene com uma possibilidade de modificação no êxodo para a cidade grande, flerta igualmente com a circularidade. Bosi afirma que o realismo de Ramos “não é orgânico nem espontâneo. É crítico. O ‘herói’ é sempre um problema: não aceita o mundo, nem os outros, nem a si mesmo” (BOSI, 2006, p. 429).





Em *Vidas Secas* vemos o cotidiano de uma família do meio rural do sertão nordestino, que convive com a seca, a fome e o duro desafio da sobrevivência. Esta caracterização pode ser associada, em um primeiro momento, à uma tradição de representação da família rural que remonta ao século XVI na Europa, onde, como nos lembra Ariès, “a mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do homem” (ARIÈS, 2006, p. 133). Temos, porém, nesta obra, a perspectiva de cada personagem, o que contribui para que o leitor possa construir um quadro muito específico: o drama do retirante nordestino, cuja atualidade apenas acentua a ironia e a tragicidade obra.

Em “A IMITAÇÃO E O MENINO MAIS NOVO” estabeleceremos um olhar inicial para a técnica de Ramos, na medida em que observaremos possíveis correlações entre o drama vivido pela personagem central e os demais integrantes de sua família, em sua tentativa de desenvolvimento a partir da imitação da figura do pai, que ele enxerga com cores heróicas. Em “A LINGUAGEM E O MENINO MAIS VELHO” daremos um passo adiante em nosso aprofundamento sobre o trabalho de Ramos, focalizando um dos temas centrais de *Vidas Secas*: o abismo entre o homem e o mundo que se estabelece com o desafio da comunicação, abismo que, como veremos, nunca é transposto pelas personagens. Finalmente, em “ESTRELAS NA TERRA”, tentaremos, em nossas reflexões finais, analisar o modo como a forma e o conteúdo se fundem no lirismo único de *Vidas Secas*.

2 A Imitação e o Menino Mais Novo

Em sua *Poética* (2011), Aristóteles fala que toda a criação tem como princípio a necessidade natural do homem para a imitação, instintiva desde sua infância. É através da imitação que o homem desenvolve seus primeiros conhecimentos. Em “O Menino Mais Novo”, a descoberta do mundo nasce da tentativa de imitação do que é observado pelo infante. Mais que conhecer o mundo por sua própria experiência, o menino deseja conquistar a admiração dos integrantes de sua família que lhe são mais próximos: o irmão e a cachorra Baleia.

A idéia surgiu-lhe na tarde em que Fabiano botou os arreios na égua alazã e entrou a amansá-la. Não era propriamente uma idéia: aera o desejo vago de realizar qualquer ação notável que espantasse o irmão mais velho e a cachorra Baleia.

Naquele momento Fabiano lhe causava grande admiração. Metido nos couros, de pernas, gibão e guarda-peito, era a criatura mais importante do mundo. As rosetas das esporas dele tilintavam no pátio; as abas do chapéu, jogado para trás, preso debaixo do queixo pela correia, aumentavam-lhe o rosto queimado, faziam-lhe um círculo enorme em torno da cabeça (RAMOS, 2011, p. 47).

Ramos mostra um estilo conciso, centrado em acontecimentos e na reação de suas personagens a estes acontecimentos. Em *Vidas Secas*, o autor tenta apagar a presença de seu narrador. Sua mimese nasce da confluência entre o ponto de vista do observador que descreve, meramente, os fatos, e o do sujeito que os vivencia, ao encontro do que preconiza Lukács, quando problematiza a distância entre o narrar e o descrever: “A literatura baseada na observação e descrição elimina sempre, em medida crescente, o intercâmbio entre a práxis e a vida interior” (LUKÁCS, 1965, p. 63). A descrição de Ramos





aparece sempre como se “cavalgasse” a experiência concreta; ao passo em que a dimensão emocional de suas personagens surge, contraditoriamente, da impossibilidade do homem do exercício de sua natureza espiritual. O homem de Ramos se vê constantemente animalizado e brutalizado pela sociedade.

O Menino Mais Novo, inicialmente, busca a afetividade do pai em sua condição de criança, para depois intentar a reprodução de suas ações, típicas de adulto, na tentativa de, adentrando em seu mundo, conquistar-lhe alguma atenção.

Esqueceu desentendimentos e grosserias, um entusiasmo verdadeiro encheu-lhe a alma pequenina. Apesar de ter medo do pai, chegou-se a ele devagar, esfregou-se nas pernas, tocou as abas do gibão. As pernas, o gibão, o guarda-peito, as esporas e o barbicacho do chapéu maravilhavam-no. Fabiano desviou-o desatento, entrou na sala e foi despojar-se daquela grandeza. O menino deitou-se na esteira, enrolou-se e fechou os olhos. Fabiano era terrível [...] (RAMOS, 2011, p. 49).

Porém, tal como se dá com os demais membros de sua família, é justamente no momento em que decide alçar vôo que o Menino Mais Novo é reduzido à bestialidade de maneira mais violenta. O projeto de Ramos em *Vidas Secas* necessita, justamente, deste sentimento de derrota do homem pelo ambiente, do fracasso particular de cada membro desta pequena coletividade, composta por cinco integrantes de uma família (dentre os quais um deles é um animal). Às crianças será negada, inclusive, a identidade familiar, na medida em que permanecerão sem nome durante toda a narrativa. No fato central de “O Menino Mais Novo” vemos representada com escassez de palavras, mas riqueza de poder imagético, o drama pessoal do menino. Em sua composição literária o autor se aproxima do pintor que, com poucas pinceladas, consegue compor um complexo quadro pictórico.

Mergulhou no pelame fofo, escorregou, tentou em vão segurar-se com os calcanhares, foi atirado para a frente, voltou, achou-se montado na garupa do animal, que saltava demais e provavelmente se distanciava do bebedouro. Inclinou-se para um lado, mas, fortemente sacudido, retomou a posição vertical, entrou a dançar desengonçado, as pernas abertas, os braços inúteis. Outra vez impelido para a frente, deu um salto-mortal, passou por cima da cabeça do bode, aumentou o rasgão da camisa numa das pontas e estirou-se na areia. Ficou ali estatelado, quietinho, um zum-zum nos ouvidos, percebendo vagamente que escapara sem honra da aventura (RAMOS, 2011, p. 51 a 52).

Este sentimento de fracasso absoluto, total falta de “honra”, é compartilhado por todas as personagens. Fabiano se vê humilhado pelo “soldado amarelo” e enganado pelo patrão e vê como impossível a ambição da esposa, o sonho de ter uma cama nova, na medida em que sabe que, pela condição social de sua família, não tem direito de ter nada de seu.

Fabiano, uma coisa da fazenda, um traste, seria despedido quando menos esperasse. Ao ser contratado, recebera o cavalo de fábrica, pernas, gibão,





guarda-peito e sapatões de couro cru, mas ao sair largaria tudo ao vaqueiro que o substituiu.

Sinha Vitória desejava possuir uma cama igual à de seu Tomás da bolandeira. Doidice. Não dizia nada para não contrariá-la, mas sabia que era doidice. Cambembes podiam ter luxo? E estavam ali de passagem. Qualquer dia o patrão os botaria para fora, e eles ganhariam o mundo, sem rumo, nem teriam meio de conduzir os cacarecos. Viviam de trouxa arrumada, dormiriam bem debaixo de um pau (RAMOS, 2011, p. 23).

3 A Linguagem e o Menino Mais Velho

Em *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Benjamin tece reflexões sobre o problema o surgimento do pensamento e da linguagem, no capítulo “Linguagem Geral e a Linguagem Humana” (1992). O autor nos lembra do processo de aquisição, quando a linguagem egocêntrica ocupa lugar fundamental no desenvolvimento do infante, na medida em que este aprende a sintaxe da linguagem antes da do pensamento. Temos este processo reproduzido em “O Menino Mais Velho”. Nesse capítulo, o menino, cujos recursos comunicativos são exíguos, tenta compreender o mundo a partir da linguagem, uma cena recorrente no cotidiano de qualquer criança. Nesta cena corriqueira, o autor alcança com dramaticidade a representação da miséria humana em que se encontram suas personagens, a partir do embate do menino, enquanto busca expandir seus horizontes pelo desenvolvimento linguístico, permitindo com que o leitor seja capaz de aquilatar o nível das relações daquele círculo familiar. Ramos relaciona o empobrecimento dos recursos de comunicação com a deterioração dos laços que unem os sujeitos no recorte de sociedade que apresenta em *Vidas Secas*. A criança tenta compreender um novo vocábulo, “inferno”, questiona o pai, que a ignora, e, posteriormente, a mãe:

O pequeno afastou-se um pouco, mas ficou por ali rondando e timidamente arriscou a pergunta (ao pai). Não obteve resposta, voltou à cozinha e foi pendurar-se à saia da mãe:

– Como é?

Sinha Vitória falou em espetos quentes e fogueiras.

– A senhora viu?

Aí sinha Vitória se zangou, achou-o insolente e aplicou-lhe um cocorote.

O menino saiu indignado com a injustiça, atravessou o terreiro, escondeu-se debaixo das catingueiras murchas, à beira da lagoa vazia (RAMOS, 2011, p. 56, parêntese nosso).

Como vimos, o menino, no momento de superar suas limitações em relação ao entendimento do mundo, vê-se vítima da brutalidade em que permanece toda sua família. Temos, nesta cena, uma tentativa de representação da realidade por parte da própria sinha Vitória, que mostra toda a limitação da circunstância a que estas pessoas são expostas, refletida nas restrições de sua linguagem. A resposta da mãe é insuficiente para que o menino consiga configurar em seu imaginário um conceito tão abstrato quanto o de “inferno”, e daí surge o conflito que gera a violência de sinha Vitória, cena que desnuda





todas suas dificuldades em acessar seus sentimentos e dominar-se. Temos nesta cena a representação de todo o sofrimento do menino, sua incompreensão patética da reação da mãe e sua igual incapacidade em comunicar-se com o mundo.

O pequeno sentou-se, acomodou nas pernas a cabeça da cachorra, pôs-se a contar-lhe baixinho uma história. Tinha um vocabulário quase tão minguado quanto o do papagaio que morrera no tempo da seca. Valia-se, pois, de exclamações e de gestos, e Baleia respondia com o rabo, com a língua, com movimentos fáceis de entender.

Todos o abandonavam, a cadelinha era o único vivente que lhe mostrava simpatia. Afagou-a com os dedos magros e sujos, e o animal encolheu-se para sentir bem o contato agradável, experimentou uma sensação como a que lhe dava a cinza do borralho (RAMOS, 2011, p. 57).

Uma das metáforas centrais de *Vidas Secas* é o processo primeiro de cognição-intelecção do sujeito, o momento em que ele busca codificar o mundo em pensamento, um dos primeiros passos na aquisição da linguagem. A humanidade, em *Vidas Secas*, está intimamente ligada à linguagem, ao que Lukács chama de “significação íntima das coisas” (LUKÁCS, 1965, p. 71). Por meio desta significação é feita a ordenação do mundo exterior, em seu relevo e desafios; bem como do mundo interior, em seus sentimentos e contradições. Ramos faz com que este processo se mantenha incompleto em todas as criaturas. Dentre elas, talvez a que mais se aproxime da humanização, da representação subjetiva da realidade do mundo justamente seja o animal. Baleia, na delicadeza de seus sentimentos, no momento de sua morte, assume cores de racionalidade, enquanto os homens, como Fabiano, pateticamente são rebaixados à brutalidade da incapacidade cognitiva, da inoperância de representação e organização dos fatos frente ao mundo que os sentidos lhe apresentam. Podemos ver este processo aproximando trechos onde aparece representado, na prosa de Ramos, o fluxo de pensamento do animal e do homem, ou vice-versa. Homem e animal nivelados a um mesmo horizonte de incompreensão de mundo.

Baleia respirava depressa, a boca aberta, os queixos desgovernados, a língua pendente e insensível. Não sabia o que tinha sucedido. O estrondo, a pancada que recebera no quarto e a viagem difícil do barreiro ao fim do pátio desvaneciam-se no seu espírito. [...]

Baleia encostava a cabecinha fatigada na pedra. A pedra estava fria, certamente sinha Vitória tinha deixado o fogo apagar-se muito cedo.

Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás. E lamperia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme. As crianças se espojariam com ela, rolariam com ela num pátio enorme, num chiqueiro enorme. O mundo ficaria todo cheio de preás, gordos, enormes (RAMOS, 2011, p. 91).

Temos também o rarefeito universo interior de Fabiano, onde a complexidade dos sentimentos humanos é embotada por uma densa camada de afasia e vazio cognitivo. Frente à violência da realidade, Fabiano vê-se tão inábil na representação do mundo exterior quanto o Menino Mais Velho e Baleia, que não compreende na totalidade o momento de sua morte. Homem, criança e animal rebaixados às





sombras da cegueira de olhos que enxergam e não reconhecem, de ouvidos que escutam e não compreendem, do corpo que padece e não age.

E por mais que forcejasse, não se convenciam de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. O governo não devia consentir tão grande safadeza.

Afinal para que serviam os soldados amarelos? Deu um pontapé na parede, gritou enfurecido. Para que serviam os soldados amarelos? Os outros presos remexeram-se, o carcereiro chegou à grade, e Fabiano acalmou-se:

– Bem, bem. Não há nada não (RAMOS, 2011, p. 33).

Das três representações do universo interior das personagens que vimos aqui acima, apenas uma delas se aproxima da transcendência. O Menino Mais Velho entrega-se debilmente a seu sofrimento na mesma medida em que Fabiano ensaia um princípio de revolta e cede. Apenas Baleia se eleva da brutalidade existencial quando, em seus últimos segundos de vida, divisa a possibilidade da redenção, seu espírito irá chegar a uma condição melhor, uma idéia de paraíso onde todas as preás são gordas e enormes e os dias se perdem em folguedos com as crianças. Lukács nos fala deste aniquilamento da alma humana, uma “perda da significação íntima das coisas, e por conseguinte do ordenamento e da seleção épica” (LUKÁCS, 1965, p. 71). Temos em Ramos esta ordem de mimese da realidade imediata.

A representação e caracterização dos homens e objetos de acordo com a experiência sensível e imediata é uma operação que possui uma própria lógica e um modo seu, específico, de distribuir os acentos e realces. Ela consegue mesmo alguma coisa de pior que o mero nivelamento, isto é, consegue uma ordenação hierárquica às avessas. Tal consequência está implícita no método descritivo, pois para provocá-la basta o fato de descrever com a mesma insistência os elementos importantes e os elementos inessenciais, que permite uma inversão de sentido e a passagem do segundo ao primeiro plano. Em muitos escritores, esta característica vem unida a uma forma apagada, que dilui toda a significação humana (LUKÁCS, 1965, p. 71).

Em *Vidas Secas*, a única possibilidade de ação é a **resignação**. Personagens como sinha Vitória limitam-se ao mero desabafo da insatisfação, ou à evasão da fantasia (sinha Vitória quer uma cama nova e se imagina com ela); ou, antes, à simples aceitação frente às injustiças sociais, como no trecho de “Fabiano” acima reproduzido, ou, finalmente, à evasão definitiva da migração, cena inicial e final da obra. Fabiano não encontra em si a força e o conhecimento de que necessita para modificar o mundo à sua volta e, na medida em que se vê incapaz de transformá-lo, irá buscar outro espaço para si, na esperança de que as condições de vida sejam melhores. Sabe de suas limitações e percebe sua dificuldade em superá-las.





Era bruto, sim senhor, nunca havia aprendido, não sabia explicar-se. Estava preso por isso? Como era? Então mete-se um homem na cadeia porque ele não sabe falar direito? Que mal fazia a brutalidade dele? Vivia trabalhando como um escravo. Desentupia o bebedouro, consertava as cercas, curava os animais - aproveitara um casco de fazenda sem valor. Tudo em ordem, podiam ver. Tinha culpa de ser bruto? Quem tinha culpa? (RAMOS, 2011, p. 58).

Lukács coloca, ao falar na obra literária, a representação como meio direto para a percepção da realidade do autor: “Toda a estrutura poética é profundamente determinada, exatamente nos critérios de composição que a inspiram, por um dado modo de conceber o mundo” (LUKÁCS, 1968, p. 82). Aplicando este pressuposto à criação de Ramos (2011), temos em um primeiro plano uma família que, vítima da miséria, tem negado não apenas o patrimônio material como também o lingüístico e o intelectual. Mesmo o fluxo pensamento é interrompido pela pobreza da linguagem, como vemos com Fabiano.

Se não fosse aquilo... Nem sabia. O fio da idéia cresceu, engrossou - e partiu-se. Difícil pensar. Vivia tão agarrado aos bichos... Nunca vira uma escola. Por isso tão agarrado aos bichos... Nunca vira uma escola. Por isso não conseguia defender-se, botar as coisas nos seus lugares. O demônio daquela história entrava-lhe na cabeça e saía. Era para um cristão endoidecer. Se lhe tivessem dado ensino, encontraria meio de entendê-la. Impossível, só sabia lidar com bichos. (RAMOS, 2011, p. 58).

Se tomarmos *Vidas Secas* como um embate do homem com a realidade em uma tentativa de comunicá-la e comunicar-se, talvez o exemplo mais pungente e poético seja o que temos em “O Menino Mais Velho”. Seu espírito inquieto tenta incansavelmente compreender sua condição no mundo e codificá-lo através da linguagem e do pensamento. Vemos, neste processo, uma fragilidade e inocência tais que permitem com que o infante veja equilíbrio no que é desigual e unidade no que é fragmentado em seu cotidiano.

Todos os lugares conhecidos eram bons: o chiqueiro das cabras, o curral, o barreiro, o pátio, o bebedouro - mundo onde existiam seres reais, a família do vaqueiro e os bichos da fazenda. Além havia uma serra distante e azulada, um monte que a cachorra visitava caçando preás, veredas quase imperceptíveis na catinga, moitas e capões de mato, impenetráveis bancos de macambira - e aí fervilhava uma população de pedras vivas e plantas que procediam como gente. Esses mundos viviam em paz, às vezes desapareciam as fronteiras, habitantes dos dois lados entendiam-se perfeitamente e auxiliavam-se. Existiam sem dúvida em toda a parte forças maléficas, mas essas forças eram sempre vencidas (RAMOS, 2011, p. 58).

Vemos, neste trecho, uma quase transposição do que Piaget (1997) caracterizou como o quarto estágio da infância, o da inteligência intuitiva, momento em que a preponderância dos pensamentos e





sentimentos interindividuais determinaria a chamada fase egocêntrica. É o pensamento mágico que auxilia, em vários momentos, a busca pela unidade e pela compreensão do Menino Mais Velho. A criança atribui ao pai um poder quase sobrenatural sobre a realidade: “[...] quando Fabiano amansava brabo, evidentemente uma entidade protetora segurava-o na sela, indicava-lhe os caminhos menos perigosos, livrava-o dos espinhos e dos galhos” (RAMOS, 2011, p. 58). Para o Menino Mais Velho o desconhecido espaço que vai além dos limites da fazenda em que habita é espaço do fabuloso, uma região onde as pedras vivem e as plantas agem como os homens. Podemos notar que, até certo ponto, o menino pressente as agruras da vida adulta, na medida em que, em seu processo de ressignificação infantil, um dos valores que aparece além do cotidiano em que habita, no espaço idealizado da “serra azulada”, é o da **solidariedade**: “Esses mundos viviam em paz, às vezes desapareciam as fronteiras, habitantes dos dois lados entendiam-se perfeitamente e auxiliavam-se” (RAMOS, 2011, p. 58).

4 Estrelas na Terra

Para Lukács, a maneira seria a tentativa do autor de “adaptar-se à peculiaridade do objeto ao qual deve dar forma”, renovando-se em face de tal peculiaridade um “determinado modo de considerar a realidade” (LUKÁCS, 1965, p. 171). O objeto que Ramos transpõe para a prosa literária em *Vidas Secas* é a realidade em que vive o habitante da caatinga, que ultrapassa a pobreza da materialidade, estendendo-se à carência afetiva e intelectual. Seu desafio é o de fugir do mero resgate jornalístico, histórico ou sociológico, extraindo poesia do deserto existencial ao qual são jogadas suas personagens.

O resultado é um lirismo acre, uma tensão que potencializa os contornos dramáticos da violência cotidiana. A delicadeza também se apresenta aos meninos de *Vidas Secas*, quando seu imaginário, ainda que aviltado pelo empobrecimento da linguagem, consegue extrair alguma poesia do mundo que os cerca. Assim, o Menino Mais Velho consegue divisar estrelas que se confundem à terra, quando contempla os horizontes de sua “serra azulada”. Para ele, nestes momentos, tudo aquilo que conhece é “bom”, e o desconhecido, uma promessa de um mundo de solidariedade. Nenhuma palavra que lhe soe tão bela quanto “inferno” pode representar perigo ou maldade.

Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. Puseram-se a discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. Não tinham sido feitas por gente. E os indivíduos que mexiam nelas cometiam imprudência. Vistas de longe eram bonitas. Admirados e medrosos, falavam baixo para não desencadear as forças estranhas que elas porventura encerrassem (RAMOS, 2011, p. 82).

Contraditoriamente ao que teríamos em uma tragédia que obedecesse os modelos aristotélicos, em *Vidas Secas* não há um fato maior que debele a derrocada dos protagonistas. O autor reconfigura a noção de trágico, na medida em que cada fato cotidiano tem uma parcela de drama a acrescentar ao conjunto da obra e ressignifica o conceito de drama, em uma construção em que é a fraca condição de ação das personagens que fortalece sua desdita.





Eis-nos agora em face de um problema: o que é que se pode chamar de acidental na representação artística? Sem elementos acidentais, tudo é abstrato e morto. Nenhum escritor pode representar algo vivo se evita completamente os elementos acidentais; mas, por outro lado, precisa superar na representação a casualidade nua e crua, elevando-a ao plano da necessidade (LUKÁCS, 1965, p. 50).

O estilo de Ramos desafia, em certa medida, a afirmação de Lukács que vimos acima, na medida em que a “casualidade nua e crua” parece imperar em sua obra. Dizemos “parece”, e aí talvez resida a maior riqueza de *Vidas Secas*: o que Lukács chama de “casualidade nua e crua”, em Ramos, não é superado, em uma elevação do fato ao plano da “necessidade”, mas supervalorizado, em um rebaixamento da sociedade que representa, por cada fato, ao plano da inevitabilidade. Em *Vidas Secas* o autor vai paulatinamente construindo uma particular prosa que parodia a épica clássica. Não há heróis nobres e elevados ou anti-heróis reduzidos ao grotesco, mas, a um só tempo, personagens que são sujeitos e sujeitados, nem elevados nem reduzidos, melhor dizendo, condenados à tragédia da condição humana.

A extensão da descrição, sua passagem a método dominante da composição épica, é fenômeno que ocorre num período em que se perde, por motivos sociais, a sensibilidade para os momentos essenciais da estrutura épica. A descrição é um sucedâneo literário destinado a encobrir a carência de significação épica (LUKÁCS, 1965, p. 66).

São motivos sociais que permitem uma diversa forma de sensibilidade para os momentos essenciais da obra de Ramos. É a desigualdade social brasileira que se mantém, até os dias de hoje, a antagonista eleita pelo autor. Temos em *Vidas Secas* (2011) uma descrição que se descortina em uma retórica enxuta, construída pela exiguidade de adjetivos, imitando a aridez da caatinga que Ramos busca caracterizar. Temos, portanto, uma descrição que se destina, ao contrário do que caracteriza Lukács, a atingir da forma mais potente possível o conteúdo ao qual dá forma. Antes de encobrir uma carência de significação épica, a descrição de Ramos beira a brutalidade que imita: desnuda o excesso trágico da vida do sertanejo.

O autor é magistral na composição de um sertão que é deserto não apenas de água e demais recursos materiais, como também de linguagem e instrumentalização para a compreensão da condição humana, igualmente fundamentais para a dignidade. Os homens, mulheres, crianças e animais de *Vidas Secas* são áridos de vida, de perspectivas, de possibilidades de individuação e veem, não raro, fenecerem suas esperanças, tal como uma planta que não vinga frente ao sol abrasador que principia e encerra o livro. Há, porém, em cada personagem caracterizada por Ramos um desejo de mudança de realidade, de transição, igualmente representado pela migração do sertanejo, que vemos no início e no fim de *Vidas Secas*.

Para as crianças de *Vidas Secas*, um mundo de homens capazes de representar a realidade pela palavra é algo difícil de conceber; tanto quanto para o leitor não é fácil compreender, muitas vezes, a sobrevivência da inocência e da esperança nestes meninos, dentro da realidade em que vivem. Na mimese de Ramos sentimentos como dor e esperança, sofrimento e inocência se interpenetram, tal





como o céu e a terra se confundem, permitindo a eles um horizonte onde estrelas podem parecer tão próximas da terra onde vivem.

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

BENJAMIN, Walter. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana. In: _____. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Antropos, 1992. p. 177-196.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. Cinquenta anos de Vidas Secas. In: _____. **Ficção e Confissão**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. 2012. p. 143-151

LUKÁCS, Georg. **Ensaio de literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Trad. Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 115. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.





METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS EM *O OUTRO PÉ DA SEREIA* DE MIA COUTO

Cibele Hechel Colares da Costa*

Resumo: O presente artigo visa apresentar uma breve reflexão acerca do modo como a crítica pós-colonial contribuiu para os estudos literários, porém o foco do artigo será na análise do romance *O outro pé da sereia* (2006), de Mia Couto. Este romance que traz em sua temática alguns traços do pós-colonialismo, é construído pelo autor com duas histórias com tempos bastante distintos (uma é narrada em 2002 e a outra em 1560), mas ambas estão ligadas por aspectos que serão explorados neste artigo. As bases teóricas utilizadas para a construção da análise serão, principalmente, Linda Hutcheon (1991), Stuart Hall (2003), Homi Bhabha (1998) e Edward Said (2012), visto que será pensado o romance com suas características de uma metaficção historiográfica e como o pós-colonial e alguns outros conceitos, como raça, etnia e identidade também se ligam ao romance em questão.

Palavras-chave: *O outro pé da sereia*; Mia Couto; Metaficção Historiográfica; Pós-Colonialismo.

Abstract: This article presents a brief reflection on how postcolonial criticism contributed to literary studies. But the focus of the article is the analysis of the novel *O outro pé da sereia* (2006), Mia Couto. This novel back in your subject some traces of post-colonialism, is constructed by the author with two stories with very different times (one is narrated in 2002 and another in 1560), but both are connected by aspects that will be explored in this article. The theoretical framework used for the construction of the analysis will be mainly Linda Hutcheon (1991), Stuart Hall (2003), Homi Bhabha (1998) and Edward Said (2012), since it will be designed with the novel characteristics of historiographical metafiction and how postcolonial and some other concepts, such as race, ethnicity and identity also bind to the novel in question.

Keywords: *O outro pé da sereia*; Mia Couto; historiographic metafiction; post-colonialism.

*A viagem não começa quando se percorrem distâncias,
mas quando se atravessam as nossas fronteiras interiores.
(Mia Couto, O Outro pé da sereia)*

* Doutoranda e Mestre em Letras, Especialista em EJA na Diversidade e em RS: sociedade, política e cultura, Graduada em Letras (Português) pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

E-mail: cibele_colares@yahoo.com.br

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3886223641608784>





1 Contribuições da Crítica Pós-Colonial aos Estudos da Literatura

Ao iniciar esta reflexão, acerca do modo como a crítica pós-colonial vem contribuindo aos estudos literários, Bhabha (1998) reflete sobre o estudo da literatura mundial afirmando que:

O estudo da literatura mundial poderia ser o estudo do modo pelo qual as culturas se reconhecem através de suas projeções de “alteridade”. Talvez possamos agora sugerir que histórias transnacionais de migrantes, colonizados ou refugiados políticos – essas condições de fronteira e divisa – possam ser o terreno da literatura mundial, em lugar da transmissão de tradições nacionais, antes o tema central da literatura mundial. (BHABHA, 1998, p. 33)

Dessa forma tem-se uma problematização do cânone literário mundial, o qual foi estabelecido em uma longa tradição de estudos literários. Pode-se pensar nessa problematização como uma das contribuições mais significativas dos estudos pós-coloniais, visto que ela mexe com as estruturas vigentes e questiona algumas permanências no cânone mundial, que atualmente podem ser contestadas, diante do grande número de obras literárias publicadas contendo vozes que até então eram impensadas para protagonizarem obras ficcionais canônicas.

Algumas das obras literárias, que podem ser pensadas nessa perspectiva de Bhabha (1998), seriam aquelas em que as personagens representem de certa forma, os “excluídos” de países, como: África, Moçambique, Timor Leste e outras regiões. Porém em obras da literatura mundial é difícil (se não raro) encontrar as vozes dessas personagens, visto que, as obras do cânone já posto, preocupam-se, em geral, com as elites mundiais. Essa afirmativa remete a mais uma importante contribuição dos estudos pós-coloniais que é trazer à literatura a possibilidade de preencher lacunas que talvez tenham sido deixadas pela historiografia vigente, uma vez que a mesma tem um foco nas regiões mais elitizadas, enquanto que outras localidades com importantes questões culturais e sociais a ser pensadas ficam à margem da literatura mundial.

A este respeito Said (2011) também se posiciona, mostrando que os escritores tidos como *pós-imperiais do Terceiro Mundo* possuem marcas de um passado apresentando um olhar diferente com relação ao do seu colonizador:

Os escritores pós-imperiais do Terceiro Mundo, portanto, trazem dentro de si o passado – como cicatrizes de feridas humilhantes, como uma instigação a práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado que tendem para um futuro pós-colonial, como experiências urgentemente reinterpretáveis e revivíveis, em que o nativo outrora silencioso, fala e age em território tomado do colonizador, como parte de um movimento geral de resistência. (SAID, 2011, p. 332)

Tal afirmação pode-se unir a apresentada por Bhabha (1998), a fim de corroborar que os “excluídos” têm um importante papel na literatura, que é o de mostrar um lado ainda pouco explorado, mas que vem sendo, a partir dos estudos comparados, trazido à luz.





Outra contribuição, através desses estudos, é a possibilidade de alargamento das perspectivas teóricas na área de literatura, pois teóricos como Said, Bhabha, Hall e outros, os quais pertencem a áreas não diretamente ligadas a literatura são, dentro dos estudos pós-coloniais, levados em consideração e amplamente explorados, devido às suas capacidades de perceberem a importância dos estudos culturais. Encerra-se, essa breve discussão introdutória, com uma citação de Said (2011), essencial para se compreender a importância dos estudos nessa área:

Mas a história de todas as culturas é a história dos empréstimos culturais. As culturas não são impermeáveis; assim como a ciência ocidental faz empréstimos dos árabes, estes haviam tomado emprestado da Índia e da Grécia. A cultura nunca é uma questão de propriedade, de emprestar e tomar emprestado com credores absolutos, mas de apropriações, experiências comuns e interdependências de todo tipo entre culturas diferentes. Trata-se de uma norma universal. (SAID, 2011, p. 339)

Estes *empréstimos culturais* são muito ricos tanto para os textos ficcionais, quanto para os textos teóricos, visto que imprimem a riqueza que a permeabilidade cultural é capaz de desenvolver em todas as culturas, mostrando que dificilmente irá existir, conforme Hall (2003, p. 108) expõe, *um conjunto puro de origens não-contaminadas*. No caso do romance *O outro pé da sereia*, do escritor moçambicano Mia Couto, existe muitos *empréstimos culturais*, inclusive alguns deles serão discutidos neste estudo, para tal discussão serão utilizados como base teórica textos dos autores citados nessa breve introdução sobre os estudos pós-coloniais, tais como Hall, Said e Bhabha e, ainda, a teórica canadense Linda Hutcheon, uma vez que, o romance apresenta fortes características de uma metaficção historiográfica.

2 As Travessias: Cultural, Tecnológica e Racial

A construção narrativa de *O outro pé da sereia*, de Mia Couto se dá através de duas histórias paralelas, porém que acontecem em tempos diferentes. A primeira, destas histórias, acontece em Moçambique - 2002 e mostra como o casal, Mwadia Malunga e Zero Madzero, encontra uma imagem de Nossa Senhora, abandonada nos arredores de *Antigamente* (aldeia em que eles vivem). Mwadia é, portanto, encarregada de ir a *Vila Longe*, local onde vive a sua família e onde ela nasceu, para dar um destino à imagem da santa. Neste retorno à sua terra natal, inúmeras personagens emergem, bem como seus diferentes dramas pessoais e histórias de vida.

A segunda história, que compõe a narrativa, acontece em 1560, mas em espaços diferentes, pois se trata de uma viagem de navio; e esta pode ser vista como uma ficção histórica, uma vez que apresenta personagens que existiram de fato. Esta segunda história, em capítulos alternados com a primeira, narra como a imagem de Nossa Senhora chegou a Moçambique, sendo que ela foi levada pelo jesuíta D. Gonçalo da Silveira em uma nau portuguesa, no ano de 1560. A imagem, abençoada pelo Papa, deveria chegar às mãos do imperador, do mítico reino de Monomotapa, com a intenção de catequizar aquela região.

As duas narrativas se entrelaçam por diversos intertextos, sendo um dos principais a Santa (Kianda ou Nossa Senhora) que em cada uma das culturas se configura de uma determinada forma. A





utilização desses intertextos é uma característica dos romances intitolados, pela teórica Linda Hutcheon (1991), como metaficções historiográficas, conforme ela mesma expõe, o papel desse tipo de romance é “problematizar quase tudo o que o romance histórico antes tomava como certo, a metaficção historiográfica desestabiliza as noções admitidas de história e ficção” (1991, p. 159). Nesse sentido o romancista Mia Couto faz uso de alguns dos recursos da metaficção historiográfica, à medida que ele problematiza a história de Moçambique, em especial, a partir de um olhar para o passado de forma crítica e questionadora. Ele também utiliza o recurso da paródia, em diversos momentos da obra, sendo este um recurso, também apontado por Hutcheon, como característica dos romances pós-modernos.

2.1 A travessia cultural

O cenário principal do romance de Mia Couto é o país de Moçambique, no ano de 2002, tal país foi, durante longos anos, colônia de Portugal, apenas em 1975 o mesmo tornou-se independente, fato que o coloca na situação de uma ex-colônia e, ainda, bastante recente. Com isso muitos são os reflexos de país colonizado que o autor moçambicano expõe na obra, para essa discussão é importante introduzir Stuart Hall (2003), uma vez que, ele faz importantes reflexões sobre as mudanças sofridas por países que eram colônias e que passaram, após sua independência, a serem pós-coloniais, como é o caso de Moçambique.

Hall (2003), no texto *Quando foi o pós-colonial? Pensando nos limites*, levanta uma série de questionamentos, a fim de explorar os pontos de interrogação que se aglomeraram em torno da questão “pós-colonial” e da ideia de uma era pós-colonial. Dessa forma ele não aponta um conceito correto a se seguir, mas levanta possibilidades de reflexão sobre o assunto. Assim ele busca identificar a que se refere esse termo, levando em consideração que o mesmo se trata de um conceito que se refere a um alto nível de abstração (p. 108):

O termo se refere ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadoras e as colonizadas (de formas distintas, é claro). Daí a subversão do antigo binarismo colonizador/colonizado na nova conjuntura. De fato, uma das principais contribuições do termo “pós-colonial” tem sido dirigir nossa atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais. Sempre esteve profundamente inscrita nelas – da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrita nas culturas dos colonizados. Os efeitos negativos desse processo forneceram os fundamentos da mobilização política anticolonial e resultaram no esforço de retornar a um conjunto alternativo de origens culturais não contaminadas pela experiência colonial. (HALL, 2003, p. 108)

Com isso, Hall (2003) afirma que a expressão pós-colonial vai se referir justamente ao processo da descolonização e que este deixa marcas profundas na cultura e, ainda, “no que diz respeito ao retorno absoluto a um conjunto puro de origens não-contaminadas os efeitos culturais e históricos a longo prazo do “transculturalismo” que caracterizou a experiência colonizadora demonstraram ser





irreversíveis.” (HALL, 2003, p. 108), ou seja, é extremamente difícil que haja um retorno às raízes e uma pureza total, depois que determinada cultura sofre influências de outras culturas. Nesse sentido o teórico vai referir-se a uma “dupla inscrição”, a qual:

rompe com as demarcações claras que separam o dentro/fora do sistema colonial, sobre as quais as histórias do imperialismo floresceram por tanto tempo - que o conceito de “pós-colonial” traz à tona. Consequentemente, o termo “pós-colonial” não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural - e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de um “então” e “agora”, de um “em casa” e “no estrangeiro”. “Global” neste sentido não significa universal, nem tampouco é algo específico a alguma nação ou sociedade. Trata-se de como as relações transversais e laterais que Gilroy denomina “diaspóricas” (Gilroy, 1993) complementam e ao mesmo tempo des-locam as nações de centro e periferia, e de como o global e o local reorganizam e moldam um ao outro. (HALL, 2003, p. 109)

Visto estas questões teóricas através de Hall, pode-se perceber que um amplo choque de culturas se dá dentro do romance de Mia Couto, tal fato pode ser considerado como reflexo de um país que era colônia e, assim, recebia influências de Portugal (país do qual ele foi colônia até 1975). A Santa pode ser considerada como um símbolo dessa mescla de culturas, dentro do romance, visto que ela é reverenciada pelos moçambicanos, indianos e portugueses de diferentes formas, cada um levando em consideração a crença de seu povo. Logo no capítulo inicial, tem-se acesso ao primeiro contato de Mwadia e Madzero com a Santa:

Mwadia procurava as roupas que o rio arrastava quando soltou um grito. O pastor acorreu, esbaforido. Seus olhos se petrificaram. Entre os verdes sombrios, figurava a estátua de uma mulher branca. Era uma Nossa Senhora, mãos postas em centenária prece. As cores sobre a madeira tinham-se lavado, a madeira surgia, aqui e ali, espontânea e nua. O mais estranho, porém, é que a Santa tinha apenas um pé. O outro havia sido decepado.

— Já viu, Mwadia? Esta é a Virgem coxa! (COUTO, 2006, p. 38)

Nesse trecho o casal encontra a estátua da Santa em meio a lama e logo se espantam com o fato de ela estar com uma perna amputada; pela descrição deles é possível notar que se referem a ela como uma “Virgem”, ou seja, como a Nossa Senhora. No capítulo dois a Santa também é vista como Nossa Senhora, mas desta vez pelos integrantes da coroa portuguesa da nau que a levava para Monomotapa:

A estátua de Nossa Senhora, benzida pelo Papa, é o símbolo maior desta peregrinação. Silveira jurou que a imagem sagrada só repousaria em terras da





Mãe do Ouro, na corte de Monomotapa. Mas a Santa quase ficava em Goa, aprisionada nas lamacentas margens do rio Mandovi. No carregamento do barco, junto à Igreja de Nossa Senhora de Penha de França, a estátua escorregou dos braços do padre Manuel Antunes e tombou no lodo. (COUTO, 2006, p. 51)

Nesta mesma nau estão alguns escravos, sendo um deles o escravo, Nimi Nsundi, quando a Santa cai é ele quem se joga na lama para resgatar a imagem dela, mas este avisa D. Gonçalo (um dos portugueses que está a bordo) que ela não escorregou, mas que *desceu por vontade dela*. E continua afirmando *essa Senhora, eu já conheço, na minha terra chamam de kianda* (COUTO, 2006, p. 52). Kianda é, na cultura de Nsundi, a deusa das águas e seu nome significa “sereia” em quimbundo, por isso em seguida ele também tenta jogá-la no mar, mas é impedido por padre Antunes, que fica atormentado com as revelações do escravo que diz que a Santa não é Nossa Senhora, mas na verdade é Kianda, inclusive o padre chega a ter sonhos em que ela aparece para ele como um ser humano e sob o nome de Kianda.

Dessa forma, é possível pensar na Santa como um intertexto cultural dentro desse romance, pois ela percorre diferentes culturas e, em cada uma, ela tem um nome diferente e, também, desperta um tipo de devoção diferente. Este intertexto cultural pode também ser visto como um tipo de intertexto histórico, o qual é uma característica da metaficção historiográfica, destacado por Hutcheon:

a metaficção historiográfica é especificamente duplicada em sua inserção de intertextos históricos e literários. Suas recordações gerais e específicas das formas e dos conteúdos da redação da história atuam no sentido de familiarizar o que não é familiar por meio de estruturas narrativas (muito familiares – conforme afirmou Hayden White – 1978a, 49-50), mas sua auto-reflexividade metaficcional atua no sentido de tornar problemática qualquer dessas familiarizações. A ligação ontológica entre o passado histórico e a literatura não é eliminada (cf Thiher 1984, 190), mas sim enfatizada. O passado realmente existiu, mas hoje só podemos “conhecer” esse passado por meio de textos, e aí se situa seu vínculo com o literário. (HUTCHEON, 1991, p. 168)

Assim a Santa é uma das responsáveis, em certa medida, pela travessia cultural dentro da narrativa, uma vez que, ela percorreu, ao menos de 1560 a 2002, longas distâncias e passou por inúmeras culturas e suas respectivas histórias. Retomando Said (2011), pode-se pensar na questão dos empréstimos culturais, pois todas as culturas sofrem influências umas das outras, assim, a Santa não pertencia apenas a uma ou outra cultura, ela pertencia a todas, mas cada uma a enxergava de acordo com as suas crenças e seu passado histórico.

2.2 A travessia tecnológica

A globalização aparece no romance de Mia Couto representada pelo curandeiro Lázaro Vivo, visto que o papel que ele tem é o de um homem sábio e de alguém que detém a cura e a sabedoria às





mais diversas questões da humanidade. Foi por este motivo que o casal Mwadia e Zero Madzero o procuram para saber que destino dar a uma “estrela” que eles descobriram que havia caído no local onde moravam (Antigamente).

Porém o curandeiro se mostra bastante diferente, se comparado aos curandeiros mais tradicionais, que estão no imaginário geral dos povos, este estava tentando se conectar ao mundo moderno, pois temia que sendo um curandeiro tradicional o seu negócio estaria prejudicado, com os avanços tecnológicos do mundo globalizado, visto que ele se preocupava ainda com os lucros financeiros que obtinha através das suas adivinhações. Dessa forma, na narrativa, tem-se uma das primeiras impressões de Lázaro Vivo:

Lázaro dobrou o tronco para ir ao fundo do bolso e retirar algo que a Zero pareceu um pequeno rádio de pilhas.

– Um telemóvel, meus amigos.

Zero e Mwadia permaneceram impassíveis enquanto o outro agitava o minúsculo telefone como uma bandeira vitoriosa.

– Eu já estou no futuro. Quando chegar aqui a rede, já posso ser contactado para serviços internacionais. Entendem, meus amigos? (COUTO, 2006, p. 23-24)

Assim tem-se uma figura avessa àquela que se espera de um curandeiro, visto que além de focar suas preocupações maiores nos lucros que pode vir a obter, não se veste e nem age como os curandeiros, pode-se dizer, mais tradicionais. Segundo o próprio personagem, esse seu comportamento é efeito do mundo globalizado, por isso se faz importante refletir sobre este fato através do texto *A questão multicultural*, de Hall (2003):

A globalização tem causado extensos efeitos *diferenciadores* no interior das sociedades ou entre as mesmas. Sob essa perspectiva, a globalização *não é* um processo natural e inevitável, cujos imperativos, como o Destino, só podem ser obedecidos e jamais submetidos à resistência ou variação. Ao contrário, é um processo homogeneizante, nos próprios termos de Gramsci. É “estruturado em dominância”, mas não pode controlar ou saturar tudo dentro de sua órbita. De fato, entre seus efeitos inesperados estão as formações subalternas e as tendências emergentes que escapam a seu controle, mas que ela tenta “homogeneizar” ou atrelar a seus propósitos mais amplos. É um sistema de *com-formação da diferença*, em vez de um sinônimo conveniente de obliteração da diferença. Este argumento torna-se crucial se considerarmos como e onde as resistências e contra-estratégias podem se desenvolver com sucesso. (HALL, 2003, p. 59)

Assim, através desse *processo homogeneizante* que é a globalização, o romancista moçambicano enriquece a sua narrativa e mostra como até mesmo uma figura tão tradicional quanto um curandeiro está tentando se inserir e, também, misturar os seus conhecimentos com a tecnologia, que é um dos fatores que vem avançando com muita força quando se trata de globalizar.





Para corroborar esta preocupação com a globalização, ainda há um episódio, na narrativa, bastante significativo que é quando o, até então casal de americanos, Benjamim Southman e Rosie Southman, vão à Moçambique em busca de suas raízes africanas, e visitam o curandeiro e, no momento desta visita, Casuarino (o responsável pela recepção do casal de americanos) pede que Lázaro Vivo fique primitivo novamente:

Na véspera da consulta, Casuarino mandou Singério à frente para instruir o curandeiro sobre a necessidade de manter a aparência primitiva. A comitiva de Vila Longe levava o norte-americano a uma excursão pela África mais profunda. A palavra de ordem era: *Tudo selvagem, nada de modernices*. E as instruções do empresário desciam ao detalhe:

– O telemóvel, por exemplo, ele que o esconda. Rádio a pilhas, a mesma coisa. Quero tudo arcaico, tudo bem rústico.

Quando a delegação chegou e deparou com o advinho sentado por baixo do embondeiro, Casuarino ficou mais cheio do que as medidas: o nyanga trajava a rigor, tronco nu, um bastão de madeira repousado nos braços, uma cabaça amarrada à cintura. Em redor do pescoço, um desses antigos colares de missangas – um “chimpote”, assim se chamava o adorno – rematava o exótico quadro. (COUTO, 2006, p. 270)

Assim a chegada e toda a estada dos americanos em Vila Longe revela um tom de comicidade na narrativa, uma vez que, Mia Couto aborda com muita ironia a ansiedade do povo em criar uma África tal como o estrangeiro esperava que ela fosse, destaque para uma busca da África mítica, que acaba por ignorar a realidade da Moçambique contemporânea, gerada por uma grande miscigenação e com grandes características de um país pós-colonial. Importante destacar que os moradores locais faziam isto com o intuito de tirar proveito financeiro dos estrangeiros, mas ao final com o desaparecimento do americano fica-se sabendo que na verdade ele foi quem enganou os africanos.

Pensando nas características apontadas por Hutcheon (1991) sobre a metaficção historiográfica, encontra-se presente mais uma delas nessa narrativa que é a paródia, para a teórica ela *não é a destruição do passado; na verdade, parodiar é sacralizar o passado e questioná-lo ao mesmo tempo* (p. 165), e é justamente isso que o romancista busca em sua narrativa. Com essa ironia para sacralizar um passado mítico da África que se confronta com um presente preocupado sem estar tecnologicamente ligado ao mundo globalizado, a narrativa faz a sua travessia tecnologia, buscando através dela mostrar outra África, uma que ainda está em construção e busca a sua identidade.

2.3 A travessia racial

A última travessia, pela qual Mia Couto conduz seu leitor, é a racial, pois muitas são as referências a questões que envolvem raça e etnia, feitas pelo romancista, tanto na narrativa que se passa em 2002, quanto na que se passa em 1560. Para discutir tal conceito é essencial introduzir o teórico Stuart Hall (2003), visto que ele busca comparar raça e etnia, assim fazendo relevantes reflexões sobre ambas:





Conceitualmente, a categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria (Hall, 1994). Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. (HALL, 2003, p. 69)

Já a “etnicidade” gera um discurso em que a diferença se funda sob características *culturais e religiosas*. Nesses termos, ela frequentemente se contrapõe a “raça”. Porém, essa oposição binária pode ser delineada de forma muito simplista. Esses significantes têm sido utilizados também, por extensão discursiva, para conotar diferenças sociais e culturais. (HALL, 2003, p. 70)

O teórico afirma que em alguns momentos estes conceitos podem ser opostos, a medida que o conceito de raça está mais voltada para os aspectos biológicos, enquanto o de etnia está mais voltado para aspectos culturais. Também, estes significantes são lembrados quando há necessidade de demonstrar, discursivamente, diferenças sociais e/ ou culturais, como acontece no romance de Mia Couto. Um dos exemplos, que se pode observar, é o fato de, dentro da narrativa, algumas personagens relatarem trocar de raça, tais como Jesustino (padrasto de Mwadia) e o padre Antunes (que compõe a nau portuguesa em 1560).

A personagem Jesustino, casado com Constança (mãe de Mwadia), era um goês, ou seja, nascido na Índia, mas buscava sempre uma troca de sua identidade, chegando a dizer que estava cansado de ser goês e queria trocar de identidade e de raça, mas sua enteada conseguiu perceber algumas mudanças, principalmente físicas, no padrasto:

Mwadia fez tenção de se afastar, mas os pés não se chegaram a mover. Uma impressão primeira lhe tinha ficado quando, na noite anterior, enfrentou o olhar do padrasto. Agora, essa sensação se confirmava. Jesustino Rodrigues tinha os olhos claros, deslavados, quase azuis.

– Seus olhos, padrasto ...

– Estou mudando de raça. Estou cansado de ser caneco ...

– Diga a verdade, o senhor está doente?

– Os olhos são o espelho da alma, não é o que dizem? Pois eu já quase não tenho alma. (COUTO, 2006, p. 96)

Ao pensar nas questões de raça e etnia, apresentadas através do pensamento de Hall, e observar as mudanças de Jesustino é possível pensar que ele não sofria apenas transformações de ordem física, mas também culturais e sociais, visto que ele pertencia naquele momento a outro país, ou seja, teve contato com outra cultura e assim foi, de certa forma, contaminado por ela. Talvez a partir dessa





mudança, tenho surgido a sua vontade de se transformar, buscando uma identificação com o lugar no qual ele passou a morar.

Outra personagem, também ligada a Mwadia, e que parece passar por uma mudança de raça, é o pai dela (o soldado Edmundo que lutará a favor da colônia enquanto vivo) que morre e, ainda criança, ela vai ao velório e nesse momento, ao ver seu pai, ela pensa que ele está mudando de cor:

Mwadia nunca tinha visto um cadáver. Sentou-se e ficou a contemplar o rosto do falecido. O seu espanto detinha-se em tudo: unhas, cabelos, as proeminências dos ossos, tudo isso de que, afinal, são feitos os mortos. Só depois notou. O pai desbotara, estava quase branco. E se admirou: afinal, morto transita de raça?

– Mamã: o pai já não é preto?

Dona Constança nem se dignou responder. Instalou-se na cadeira em frente e puxou a filha pelo braço, em silenciosa mas vigorosa reprimenda. (COUTO, 2006, p. 100-101)

Assim, ambas as personagens, Jesustino e Edmundo, são caracterizadas por possíveis mudanças de raça, visto que Mwadia quem, de certo modo, presenciou as duas transformações, conseguiu visualizar as mudanças, principalmente na pele destas personagens. Porém, provavelmente, esta mudança não se resume apenas a cor da pele, mas se estenda a identidade das referidas personagens, visto que Jesustino dizia estar cansado de ser quem era e Edmundo por ter lutado a favor dos portugueses durante tantos anos pode ter acabada adquirindo características deles.

Também acerca de uma possível mudança de raça e/ou etnia, a narrativa que se passa em 1560, tem algumas manifestações nesse sentido, principalmente com as personagens Nsundi e Padre Antunes que passam por conflitos a bordo da nau portuguesa. Primeiramente o escravo Nsundi escreve uma carta para Dia Kumari lhe contando que sua devoção é para Kianda (sereia, em quimbundo) e que os portugueses não eram capazes de sentir a alma dos negros, por isso queriam torná-los brancos:

Não, minha amiga Dia, eu não traí as minhas crenças. Nem, como vocês diz, virei às costas à minha religião. A verdade é esta: os meus deuses não me pedem nenhuma religião. Pedem que eu esteja com eles. E depois de morrer que seja um deles. Os portugueses dizem que não temos alma. Temos, eles é que não veem. O coração dos portugueses está cego. A nossa luz, a luz dos negros, é, para eles, um lugar escuro. Por isso, eles têm medo. Têm medo que a nossa alma seja um vento, e que espalhem cores da terra e cheiros do pecado. É essa a razão por que D. Gonçalo da Silveira quer embranquear a minha alma. Não é a nossa raça que os atrapalha: é a cor da nossa alma que eles não conseguem enxergar. (COUTO, 2006, p. 113)

Com isso Nsundi expõe a sua amiga, Dia Kumari, a vontade que os portugueses tinham de transmitir aos outros povos (como os moçambicanos e indianos) sua cultura. Por outro lado tem-se o momento em que o Padre Antunes, que vive em crise com a batina, relata a D. Gonçalo que está *transitando de raça*, e que gosta de ideia de ficar negro:





Até dia 4 de Janeiro, data do embarque em Goa, ele era branco, filho e neto de portugueses. No dia 5 de Janeiro, começara a ficar negro. Depois de apagar um pequeno incêndio no seu camarote, contemplou as suas mãos obscurecendo. Mas agora era a pele inteira que lhe escurecia, os seus cabelos se encrespavam. Não lhe restava dúvida: ele se convertia num negro.

– Estou transitando de raça, D. Gonçalo. E o pior é que estou gostando mais dessa travessia do que de toda a restante viagem. (COUTO, 2006, p. 164)

Neste caso, do padre, é possível ir além das questões raciais e étnicas, sendo possível pensar em um processo de cafreização, sobre este termo o *Dicionário Terminológico de Crítica Literária Pós-Colonial*, da Universidade de Aveiro, revela que:

No século XIX, o termo descreve a desvinculação dos Portugueses em relação à sua portugalidade e à noção de cultura civilizacionalmente superior. Os portugueses, menos dados ao estigma da miscigenação que outros colonizadores, constituíram famílias africanas, adotando os modos de vida e as línguas das suas novas comunidades. Mas a mudança de mentalidade em relação ao que definia globalmente um império levou a que cafre passasse a descrever o negro nas linhas do “selvagem” e do “primitivo”. A descrição de um português como cafre tinha, logicamente, intenções injuriosas.

Assim, pode-se observar que o padre Antunes não se importava em ser invadido pela cultura indiana ou africana, mesmo sabendo que ambas eram mal vistas pelos portugueses, e, com isso, ele possuía, por vezes, atitudes contrárias a da grande maioria dos tripulantes (como D. Gonçalo, por exemplo) que, conforme mencionado, queriam impor a sua cultura aos povos por eles escravizados.

Desta forma, a travessia racial do romance se dá na medida em que se tem um grande choque de culturas, raças, etnias e, até mesmo, a possibilidade de um cafre entre os portugueses. Também pensando na questão de este ser um romance com traços de metaficção historiográfica, como já foi afirmando, a constante presença e o grande destaque dado às personagens negras e de etnias pouco valorizadas, nos romances clássicos, representam mais uma característica deste tipo de narrativa; Hutcheon chama estas personagens de “ex-cêntricos”:

margens e as extremidades adquirem um novo valor. O “ex-cêntrico” – tanto como *off-centro* quanto como descentralizado – passa a receber atenção. Aquilo que é “diferente” é valorizado em oposição à “não-identidade” elitista e alienada e também ao impulso uniformizador da cultura de massa. (HUTCHEON, 1991, p. 170)

A maioria das personagens do romance são estes “ex-cêntricos”, talvez em outras narrativas, com características mais tradicionais, não haveria espaço para estas personagens (ou ao menos não um espaço tão amplo, quanto o que Mia Couto, nesta narrativa, lhes atribui), visto que a narrativa, com traços de pós-modernidade, prioriza estas vozes pouco lembradas em outras obras. Pensando isto a partir das





histórias da literatura mais tradicionais, inclusive pode-se considerar que este romancista fica entre aqueles que estão, em certa medida, reescrevendo a história da literatura mundial, pois priorizam os “ex-cêntricos” e não uma elite.

3 Considerações Finais

As travessias, descritas no presente estudo, estão representadas em todos os momentos do romance, principalmente através da personagem protagonista Mwadia (que em sinhugwé significa canoa), pois é através dela que passado e presente se unem para dar ao leitor a história que se tem acesso, a união de dois tempos (1560 e 2002). Estes tempos são, também, unidos por intertextos culturais e históricos, principalmente pela Santa que em cada cultura é reverenciada de uma maneira diferente, de acordo com as crenças de cada povo e em cada tempo.

A presença muito marcada de personagens femininas merece destaque, inclusive a protagonista do romance é uma mulher (Mwadia), assim estas personagens também podem entrar na definição de Hutcheon (1991) quanto as personagens “ex-cêntricas”, visto que as personagens do sexo feminino, ao se observar a história da literatura mundial, tem, visivelmente, pouco destaque nos romances clássicos.

Desta forma, o romance *O outro pé da sereia*, do moçambicano Mia Couto, colabora para a ampliação e o desenvolvimento dos estudos pós-coloniais podendo ser incluído entre as obras literárias pensadas por Bhabha (1998) como aquelas em que as personagens representassem a voz dos “excluídos” de países colonizados, as quais possuíam posições, em geral, marginalizadas nas narrativas clássicas por muitos anos, mas que em obras com temáticas pós-coloniais ganham amplo destaque.

A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os “limites” epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes – mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas. Isto porque a demografia do novo internacionalismo é a história da migração pós-colonial, as narrativas da diáspora cultural e política, os grandes deslocamentos sociais de comunidades camponesas e aborígenes, as poéticas do exílio, a prosa austera dos refugiados políticos e econômicos. (BHABHA, 1998, p. 24)

Inclusive, conforme mencionado no princípio deste ensaio, talvez a nova história da literatura possa começar a ser construída a partir de narrativas como esta. Para preencher possíveis lacunas de uma literatura que sempre se voltou às elites mundiais e pouco se preocupou, com os “ex-cêntricos”, por exemplo, com as mulheres e os cidadãos de países como Moçambique, o qual é no romance *O outro pé da sereia*, lembrado por Mia Couto, mas existem outros tantos que ainda não foram mostrados ao mundo através da literatura.





Referências

BHABHA, Homi. Introdução: locais da cultura. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

COUTO, Mia. **O outro pé da sereia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 51-100.

HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-Modernismo: história, teoria e ficção**. Rio de Janeiro: Imago. 1991.

SAID, Edward. Resistência e oposição. In: _____. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 245-266.





O CRÍTICO E O ROMANCISTA: DOIS LADOS DE MACHADO DE ASSIS

Dayana Mendes Lopes*

Resumo: No presente artigo, analisamos a importância do trabalho de Machado de Assis como crítico literário. Tal tarefa foi exercida antes da configuração de seus romances, no auge de sua juventude, porém, não podemos negar que a função influenciou a carreira do romancista. Almejou-se, assim, compreender a importância das publicações de cunho crítico na construção da personalidade literária do escritor. Para tanto, analisou-se os textos críticos feitos por Machado de Assis, destacando-se o perfil de crítico e de autor que Machado de Assis considerava ideal. Buscou-se evidenciar como este ofício afetou os romances machadianos a partir de 1880, período áureo de sua ficção.

Palavras chave: Machado de Assis; Crítico literário; Ficção Machadiana; Literatura.

Abstract: In this article, we analyze the importance of Machado de Assis' time as a literary critic. He worked as a critic in the prime of his youth and before writing his novels. However, his job as a critic influenced the novelist's career. This text's aim is to understand the relevance of his job as a critic in the construction of his writing personality.

Keywords: Machado de Assis; Literary Critic; Machado de Assis' Fiction; Literature.

1 Considerações Iniciais

Machado de Assis inicia suas análises críticas em 1858. Já a produção de seus romances ocorre apenas em 1872, ano em que publicou *Ressureição*. Embora o autor tenha produzido diferentes gêneros textuais ao longo dos anos, esta lacuna temporal possibilita um questionamento: a visão desenvolvida por ele quando crítico teria alguma influência na construção de seus romances?

A melhor base para entendermos a relação entre a construção de uma obra literária produtiva e a importância da crítica nesse processo está em "O ideal do crítico". Na publicação de 1865, Machado é categórico: a solução para a melhora na qualidade das obras nacionais publicadas está na crítica. Nas palavras do autor, temos:

Não quero proferir juízo, que seria temerário, mas qualquer um pode notar com que largos intervalos aparecem as boas obras, e como são raras as publicações seladas por um talento verdadeiro. Quereis mudar esta situação aflitiva? Estabelecei a crítica, mas a crítica fecunda, e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade; estabelecei a crítica pensadora, sincera, perseverante,

* Mestranda em Literatura Brasileira e Graduada em Letras (Português) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: dayanamlopes@gmail.com

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2127009128096759>





elevada, – será esse o meio de reerguer os ânimos, promover os estímulos, guiar os estreatantes, corrigir os talentos feitos; condenai o ódio, a camaradagem e a indiferença, – essas três chagas da crítica de hoje, – ponde em lugar deles, a sinceridade, a solicitude e a justiça, – é só assim que teremos uma grande literatura (ASSIS, 1986, p. 903).

Qualquer estudo sobre a obra machadiana que se preze não pode ignorar o talento do escritor para selecionar vocábulos para seus textos. As escolhas lexicais não são aleatórias, ao contrário, são selecionadas e encaixadas com perfeição na construção de frases.

Ao levarmos em consideração essa aptidão, faz-se necessário voltarmos nossa atenção para a construção vocabular presente em “O ideal do crítico”, já que, ao caracterizar a crítica de boa qualidade, ele a atribui os seguintes adjetivos: “fecunda”, “pensadora”, “sincera”, “perseverante” e “elevada”. Ao enumerar qualidades, ele evidencia, justamente, que o trabalho de análise desenvolvido em sua época não tinha tais atributos. Como se não fosse o bastante, ele convida os críticos a desempenharem o ofício, fazendo-o com “sinceridade”, “solicitude” e “justiça”. O criador de Brás Cubas define, assim, a função da crítica, revelando a necessidade de se conhecer plenamente as características de um gênero literário para entendê-lo a fundo.

Deve-se entender que, ao traçar o perfil ideal de um crítico, ele formula regras para a função que também desempenha. Além disso, ao apontar os erros das obras de escritores de sua época, acaba por perceber os elementos necessários para a confecção de uma escrita de qualidade. Seria ingenuidade pensar que tanto tempo gasto lendo e examinando as produções não fizesse com que ele introduzisse uma visão analítica em seus próprios romances.

Isso é comprovado quando se lê “A nova geração”(1879), visto que algumas considerações negativas sobre o realismo são feitas. Ao expô-las, o Bruxo do Cosme Velho lança, ainda que sem querer, uma polêmica acadêmica que ainda não tem solução: Machado de Assis é mesmo um autor realista? Como conceituar a obra machadiana?

No momento em que analisa os textos classificados como realistas e reflete sobre esta escola literária, ele percebe as falhas presentes naqueles escritos e, por enxergá-las, não construirá, quando publicar suas narrativas, enredos tão atrelados à estética que criticou.¹

Convém destacar ainda que, em “A nova geração”, encontra-se logo no início da publicação:

Esse dia, que foi o romantismo, teve as suas horas de arrebatamento, de cansaço e por fim de sonolência, até que sobreveio a tarde e negrejou a noite. A nova geração chasqueia às vezes do romantismo. Não se pode exigir da extrema juventude a exata ponderação das coisas; não há impor a reflexão ao entusiasmo. De outra sorte, essa geração teria advertido que a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou; alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano. Mais do que ninguém, estava ela obrigada a não ver no romantismo um simples interregno, um brilhante pesadelo, um efeito sem causa, mas

¹Dado o escopo deste trabalho, não posicionaremos aqui a grande discussão acerca da rotulação dos textos machadianos a respeito das estéticas vigentes de sua época. Tal discussão nos desviaria, *a priori*, do objetivo central deste trabalho. Para maiores detalhes consultar o brilhante ensaio de Bernardo (2011).





alguma coisa mais que, se não deu tudo o que prometia, deixa quanto basta para legitimá-lo. Morre porque é mortal. “As teorias passam, mas as verdades necessárias devem subsistir”. Isto que Renan dizia há poucos meses da religião e da ciência, podemos aplicá-lo à poesia e à arte. A poesia não é, não pode ser eterna repetição; está dito e redito que ao período espontâneo e original sucede a fase da convenção e do processo técnico, e é então que a poesia, necessidade virtual do homem, forceja por quebrar o molde e substituí-lo. (ASSIS, 1986, p. 810)

Evidencia-se, na passagem anterior, um esgotamento sofrido pelo romantismo. A queda de uma escola literária é compreendida como um fenômeno natural. No entanto, a afirmação desenvolvida no fragmento em questão não ficará restrita ao ensaio citado. Será posteriormente retomada em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, mais precisamente no capítulo XIV do romance:

Tinha dezessete anos; pungia-me um buçozinho que eu forcejava por trazer a bigode. Os olhos, vivos e resolutos, eram a minha feição verdadeiramente máscula. Como ostentasse certa arrogância, não se distinguia bem se era uma criança com fumos de homem, se um homem com ares de menino. Ao cabo, era um lindo garção, lindo e audaz, que entrava na vida de botas e esporas, chicote na mão e sangue nas veias, cavalgando um corcel nervoso, rijo, veloz, como o corcel das antigas baladas, que o romantismo foi buscar ao castelo medieval, para dar com eles nas ruas do nosso século. O pior é que o estafaram a tal ponto, que foi preciso deitá-lo à margem, onde o realismo o veio achar, comido de lazeira e vermes, e, por compaixão, o transportou para os seus livros. (ASSIS, 1994, p. 21)

A construção feita por Machado de Assis anos depois resgata, justamente, a ideia de que o Romantismo estava morto. Ao mesmo tempo, atribui, na passagem, o dado de que o Realismo se apropriou desta carne apodrecida. Isso evidencia que as considerações desenvolvidas dentro dos ensaios de cunho crítico afetaram de algum modo a produção ficcional de Machado.

Em “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade” (1873), encontramos mais exemplos que comprovam a proximidade entre a crítica desenvolvida por ele e sua ficção. Evidencia-se ali que a literatura produzida a partir da temática indianista e do local não deveria ser excluída ou tornada como único assunto, a questão central da nacionalidade e o que seria plausível exigir do escritor é “certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1954, p. 135). A ordem do dia para o escritor no Brasil deveria abordar questões nacionais sem desvinculá-las das grandes questões universais – o que Roberto Schwarz, um dos grandes estudiosos da obra machadiana, definiu como “dialética do local e do universal” (SCHWARZ, 1987, p. 168).

Os apontamentos feitos por Machado de Assis, no referido ensaio, resumem e descrevem o tipo de ficção que seria desenvolvida pelo próprio autor anos mais tarde. Em suma, a forma como o escritor analisou a literatura nacional, quando exerceu o papel de crítico, serviu de base para a formação do Machado de Assis romancista. Não faria sentido agir de outra forma, ou seja, trazer para a própria





literatura aquilo que condenava ou julgava como ruim. O professor José Luis Jobim faz uma interessante análise sobre o assunto:

Machado, em vez de produzir manifestos que explicitem sua posição em relação à criação literária – instigando outros autores a segui-lo, num papel que ele próprio classificaria como de “chefe de escola” –, pronuncia-se sobre a criação literária em críticas a outros escritores: o que neles elogia é o que adotará como prática; o que condena é o que evitará. E, curiosamente, embora não tenha produzido nenhum manifesto sobre literatura, publicou uma espécie de manifesto sobre crítica literária, em 1865. Naquele ano, veio à luz “O ideal do crítico”, texto que será parâmetro inicial para as linhas mestras de sua atuação na crítica literária e que também pode servir para entendermos algumas ideias suas sobre o fazer literário que serão reiteradas e desenvolvidas depois. (2015, p. 2)

Além de constatar essa influência, faz-se pertinente perceber a visão que Machado apresentava do ofício de crítico. Para ele, a função age como uma espécie de guia, aconselhando e indicando o caminho de uma obra de qualidade. Um crítico que não seja educado, que não seja delicado nas observações e restrições que faça ao autor que examina, dificilmente será levado em consideração pelo criticado.

Avancemos, então, para uma segunda questão problemática que envolve o assunto: se há um perfil de crítico ideal e se Machado de Assis encaixava-se bem no modelo que idealizou, não deveria existir um artista ideal para lidar com os conselhos críticos? Para o criador de Quincas Borba, o escritor cujas obras foram analisadas deve entendê-las como uma ferramenta importante para o aprimoramento técnico do que publica. Em nenhum momento, os conselhos do crítico devem ser vistos como pessoais ou ruins, ao contrário.

Embora Machado tenha adquirido com o tempo o apelido de “bruxo”, não possuía nenhuma magia que o fizesse controlar a reação de um escritor diante dos comentários desenvolvidos por ele. Assim, colecionou alguns desafetos, já que não conseguiu fazer com que os autores de sua época entendessem a tarefa que desempenhava. O impasse mais famoso ocorreu com Sílvio Romero que parece não ter concordado com a crítica de Machado sobre *Cantos do fim do século*.²

A reação negativa e os desafetos talvez tenham desestimulado Machado de Assis, já que a carreira de crítico foi oficialmente encerrada e abriu espaço para a versão romancista. No entanto, a fase foi marcante e importante para o desenvolvimento das suas obras ficcionais. Haveria, afinal, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* se não existisse a tarefa de crítico?

² Machado de Assis, ao analisar o livro de poemas de Sílvio Romero, disse: “Os *Cantos do fim do século* podem ser também documento de aplicação, mas não dão a conhecer um poeta; e para tudo dizer numa só palavra, o Sr. Romero não possui a forma poética” (ASSIS, 1986, p. 812). O comentário feito por Machado de Assis despertou a inimizade de Romero, tornado-o antimachadiano por excelência, tanto em artigos na imprensa quanto no célebre *Machado de Assis: um estudo comparativo*.





2 A Aposentadoria de um Crítico

Luis Costa Lima (2006) aventa a hipótese de que se Machado houvesse insistido no exercício da crítica – numa situação história concreta adversa na qual predominavam concepções como o sociologismo, o evolucionismo, o naturalismo, o determinismo, instrumentalizados para a construção da nacionalidade – teria tido dificuldades de circulação e produção literárias naquele ambiente sócio-cultural:

A genialidade machadiana teria sofrido o mesmo ostracismo que enterrou um Joaquim de Sousândrade se o romancista não tivesse aprendido a usar a tática de capoeira nas relações sociais [...] Primeiro sinal de sua esperteza: não insistiu no exercício da crítica. Se houvesse perseverado em artigos como seu “Instinto de nacionalidade” (1873), provavelmente teria multiplicado inimigos ferozes. Em troca, a criação da Academia Brasileira de Letras lhe punha em relações cordiais com os letrados e com os compadres dos “donos do poder” [...] Sua salvação intelectual, no entanto, foi paga pela estabilização das linhas fixadas desde a Independência. Desse modo, não medrou entre nós nem o veio especulativo que tornou a Alemanha um centro de referência [...] nem a linha ético-pragmática que distinguiria a Inglaterra. (LIMA, 2006, p. 6).

A condição de escritor seria incompatível ou conflituosa com a simultânea atuação (séria) do crítico em um ambiente cultural estreito e provinciano - reduzido praticamente à capital do Império (depois da República) e agravado pelo fato de Machado tornar-se aglutinador cultural e presidente da recém-fundada Academia Brasileira de Letras (1897). Ao distanciar-se oficialmente do papel de crítico, ele inicia novos projetos que também seriam importantes para a formação da literatura nacional sem que, para isso, aumentasse o número de inimizades, bem como modifica invariavelmente sua postura. Neste momento, ele não possui as mesmas ambições que tinha quando, aos 20 e poucos anos, lançou-se na tarefa de crítico. Assim, o resultado de suas análises e apontamentos, feitos no início de sua carreira, será transferido para o projeto de ficção que ele começa a criar.

É importante salientar que o gênio por trás de *Dom Casmurro* aposentou-se do cargo sem, de fato, deixar de exercê-lo. Isso é o que salienta o professor José Luís Jobim:

Se considerarmos, além da crítica em artigos datados e exclusivamente literários, outras formas de exercício desta, como a inserção de observações sobre obras e autores em crônicas e artigos em revistas e jornais, ou as cartas com comentários dirigidos a autores e obras – inclusive as publicadas, como a dirigida a Enéas Galvão, comentando o seu livro *Miragens*, e coligida como “crítica literária” por Mário de Alencar –, bem como as inserções de observações sobre autores, obras, modos de narrar, categorias da narrativa nos próprios romances da maturidade, talvez tenhamos um quadro diferente. Um quadro que certamente merece ainda mais estudos e considerações. (2015, p. 20)





Pode-se entender, portanto, que Machado de Assis preferiu não mais colecionar desafetos³, mas sim encontrar formas alternativas para melhorar a literatura nacional. Felizmente, surge, para ocupar o espaço deixado pelo antigo cargo, a função de escritor maduro e genial.

3 Um Homem Insatisfeito

Ao longo dos diferentes textos produzidos por Machado de Assis, nota-se, nas entrelinhas, que ele não estava satisfeito com boa parte das publicações de sua época. Por vezes, o descontentamento aparece de forma mais direta como é o caso de seus textos de cunho crítico.

Levando-se em consideração que todo crítico é antes de tudo um leitor, podemos chegar à conclusão de que a produção literária da época nem sempre era capaz de alimentar a expectativa produzida pelo leitor Machado, provocando nele certa insatisfação. Buscaremos, então, nesta parte do trabalho, evidenciar de forma ingênua alguns momentos em que seja possível perceber traços de tal desagrado.

Já foi exposto que a crítica desempenhada pelo Bruxo do Cosme Velho objetivava ajudar e guiar os autores no processo de aperfeiçoamento e lapidação de seus escritos. Pode-se imaginar que ele esperasse, por assim dizer, que o conteúdo de suas considerações fosse bem recebido e considerado material útil para a melhoria de uma obra. Assim, fica claro que ele desejava provocar um efeito positivo ao elaborar uma resenha crítica, no entanto, como já vimos, nem sempre o resultado esperado por ele se realizava, ao contrário.

Encontramos, portanto, o segundo dissabor provado por Machado: a expectativa que ele alimentava sobre o papel do crítico não corresponde à realidade. Exercendo a função, ele não foi capaz de orientar a literatura nacional para um caminho de acertos, já que faltava aos escritores da época maturidade para compreender as orientações críticas feitas por ele, sem encará-las como pessoais. Forma-se uma sequência de ações desagradáveis que pode ser enumerada da seguinte forma: Machado de Assis encontra, na leitura das obras clássicas internacionais, satisfação tanto pela qualidade técnica quanto pelo desenrolar de ideias; ao ler as obras nacionais, não encontra as mesmas aptidões, estando insatisfeito como leitor, vislumbra na figura do crítico a possibilidade de ajudar a criar uma literatura nacional de qualidade; desempenha, então, a função e, quando não consegue promover a melhora que desejava, torna-se novamente descontente.

O caminho consciente ou inconsciente encontrado por ele para satisfazer-se é a realização de uma obra ficcional que carregue tudo aquilo que ele julgou, já na sua juventude, como valoroso e bom. Por isso, é tão fácil encontrar um diálogo entre os apontamentos críticos que desenvolveu e os romances que criou.⁴ Como já foi mencionado, ele não traria para a ficção os defeitos que, anteriormente, apontou, mas sim os acertos que tanto vislumbrou. Nesse sentido, *Memórias póstumas de Brás Cubas* nos servirá como terreno fértil para evidenciar que a obra de ficção machadiana é o resultado de um crítico e, anteriormente, um leitor insatisfeito.

³ É o que aponta Mario de Alencar no famoso texto “Advertência”(1910).

⁴ Machado de Assis condenou enredos presos ao excesso de descrições e criticou a ficção que apresenta narradores presos a descrever objetos e lugares. Usou, distanciando-se completamente dessas características, o narrador em primeira pessoa que despeja ironias e dialoga com o leitor.





4. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*: o Resultado de uma Insatisfação

Inúmeras são as características presentes na obra que a distanciam dos outros escritos do século XIX. Em verdade, existe também um distanciamento entre ela e tudo o que foi escrito antes por Machado de Assis.⁵ O trabalho aqui desenvolvido não pretende apontar toda a peculiaridade do livro em questão, mas sim estabelecer um diálogo entre os textos críticos e a narrativa de *Brás Cubas*.

Na famosa crítica feita a Eça de Queiroz, o escritor de *A mão e a luva* aponta tudo o que julga como negativo no romance lusitano, destacando o quão prejudicial era preocupar-se de forma excessiva com o caráter descritivo do texto. Cabe, então, a pergunta: por que esta análise crítica em específico é tão importante ao ponto de a usarmos para traçar um paralelo com *Memórias Póstumas*?

Devemos, para responder o questionamento feito, lançar luz sobre o ano em que a crítica machadiana foi publicada. Trata-se de 1878, apenas dois anos antes da publicação das memórias do autor defunto. Tal data é importante, já que – como aponta Paulo Franchetti em seu texto sobre “O Primo Basílio e a Batalha do Realismo no Brasil” (2007) – é um momento de impasse na carreira de Machado de Assis. A nova tendência literária em ebulição, oriunda de Gustave Flaubert e aprofundada por Émile Zola, da forma como era feita não o agradava. Além disso, era necessário avançar e superar, dentro da questão técnica, o estilo desenvolvido em *Ressurreição*. Como avançar e lapidar o próprio fazer literário?

O Machado que formula a resenha “Eça de Queirós: O Primo Basílio” ainda não é o mesmo que criará *Memórias Póstumas*. Isso é uma constatação óbvia, mas não significa que uma parte dele já não houvesse tomado forma. Ao voltar-se de modo ferrenho para a descrição desenvolvida por Eça, ele evidencia que tal tipo de caracterização é cansativa e desnecessária e, por isso, não construirá a própria ficção seguindo esse preceito. Por outro lado, a posição moralista, presente em 78, sofrerá alterações ao longo dos anos seguintes como nos mostra o professor João Cezar de Castro Rocha:

O Machado de 1878, isso é, o leitor de *O Primo Basílio*, certamente condenaria o Machado de 1880, ou seja, o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Para o crítico normativo de 1878, as aventuras de *Brás Cubas* pareceriam desnecessariamente eróticas; o móvel de suas ações pouco claro, uma vez que o personagem caracteriza-se por uma volubilidade estrutural; sobretudo, o crítico normativo de 1878 rejeitaria a falta de verossimilhança de um defunto narrador e apontaria a falha fundamental da estrutura: ora, como principiar uma história pela sua conclusão? Sobretudo: como deixar de condenar um romance em que o acessório parece sempre impor-se em relação ao essencial, através da técnica da digressão, com inegável sabor sterniano? (2015, p. 10)

⁵ Muitos trabalhos publicados afirmam que *Memórias póstumas de Brás Cubas* é um divisor de águas dentro da ficção machadiana. Alfredo Bosi e João Cezar de Castro Rocha são alguns dos estudiosos a darem este parecer à obra citada. Sendo assim, a crítica de um modo geral divide a ficção machadiana em duas partes, estabelecendo o livro em questão como norteador da fase amadurecida do autor. Deve-se destacar que o próprio Machado de Assis, na segunda edição de *Helena*, afirma que esse livro faz parte de primeira fase de sua vida.





A análise desenvolvida pelo crítico citado acima peca, no entanto, ao enxergar na ficção machadiana cenas “desnecessariamente eróticas”. A construção do erotismo descrita por Brás Cubas é polida e muito controlada quando a comparamos com a construção queirosiana. O grande diferencial está no fato delas surgirem de forma mais marcante nessa obra de Machado do que nos livros anteriormente publicados.

Devemos considerar, neste ponto, que, ao trazer para o texto os encontros casuais do narrador com Virgília ou Marcela, nada é feito de forma precisa em detalhes, ademais, as escolhas lexicais feitas pelo autor são discretas. Tomemos como exemplo o fragmento a seguir:

Vaguei pelas ruas e recolhi-me às nove horas. Não podendo dormir, atirei-me a ler e escrever. Às onze horas estava arrependido de não ter ido ao teatro, consultei o relógio, quis vestir-me, e sair. Julguei, porém, que chegaria tarde; demais, era dar prova de fraqueza. Evidentemente, Virgília começava a aborrecer-se de mim, pensava eu. E esta idéia fez-me sucessivamente desesperado e frio, disposto a esquecê-la e a matá-la. Via-a dali mesmo, reclinada no camarote, com os seus magníficos braços nus, – os braços que eram meus, só meus – fascinando os olhos de todos, com o vestido soberbo que havia de ter, o colo de leite, os cabelos postos em bandós, à maneira do tempo, e os brilhantes, menos luzidios que os olhos dela... Via-a assim, e doía-me que a vissem outros. Depois, começava a despi-la, a pôr de lado as jóias e sedas, a despenteá-la com as minhas mãos sôfregas e lascivas, a torná-la, – não sei se mais bela, se mais natural, – a torná-la minha, somente minha, unicamente minha. (1994, p. 71)

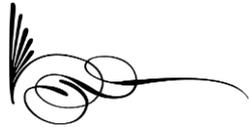
Na citação acima, é possível notar que, ao caracterizar o corpo e a aparência da personagem, bem como ao evidenciar o desejo de Brás por Virgília, Machado não vai a fundo, não contextualiza uma cena, de fato, erótica. A excitação sentida por Brás alcança seu ápice descritivo nos cabelos da personagem e fica apenas ali, estabilizada, obedecendo, de algum modo, aos padrões de conduta e comportamento que a moral e os bons costumes da época exigem.

Machado não ousa na dose erótica – quando comparamos a construção feita por ele à obra de Eça -, no entanto, por trazer para a narrativa a questão sexual – fato que não se manifestou nos romances anteriores –, ele foge do antigo padrão presente em seus textos, ainda que isso não surja de forma explícita. Assim, como formula João Cezar de Castro Rocha (2015, p. 16), ele deixa brevemente o seu lado moralista.

Ao compararmos a construção inicial dos romances com a segunda fase machadiana, notamos uma ficção que se inicia de forma apagada e que alcança o auge, quando dá voz a peripécias e a inovações narrativas. Assim, o tradicional foi deixado de lado, dando espaço para a inovação. No entanto, como aponta Roberto Schwarz, não se pode pensar que a mudança surgiu da noite para o dia e que não houvesse nenhum traço, dentro da escrita machadiana, capaz de entrever a possibilidade de uma construção com maior inventividade:

[...] Nos anos 70, quando escrevia os seus quatro romances fracos, quase privados de atmosfera contemporânea, Machado já era forte nas piruetas





petulantes e cosmopolitas do folhetim semanal. O que faltava, para completar a configuração artística da maturidade, não era portanto o procedimento narrativo. A viravolta pendente, que permitiria incorporar à elaboração romanesca uma técnica disponível e comum a muitos, era de ordem ideológica. De modo genérico, pode-se imaginar que a literatura de jornal, frívola e algo cínica, parecesse compatível com ambições artísticas sérias. Mais decisivamente, aqueles defeitos representavam o oposto da fidelidade e retidão que seria preciso quase exigir dos proprietários, como única segurança para desamparo dos dependentes. (SCHWARZ, 1990, p. 217)

Cabe, neste ponto, uma indagação: como Machado de Assis se apropria dos autores realistas? A melhor forma de encontrar uma resposta ao questionamento talvez se encontre nas temáticas que permeiam tanto *Dom Casmurro* quanto *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Ambos trazem o adultério – assunto comum ao realismo –, mas com uma nova roupagem. A narrativa de Bento e Capitu alimentamos de dúvidas e, como magistralmente nos aponta Silviano Santiago (2000), desenvolve o ciúme como elemento essencial ao enredo. Já Cubas e Virgília mantêm uma relação adúltera, porém o leitor está entretido demais com a perspicácia do narrador-protagonista para ficar chocado com os encontros secretos deles.

Para além da questão do adultério – que toma na obra do fundador da ABL um contorno menos marcante e não serve como temática principal dos romances –, pode-se imaginar que existe uma relação de proximidade entre ele e Gustave Flaubert. Como leitor atualizado e voraz, não há dúvidas de que ele leu a ficção escrita pelo autor francês. Ao observarmos o acervo pessoal que se encontra na ABL, é fácil localizar ali o nome do criador de Emma Bovary, porém, Machado escolheu o silêncio e não traz referências diretas ao francês em suas críticas, cartas ou romances.

Uma aproximação entre Machado e Flaubert torna-se possível no plano do discurso:

[...] Ou na banalização sistemática do pensamento levada a efeito na literatura de Flaubert. Aqui as ideias têm a mesma espessura e visibilidade que as coisas, de que não se distinguem e com as quais deslizam, em igualdade de condições, sobre a célebre e incansável “esteira rolante” formada pelo uso especial que o autor faz do pretérito narrativo. Nos dois escritores, trata-se da percepção moderna de ideologia, para a qual as explicações da vida integram funcionalmente a argamassa da estabilidade social: pensamento espontâneo é livre e individual só ilusoriamente, o que degrada e transforma em matéria literária com implicações contra-intuitivas, que requerem tratamento novo e empurram em direção do século XX. Algo semelhante também ocorre na ficção machadiana, onde as ideias também são concebidas de fora, sem inocência, como fato social a observar com desapego naturalista. Indicamos o fundamento brasileiro desta coisificação, e o recurso literário o qual ela foi recriada: nada mais distante do mundo e do estilo de Flaubert. Não obstante, a precisão técnica com que os dois montam a ratoeira mental em que vivem as suas personagens autoriza a aproximação. Seja porque a disciplina científica é uma referência indispensável ao trabalho de ambos, contemporâneos neste sentido,





seja porque o esvaziamento espiritual da burguesia já formava um horizonte planetário, ainda que tomando forma diversa em diferentes lugares. (SCHWARZ, 1990, p. 158)

Schwarz lança brevemente um eixo em comum entre ambos que nos possibilita pensar na interessante linha que os une. No entanto, devemos voltar para um ponto importante deste trabalho: Brás Cubas como o resultado de uma insatisfação. Neste sentido, o plano discursivo permanece como assunto importante, já que entre as duas obras há uma diferença crucial: o foco narrativo.

Ao fazer uso da primeira pessoa, Machado consegue confeccionar todo um enredo que flui de acordo com a vontade pessoal de seu narrador, de acordo com o esquema mental que o mesmo desenvolve. O autor pode, então, não só desenvolver uma crítica à sociedade de sua época como também ridicularizá-la na figura de um burguês medíocre. Além disso, para que a imparcialidade seja mantida – regra comum nos textos da época –, aquele que nos conta a história sociedade do século XIX deve estar morto. Esta quebra de estrutura, que configura ao nosso escritor tanto diferencial, é a responsável por distanciar sua obra de uma “reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas e ignóbeis” (ASSIS, 1986, p. 916).

Por que *Memórias Póstumas* é o resultado de uma insatisfação? Porque, além de se opor de forma técnica e conteudista ao fazer literário que tanto incomodava Machado de Assis, o livro é o encontro de uma narrativa repleta de peripécias⁶ com algumas das referências de leitura que ele admirava. Isso fica claro, por exemplo, nas várias referências feitas a Shakespeare.

Assim, entendemos que o Bruxo do Cosme Velho, ao elaborar análises críticas sobre autores de sua época, repensava o caminho de possibilidades que a literatura nacional poderia tomar. Foi o caminho encontrado pelo homem que não conseguiu, por meio de suas análises críticas, conduzir a literatura nacional ao patamar da excelência. Precisou, então, ele mesmo, parafraseando o dito popular, “colocar a mão na massa” e moldar, como achava mais pertinente, a ficção nacional.

5 Considerações Finais

O caminho percorrido permite diagramar que a função de crítico influenciou a ficção machadiana de forma positiva e enriquecedora. Machado de Assis, ao criar resenhas críticas, traçou o perfil ideal de um crítico e, junto a isso, percebeu quais elementos deveriam melhorar nos romances que leu, incorporando tais concepções na própria ficção que criou a partir de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Se o escritor decidiu deixar de lado o ofício, conseguiu transpor para a ficção a qualidade técnica que elogiava e afastar as características que entendia como negativas. Com efeito, as análises críticas desenvolvidas por ele servem de interessante material para a compreensão de forma mais elucidativa do caráter de sua ficção.

⁶ Como aponta Schwarz, os folhetins escritos por Machado, antes da publicação de *Memórias Póstumas*, já carregavam tal característica.





Referências

- ASSIS, Machado de. Eça de Queiroz: O Primo Basílio. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1986. v. 3, p. 903-904.
- BERNARDO, Gustavo. **O problema do realismo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- FRANCHETTI, Paulo. O Primo Basílio e a Batalha do Realismo no Brasil. In: **Estudos de literatura brasileira e portuguesa**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007. p. 171-192.
- JOBIM, José Luís. **Machado de Assis: o crítico como romancista**. Disponível em: <<http://machadodeassis.net/download/numero05/num05artigo07.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2015.
- LIMA, Luiz Costa. Letras à míngua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2006. Caderno Mais!, p. 6.
- SANTIAGO, Silviano. Retórica da verossimilhança. In: _____. **Uma literatura nos trópicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. Duas notas sobre Machado de Assis. In: _____. **Que horas são?**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 165-78.
- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Machado de Assis: por uma poética da emulação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ROCHA, J. Cezar de Castro. **Machado de Assis e Eça de Queirós: formas de apropriação**. Disponível em: <<https://direitouerj.academia.edu/JoaoCezardeCastroRocha>>. Acesso em: 17 ago. 2015.



FOCALIZAÇÕES DO ESPAÇO EM POEMAS DE *ADAGA LAVRADA*, DE LARA DE LEMOS

Tamara dos Santos*

Resumo: Este trabalho busca verificar como o espaço serve como focalizador no texto literário, partindo do pressuposto que o texto literário vincula em si uma visão, como afirma Brandão (2013). Como o imaginário se faz presente na recomposição dos espaços, também é aqui objeto de investigação. Para isso, serão analisados os poemas “Tempo Submerso”, “Herança” e “Finale” de *Adaga Lavrada* (1981), da escritora Lara de Lemos. A partir da leitura dos poemas serão estabelecidas relações entre o eu lírico e o espaço. O trabalho objetiva verificar como o eu lírico se expressa a partir do espaço a partir da teoria da focalização de Brandão (2013) e Foucault (2003) para a construção da identidade dos imigrantes italianos nesta obra de Lara de Lemos.

Palavras-chave: Espaço; Literatura Gaúcha; Literatura de Mulheres.

Abstract: This paper aims to verify how the space can function as a focalizer in the literary text, assuming that this kind of text has in itself a point of view, as Brandão (2013) affirms. How the imaginary is part of the recovery of spaces is also object of study. To do so, three poems from the book *Adaga Lavrada* (1981), from the South Brazilian writer Lara de Lemos, will be analyzed. From this reading, relations between the speaker and the space will be established. This paper aims to verify how the speaker expresses itself from these spaces, assuming Brandão (2013) and Foucault's (2003) theory of focalization to study how Italian immigrant's identity is constructed on this work of Lara de Lemos.

Key words: Space; Rio Grande do Sul Literature; Women's Writing.

1 Introdução

A literatura é fruto de trabalho com a linguagem feito pelo autor, nesse sentido, o elemento principal do texto literário é o efeito estético, que se caracteriza de maneiras diferentes na prosa e na poesia. A linguagem literária busca remanejar as palavras do uso cotidiano para que elas sejam resignificadas de acordo com o trabalho do escritor, ganhem ritmo e assumam assim um efeito estético. Embora a obra se pretenda primeiramente como um convite à fruição do leitor, o texto literário carrega em si uma visão, tanto no conteúdo quanto no tratamento estético que o autor mobiliza em sua obra, que tem ligação com o imaginário da época qual o texto literário foi gestado. Assim, os textos literários, em sua natureza histórica, carregam visões de mundo em sua forma material, que dizem respeito ao momento em que o texto foi escrito, mesmo sem a intenção de fazê-lo. Como Bakhtin afirma em *Questões de Estética e Literatura* (1998), de acordo com a época histórica em que obras literárias são

* Graduanda em Letras (Português) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: tamisantos07@bol.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8993210224305035>





produzidas há certos tratamentos da matéria literária que estão condicionados ao momento histórico no qual a obra surge, ainda que o autor não esteja consciente deste processo (BAKHTIN, 1998). Geralmente os textos estão escritos através de uma perspectiva, a partir da qual a narrativa ganha corpo e voz, que pode ser em terceira pessoa no caso da narrativa, em que há certo distanciamento entre matéria narrada e perspectiva; ou em primeira pessoa, presente tanto na narrativa quanto na poesia, em que há o forjamento de uma perspectiva que funciona apenas em relação ao texto ficcional. Algumas vezes, podemos afirmar que a voz de um texto se aproxima, como no caso da auto-ficção, ou se distancia da voz do autor, de acordo com indícios presentes na materialidade textual, que permitem leituras diferenciadas, a partir do que se define como parâmetro de leitura da obra literária. Desta maneira, o texto, em algum momento, pode representar uma dada experiência relacionada à vida do autor, ou a voz poética pode materializar algo presente na sociedade em que o autor está inserido e apontar para uma representação maior de algo presente ali, que pode conter em si certo caráter de alegoria ou de importância para a memória coletiva na sociedade. O escritor tem em sua arte a possibilidade de falar sobre temáticas que dizem respeito à sociedade através de representações que relacionadas ao “eu”, mas que em um segundo momento mimetizam em si a experiência de um povo.

Para que o leitor se aproprie do efeito estético, certas opções de leitura são necessárias. Podemos então pensar a partir de categorias de análise e dos elementos da narrativa para formular apreciações possíveis do texto literário, que permite mais de uma. A partir de como o narrador ou eu lírico de uma obra literária se apresenta, podemos formular hipóteses para o sentido do texto. Pode-se também partir de outros elementos narrativos, como o espaço, para conceber a interpretação de uma obra. De acordo com Brandão (2013), o conceito de espaço tem ocorrências distintas, uma delas, mais específica, é a questão do espaço como focalização, na qual a literatura pode vincular em si uma visão e, desta forma, o narrador é um espaço, a partir do pressuposto de que quem narra precisa estar em algum lugar para fazê-lo (BRANDÃO, 2013, p. 62). O referido autor comenta também que a visão se dá entre a relação de dois planos espaciais distintos, o espaço visto, aquele que o narrador organiza, concebe, percebe; e espaço vidente, aquele que o narrador não tem como agir a respeito, por estar ali, e ser elemento configurador. Pensamos que esta definição pode ser produtiva para investigar como o eu lírico da obra *Adaga Lavrada*, de Lara de Lemos, consegue recompor e mimetizar a experiência de uma parcela de imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul em 1870, já que a autora é filha de descendentes.

Dada essa formulação, buscamos aqui investigar como acontece a representação do espaço como focalização, ou seja, como a voz do eu lírico remete aos dois polos espaciais, espaço visto e espaço vidente, nos poemas “Tempo Submerso”, “Herança” e “Finale”, de *Adaga lavrada* (1981), da escritora Lara de Lemos. Pretendemos analisar também como a memória se faz presente na recomposição destes espaços, de maneira a propor que uma das leituras seja a de que a voz do eu lírico possa ser associada como a representação ficcional coletiva do imigrante italiano, e servir como uma heterotopia de compensação, conceito de Michel Foucault a respeito dos espaços contemporâneos, que seria um “outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem arrumado quanto o nosso é desorganizado, mal disposto e confuso” (FOUCAULT, 2003, p. 421), em que o autor propõe que poderia se aplicar ao caso de algumas colônias de imigrantes. Por esse viés, vamos verificar também o quanto o espaço ficcional expresso nos poemas de Lara de Lemos se adequam a essa teoria das heterotopias de compensação.



2 Entre o Visto e o Ouvido: Espaços que Falam

Embora tenha sido laureada com prêmios importantes, a autora da obra *Adaga Lavrada* não é tão conhecida pelo público brasileiro. Lara de Lemos nasceu em Porto Alegre em 1923, filha de descendentes de imigrantes italianos. Cresceu em Caxias do Sul, cidade reconhecida pela grande incidência de imigrantes italianos que se estabeleceram na cidade, experiência representada também por José Clemente Pozenato em suas narrativas, por exemplo. Assim como Lila Ripoll, Lara de Lemos é uma das poetisas mais importantes para a literatura gaúcha, pela relevância de sua obra, que aborda questões de memória e identidade. O acervo com toda a sua produção (cartas, crônicas, críticas literárias, biblioteca pessoal da autora, etc.) está no Espaço de documentação e Memória Cultural – PUCRS (DELFO). Cabe destacar também que Lara de Lemos trocou correspondências com Carlos Drummond de Andrade entre os anos de 1954-1957, período em que publicou seus dois primeiros livros, *Poço das águas vivas* (1957) e *Canto breve* (1962), que em pesquisa anterior desenvolvida durante meu trabalho na Iniciação Científica, foi constatado haver reflexos das digressões acerca da criação poética feitas com o autor na poesia escrita pela autora nos livros posteriores. O livro escolhido para análise, *Adaga lavrada* (1981), é um dos primeiros da produção madura da autora, que produziu cerca de treze livros, sendo o mais representativo deles *Inventário do medo* (1998), que descreve a experiência de um eu lírico feminino a respeito das experiências sofridas durante o período da Ditadura Militar.

O livro escolhido para análise neste trabalho, *Adaga lavrada* (1981), tem como epígrafes dois autores italianos, que dão para o leitor a possibilidade de correlacionar à origem da autora com os poemas que vêm na sequência, que dialogam com esta reminiscência. O livro traz como temática central a relação do eu lírico com a memória, e se divide em três partes. A primeira delas “Sete cantos do exílio”, cujo título já remete à questão de pertencimento, remonta à origem da família até a chegada ao Rio Grande do Sul, durante a leitura dos poemas se constrói uma imagem dos imigrantes, das vindimas e da colheita. O livro inicia com o poema “Tempo submerso”, em que o eu lírico faz digressões a respeito da infância com uma série de elementos que são elencados, como referências às vinhas, maçãs, figos, que assumem importância na constituição do sujeito lírico ao mesmo tempo em que remetem indiretamente à Itália. Após essa recomposição, estão os versos “É preciso preservá-los/ contra um tempo de cinzas” (LEMOS, 1981, p. 17), que indicam certo pessimismo do eu lírico, que está imerso em um tempo em que a vida não acontece com facilidade, o que talvez seja referência a Ditadura Militar, ainda vigente no ano em que o livro foi publicado, e que ao longo do livro é tematizada em outros poemas. Logo em seguida, seguem os versos: “Difícil lembrar/ o que nunca foi dito/ e ousou crescer demais./ Tardio transbordamento” (LEMOS, 1981, idem), que fazem uma retomada das palavras que não foram ditas pelas pessoas, mas que seguiam presentes no imaginário, o que pode indicar de certa forma a presença de uma vivência não imediatamente reconhecida ou, em outras palavras, indica uma retomada de consciência por parte do eu lírico, que a partir das experiências vividas pelos seus antepassados nos mostra seu ponto de vista. Nesse sentido, “transbordamento tardio” remete à retomada do eu lírico a respeito de algo que está presente no momento do poema, mas que não ganhou palavras, que não foi dito por ninguém; no momento da elocução, esta tensão está sendo reelaborada por alguém que quer compreender o que não foi explicado e que é tão crucial para o entendimento do eu lírico a respeito de si mesmo, traço que vai se repetir nos poemas posteriores.

O poema seguinte, “Campos da infância”, versa também a respeito da memória do eu lírico, em que há a recomposição das brincadeiras de infância, enquanto que em “Os idiomas do berço” há uma





série de remissões à tradição dos imigrantes italianos. Como Lara de Lemos foi criada pela avó, há certa relação entre o poema e a vida da autora, pois é possível que ela tenha partido de sua experiência para criar o poema, ainda que autor e eu lírico sejam elementos diferentes e não se possa falar que é a autora quem está falando no poema. O eu lírico comenta a respeito da fala das avós, que eram doces em seu trato com as crianças ainda que impusessem respeito (o que é indicado pela metáfora “pêra madura”), ao mesmo tempo em que compara o avô ao vinho e comenta a respeito de sua infância quando ouvia as histórias dele: “Carrossel de estórias/ dos que vinham de longe/ e sabiam de guerras/ e sabiam de fomes/ e sabiam de exílios” (LEMOS, 1981, p. 19). Em nossa leitura, as palavras “guerras”, “fomes” e “exílios” remetem à experiência da vinda para o Brasil, tanto no momento em que decidiram vir quanto depois de chegarem ao país e se depararem com dificuldades econômicas, entre outras. Há uma estrofe anterior a essa com uma canção em italiano, que nos fornece a chave de leitura, e a estrofe seguinte endossa nossa análise: “Sem rosto nem voz/ o nome esquecido /tão longe de amigos /tão longe das margens /dos rios de outrora. /Tão longe de tudo” (LEMOS, 1981, p. 18). Parece que estes imigrantes já não sabiam mais o nome, pois ao atravessar o Oceano Atlântico parece que se despiram do nome, que a voz e o rosto perderam as características próprias que neles os diferenciava dos demais, por estarem longe de casa e dos amigos e não terem mais referenciais para se identificar.

Hall (2009) comenta que a identidade se constrói em relação ao outro, pois somos aquilo que o outro não é. Podemos afirmar que, no poema, a construção da identidade se desestabiliza em um primeiro momento, pois o eu lírico perde as referências que o tornavam aquilo que ele era, mas que agora estão distantes e não podem mais servir como referência. “Vindimas”, outro poema, aborda a respeito do trabalho nos campos de cultivo de uva, e versa sobre a experiência dos imigrantes para sobreviver, tanto que o verso de abertura é “Era um tempo de escravos.”. O poema que encerra esta parte, “Herança”, dá o tom de leitura para o livro:

Brotou dos ancestrais
a minha angústia.
Milênios de noites
nostalgia de portos
nunca vistos.

Brotou dos ancestrais
este canto
povoado de lendas
naufrágios, desterros
infortúnios.

Brotou dos ancestrais
esta vertente
este rio de vertigens.
Cardume correndo
para o nada.

Brotou dos ancestrais





este meu pranto
enxuto, denso.
Inclémência de pedra
no meu peito.

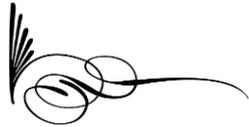
Este legado
é todo o meu engenho.
(LEMOS, 1981, p. 27)

Podemos ver neste poema um eu lírico que representa a coletividade, que se coloca como portavoz de certa parcela de um povo, com um legado repleto de peso, com lendas, naufrágios, destellos e infortúnios que de alguma maneira se relacionam à leitura proposta nas linhas anteriores. Há a recomposição de elementos que não fazem parte das experiências do eu lírico, mas que possivelmente fizeram parte da experiência dos avôs no traslado entre Itália e Brasil, como os portos, noites, infortúnios, etc. Estes elementos tornaram os avôs mais fortes, porque para chegarem e se estabelecerem em um lugar cuja língua, geografia e clima eram totalmente diferentes aos que estavam acostumados, precisaram ser fortes para sobreviver e constituir família. O eu lírico comenta que o legado que carrega consigo é um pranto, que se assemelha a uma resistência (inclémência de pedra), pois essa força que eles precisaram mobilizar ao estar em lugar ainda estranho se tornou uma característica dos imigrantes em relação aos outros povos, é uma marca identificatória dos imigrantes. Assim, o espaço visto no poema, aquele em que o eu lírico organiza, concebe, percebe através da estruturação estética se assemelha a uma construção coletiva, pois suas criações estão povoadas por um imaginário que não faz parte do espaço em que ele se insere no momento da criação poética, pois os poemas não são em italiano, e não fazem parte da realidade imediata do lugar; desta forma, a ficção deixa exposto um espaço vidente, aquele que o eu lírico não tem como agir a respeito, por estar ali, e ser elemento configurador da estrutura textual, ou seja, temos dois espaços que coexistem na leitura destes poemas.

Na parte dois do livro, “Anti-canto”, entramos na mesma questão de identidade, e faz-se representativo o eu lírico que fala, ou o espaço de que o eu lírico se comunica no primeiro poema desta parte, “Périplo”, em que ele afirma que não sabe mais para onde está indo, pois apenas o medo pode guiá-lo: “A rota é insegura./ Abandonei lenho e/ bússola./ Guio-me pelo medo.” (LEMOS, 1981, p. 33). Poderíamos interpretar como um sujeito que reflete a respeito da posição que ocupa no lugar onde está. Em sentido mais restrito, pode ser que o poema faça referência também ao período da ditadura vivido pela autora, quando o eu lírico diz que é guiado pelo medo. Em “Degredo”, a temática do pertencer a um espaço é tematizada novamente, quando o eu lírico comenta que ao invés de documentos o que foi deixado para si foram somente as marcas amargas no rosto que, ao mesmo tempo em que não a identificam imediatamente com algum grupo, são parte do sofrimento dos seus quando chegaram no lugar que ainda não era o deles, e acaba por finalizar assumindo as tais marcas e a identidade autorizada/trazida por elas, pois são a “Única identidade/ a que pertencem/ inteira.” (LEMOS, 1981, p. 34).

Esta impressão é reforçada pelo poema que vem quase em sequência, “Cilada”, que foi republicado em *Inventário do medo* (1998), cuja temática é a prisão do filho do eu lírico (lembrando que Lara de Lemos vivenciou uma situação parecida na vida real quando seu filho foi preso por desacato). Para além dos poemas que retratam a Ditadura, parece que em “Anti-canto” encontramos um híbrido





entre a identidade trazida pelos avôs da Itália em diálogo com o que foi construído a partir da chegada da família no Rio Grande do Sul, nesse sentido, o eu lírico que se expressa através da poesia pertence a este espaço peculiar que foi construído socialmente através dos anos, em que coexistem espaço visto e espaço vidente. Vemos não uma descendente de imigração italiana, mas uma mulher gaúcha que traz esta herança consigo, e que se identifica com as duas tradições.

Na parte final, “Adaga Lavrada”, segue a reflexão sobre memória e identidade, como em “Escopo”, em que o eu lírico coloca a diferença existente entre aparência e essência, através de afirmações que não têm correspondência, como em “A verdadeira roupa/ - não a que me foi/ emprestada ao acaso/ do tempo.” (LEMOS, 1981, p. 49). No poema “Restos de um homem”, percebemos a relação do homem com a memória, que tende a desaparecer conforme o tempo passa, e o eu lírico reconstrói uma situação em que diz que não adianta tentar reaver o que já foi perdido, por mais que haja esforço do corpo em lembrar, pois após a passagem do tempo fica inviável recompor qualquer cenário com as tintas da memória, pois “A memória/ cavou seu fundo poço” (LEMOS, 1981, p. 53), ou seja, apenas o que a sensibilidade do ser conseguiu armazenar em si permaneceu consigo.

Em “Só muito tarde”, temos uma visão pessimista a respeito dos objetos que foram guardados pela memória, que é encontrada apenas tarde demais, mas que a dor, representada pela expressão “sangrar em mil palavras” utilizada pelo eu lírico, esta continua e é colocada no papel através do expressar-se em poesia. No poema “Matura idade”, o eu lírico se conforma com a situação de sua vida, e fala sobre o amadurecimento em não querer o que lhe foi negado, seguindo a vida “colhendo o que me coube” (LEMOS, 1981, p. 73), ou seja, uma das leituras possíveis se relaciona com as duas heranças coexistentes, tanto a italiana quanto a brasileira, e certa conformação neste sentido e aceitar as duas sem que haja alguma diferença ou hierarquia entre elas. Foucault afirma em conferência sobre espaço a respeito desta coexistência dos espaços, que seria característico da contemporaneidade: “Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso” (FOUCAULT, 2003, p. 411). Talvez por ser algo do contemporâneo é que tenha sido possível dar um tratamento estético para a questão neste momento histórico (1981). O último poema que trata a respeito da temática nesta parte, “Finale”, nos dá a versão dos filhos dos colonos, que de certa forma pertencem às duas formações culturais:

Nem caminhos
nem terras
nem vindimas.

Somente
a solidão do verbo
o escuro dos signos
a dura lavra
dos vocábulos.

Nesse branco deserto
convoco o sangue
- sêmen do poema.





O que vingar
será vossa colheita.
(LEMOS, 1981, 81)

Há o reconhecimento, por parte do eu lírico, de que já não existem mais as vindimas nem os caminhos nem as mesmas motivações que levaram seus familiares a decidir pela imigração para o Brasil, a situação mais difícil parece já ter passado, e cabe a ele apenas falar a respeito desta história, como o verso seguinte nos leva a pensar. O eu lírico se coloca como portador da voz, o que está na metáfora “convocar o sangue”, e compara a poesia que surgir deste processo de contar esta história com a colheita, que também remete ao campo semântico dos imigrantes e do trabalho que praticaram ao chegarem no RS. Nesse sentido, parece que o eu lírico assume o legado de falar a respeito da história de sua gente, incluindo-se como pertencente ao grupo de origem italiana.

3 Considerações Finais

Ao escolher tratar de temas e utilizar certos elementos recorrentes da Itália e que tratam de parte de uma experiência histórica importante para a formação cultural do Rio Grande do Sul, Lara de Lemos se inscreve na tradição da literatura gaúcha, ao criar um eu lírico que em momentos consegue ser o porta-voz da cultura trazida pelos imigrantes italianos e a respeito da relação entre os filhos destes colonos e as gerações posteriores, que nasceram no estado. Ainda que haja aproximação das experiências retratadas pela autora em seus poemas, não é possível afirmar que as experiências sejam de fato autobiográficas, pois em literatura há a criação ficcional que não tem qualquer compromisso com a realidade biográfica, a não ser que esta relação seja explicitada pelo autor quando fala sobre seu trabalho criativo, como no caso da auto-ficção, por exemplo.

A temática da memória se faz bastante presente em *Adaga Lavrada*, tanto no que diz respeito à tradição dos imigrantes italianos quanto aos acontecimentos biográficos da autora, que se inspirou nas experiências referentes à Ditadura Militar, por exemplo, para conceber poemas que servissem como representativos de um dado imaginário cultural. Bakhtin (1998) comenta que as formas estéticas podem dar informações sobre a época em que elas foram concebidas, desse modo, podemos afirmar que esta obra de Lara de Lemos retrata em parte significativa de seus poemas uma angústia, que está alinhada ao período em que o livro foi escrito (ainda não havia acabado a Ditadura). Essa angústia será tematizada em *Inventário do medo*, livro que trata mais especificamente da experiência a respeito da Ditadura Militar.

Fica explícita também a coexistência de dois espaços na ambiência do livro, espaço visto, aquele que é reconhecido pelo eu lírico como espaço em que ele está inserido e organizado por ele, e o espaço vidente, aquele que não há como ele próprio agir a respeito, pois o espaço é uma presença, mesmo em ausência. Em suma, poderíamos afirmar que existem algumas imagens que são recorrentes quando o eu lírico se refere aos imigrantes (pessoas trabalhadoras que têm relação próxima com o trabalhar na terra, principalmente em colheitas de uvas, que carregam uma dor ancestral) que tem por finalidade criar uma ambientação típica dos imigrantes italianos, que tem por papel caracterizar a particularidade da experiência deste povo na comunidade, em tentativa de diferenciá-los dos outros imigrantes e dos que ali habitavam antes deles, para formar uma imagem que os defina e que contribua para a





demarcação do espaço social dos imigrantes italianos, em oposição aos outros espaços que podiam existir à volta.

Referência

AZEVEDO, Luciene; DALCASTAGNÈ, Regina (orgs.). **Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea**. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BAKHTIN, Mikail. **Questões de estética e literatura: a teoria do romance**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

BRANDÃO, Luiz Alberto. **Teorias do espaço literário**. Perspectiva: Belo Horizonte, 2013.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Teoria do texto 1: Prolegômeros e teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 2006.

FILHO, Oziris Borges; BARBOSA, Sidney (orgs.). **Poéticas do espaço literário**. São Carlos: Editora Claraluz, 2009.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: _____. **Ditos e escritos III - Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

LE MOS, Lara de. **Adaga lavrada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Massao Ohno, 1981.

SCHMIDT, Rita Terezinha; BITTENCOURT, Rita Lenira de Freitas (orgs.). **Fazeres indisciplinados: estudos de literatura comparada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SANTOS, Tamara dos. Correspondências entre Lara de Lemos e Carlos Drummond de Andrade. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UFRGS, 25, 2013, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/91162>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 103-133.

WOOD, James. **O que é a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.



“ROSA DE CARNE” E A CONSTITUIÇÃO DA VIOLÊNCIA SOCIAL E INTRAFAMILIAR

Enderson de Souza Sampaio*
Maria Luíza Germano de Souza**

Resumo: Propõe-se, neste estudo, uma leitura da obra poética *Mundo mundo vasto mundo* (2005), de Carlos Gomes. A análise privilegiará especialmente a narrativa “Rosa de carne”, focalizando os seguintes eixos temáticos: a) a exploração do trabalho infanto-juvenil; b) violência intrafamiliar; c) o êxodo rural; d) a relação intertextual entre “Poema de sete faces” de Carlos Drummond de Andrade e a ficção de Carlos Gomes. Para tanto, recorreremos às contribuições de Pelegrini (2005), Gongora (2007), Lima (2005), Souza (2010), Martins (2013), Telles (2014), dentre outros.

Palavras-chave: Violência, Ficção, Trabalho infantil, Carlos Gomes.

Resumen: Se propone, en este estudio, una lectura de la obra poética *Mundo mundo vasto mundo* (2005), de Carlos Gomes. El análisis se centrará especialmente en la narrativa “Rosa de carne”, enfocando en los siguientes temas: a) la explotación del trabajo infantil; b) la violencia doméstica; c) el éxodo rural; d) la relación intertextual entre “Poema de siete faces” de Carlos Drummond de Andrade y la ficción de Carlos Gomes. Por eso, nos volvemos a los aportes de Pelegrini (2005), Góngora (2007), Lima (2005), Souza (2010), Martins (2013), Telles (2014), entre otros.

Palabras-clave: Violencia; Ficción; Trabajo Infantil; Carlos Gomes.

1 Introdução

No estudo aqui em destaque, propomo-nos a fazer uma leitura crítica acerca do conto “Rosa de carne”, do prosador amazonense Carlos Gomes. O foco da análise privilegiará questões atinentes ao próprio texto ficcional, no entanto, nos deteremos nos seguintes pontos: a) a exploração do trabalho infanto-juvenil; b) violência intrafamiliar; c) o êxodo rural; d) a relação intertextual entre o poema drummondiano e a ficção de Carlos Gomes. Dessa forma, este trabalho encontra-se organizado em quatro tópicos, a saber: 1) Percursos sobre a vida e obra de Carlos Gomes; 2) “Rosa de carne”: uma narrativa e seus elementos composicionais; 3) Violência e Literatura: breve perspectiva dialógica e conceitual; 4) Figurações da violência em “Rosa de carne”. Dada essas informações, interessa-nos neste estudo tratar de um conto

* Graduando em Letras (Português) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: endersosampaio@gmail.com

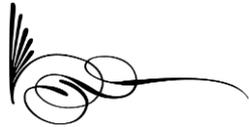
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8341692272594150>

** Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, Especialista em Literatura Brasileira Moderna e Pós-Moderna, Graduada em Letras (Português) e em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: germanoletras@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0624168238763044>





em especial, “Rosa de carne”, que traz à baila a problemática social da migração de famílias do interior rumo à cidade grande. Por meio da análise narrativa, mostraremos a relação conflituosa/violenta envolvendo as personagens (pai/mãe/filho) e como isso se configura na diegese.

2 Percursos sobre a Vida e Obra de Carlos Gomes

Ao tecer comentários acerca do livro *Mundo mundo vasto mundo*, de Carlos Gomes, especialmente sobre o conto “Rosa de carne”, Márcio Souza, em publicação intitulada *A expressão amazônica – do colonialismo ao neocolonialismo* (2010), argumenta que

o contista brinca com seu tema, sem deixar de colocar certos tons sombrios, como no conto “Rosa de carne”, o mais conhecido. Destacando as pétalas da ferida, como seu pequeno personagem de “Rosa de carne” sofria na pele, essa literatura parece liberta. (SOUZA, 2010, p. 225).

Já Tenório Telles, em obra intitulada *Clube da Madrugada – presença modernista no Amazonas* (2014), evidencia que relativo à temática, *Mundo mundo vasto mundo* encontra-se enfeixado em consonância com a seguinte estrutura: i) os folclóricos: “Bumbá” e “Rebolo”; ii) os pesadelos: “Preto e Branco”, “Presságios”, “Reconstrução”, “Pio ofício ou a estranha velha que enforcava cachorro”; iii) os sociais: “Vó Hermengarda”, “Rosa de carne”; iv) os que tratam da incomunicabilidade entre os seres: “Assunto perdido”, “Madalena” e “Flor de cacto”; e v) os que descrevem a vida provinciana: “Antes da nomenclatura”, “Figa, pé de pato, bangalô três vezes...” e “A homenagem”.

Nesse sentido, o que fica evidente, conforme a análise de Tenório Telles, é que a obra de Carlos Gomes não possui uma unidade temática, no entanto apresenta uma diversidade temática a qual pode ser observada de acordo com a segmentação acima.

3 “Rosa de Carne”: uma Narrativa e seus Elementos Composicionais

Nas palavras de Tenório Telles (2014), apesar de os contos de *Mundo mundo vasto mundo* se encontrarem estruturados pelo escopo da diversidade temática, o que confere unidade às narrativas são os relatos de um narrador irônico que dá aos textos uma unidade completa. Essa ironia de um narrador onisciente intruso, à feição de Machado de Assis, é perceptível a partir da apreciação do refrão do conto, que também é funcional e irônico. Vejamos: “era pobre, com a graça de Deus, mas honrado” (GOMES, 2005, p. 50). Havendo a necessidade de abordar o conteúdo irônico no texto, ressaltamos que “a ironia não é apenas alguma coisa que acontece; é alguma coisa que pelo menos pode ser representada acontecendo” (MUECKE, 1995, p. 91), ou seja, o leitor literário pode interpretar a ironia por diferentes perspectivas, uma vez que ela está acontecendo e se atualizando a cada momento de fruição, logo cabe ao leitor captá-la ou não. Deste modo, tendo o refrão do referido conto uma funcionalidade estilística que é marcar o discurso irônico na configuração do perfil desta família, ou melhor, deste pai, que mesmo pobre vê-se honrado.





A última frase do conto também serve para exemplificar a ironia deste narrador “Era preciso que ela voltasse a botão e daí a nada, deixando embora o estigma de sua passagem pela mão do menino pobre, com a graça de Deus” (GOMES, 2005, p. 52). Além da questão da ironia do refrão/bordão, repetido à exaustão ao longo do conto, tem-se uma prerrogativa marxista clara: a de que a religião é o ópio do povo. Ou seja: o pai da criança do conto “Rosa de carne”, repetindo o refrão, está à procura de algo que afirme as suas atitudes perante a família, assim, refugia-se no mundo divino, afirmando-o, uma vez que o mundo real é cruel demais: “A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, tal como o é o espírito de uma situação sem espírito. É o ópio do povo” (Marx, 1969, p. 304).

A narrativa é um relato de teor crítico-social, sobre esse aspecto Zemaria Pinto, em seu livro *O conto no Amazonas* (2011) argumenta que “[...] em 1966 *Mundo mundo vasto mundo* contribuía com a renovação do conto no Amazonas, mantendo-se numa linha urbano-realista, marcada pela ironia e pela invenção” (PINTO, 2011, p. 78).

No conto, a técnica do discurso indireto livre expõe a fala das personagens. Ao fazer uso deste recurso, o autor põe o leitor em contato direto com as *personas* representadas. Na fala deste narrador, a ‘rosa de carne’ é a marca do crime cometido pelo pai, porém quem sofre e sente a dor causada pela intolerância paterna é o menino que terá marcado em suas mãos um símbolo da violência a que foi exposto.

O título da obra de Carlos Gomes representa uma intertextualidade explícita ao “Poema de sete faces” de Carlos Drummond de Andrade. Leiamos alguns versos do poema: “Mundo mundo vasto mundo, / se eu me chamasse Raimundo / seria uma rima, não seria uma solução. / Mundo mundo vasto mundo, / mais vasto é o meu coração.” Com base na leitura desse fragmento do poema de Drummond, observamos que a intertextualidade ocorre porque Carlos Gomes extrai um dos versos do poema acima mencionado para criar sua prosa. Porém, a obra de Carlos Gomes trata do vasto mundo da Amazônia.

No livro *Introdução à semanálise* (2005), cuja autoria é atribuída à Julia Kristeva, encontramos umas das primeiras e mais difundidas noções de intertextualidade. Para a autora, “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de *intertextualidade*” (Kristeva, 2005, p. 68). Nesse sentido,

a *intertextualidade* fica sendo definida, de acordo com as reflexões de Kristeva, como o processo de interação e intercâmbio semiótico de um texto primeiro com outro texto, ou outros textos, particularmente com o texto cultural, o texto histórico e o texto social, (na medida em que os três se interseccionam sem, no entanto, serem redutíveis um ao(s) outro(s) (KRISTEVA apud ALÓS, 2006, p. 14).

Ainda acerca da intertextualidade, podemos pensar no termo como um diálogo entre textos, bem como sendo também uma categoria de análise literária.





3.1 “Rosa de carne”: uma metáfora estruturante

“Rosa de carne” é uma metáfora que estrutura toda a narrativa, porque o sentido do vocábulo ‘rosa’ encontra-se deslocado do seu significado original, posto que a rosa do conto não represente uma flor, no sentido literal, mas trata-se da representação metafórica de ferida em brasa na mão de uma criança. Vejamos um fragmento da diegese, a fim de verificarmos o que foi dito acima: “o cheiro das pétalas não sabia bem. Havia de removê-las, para nascerem outras com odor de carne sadia. Rosa de carne, pétalas humanas, vermelho-vivo umas, amarelas outras, apodrecendo a mão do menino” (GOMES, 2005, p. 49).

Ainda sobre esse aspecto, vale pensarmos nas contribuições do professor Francisco da Silveira Bueno (1964), em seu livro *Estilística Brasileira: o estilo e sua técnica*. Nessa obra, o autor discute sobre a natureza da metáfora em textos literários. De acordo com o referido por ele “a essência da metáfora está na aplicação de um símbolo a outro, mas de ordem diferente, do concreto para o abstrato, do abstrato para o concreto ou de concreto para concreto, porém, em sentido translato, figurado” (BUENO, 1964, p. 144). Para Bueno, existem autores que exigem que as metáforas sejam sempre elevadas, o que não é de todo aceitável. Posto que haja assuntos irônicos nos quais as comparações aparecem pouco nobres justamente para ferir, para criticar (BUENO, 1964). É justamente nesta vertente metafórica que se encaixa o conto, ou melhor, a metáfora que estrutura a ficção de Carlos Gomes, uma vez que, por se tratar de uma relação parental alicerçada pelo vetor da violência extrema, a metáfora é o subsídio que o autor encontra para criticar o relacionamento paterno. Sendo tal relacionamento regido pelo autoritarismo e pela violência para com o menino que tem sua mão queimada pelo próprio pai, configurando um caso de violência intrafamiliar. Em outro conto intitulado “Tampinha”, do livro *O tocador de charamela* (2005), de Erasmo Linhares, temos um caso semelhante envolvendo a relação problemática entre pai e filho, pois o primeiro não se conforma em ser o progenitor de um menino cujo tamanho não lhe é compatível com a idade, isto é, o pai não sabe como lidar com o nanismo do filho, e por isso a criança é constantemente rejeitado e ignorado pelo pai.

É importante salientar que a estrutura do conto se inicia *in ultima res*, posto que a narrativa começa com fatos que pertencem ao seu desfecho, ou seja, a cena inicial da diegese é o final do conto, portanto é uma narrativa circular. Esse é um recurso utilizado para enredos não lineares como é o caso de “Rosa de carne”. A narração ocorre em *flashbacks* justamente devido a não linearidade do texto, logo o leitor deve perceber essas suspensões no decorrer da leitura da narrativa.

3.2 Mazelas sociais na ficção Amazônica de Carlos Gomes

Dentre as questões sociais abordadas nesta narrativa, apresentamos o *pauperismo*, “pobreza extrema”, o *êxodo rural*, a *exploração do trabalho infanto-juvenil e a violência*. No conto, o perfil de família retratado é o tradicional, no qual o pai exerce o seu poder sobre a mãe e sobre o filho. Por se tratar de uma família nos moldes tradicionais, podemos perceber resquícios do patriarcalismo, pois este pai é severo e autoritário.

Quanto à concepção de educação familiar, o nível educacional desta família é bastante rudimentar, pois a concepção de educação dos pais talvez seja a mesma a que foram submetidos, visto que a educação vislumbrada no conto é calcada na e pela rigidez, no sentido mais extremo, porque essa rigidez culmina nas constantes violências sofridas pelo menino submetido tanto às punições de sua mãe





quanto as do pai. A família não possui instrução, talvez por isso o extremo dos severos castigos. O excerto a seguir evidencia como o menino teve sua infância usurpada, bem como serve para representar que o garoto era constantemente agredido pelos pais. “pelada antigamente ele também jogava em serviço, mas teve de deixar, desde uma surra que lhe aplicou a mãe, por ter voltado para casa rasgado, sujo e suado, fedendo a moleque” (GOMES, 2005, p. 50).

O conto “Rosa de carne” traz a representação de muitos problemas sociais. Entre os quais destacamos a) a exploração do trabalho infanto-juvenil, b) o problema do êxodo rural e c) a violência intrafamiliar, mazelas ficcionalizadas na narrativa. Problematiza, assim, as condições adversas da sociedade na qual uma família recém-chegada a Manaus passa. Leiamos então um fragmento do texto que apresenta ao leitor a chegada da família à capital amazonense.

Família pobre com a graça de Deus, mas honrada. Eram-no, realmente. Tinham vindo de um interior distante, os trastes alienaram lá mesmo, para custearem os primeiros meses na cidade. O chefe esperava conseguir emprego, não conseguiu. Viviam de vender balas de cupuaçu, o marido às vezes pegava biscates, a mulher também lavava roupa pra fora. O menino ajudava na pequena indústria doméstica, ele já sabia muito bem quando a pasta estava em ponto de bala, mas enquanto não, reparava o tacho que queimava sobre o fogão de barro comedor de lenha verde. Depois vestia as balas, quase sempre mil, de papel vegetal. E tudo pronto, ainda era ele que saía para distribuí-las pela freguesia de subúrbio, a cesta pesando nos ombros magrinhos, pesando, pesando, o menino arriava onde quer que encontrasse parceiros para jogar bolinha com caroço de tucumã, ele era temido na pontaria (GOMES, 2005, p. 49).

Esse trecho da narrativa faz um retrato simbólico das condições as quais essa família estava exposta. Um pai desempregado, uma mãe que lavava roupas para ajudar a manter a família na cidade e uma criança que precisava trabalhar para ajudar no sustento familiar. Eis alguns fragmentos que mostram a labuta da mãe e do pai do menino. No primeiro exemplo, apresenta-se a realidade do pai, chefe da família em busca de emprego. Vejamos: “O chefe esperava conseguir emprego, não conseguiu” (GOMES, 2005, p. 50). Dessa forma, é possível observar que o emprego não era coisa fácil. Já no próximo fragmento mostra-se a labuta de uma mãe que lavava roupa para fora. “Era pouca a roupa que ela molhava, batia, esfregava, ensaboava e punha a corar todo santo dia, era pouca, ele achava, pra voltar naquelas condições? Vida desgraçada aquela, viver lavando os fundos dos outros!” (GOMES, 2005, p. 50). Os problemas endossados na narrativa são inúmeros: um pai violento e desempregado, uma mãe que representa a passividade e a revolta da mulher em meio à exaustão do trabalho braçal e doméstico, e um menino escravizado pelo trabalho infanto-juvenil e refém da truculência paterna. Esses são alguns dos problemas ficcionalizados por Carlos Gomes, problemas estes que traçam um quadro das fissuras de uma sociedade que não oferece as mínimas condições para o desenvolvimento de seus cidadãos.

Pode-se dizer que há uma invisibilidade social nestas personagens, pois elas não são nomeadas na narrativa. O pai, a mãe e o filho, como são caracterizados sem o nome, encontram-se destituídas de identidade, posto que essa marca implique pensarmos na pouca ou quase nenhuma importância dessa parcela da sociedade. Vale ressaltar também que tais personagens se assemelham ao modo de não





nomeação das personagens ‘crianças’ do romance, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, uma vez que, neste romance, as personagens também não possuem nomes para identificá-las.

Em relação ao furto, ação que norteia o texto, este ato é cometido pela figura de um menino, uma criança que, em meio às condições severas de violência social e intrafamiliar, acaba por retirar algumas notas (dinheiro) de um comércio, tal delito é cometido com o objetivo de suprir as necessidades alimentares e os desejos de criança do menino. Porém, esse ato é punido com rigor e severidade, o que tematiza a violência no conto. Dessa forma, somos levados a pensar que o garoto, ao ser punido/agredido, representa uma parcela de garotos da sociedade, ou seja, este menino está no lugar de outros de mesmo extrato social, é uma imagem de muitas outras crianças, pois ele representa aqueles que são filhos dos menos abastados em nível intelectual e, por isso, sofrem o rigor do autoritarismo parental. Vejamos:

[...] quando o freguês bateu à sua porta, furibundo, acusando o menino de ter-lhe surrupiado uma nota de conto, a única que no momento estava na gaveta, e não fazia muito, porquanto a recebera de um devedor que mal dera as costas. “Pois seu baleiro, foi tudo tão rápido, enquanto fui lá dentro buscar a lata pras balas. Seu menino é sagaz, ligeiro, um verdadeiro rato, me desculpe a expressão” (GOMES, 2005, p. 51).

O trecho apresentado acima representa o motivo pelo qual o menino é castigado. Por que a criança comete tal delito? Será que isso é suficiente para que uma criança tenha a sua mão queimada? Ou será também que as precárias condições de vida na cidade justificam o pequeno furto? Leiamos:

Verdade que nem sempre se come bem, nunca se janta, é só café com pão, e olhe lá que ainda se ganha de muita gente! Antigamente, tinha-se manteiga e leite, à noite. Mas, de uns tempos pra cá, tornou-se impossível esse luxo de leite e manteiga, você não vê que tá tudo pela hora da morte? O açúcar e a fruta custam os olhos da cara. Um cupuaçuzinho assim, do tamanho de um ovo, está por duzentos cruzeiros! Já se foi o tempo que caboclo era besta e vendia tudo por pouco mais ou nada (GOMES, 2005, p. 51).

Depois da leitura deste fragmento, podemos observar que muitas eram as adversidades enfrentadas por essa família. A quase escassez de alimento revela o grotesco quadro de uma sociedade hostil, que em nada beneficia aqueles que dela necessitam. Assim e ainda de acordo com o fragmento acima, podemos ver a reflexão das personagens acerca da inflação que assola os preços dos alimentos básicos. O alto preço dos produtos alimentícios e a falta de capacitação do caboclo contribuem para o pouco lucro da rústica empresa doméstica. Sendo que a principal fonte de renda desta família se concentra na confecção e distribuição de balas de cupuaçu, porém não usufruía dos recursos/lucro por ele produzidos.

Trazendo à discussão o pensamento de Karl Marx acerca do proletariado, torna-se premente ressaltar que a figura do menino fornece o trabalho e é explorado pelo processo de produção das balas de cupuaçu, não tendo a possibilidade de desfrutar dos recursos por ele alcançados no trato da indústria familiar. Nesse sentido, Karl Marx se referiu aos operários da indústria, como “homens-fruto de uma





moda passageira [...], nada mais que uma invenção dos tempos modernos, como o próprio maquinário”. (MARX e ENGELS, s/d, p. 299 apud ALVES, 1999, p. 41) E acrescenta que o homem é aprisionado pelas suas próprias mãos quando aceita ser a fonte de lucro do outro, ser a engrenagem que faz o capitalismo funcionar, uma vez que “assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão (MARX, 1984, p. 193 apud ALVES, 1999, p. 29).

Conforme a fala de Karl Marx, podemos pensar no menino como a máquina que move a produção capitalista de sua própria família, porém é lícito enfatizar que é pelo suor do seu trabalho que o menino é dominado.

4 Violência e Literatura: Breve Perspectiva Dialógica e Conceitual

Diante do mencionado e à luz das considerações de *Violência intrafamiliar – Orientações para a prática em serviço* (2001), diz-se que se configura como prática de violência intrafamiliar:

toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também as relações em que se constroem e efetuam. (BRASIL, 2001, p. 15).

Conforme o exposto acima é lícito pontuar que a violência intrafamiliar ocorre quando um sujeito exerce poder sobre outro no âmbito das relações familiares. No tocante ao conto em questão, esta modalidade de violência é desencadeada pelo pai que age tendo como prerrogativa da autoridade paterna que é levada ao extremo.

O conto “Rosa de carne” narra em seu enredo à história de uma família vinda do interior do Amazonas. Esta família migra para a capital do estado, Manaus, em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, é possível pontuar que a narrativa aborda os temas engendrados em seu enredo pelo prisma social, entre essas temáticas elencamos: *a violência em seus diversos ângulos, a exploração do trabalho infanto-juvenil, o desemprego e o êxodo rural*. Ainda sobre esse aspecto ressaltamos que

“Rosa de carne” teve múltiplas vidas. Participou de inúmeras antologias e parece grudar-se à memória de seus leitores. O enredo é simples: um pai, pobre, mas honrado, descobre que o filho anda cometendo pequenos furtos e, como castigo, esquenta uma moeda e ferra-lhe a mão, criando ali uma rosa de carne, signo de seu crime. A estrutura moral rígida do pai cria um quadro trágico, de emoções supremas. (TELLES, 2014, p. 163).

Ao que percebemos do fragmento acima, o conto apresenta um enredo simples, porém a narrativa é sinuosamente complexa em suas temáticas. Sendo assim, buscamos por meio da leitura e





análise de “Rosa de carne” apresentar aos leitores as temáticas mencionadas acima. Ademais, faz-se necessário enfatizar que o referido conto dialoga com o estudo *Narradores da exclusão ou a infância pobre na literatura brasileira contemporânea*, (2013), de Giorgina Martins. Em seu texto, a autora salienta que

[...] investigar o lugar que a criança ocupa na literatura é, acima de tudo, a possibilidade de refletir sobre o passado, o presente e quiçá o futuro da humanidade, além da chance de dialogarmos com a nossa própria infância, uma vez que esse período da existência configura-se em nosso estado original, lugar onde psicanálise, arte e filosofia até hoje buscam pistas para compreender o homem. Em função das limitações de sua natureza, a infância tem sua história narrada pelos adultos. Desde sempre, escritores de todas as nacionalidades se debruçaram sobre esse período, ora encarando a própria infância, ora refletindo sobre as dores e as alegrias das infâncias que imaginavam ou que enxergavam de suas janelas. Inúmeras são suas representações, que vão desde o espaço onde se pode evadir do mundo real, até o confronto com a dureza do presente e os riscos de não se chegar ao futuro. (MARTINS, 2013, p. 119).

A partir do relato de Giorgina Martins, é possível dizer que Carlos Gomes aborda em “Rosa de carne” o dilema da infância ou da usurpação dela, pois a infância deixa de ser vivida pela personagem principal e em seu lugar há o trabalho infante-juvenil ao qual é subjugado. Também ressaltamos que o escritor, de sua janela, representa a dolorida e a violenta infância de um menino que sofre as mais severas punições de seus pais, uma vez que, como é possível verificar a partir da leitura do conto, o garoto ora é agredido pela mãe, ora é castigado com requinte de crueldade pelo sujeito que exerce o papel social de pai.

5 Figurações da violência em “Rosa de carne”

A professora e pesquisadora Tânia Pelegrini, em seu texto cujo título é *As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea* (2005) assevera que

é inegável que a violência, por qualquer ângulo que se olhe, surge como constitutiva da cultura brasileira, como um elemento fundador a partir do qual se organiza a própria ordem social e, como consequência, a experiência criativa e a expressão simbólica, aliás, como acontece com a maior parte das culturas de extração colonial. Nesse sentido, a história brasileira, transposta em temas literários, comporta uma violência de múltiplos matizes, tons e semitons, que pode ser encontrada assim desde as origens, tanto em prosa quanto em poesia: a conquista, a ocupação, a colonização, o aniquilamento dos índios, a escravidão, as lutas pela independência, a formação das cidades e dos latifúndios, os processos de industrialização, o imperialismo, as ditaduras (PELEGRINI, 2005, p. 134).





O crescente processo de urbanização trouxe consigo novos e complexos problemas de ordem social. Na literatura, a retratação de tais problemas exige também uma adequação quanto à forma como surgem, persistem e se resolvem no cotidiano das pessoas (GONGORA, 2007).

No conto “Rosa de carne”, as cenas/imagens da violência são apresentadas ao leitor de forma explícita, uma vez que, ao castigar o filho que pratica o ato de furtar, o pai pune-o severamente e, assim, exerce seu poder de dominação masculina para usar os termos de Pierre Bourdieu. Em sua obra, *A Dominação Masculina* (1998), Bourdieu argumenta acerca do processo de dominação. Diz o autor que

[...] longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são produtos de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos [...] e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado. (BOURDIEU, 1998, p. 46).

Cabe lembrar que, em se tratando dos *agentes específicos*, podemos aproximar a figura paterna, a qual exerce sua autoridade apoiado numa ordem simbólica que rege e/ou impõe à dominação. Noutros termos, a relação de dominação se intensifica quando o pai, agente individual, é aquele que atua para a subordinação do filho e da esposa. Assim temos um sujeito individual com autoridade para decidir sobre os demais membros da família, ou seja, a figura paterna na diegese é marcada pelo autoritarismo e pela intolerância, porque quem sente na pele a truculência do pai é o filho, este é castigado com uma moeda em brasa, símbolo da violência de seu pai, que marca na mão do filho de ‘rosa de carne’.

Além do que já foi mencionado acima, torna-se importante dizer que esse menino sofre dupla violência: *social e intrafamiliar*, posto que a sociedade o pune diariamente. Nesse contexto, faz-se necessário enfatizar que os pais ‘secos’, ‘endurecidos’ com o sofrimento da vida tratavam-no com a mesma cordialidade com que foram tratados pela sociedade. Vejamos então, como a violência é elemento constitutivo desta família. Eis um trecho da narrativa que mostra como é o tratamento dado ao garoto:

Mulher, eu quero aquela moeda de trezentos réis antiga, que vais fazer homem com o menino? Vá buscar a moeda, deixe comigo o resto, esse desgraçado vai ser exemplado, não estou para mais tarde sofrer humilhação pior que a de hoje. O menino não tem compreensão, marido, não quero ladrão em casa, mulher, você me conheceu pobre, com a graça de Deus, mas honrado. (GOMES, 2005, p. 51-52).

Pensemos assim: eles, os pais, expõem o que são e como são. Tratam a criança como foram tratados, neste contexto, a violência é elemento fundante para essa família e é por meio dela que se organiza a própria ordem social, nesse sentido, afirma-se que “a violência intrafamiliar é um problema social de grande dimensão que afeta toda a sociedade, atingindo, de forma continuada, especialmente mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência” (BRASIL, 2001, p. 7). Sendo assim, pontuamos que é prática constante nesta família o recurso ao autoritarismo como forma de opressão, uma vez que os castigos eram companhia constante para o menino.





Em seu estudo acerca da representação da violência Grasiela Lourenzon de Lima (2010), pontua que:

A literatura brasileira contemporânea tem sido marcada pela estetização da violência, a qual está na base da série social. Cada vez mais os estudos literários, e o próprio fazer literário, têm demonstrado preocupação com os problemas ligados ao acesso à voz e a representação dos múltiplos grupos sociais. Percebe-se um crescente debate sobre o lugar na literatura para os grupos marginalizados, entendidos como aqueles que não são valorizados pela cultura dominante, devido a questões relacionadas a sexo, cor, etnia, condições socioeconômicas, entre outras (LIMA, 2010, p. 2).

Ainda no tocante à temática abordada, pode-se dizer que a violência humana, desde sua mais remota origem, sempre esteve ligada à relação de poder. O poder, por sua vez, sempre esteve ao alcance daquele que melhor soube conquistar para si os seus objetos de desejo, fossem eles de ordem material, espiritual ou simbólica (GONGORA, 2007, p. 22). No caso do conto em análise, a figura paterna exerce poder sobre seu filho, o qual é severamente castigado, sofrendo desde a violência física até a moral e a social.

Na literatura que se produz no Amazonas é constante a problematização da violência. Inúmeros são os exemplos da ficcionalização da violência em livros em prosa ou em verso. Astrid Cabral, contista e poetisa amazonense pinta em seu poema “Tartarugada”, do livro *Visgo da terra* (2005), a violenta morte de uma tartaruga, os versos explicitam grotescamente o ritual de ceifamento da vida de uma tartaruga. Já Arthur Engrácio (1927-1997), expõe em seus contos as mais violentas revoltas que os ribeirinhos da Amazônia sofreram. Em suas *Histórias de submundo* (1960), revela-se o cruel e o violento submundo das florestas e dos rios amazônicos. Os contos “Mal traçadas linhas para Deusilene” e a “Revolta” são exímios exemplos dos seus escritos que retratam a violência a qual os caboclos foram expostos. No primeiro conto, o personagem Manduca, que também migra para Manaus com sua família em busca de melhores condições de sobrevivência e emprego, é humilhado ao sofrer diversos tipos de violência em Manaus. A segunda narrativa retrata as constantes violências que os caboclos que tiravam o látex em pleno ciclo da borracha sofriam dos coronéis.

Além desses exemplos, o poema épico *Muhuraida*, do português Henrique João Wilkens, retrata as violências a que os índios estavam sujeitos na época da colonização portuguesa no Amazonas. Uma das violências mais constantes no poema é o genocídio, ou seja, a prática deliberada de extermínio dos nativos da região, essa temática concentra as ações da epopeia amazônica, uma vez que os portugueses consideravam os índios como sendo seres animalizados, ferozes e incivilizados. Na ótica dos colonizadores portugueses, os nativos eram destituídos de valores morais e religiosos. Logo, deveriam ser eliminados.

Assim, tendo em vista os exemplos arrolados da Literatura que se produz na Amazônia, vê-se que a violência é uma constante tanto nas produções ficcionais em prosa quanto na poesia. Conforme elencamos acima, inúmeros são os autores e obras que ficcionalizam sobre a violência em seus escritos. Tais escritores versam acerca dos mais variados tipos de violência: violência sexual, política, moral, social, espiritual, cultural, física e simbólica.





Em “Rosa de carne”, a violência novamente se perpetua como temática central da narrativa. Neste conto há vários tipos de violências, entre as quais destacamos a violência intrafamiliar sofrida pelo filho e desencadeada pelos pais que constantemente agrediam essa criança, os castigos eram desde pequenas surras, agressões verbais até o cruel ato de queimar a mão do menino. Além dos tipos de violência elencados acima, temos também a violência social a qual toda a família está submetida, uma vez que famílias inteiras de ribeirinhos deixavam suas casas em busca de emprego e qualidade de vida, e, ao chegar aqui, em Manaus, deparavam-se com um cenário nada propício para o progresso, ou seja, os caboclos que vinham fugindo do submundo das florestas, ao chegarem em Manaus, continuavam sendo punidos com os mais rigorosos tipos de violência, porque, ao chegarem à capital do estado do Amazonas, essas pessoas se confrontam com o desemprego, com a exploração da força de trabalho e com os altos custos para se manterem na capital.

Como já mencionado, a partir da leitura do conto, percebemos que o menino sofria inúmeras violências, posto que sua infância fora roubada e, em seu lugar, fora-lhe entregue uma árdua rotina de trabalho na fabricação caseira de balas de cupuaçu. Ao menino, apenas o trabalho, nada de brincadeiras, senão o castigo vinha depressa.

Vejamos então mais um excerto do texto a fim de averiguarmos como era vida/rotina desta criança.

O menino ajudava na pequena indústria doméstica, ele já sabia muito bem quando a pasta estava em ponto de bala, mas enquanto não, reparava o tacho que queimava sobre o fogão de barro comedor de lenha verde. Depois vestia as balas, quase sempre mil, de papel vegetal. E tudo pronto, ainda era ele que sairá para distribuí-las pela freguesia de subúrbio, a cesta pesando nos ombros magrinhos, pesando, pesando, o menino arriava onde quer que encontrasse parceiros para jogar bolinha com caroço de tucumã, ele era temido na pontaria. (GOMES, 2005, p. 50).

Neste fragmento, visualizamos vários tipos de violência. A família que busca em meio à “Selva de pedra” conseguir o sustento de cada dia, mas para isso sofre constantemente com as mazelas sociais da falta de emprego e dos altos custos dos alimentos que também são uma forma de violência que visa inibir o progresso da pequena indústria familiar. Essa família sofre com as privações da vida na cidade grande, as dificuldades são inúmeras e os sacrifícios também, posto que faltam para esta família condições mínimas para uma sobrevivência digna. O alimento quase sempre era escasso e quando era possível comprá-lo, os altos custos diminuía as aquisições, sendo que só conseguiam o básico para sua subsistência.

6 Considerações Finais

Temos em “Rosa de carne”, um conto moldado pelo inquebrantável rigor da figura paterna, emoldurado pelos diversos tipos de violência e austeridade educacional, uma vez que a narrativa traga para discussão o silêncio daqueles que se encontram, em situação socioeconômica desfavorecida, diante disso, torna-se premente endossar que as personagens desta narrativa são destituídas de identidade e





essa privação é uma das problematizações sociais evidenciadas na diegese. Além disso, observamos que as questões abordadas neste estudo, tais como: a) a exploração do trabalho infanto-juvenil; b) violência intrafamiliar; c) o êxodo rural; d) a relação intertextual entre o poema drummondiano e a ficção de Carlos Gomes contribuíram para mostrar que “Rosa de carne” é um flagrante/painel da realidade do pobre, do ribeirinho, do caboclo, do brasileiro que luta contra as adversidades de uma sociedade cruel. É tanta crueldade que faz o leitor pensar na humanização da literatura ou na desumanização do homem que age de acordo com o meio, que trata consoante é tratado, que pune conforme é punido.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital – A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização**. 2. ed. Londrina: Editora Praxis, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BUENO, Francisco da Silveira. **Estilística brasileira: o estilo e a sua técnica**. Saraiva, São Paulo, 1964.

GOMES, Carlos. **Mundo mundo vasto mundo**. Org. Tenório Telles. 3. ed. Manaus: Valer, 2005.

GONGORA, Anderson Possani. **Uma representação contemporânea da violência em contos e novelas de Sérgio Sant’anna**. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LIMA, Grasiela Lorenzon de. Representação da Violência no conto “O Cobrador”, de Rubem fonsenca e no Livro *O Matador*, de Patrícia Melo. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, dossiê n. 04, nov. 2010.

MARTINS, Georgina. Narradores da exclusão ou a infância pobre na literatura brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 41, p. 119-148, jan./jun. 2013.

Marx, Karl. Towards the Critique of Hegel’s Philosophy of Right. In: FEUER, Louis S. (ed.). **Marx and Engels: Basic Writings on Politics and Philosophy**. Londres: Fontana, 1969.

MUECKE, D. C. **Ironia e o irônico**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1995.





PELEGRINI, Tânia. As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 132-153, 2005.

PINTO, Zemaria. **O Conto no Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2011.

TELLES, Tenório. **Clube da Madrugada – presença modernista no Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2014.





**ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES**



SUGESTÃO DE PESQUISA EM TORNO DAS AÇÕES INSUSTENTÁVEIS E DÉFICITS SOCIOAMBIENTAIS NO TURISMO DE PORTO SEGURO–BAHIA

*Elissandro dos Santos Santana**

Resumo: A inserção no universo científico é uma tarefa árdua e difícil para alunos de graduação, por isso, esse trabalho configura-se como uma sugestão de pesquisa em torno do tema “Ações insustentáveis e déficits socioambientais no turismo de Porto Seguro–Bahia”, contribuindo para mitigar ou minimizar as dificuldades em torno do fazer ciência. O *locus* apresentado no trabalho de investigação serve apenas como ponto de partida para a reflexão e, por isso, pode ser redimensionado, pois os problemas ambientais aparecem em muitas partes do Brasil e do mundo. Enfim, com essa proposta, busca-se contribuir para a formação científica de graduandos e egressos da graduação que desejam continuar os estudos na pós-graduação lato sensu e stricto sensu na área ambiental.

Palavras-chave: Turismo; Ações Insustentáveis; Déficits Socioambientais; Formação Científica.

Resumen: La inclusión en el mundo científico es una tarea ardua y difícil para los estudiantes, por lo que este trabajo aparece como una sugerencia de investigación sobre el tema “Acciones insostenibles y déficits socio ambientales en el turismo de Porto Seguro–Bahia”, contribuyendo a mitigar o reducir las dificultades en torno al hacer ciencia. El *locus* presentado en el trabajo de investigación sirve solamente como punto de partida y, por ello, puede ser otro, pues los problemas ambientales aparecen en muchas partes de Brasil y del mundo. De todos modos, con esta propuesta, se busca contribuir a la formación científica de los estudiantes y graduados que deseen continuar sus estudios en postgrado lato sensu o stricto sensu en el área ambiental.

Palabras-clave: Turismo; Acciones insostenibles; Déficits socio ambientales; Formación científica.

1 Introdução

A tríade turismo, sustentabilidade e meio ambiente ocorre a partir de tensões frutos de contradições e convergências. Para a compreensão desses três elementos, é importante entender a complexidade da atividade turística praticada em um determinado meio ambiente, com seus capitais naturais e como tais recursos podem ser usados de forma sustentável.

Para aprofundar a discussão sobre os três temas, faz-se necessário um passeio conceitual a partir de teóricos que discorrem sobre esses campos, pois somente diante do arcabouço dos conceitos de cada

* Especialista em Sustentabilidade, Desenvolvimento e Gestão de Projetos Sociais e em Linguística e Ensino de Línguas pelo Centro Universitário UNISEB (UNISEB), Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Espanhola pela Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC), Graduado em Letras (Espanhol) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: lissandrosantana@hotmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7247738302577231>





temática avançar-se-á no que tange à compreensão das questões que estão por trás das ações insustentáveis que permeiam as atividades turísticas, desencadeando estresses e déficits socioambientais.

Antes de discorrer sobre algumas das características da cidade, *loco* da pesquisa que será proposta, torna-se oportuno pontuar que o turismo é uma atividade que possibilita o trânsito de pessoas, de cultura, de saberes e de geração de riquezas, por isso, conforme Coriolano, Leitão e Vasconcelos (2009, p. 29): “*é um campo afeito a tensões e antinomias.*” Essas tensões e antinomias, segundo os autores mencionados, encontram explicação no fato de que as imagens do turismo consolidadas ao longo do século XX produziram signos e símbolos impregnados de significados simultaneamente criativos e destrutivos. Tais antinomias são frutos, em parte, da própria complexidade das atividades turísticas, pois, segundo Ricco (2012, p. 167) o turismo: “*(...) é um fenômeno extremamente complexo, dinâmico, que opera de múltiplas formas e nas mais diversas circunstâncias, sendo difícil apreendê-lo em sua totalidade por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única ciência.*”

Essas antinomias e tensões aparecem em Porto Seguro, que possui no turismo a principal atividade para geração de riqueza e ancora-se na dinâmica do desenvolvimento econômico sem grandes responsabilidades socioambientais. A cidade alicerça-se em perspectivas exploratórias com a natureza, o que é paradoxal, haja vista que em vez de conservar e preservar os recursos naturais dos quais se serve, apropria-se, de forma inadequada, dos ambientes naturais e culturais. Essas apropriações propiciam insustentabilidades que vão desde a transfiguração dos espaços de lazer, dos espaços de cultura e história, concentração de riquezas, especulação imobiliária, segregações espaciais, degradação de matas ciliares ao longo de rios e riachos, depósito de resíduos sólidos em praias, despejo de esgotos no mar, destruição de expressões culturais e históricas, exploração da mão de obra, distanciamentos sociais e violência.

Para a compreensão da complexidade das atividades turísticas na cidade, faz-se necessário entender as consequências das ações antrópicas em ambientes diversos, levando-se em consideração que elas ocorrem em áreas marinhas, lacustres e ecossistemas em geral. No que concerne à relação economia e meio ambiente, já que o turismo de Porto Seguro ocorre a partir desses dois pilares, é importante recorrer ao que afirma Braga *et al.* (2002, p. 226):

A Economia ecológica constituiu uma reação àquilo que considera como insuficiência dos princípios-base da economia tradicional, em face da natureza dos processos ecológicos nos ecossistemas e na biosfera, que são determinantes do equilíbrio e da qualidade do ambiente. Na sua visão, a economia deve ser entendida como um subsistema (o subsistema econômico) originado da atividade humana, mas subordinado às leis fundamentais que regem os ecossistemas da biosfera.

Há pontos estratégicos para o turismo na cidade. Começando pelo centro, há a Passarela do Álcool, onde, diariamente, são armadas barracas para vendas de alimentos, bebidas e artesanatos locais, com a circulação de milhares de pessoas. Esse ponto turístico também é o local para a realização das festas mais importantes da cidade, com bandas e circulação de trios elétricos. O problema é que essa parte está localizada às margens do Rio Buranhém, que desagua no mar, e, após as festividades, são visíveis os impactos ambientais com a presença de resíduos sólidos como garrafas plásticas, de vidro e de metal no leito do rio. Na Orla Norte há grandes empreendimentos como barracas e hotéis com festas





na praia, em que é possível verificar o acúmulo de resíduos sólidos e líquidos. Além desses problemas, vários rios e riachos desse perímetro estão contaminados com o despejo de esgotos e outros resíduos. Para piorar a situação, novos empreendimentos e condomínios são construídos nessa parte da orla a cada ano. Do centro de Porto Seguro para o Arraial d'Ajuda (outro ponto muito importante para o turismo) há a travessia de balsa pelo Rio Buranhém e tais embarcações são abastecidas às margens do próprio rio, o que demanda cuidado e política sólida de fiscalização ambiental, pois há o risco de contaminação da água com o vazamento de óleo. Do outro lado, há engarrafamentos na Estrada do Arraial até o Centro do Distrito e isso provoca, além dos ruídos que perturbam aves e outros animais da fauna local, poluição com o lançamento de CO₂. Saindo do Arraial, há o turismo ainda mais luxuoso no Distrito de Trancoso e, nesse espaço, a natureza passa por um acelerado processo de desgaste, em que grandes hotéis são construídos e o distrito, por conta do sucesso econômico advindo do turismo, atrai um contingente de pessoas de outras partes do município e de outras cidades da região, ocasionando o crescimento urbano e populacional desordenado com o surgimento de bairros sem condições sanitário-ambientais.

Frente às condições socioeconômicas frágeis, os atores sociais envolvidos com o turismo desenvolveram práticas exploratórias do capital natural e essa concepção também aparece no discurso do turista que concebe a região como pacote-objeto a ser consumido. A partir do consumo/exploração, o que deveria ser espaço de troca cultural, histórica e convivência com a natureza, converte-se em relações depredatórias que vão desde a poluição de praias e rios com resíduos sólidos, à depredação de recifes em decorrência da presença não controlada de pessoas nessas áreas de ampla biodiversidade marinha, à irresponsabilidade de gestores públicos em relação a políticas de educação ambiental, além da ausência da aplicação de legislação ambiental, planejamento e zoneamento ambiental para a cidade.

A partir do quadro apresentado, percebe-se que o turismo em Porto Seguro está alicerçado em moldes hegemônicos de desenvolvimento em dissociação com o meio ambiente, através de modelos de produzir sob o efeito da arquitetura aristotélica bipolar não complexa que maturou o cartesianismo de causa e efeito da modernidade. Ou seja, o turismo na cidade já deveria ser praticado a partir de visões plurais, baseado no respeito à própria natureza e ao homem que dela se serve, mas, infelizmente, está preso às bases do desenvolvimento positivista, satisfazendo desejos e necessidades capitais sem compromisso com o socioambiental. Seguindo-se tal raciocínio, pode-se relacionar esse desejo inconsequente de uso da natureza sem pensar nas consequências com o que afirma Maturana (2001, p. 172):

Nós, seres humanos, sempre fazemos o que queremos, mesmo quando dizemos que somos forçados a fazer algo que não queremos. O que acontece nesse último caso é que queremos as conseqüências (*sic*) que irão se dar se fizermos o que dizemos que não queremos fazer. Isto é assim porque nossos desejos, conscientes e inconscientes, determinam o curso de nossas vidas e o curso de nossa história humana. O que conservamos, o que desejamos conservar em nosso viver, é o que determina o que podemos e o que não podemos mudar em nossas vidas. Ao mesmo tempo, é por isso que freqüentemente (*sic*) não queremos refletir sobre nossos desejos. Se não vemos nossos desejos, podemos viver sem nos sentirmos responsáveis pela maior parte das conseqüências (*sic*) do que fazemos.





Levando-se em consideração a configuração e dinâmica atual do setor turístico da cidade, é necessário repensar práticas em torno da perspectiva tradicional que concebe o meio ambiente como capital natural gerador único de divisas econômicas, pois, sob esse ângulo, há o risco de esvaziamento do humano em relação ao meio ambiente e surgimento do *homo ignoramus* no que concerne à noção de pertença e integralização com a natureza. Nessa linha, pode-se mencionar que diante do desligamento do homem com o meio ambiente, surgem incongruências do pensar-agir e práticas antropogênicas que geram insustentabilidades em âmbitos diversos. No Turismo, tais incongruências geram tensões e antinomias, pois, ao passo que é uma atividade que possibilita a aceleração econômica, gera descompassos e provoca déficits ambientais em larga escala, ou seja, feito de forma predatória, atinge dimensões somente econômicas e não alcança o desenvolvimento em seu conceito *lato sensu*. A partir desse raciocínio, Coriolano, Leitão e Vasconcelos (2009, p. 29), afirmam que o turismo:

De um lado, é considerado um dos fatores de aceleração do desenvolvimento moderno e, de outro, da intensificação das redes de relações sociais no planeta, características do novo século. As imagens do turismo consolidadas ao longo do século XX produziram signos e símbolos impregnados de significados simultaneamente criativos e destrutivos. Ao mesmo tempo que a atividade turística simboliza o uso e a apropriação (muitas vezes inadequada) de ambientes naturais e culturais, transfigurando-os em espaços de lazer e consumo, concentração de riqueza, especulação, segregação de espaços, degradação de ambientes, destruição de expressões culturais, exploração de trabalhadores, também simboliza o empreendedorismo, a conquista, a descoberta e o sonho de muitas pessoas.

As contradições nas atividades turísticas geram insustentabilidades e comprometem o desenvolvimento. Assim, faz-se imprescindível questionar o *modus operandi* de fazer turismo e gerar renda na cidade. No entanto, para que a mudança aconteça, é possível fazer uma ponte com o que afirma Morin (2005, p. 10): “Não haverá transformação sem reforma do pensamento, ou seja, revolução nas estruturas do próprio pensamento. O pensamento deve tomar-se complexo.”.

2 Proposta de Objetivos para a Pesquisa

O pesquisador, ao apresentar o anteprojeto ou projeto de pesquisa para alguma Instituição, poderá apresentar o seguinte objetivo geral: pesquisar sobre práticas insustentáveis que desencadeiam déficits socioambientais e mapear as áreas degradadas em decorrência de atividades antrópicas a partir do turismo na cidade de Porto Seguro, Bahia.

No que concerne aos objetivos específicos, poderão ser apresentados os seguintes: investigar até que ponto as ações antropogênicas desencadeiam problemas ambientais; pesquisar quais são os principais problemas sociais presentes no município, com relação direta e indireta com a degradação do meio ambiente a partir do turismo exploratório; investigar as condicionantes que propiciam as tensões e antinomias entre o turismo e o capital natural do município; estudar a relação dos atores





sociais com o meio ambiente e que trabalham com o turismo; pesquisar o comportamento dos turistas que visitam a cidade e quais os fatores que contribuíram para a escolha do destino turístico; verificar paradoxos a partir dos motivos geradores para a escolha do local turístico pelos visitantes e suas práticas na cidade; identificar os principais impactos socioambientais causados pelo turismo na cidade.

3 Justificativa para a Consecução da Pesquisa

Porto Seguro possui no turismo a principal fonte de renda e é destino turístico importantíssimo para o Brasil. Diante do fato de que essa atividade é imprescindível para a região, é importante investigar as práticas de exploração no turismo que desencadeiam déficits sociais e ambientais. Ademais, urge uma nova relação dos agentes envolvidos no trabalho com o turismo em relação à natureza, pois as belezas naturais aliadas a outros fatores são os elementos atrativos e a degradação desses serviços ecológicos provocam desequilíbrios socioambientais.

Caso não haja uma nova arquitetura de pensar o turismo, haverá o esgotamento dos serviços que são comprados pelos turistas que visitam a cidade e, conseqüentemente, haverá o enfraquecimento parcial ou total do turismo na região, com conseqüências sociais e econômicas que desencadearão outros desequilíbrios. Na atual conjuntura, são perceptíveis as marcas da exploração e, por isso, somente um novo design mental¹ em torno do turismo contribuirá para o desenvolvimento para além de rótulos econômicos na cidade. Nessa linha de raciocínio, pode-se recorrer ao que afirma Boff (2012, p. 14):

Nunca antes da história conhecida da civilização humana, corremos os riscos que atualmente ameaçam nosso futuro comum. Estes riscos não diminuem pelo fato de que muitíssimas pessoas, de todos os níveis de saber, deem de ombros a esta máxima questão. O que não podemos é, por descuido e ignorância, chegar tarde demais. Mas vale o princípio de precaução e prevenção do que a indiferença, o cinismo e a despreocupação irresponsável. Se dermos centralidade à aliança de cuidado, seguramente chegaremos a um estágio de sustentabilidade geral que nos propiciará desafogo, alegria de viver e esperança de mais história a construir rumo a um futuro mais promissor.

A partir do novo sujeito sustentável, será possível repensar as relações dos homens com/nos próprios espaços nos quais atuam. Nessa linha, Santos (1997, p. 141) pontua o seguinte: “As épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução.”. Seguindo essa linha, pode-se afirmar que o entendimento do turismo exige o conhecimento de noções para além do espaço geográfico, ecossistemas desse espaço, paisagens, culturas, políticas e os seres humanos com seus axiomas culturais, ou seja, é necessário repensar toda a dinâmica do turismo na cidade e como essa atividade gera déficits socioambientais que vão da depredação e esgotamento dos recursos naturais à degradação do próprio homem, visto, equivocadamente, dissociado da natureza.

¹ Termo emprestado de Leonardo Boff, no livro “Sustentabilidade: o que é, o que não é.”



O Turismo é muito complexo, como já fora mencionado e, portanto, precisa ser estudado e investigado a partir de um olhar multirreferencial/complexo, sendo assim, faz-se necessário fugir das disjunções que ocorreram em outras áreas do conhecimento, pois, segundo Morin (2005, p. 30) a ciência moderna passou por disjunções na tentativa de simplificações de processos:

De toda parte surge a necessidade de um princípio de explicação mais rico do que o princípio de simplificação (separação/ redução), que podemos denominar princípio de complexidade. É certo que ele se baseia na necessidade de distinguir e de analisar, como o precedente, mas, além disso, procura estabelecer a comunicação entre aquilo que é distinguido: o objeto e o ambiente, a coisa observada e o seu observador. Esforça-se não por sacrificar o todo à parte, a parte ao todo, mas por conceber a difícil problemática da organização, em que, como dizia Pascal, “é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como é impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes”.

O turismo, somente na perspectiva econômica, provoca disjunções entre produção e natureza e Capra (2012, p. 209) afirma que a mais grave consequência do contínuo crescimento econômico é o esgotamento dos recursos naturais do planeta. Já Miller (2012, p. 172) ao discorrer sobre ciência, economia, ética e sobre os motivos pelos quais é necessário cuidar da biodiversidade, apresenta algo que pode ser usado para repensar a dinâmica do turismo:

Existem dois tipos principais de valor instrumental. Um deles consiste em valores de uso, que nos beneficiam na forma de bens econômicos e serviços, serviços ecológicos, recreação, informações científicas e opções de preservação para tais usos no futuro. O outro tipo consiste em valores de não-uso. Por exemplo, há o valor de existência – saber que existe uma floresta de sequóias (*sic*), uma área selvagem ou espécies ameaçadas de extinção, mesmo que nunca as vejamos nem façamos uso direto delas. O valor estético também é de não-uso – muitas pessoas apreciam uma árvore, uma floresta, um animal selvagem, uma paisagem por causa de sua beleza. O valor de legado, por sua vez, tem como base a boa vontade de algumas pessoas que pagam para proteger formas de capital natural a fim de garantir sua disponibilidade para as gerações futuras.

A partir da necessidade de novas relações socioeconômicas no turismo da cidade, é possível recorrer ao que afirma Capra (1995, p. 190):

Finalmente, Schumacher sustenta que a atitude de ignorar nossa dependência do mundo natural está inerente na metodologia da economia moderna e no sistema de valores subjacente à tecnologia moderna. “Ecologia deveria ser matéria obrigatória para todos os economistas”, insiste Schumacher, observando que, ao contrário de todos os sistemas naturais – que se equilibram, ajustam e purificam por si mesmos –, nosso pensamento





econômico e tecnológico não admite nenhum princípio de autolimitação. “No sistema delicado da natureza”, conclui, “a tecnologia, e em particular a supertecnologia do mundo moderno, age como um corpo estranho, e hoje já podemos observar numerosos sinais de rejeição.”.

Em consonância com a necessidade de novas posturas para um turismo sustentável, Almeida (2009, p. 49) pontua:

Nos dias de hoje é a chamada sociedade de consumo, resultantes dos processos da modernidade, que produz o espaço e, também, o turismo. O turismo moderno resulta da demanda dessa sociedade que o utiliza para se satisfazer ideológica e materialmente. Nessa perspectiva, ele adquire natureza social e se manifesta como prática de massa, favorecida pela modernização dos transportes e pelas redes de comunicação, denominado como turismo de massa.

Refletindo sobre a relação de exploração do turismo a partir dos valores meramente econômicos, é possível relacionar com o que afirma Capra (2002, p. 2008):

A lição principal que temos a tirar dessas análises é a de que a maioria dos nossos atuais problemas ambientais e sociais têm suas raízes profundas em nosso sistema econômico. Como fiz questão de frisar anteriormente, a forma atual de capitalismo global é insustentável dos pontos de vista social e ecológico, e por isso é politicamente inviável a longo prazo. Uma legislação ambiental mais rigorosa, uma atividade empresarial mais ética, uma tecnologia mais eficiente - tudo isso é necessário, mas não é suficiente.

A lógica dos espaços em Porto Seguro obedece ao sistema de apropriação capital e os moradores necessitam dialogar com uma dinâmica de segregação espacial, quando, na verdade, deveriam ter acesso aos bens naturais nos espaços em que atuam. Com isso, além da segregação espacial-social, há alterações na paisagem e degradação de áreas ambientais. Um exemplo de déficit ambiental por conta do turismo é o alto fluxo de automóveis pela rodovia que liga Porto Seguro a Santa Cruz Cabralia, sem a manutenção da rodovia, somando-se a isso, o avanço das águas do mar, com desmoronamentos de partes da BR, com consequências sérias.

Sobre a questão da segregação do espaço, é possível fazer uma ponte com a discussão que Almeida (2009, p. 61) faz em torno da ruralidade, turismo e gestão social:

Estudos de caso, principalmente de caráter geográfico, foram realizados para entender os impactos do turismo no meio ambiente. Alguns enfatizam que os aspectos de degradação no ambiente natural ocasionados pelo processo de urbanização turística. Outros estudos enfatizam os impactos sociais e econômicos por meio de quadros marcados pela desigualdade e pela exclusão social e espacial, além de ruptura na identidade cultural, da redução da





autoestima, aumento do custo de vida, inflação e outras consequências desastrosas no contexto de vida das populações rurais periféricas e tradicionais.

A abertura do turismo deveria ser feita com consciência para o uso dos recursos naturais, mas a cidade está distante de uma atividade turística sustentável. Diante disso, um estudo profundo em torno de práticas insustentáveis no turismo que desencadeiam déficits ambientais torna-se essencial não somente para o mapeamento dos principais problemas socioambientais na cidade, mas, também, para políticas de educação ambiental e intervenções, para que a atividade turística continue como mola de desenvolvimento. Ademais, os mesmos problemas que ocorrem em Porto Seguro aparecem em outras regiões do Brasil nas quais a atividade turística é o eixo de desenvolvimento, portanto, os resultados da pesquisa atingirão dimensão nacional.

Além dos elementos que foram apresentados para a consubstanciação da pesquisa em torno das insustentabilidades desencadeadoras de déficits socioambientais no turismo de Porto Seguro, torna-se oportuno mencionar que o estado da arte em torno do fenômeno a ser investigado é quase inexistente, pelo menos, no tocante ao turismo da cidade e região, portanto, os resultados contribuirão para outro olhar e perspectivas, propiciando uma reflexão sobre práticas insustentáveis e nascimento de nova arquitetura mental de relação com a natureza a partir da exploração consciente dos serviços ecológicos da região a partir do turismo.

4 Metodologia que Poderá ser Adotada na Pesquisa

Dado a complexidade do Turismo, pode-se optar por uma pesquisa bibliográfica e de campo. Ressalte-se que a pesquisa ocorrerá em uma perspectiva de análise dupla, qualitativa e quantitativa, haja vista que a proposta atingirá dimensões sociais e ambientais. Qualitativa, pois a proposta é analisar os elementos que fazem parte da consciência dos atores sociais envolvidos nas atividades turísticas e/ou adjacentes a ela e comportamento não se quantifica, a não ser que haja perspectivas bem específicas, o que não é o caso da proposta apresentada. Quantitativa, pois a pesquisa alcança dimensões que ultrapassam o social, chegando ao ambiental e uma das intenções é investigar áreas degradadas, para mapeamento e localização de espaços e isso passa por quantidade, haja vista que outra proposta é saber quais são as áreas que sofrem estresse ambiental nas áreas de exploração turística.

Para o levantamento bibliográfico recorrer-se-á a fontes primárias e secundárias sobre turismo, meio ambiente e sustentabilidade. Ademais, diante desse arcabouço teórico, far-se-á a análise de documentos como jornais impressos, virtuais e outros meios para detectar os principais déficits socioambientais resultantes de práticas insustentáveis no turismo da cidade. Para a pesquisa de campo, levar-se-á em consideração o que afirma Gil (2002):

O estudo de campo apresenta muitas semelhanças com o levantamento. Distingue-se, porém, em diversos aspectos. De modo geral, pode-se dizer que o levantamento tem maior alcance e o estudo de campo maior profundidade. Em termos práticos, podem ser feitas duas distinções essenciais. Primeiramente, o levantamento procura ser representativo de universo definido e oferecer resultados caracterizados pela precisão estatística. Já o estudo de campo procura





muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis.

No entanto, antes da pesquisa *in loco*, serão elaborados questionários estruturados e semi-estruturados para um grupo amostral de atores sociais envolvidos com o turismo, já que uma das propostas do trabalho é captar a relação desses agentes com o meio ambiente, partindo-se do pressuposto de que é impossível entender as práticas insustentáveis que desencadeiam déficits socioambientais sem apossar-se do discurso dos sujeitos envolvidos nas atividades turísticas. Para a aplicação dos questionários, parte-se do que afirma Gil (1999): “o questionário apresenta uma série de vantagens. A relação que se segue indica algumas dessas vantagens, que se tornam mais claras quando o questionário é comparado com a entrevista”. Dentre essas vantagens, Gil (1999) pontua as seguintes: possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; garante o anonimato das respostas; permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais convenientes e não expõem os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Proceder-se-á ao levantamento de imagens de satélites a partir do sensoriamento remoto sobre a situação espacial e ambiental de Porto Seguro e, durante a pesquisa de campo, recorrer-se-á, também, de forma complementar, às imagens adquiridas, ao registro de áreas que sofreram algum impacto ambiental em decorrência do turismo a partir de fotos que serão retiradas *in loco*. No que concerne às imagens através de sensoriamento remoto, é possível levar em conta o que afirma Portuguez (2012, p. 17):

Outro aspecto importante que não se pode ignorar, refere-se à popularização da internet no Brasil (década de 1990), que contribuiu sobremaneira com este avanço no uso das fotografias digitais, não só porque permitiu a troca de dados e arquivos em caráter de simultaneidade, mas, sobretudo, porque surgiram sites e programas de livre acesso cujos conteúdos baseiam-se fundamentalmente em fotografias aéreas e imagens de satélite.

5 Considerações Finais

A sugestão de pesquisa apresentada é um espaço para diálogos em torno do fazer científico e, mais importante que isso, contribui para a formação da consciência científica e caminho de pesquisa para alunos de graduação em fase de trabalho final de curso, ou, até mesmo, para egressos que ainda não entendem a dinâmica dos projetos de investigação científica e que almejam continuar os estudos em outros níveis como especializações e mestrados.

As dificuldades enfrentadas pelo aluno de graduação no que concerne à iniciação científica são inúmeras e, em muitas Instituições, muitas vezes, não há uma preocupação com a formação em educação científica ou inserção do alunado em grupos e projetos de iniciação científica. Diante desse quadro, Santana (2014, p. 92) pontua o seguinte: a pesquisa alcança cada vez mais importância no





ambiente universitário e as instituições precisam investir em formação nessa área, pois é notório que há muitos problemas no que tange à pesquisa durante a graduação.

Diante de uma proposta como essa, o aluno, futuro pesquisador, encontra oportunidade para dialogar e construir saberes sobre o que é a pesquisa e quais os elementos que formam parte desse processo que é tão importante para o desenvolvimento do mundo hodierno.

Referências

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2012.

_____. **Sabedoria incomum**. São Paulo: Cultrix, 1995.

ALMEIDA, Fabiana Andrade Bernardes. Turismo, produção do espaço, ruralidade e gestão social. In: CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria; ARNDT, Jorge Renato Lacerda. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRAGA, B. *et al.* **Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Prattice Hall, 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T., LEITÃO, Cláudia S. e VASCONCELOS, Fábio P. Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria; ARNDT, Jorge Renato Lacerda. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MILLER, G. Tyler. **Ciência Ambiental**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. A aplicabilidade das aerofotografias amadoras em estudos geográficos do turismo. In: _____; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (orgs). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2012.



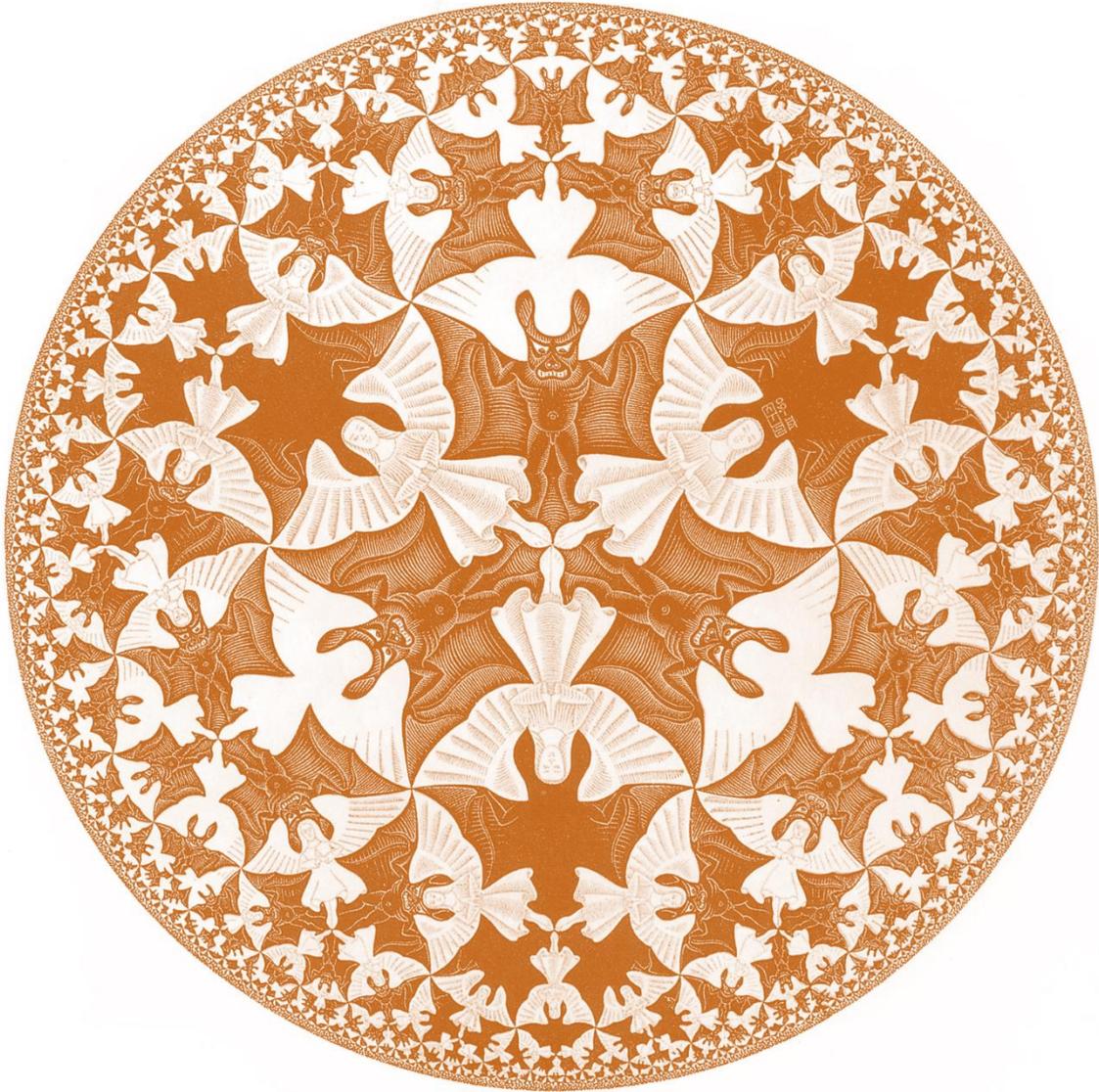
RICCO, Adriana Sartório. O turismo como fenômeno social e antropológico. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (orgs). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SANTANA, Elissandro dos Santos. Sugestão de pesquisa em torno da transferência de marcadores discursivos do espanhol para o português. **Revista Letrando**, Paripiranga, v. 3, 2014.





DIÁLOGOS



POETICÊNCIAS VI

*José Ricardo da Costa****Eu sou Oxum Olobá**

Eu sou o primeiro ventre
Eu sou a água
Posso ser doce, ou amarga,
Posso ser o mel ou a lágrima, e ambas te ensinam.

Eu sou aquela que subiu aos céus
Para trazer a vida novamente aos homens
Mulher. Pavão. Abutre. Chuva.
Assim como a água, sou muitas, mas sempre a mesma.

Sou a mãe que embala teu sono.
Sou a irmã que guia teus primeiros passos.
Sou a esposa que te recebe em leito de mel e flores.
Sou a avó que testemunha o milagre da vida.

Sou aquela que se pintou de vermelho
E retornou da guerra vitoriosa.
Reestabelecendo a ordem onde havia o caos.
Trazendo para a cidade a paz.

Eu sou aquela que viajou pelos quatro cantos do mundo.
E aprendeu com cada orixá seu segredo.
Eu sou aquela que sabe, e cala.
E aquela que revela aos homens seu destino.

Eu sou o último ventre.
Eu sou a terra.
Que te recebe, não para repousar
Mas para te reconduzir aos teus ancestrais em uma nova vida.

Eu sou a Esposa do Rei

* Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Especialista em Linguagem e Docência e Graduado em Letras (Português e Inglês) pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

E-mail: jricardocostabg@gmail.com

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6741668966253131>





Eu sou Rainha
Eu sou Matriarca.
Eu sou Oxum Olobá.

Quem é de Axé, diz que é

Quem é de axé
É forjado no olho do tempo.
E protegido pelas próprias forças da natureza.
Nascido para despertar a magia por onde passe.
Criado para vencer.

Quem é de axé
Nada teme,
Pois vê nos percalços
A transformação,
Lei suprema da vida.

Quem é de axé
Não aponta pecados em seus irmãos
Mas volta seu olhar para si mesmo
Encontrando apenas degraus
No caminho da perfeição.

Quem é de axé
Vê na fé uma profissão.
Deixando de enxergar crenças como muros.
Compreendendo cada religião como uma ponte para o outro
E no outro uma porta para a divindade.

Quem é de axé diz
Eu te aceito.
Eu te compreendo.
Eu te acolho.
Eu te ajudo.
Como formas de dizer à humanidade,
Parte da natureza, logo, divindade:
EU TE AMO.

Quem é de axé, diz que é.





POETICÊNCIAS VII

*Elissandro dos Santos Santana****Pedaços de memória**

Estava nublado, um vento frio entrava pelas janelas e do alto da jaqueira ouvia-se o canto daquele lindo sabiá que costumava cantar todos os dias às três horas da manhã. De repente, aquele assobio doce e repetido, ao meio-dia, transportou-me para distante no tempo e, ao divagar pelas zonas mais sublimes da memória, senti o cheiro de manga madura no Pocinho, as vacas sedentas pelo saboroso doce das mangas bailavam, em sinestesia, debaixo das árvores, e tudo parecia como antes.

Zé dos Santos, grandioso e eloquente, amado, acima de tudo, àquela época, não era saudade; Neide, meiga e feliz, cuidava dos outros irmãos e minha Blimunda ainda era jovem, rosa desabrochando no corre-corre do dia a dia, em busca de sonhos para ela e para as crias, a quem defendia como leoa, uma mirandense de fibra, como diziam vó Maria e Pai Deca; Toinho, baixinho, amigoso e amável, estava na roça de cajueiros e, depois, com certeza, faria a ordenha de Branquinha, como sempre fazia todos os dias, pensando em Blimunda, nos meninos e nas meninas ainda em crescimento; Marquinho, falador e ligeiro embrenhava-se pela caatinga; Roberto sonhava em viajar e, Sandra, minha siamesa, vibrante e indomável, pulava pelas mangueiras, mais esperta que eu; Lailson, tímido ao extremo, cultivava mel natural; as gêmeas, Bel e Binha, as sobrinhas amadas, ainda não sonhavam em nascer; Arthurzinho, o doce da família, ainda não havia chegado e demoraria muito; Rosi, todavia, não morava em meu peito, pois não a conhecia, mas, de alguma forma já batia em meu coração, tamanho amor em construção; Rosely, como ainda não tinha surgido em minha jornada, todavia não havia me ensinado a sorrir com o mar e a amar detalhes, uma Deusa do Ébano; Jaquita ainda não sensualizava, com as pernas cruzadas na orla, fumando, parecendo Deusa do etéreo; Joce, a rainha sergipana, com olhos de ressaca poética, mesmo ao lado de minha terrinha, não havia brilhado em minha vidinha e nem me dado oportunidade de desfrutar de suas criações poéticas quentes e perspicazes; Barimezzo era o irmão que pedia a Pachamama e que estava em formação, pois logo viria para animar minha jornada; Heron, menino barroco, ainda não havia aparecido, mas chegaria para ficar; certo indivíduo metido a poeta apareceria e desapareceria como meteoro, para minha alegria; Jamy, talvez nem surgisse, mas despontou linda e radiante, com poesia nos olhos negros e profundos, uma verdadeira princesa afro-brasileira; Liu já me batia, brincando forte, e Fernanda, agora sorridente, não existia, penso; Sissa lembrava uma suculenta e pequena sissi nas frondosas mangueiras do Pocinho; Edvânia, feito criança, cantarolava, mesmo falando, lá para as bandas do Pau D'alho; Mica, tadinha, nem embrião era; Vânia era a meiguice em pessoa, lá para a capital, que, juntamente

* Especialista em Sustentabilidade, Desenvolvimento e Gestão de Projetos Sociais e em Linguística e Ensino de Línguas pelo Centro Universitário UNISEB (UNISEB), Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Espanhola pela Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC), Graduado em Letras (Espanhol) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: lissandrosantana@hotmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7247738302577231>





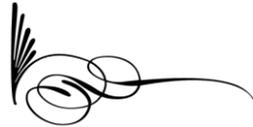
com Ivan, menino bom, encantava a todos; Tia Iva, o carinho transfigurado, e Valderinho batalhavam na agitação do Salvador; Val, menina trabalhadora, já mimava o eterno Digo e a princesa Bia; Duduba ainda fedia a leite novo e crescia; Rosana já sonhava sem ser pisciana, toda melosa, meiga e inteligente; Dany estaria lá para os lados do Extremo Sul do Estado, bem na região amadiana, terra de poesia e cacau; Elizamara não existia, mas já se revelava; Laila tampouco era a linda que é; Nilda, Edilza e Nane estavam para chegar; Neuma, também, todavia, não havia aparecido; Zé Milton e Wilson também estavam para aparecer; Martinha Matos chegaria depois e traria açúcar à minha passagem pela vida; Dulce estava solteira e nem imaginava ter Lilinha e Libny, Sidmar, sem dúvidas, estaria para os rincões da terra da garoa e, assim, a vida seguia misteriosa na Rua dos Expedicionários. Eu, Brum, Hijo de Pachamama, Baquinho, Zinho, Trandro, ser de vários nomes, múltiplo desde a infância, ainda era aquela criança meiga, inocente, com a sexualidade aflorando, à flor da pele, construindo meus próprios desejos, ou, pelo menos, pensando serem meus.

A creche das freiras ainda existia e, por um instante, pensei ter ouvido gritos e choros de criança por lá. Só retornei à realidade após ouvir o choro de Matheus lá no quarto da frente. Antes de ir ao quarto onde estava meu sobrinho, coloquei a cabeça na janela e senti o cheiro da chuva que se anunciava. Sacudi-a e fiz um barulho que sempre costumo fazer quando renovo as esperanças na vida. Mas, enfim, fui ao quarto de Teteu, como costumo chamar meu sobrinho, e, quando lá cheguei, dei de cara com Mephys, Luna, Funny, Fausto, Willy, Sheik e Nietzsche. Riqueto, meu menino lindo, tímido e reservado, típico canceriano, o ser que mudou minha vida, que já era amado, mesmo sem eu conhecê-lo, os havia trazido ao meu passado, futuro-passado-presente em profusão, se é que isso é possível. Acreditar, ou não, é questão pessoal e não entrarei nesse mérito. Só sei que os gatinhos, os bichanos de minha vida, estavam miando. Um deles, Fausto, enroscava-se pelo chão e meu sobrinho, do berço, olhava as estripulias do felpudo de gravata branca no pescoço e patinhas alvas como o imaginário de neve que possuía desde a infância, quando o choro sumiu, escafedeu-se, como se costumava dizer quando algo desaparecia do nada lá para os cantos do sertão baiano, como mágica. Os gatos realmente são fantásticos, pois até as crianças, seres indomáveis, conseguem cativá-las, pensou.

Depois de verificar que tudo estava bem com Teteu, fui à sala buscar um livro de geografia, pois adorava ficar durante horas vendo os mapas com as características de cada país, imaginando, supondo como seriam as construções culturais em cada lugar, quais dores e alegrias povoavam os imaginários sociais em cada lugarejo espalhado pelo mundo. Sentei no sofá e comecei a folhear o livro, quando fui transportado pelos pensamentos até o dia em que perdi meu irmão em um tiroteio em Natal. Aquela noite de desespero parecia invadir o meu ser e fazia de minha vida uma eterna tristeza. A tristeza imperante só se desfazia quando abraçava Riqueto, meu porto seguro. Era o que faria assim que o sono chegasse, correria para a cama e tentaria dormir ao lado dele, para esquecer um pouco as aflições.

Sem me deixar abater, decidi que não poderia pensar mais naquele fato e resolvi focar na leitura. Estava visualizando algumas informações sobre a geografia da Argentina, quando, de repente, alguém bateu na porta e, prontamente, aquele nervosismo que me persegue por toda a vida invadiu o meu ser, criou raízes. Abria ou não abria? Diria que estava doente ou não? O medo fez morada em mim, tremi e fui dormir abraçadinho com Riqueto.





Ruas cortantes

Sentado no banco que dava para o leste da cidade, aquele rapaz sem nome olhava, perplexo, os passos lentos da gente que, de vez em quando, ousava sair de todos os cantos para a praça. O trem havia partido há pouco mais de uma hora e, ali, com o celular, aproveitando a internet *wifi* do restaurante no qual costumava fazer as refeições noturnas, tentava distanciar-se dos olhares penetrantes das janelas. Com o fone no ouvido, acelerava o tempo e esquecia as ruas que controlavam os passos de todos.

Da pracinha, em totalidade, visitada pelos normativos, deu para perceber que, assim como o povo, a arquitetura da cidade foi toda projetada para o controle e aí de quem resolvesse desobedecer aos paralelepípedos e seixos dominantes. Alguns até se arriscavam, mas o tombo era feio e sempre acompanhado por olhares amolados, por isso, cortantes. O discurso das pessoas era uma faca amolada que amedrontava a plenitude de outros dizeres e pensares.

Do coreto, olhava as montanhas que aprisionavam as cabecinhas do lugar e, ao mesmo tempo em que admirava a beleza local, imaginava relações entre a mente tacanha dos seres da terra e as serras. Ao mesmo tempo, achava que a tacanhice do pensar deveria ser mais que isso, pois os montes sempre foram moradas de deuses.

Entre uma música e outra, levantava o olhar e percebia que estavam à espreita várias pernas de todos os tipos e desesperos.

Da sacada da estação ferroviária, um guardinha, controlado, tentava controlar. Não fazia mais que o papel de dominado a serviço do poder estatal.

Da lateral que dava para o rio, o som das águas ficava silente diante do grito de uma mãe para que o filho andasse como homem. Da porta da farmácia, era paquerado pelo dono e atendente da farmácia com nome de santo. A esposa do empresário percebendo o descontrole do marido silenciava os desejos daquele homofóbico enrustido. Do outro lado, um louco professor formado em filosofia, mas nada filósofo, fazia leituras equivocadas sobre governos socialistas e, assim, a vidinha seguia pelos bairros e vielas da cidadezinha repleta de seres perdidos nos casulos da existência.

Não fora a geografia da cidade, muitos transeuntes acostumados a cidades com seres mais abertos aos conceitos e à vida, a cidadezinha cairia no esquecimento, mas Deus foi misericordioso e desenhou a cidade para o delírio dos olhos de todos.



CHAMADA PARA PUBLICAÇÃO

O Comitê Editorial da **Revista Letrando** (ISSN 2317-0735) convida os pesquisadores de Linguística, Letras e Artes e de área afins (Ciências Humanas e Ciências Sociais) a submeterem seus artigos e ensaios até o dia **3 de setembro de 2016** para avaliação e publicação no **Volume 5** da revista.

Os originais devem ser enviados como anexos, em formato “.doc” ou “.docx”, para o *e-mail* revistaletrando@hotmail.com ou através do *link* <http://submissao.revistaletrando.com>, obedecendo aos parâmetros estabelecidos nas **Normas para Publicação**.

Para o Volume 5, são aceitos trabalhos para o **Dossiê Temático “Linguagem, Discurso e Política”**, bem como estudos de **temática livre**, observando-se as seguintes linhas:

Orientação Temática	Linhas de Pesquisa
Dossiê Temático “Linguagem, Discurso e Política”	<ul style="list-style-type: none">• Usos políticos das formas linguísticas• Formações ideológicas na literatura• Orientação política dos estudos linguísticos e da crítica literária• Educação para a dialética emancipatória• Filosofia Política e práxis social• Os fatores reais do poder no Direito e na História
Trabalhos de temática livre	<ul style="list-style-type: none">• Pesquisas linguísticas e filológicas• Estudos literários, filosóficos e artísticos• Investigações interdisciplinares em Ciências Humanas e Sociais

A revista aceita o envio de trabalhos em fluxo contínuo, todavia, aqueles enviados após a data-limite do Volume 5 serão inseridos apenas no processo avaliativo do volume seguinte.



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1º) **Foco, Escopo e Periodicidade:** a Revista Letrando é um periódico virtual de livre acesso publicado semestralmente e voltado para a divulgação de trabalhos acadêmicos escritos em língua portuguesa, por graduandos ou graduados em qualquer área do conhecimento, relacionados às discussões teóricas, tanto filosóficas quanto científicas, ou técnicas dos estudos lítero-linguísticos e dos estudos interdisciplinares em Ciências Humanas e Sociais afins.

2º) **Seções:** a Revista está organizada em 5 seções:

- a) *Editorial:* apresentação do volume, artigos de opinião, etc. (seção reservada ao Comitê Editorial);
- b) *Estudos Linguísticos:* artigos pertencentes à área de Linguística e Línguas Vernáculas, Estrangeiras e Clássicas;
- c) *Estudos Literários:* artigos pertencentes à área de Literatura e Artes;
- d) *Estudos Interdisciplinares:* artigos pertencentes à área de Ciências Humanas e Sociais (não são aceitos textos de abordagem estritamente técnica);
- e) *Diálogos:* textos literários curtos, normas editoriais e outras informações relevantes.

3º) **Regime de Cessão dos Direitos Autorais:** os autores mantêm os direitos autorais e concedem à Revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a *Creative Commons Atribuição-NãoComercial* (CC BY-NC), permitindo a livre reprodução e o livre compartilhamento do trabalho, desde que para fins não comerciais com reconhecimento da autoria do trabalho e da publicação inicial na Revista Letrando, sendo que não há nem haverá nenhuma espécie de cobrança ou remuneração financeira para a publicação de artigos.

4º) **Condições de Submissão:** Os autores ao enviarem artigos para a Revista Letrando concordam com o regime de direitos autorais e com os seguintes termos:

- a) os autores aceitam as Normas para Publicação estabelecidas pelo Comitê Editorial e concordam com o regime de cessão de direitos autorais nelas descrito;
- b) os autores confirmam que os artigos submetidos foram escritos conforme o padrão culto da língua, responsabilizando-se pela exatidão de seu conteúdo e pela correição linguística e gramatical, e permitem que o Comitê Editorial realize alterações estritamente formais no conteúdo dos artigos aceitos para publicação (no tocante à formatação, à ortografia, à sintaxe, à tradução etc.), com vistas à manutenção do padrão de apresentação gráfica e qualidade gramatical e textual da Revista Letrando;
- c) os autores não submeterão seus trabalhos à análise de outro periódico ou o divulgarão por qualquer outro meio de publicação, seja integral ou parcialmente, enquanto não for emitido parecer final de rejeição do Conselho Editorial, e os trabalhos enviados não estão pendentes de decisão de publicação em nenhum outro periódico ou meio de divulgação;



- d) os autores, uma vez aceitos e publicados seus trabalhos, têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada na Revista Letrando (a exemplo de publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial na Revista Letrando;
- e) os autores responsabilizam-se integralmente pelo conteúdo dos artigos publicados, inclusive por plágio e outras irregularidades que porventura eles contenham.

5º) **Processo de Submissão:** os artigos devem ser escritos por no máximo três coautores e enviados ao e-mail do Comitê Editorial (**revistaletrando@hotmail.com**), observando-se os prazos estabelecidos no Edital de Chamada para Publicação, além das seguintes exigências:

- a) os artigos devem anexados à mensagem eletrônica como arquivos de texto no formato do *Microsoft Office Word*, isto é, com as extensões “.doc” ou “.docx”;
- b) o texto deve ser anônimo, cabendo aos autores suprimir qualquer menção aos seus nomes e realizar os procedimentos descritos no Protocolo de Asseguramento de Avaliação Cega;
- c) deve ser anexado outro arquivo de texto, contendo: nome completo e breve currículo dos autores (instituição a que estão filiados, endereço de e-mail, link do currículo Lattes, formação e titulação acadêmica), além de dados complementares que sejam relevantes.

6º) **Protocolo de Asseguramento de Avaliação Cega:**

- a) deve-se remover as Propriedades do arquivo, o que pode ser feito pelo *Windows Explorer* (Clique com o botão direito sobre o arquivo > Propriedades > Detalhes > Remover Propriedades e Informações Pessoais > OK) ou pelo próprio *Microsoft Office Word* (na versão 2007: Botão do Microsoft Office > Preparar > Inspeccionar documento > Inspeccionar > Remover Tudo; nas versões 2010 e 2013: Arquivo > Informações > Verificar se há problemas > Inspeccionar documento > Inspeccionar > Remover [Tudo]);
- b) quando houver alusão a outro trabalho dos autores, deve-se substituir seus nomes nas Citações e a entrada completa nas Referências pelo código [ZZZ], informando-se ao Comitê Editorial os dados completos que foram suprimidos (essas informações podem ser inseridas após o currículo dos autores). Sendo diversos os trabalhos aludidos, serão identificados como [ZZZ1], [ZZZ2] etc.

7º) **Gêneros Textuais:** os trabalhos acadêmicos submetidos à publicação devem pertencer a um dos seguintes gêneros:

- a) *Artigos de pesquisa*, resultantes de pesquisas originais ou de processos de intervenção;
- b) *Artigos de revisão*, resultantes de uma investigação em que se analisa, sistematiza e integra os resultados de pesquisas publicadas ou não publicadas (estados da arte);
- c) *Artigos de reflexão* (ensaios), resultantes de reflexões analíticas, interpretativa ou crítica sobre temas relacionados a teorias ou pesquisas condizentes com o foco e o escopo da Revista;
- d) *Artigos literários curtos* (crônicas, contos, poemas etc.), de temática livre, sugeridos para a seção Diálogos;
- e) *Artigos de opinião* (editoriais), produzidos exclusivamente a convite do Comitê Editorial.



8º) **Estrutura Textual:** com exceção dos artigos literários, os trabalhos submetidos à Revista devem atender às especificações da NBR 6022, possuindo a seguinte organização:

- a) Título e subtítulo (se houver) em língua portuguesa;
- b) Título e subtítulo (se houver) em língua estrangeira: espanhol (preferencialmente) ou inglês;
- c) Resumo (entre 100 e 300 palavras), e palavras-chave (entre 3 e 6), em língua portuguesa, conforme a NBR 6028;
- d) Resumo e palavras-chave em língua estrangeira: espanhol (*resumen, palabras clave*) ou inglês (*abstract, keywords*);
- e) Introdução, desenvolvimento textual e considerações finais;
- f) Referências;
- g) Apêndices e Anexos (se houver).

9º) **Formatação Textual:** o arquivo de texto deve ser formatado do seguinte modo:

- a) *Extensão:* entre 5 e 35 laudas;
- b) *Página:* tamanho: A4 (21cm x 29,7 cm), com margens inferior, superior, direita e esquerda de 2,5 cm;
- c) *Numeração:* as páginas não devem ser numeradas;
- d) *Seções:* o texto deve estar dividido em seções primárias, podendo haver também secundárias e terciárias, observando-se a NBR 6024;
- e) *Estilo de Texto geral:* fonte Times New Roman, tamanho 12; espaçamento 1,5 entre linhas, sem espaço entre parágrafos; parágrafo justificado e com um recuo de 1,25 cm para a primeira linha;
- f) *Estilos de Texto especiais:*
 - i) Título/subtítulo: em negrito, tamanho 14, parágrafo centralizado, sem recuo para a primeira linha;
 - ii) Títulos de seções: em negrito, parágrafo sem recuo para a primeira linha;
 - iii) Resumo, Palavras-chave e Referências: espaçamento simples entre linhas, parágrafo sem recuo para a primeira linha;
 - iv) Citações com mais de 3 linhas: tamanho 10, parágrafo com recuo de 4 cm, sem recuo para a primeira linha;
 - v) Ilustrações: parágrafo centralizado, sem recuo para a primeira linha;
 - vi) Notas de rodapé: tamanho 10, espaçamento simples entre linhas, parágrafo sem recuo para a primeira linha.

10º) **Citações e Referências:** devem atender às disposições da NBR 10520 e da NBR 6023.

11º) **Ilustrações:** devem ser inseridas no texto, logo após a sua citação, seguidas pelo título, composto por um termo designativo (Tabela, Quadro, Gráfico, Figura etc.), por um número sequencial e por uma denominação (por exemplo: “Quadro 1: Normas da ABNT para trabalhos acadêmicos”), observando-se, no que couber, as *Normas de Apresentação Tabular* do IBGE, e, quanto aos direitos autorais, atendendo-se a uma das seguintes situações:

- a) estão em domínio público;



- b) são de propriedade dos autores;
- c) foram cedidos ou licenciados para reprodução aos autores;
- d) estão com licença *Creative Commons* que permita a reprodução para fins não comerciais;
- e) são de propriedade de terceiros e não foram licenciados para livre reprodução, mas não são ofendidos em razão da autorização legal de reprodução parcial ou integral (Lei 9.610, art. 46, III e VIII).



CRÉDITOS DAS IMAGENS

Capa da Revista:

Adaptado de: PORTINARI, Cândido. *Meninos soltando pipas*. [1943]. Formato JPG. 1379 x 2000 px. 563 Kb. Disponível em: <<http://d1qcqma0obmzpo.cloudfront.net/img/sections/collection/artwork/2000/3320.jpg>>. Acesso em: 12 maio 2016.

Capa da Seção Estudos Linguísticos:

Adaptado de: [S.A.]. *Abstract Tribal Mask 3*. 2013. Formato PNG. 1969 x 1969 px. 294 Kb. Disponível em: <http://clipartist.net/openclipart.org/2013/September/abstract_tribal_mask_3-1969px.png>. Acesso em: 13 maio 2016.

Capa da Seção Estudos Literários:

Adaptado de: SANIO. *God Ra on a Sun boat*. 2013. Formato PNG. 1280 x 1219 px. 360 Kb. Disponível em: <http://img06.deviantart.net/691a/i/2013/049/2/f/god_ra_on_a_sun_boat_by_sanio-d5vdemo.png>. Acesso em: 13 maio 2016.

Capa da Seção Estudos Interdisciplinares:

Adaptado de: ROCKROSE. *Human Circle*. [s.d.]. Formato JPG. 880 x 880 px. 41,1 Kb. Disponível em: <<http://www.humanrightslogo.net/sites/default/files/styles/gallery-full/public/images/submissions/18577%2520-%2520hr-logo.jpg?itok=OSMZYPCCM>>. Acesso em: 13 maio 2016.

Capa da Seção Diálogos:

Adaptado de: ESCHER, Maurits Cornelis. *Circle Limit IV*. [1960]. Formato JPG. 1596 x 1600 px. 1,65 MB. Disponível em: <http://www.dana-mad.ru/gal/images/Maurits%20Cornelis%20Escher/Selected/m_c_escher_selected_circle%20limit%20iv.jpg>. Acesso em: 13 maio 2016.



<http://www.revistaletrando.com>
revistaletrando@hotmail.com

ISSN 2317-0735



04>

9 772317 073008

The image shows a standard ISSN barcode. The main barcode is composed of vertical black bars of varying widths on a white background. To the right of the main barcode is a smaller, shorter barcode. Below the main barcode, the numbers '9 772317 073008' are printed. The '9' is positioned to the left of the first vertical bar of the main barcode. The '772317' is positioned below the first six bars, and '073008' is positioned below the last six bars. The '04>' is printed to the right of the smaller barcode.